



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Estudos Setoriais Integrados

Volume 3

Abril de 2010



Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Estudos Setoriais Integrados

Volume 3

Abril de 2010



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU



SUMÁRIO

VOLUME I

Introdução.....	2
1 Uso do Solo, Dinâmica Imobiliária e Escalas de Centralidades Metropolitanas – USDEC.....	3
2 Mobilidade Urbana, Comunicações, Transportes e Sistema Viário - MCT.....	115
3 Habitação, Vida Cotidiana e Qualidade de Vida – HVQ.....	174

VOLUME II

4 Cultura, Educação, Segurança Alimentar, Trabalho e Renda - CEAT.....	272
5 Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento - SMARHS.....	422

VOLUME III

6 Complexos Ambientais Culturais - CAC.....	611
7 Capacidade Institucional de Planejamento e Gestão –CIPLAG.....	768

VOLUME IV

8 Risco Socioambiental, Vulnerabilidade Social e Segurança Pública - RIVS.....	884
9 Aspectos Demográficos e Ambientais da Demanda Social - ADAMS.....	980
10 Estrutura Produtiva, Conhecimento, Tecnologia e Alternativas Energéticas - ETC.....	1043
11 Estudo Complementar Prioritário: Oferta e Utilização de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares.....	1072

VOLUME V

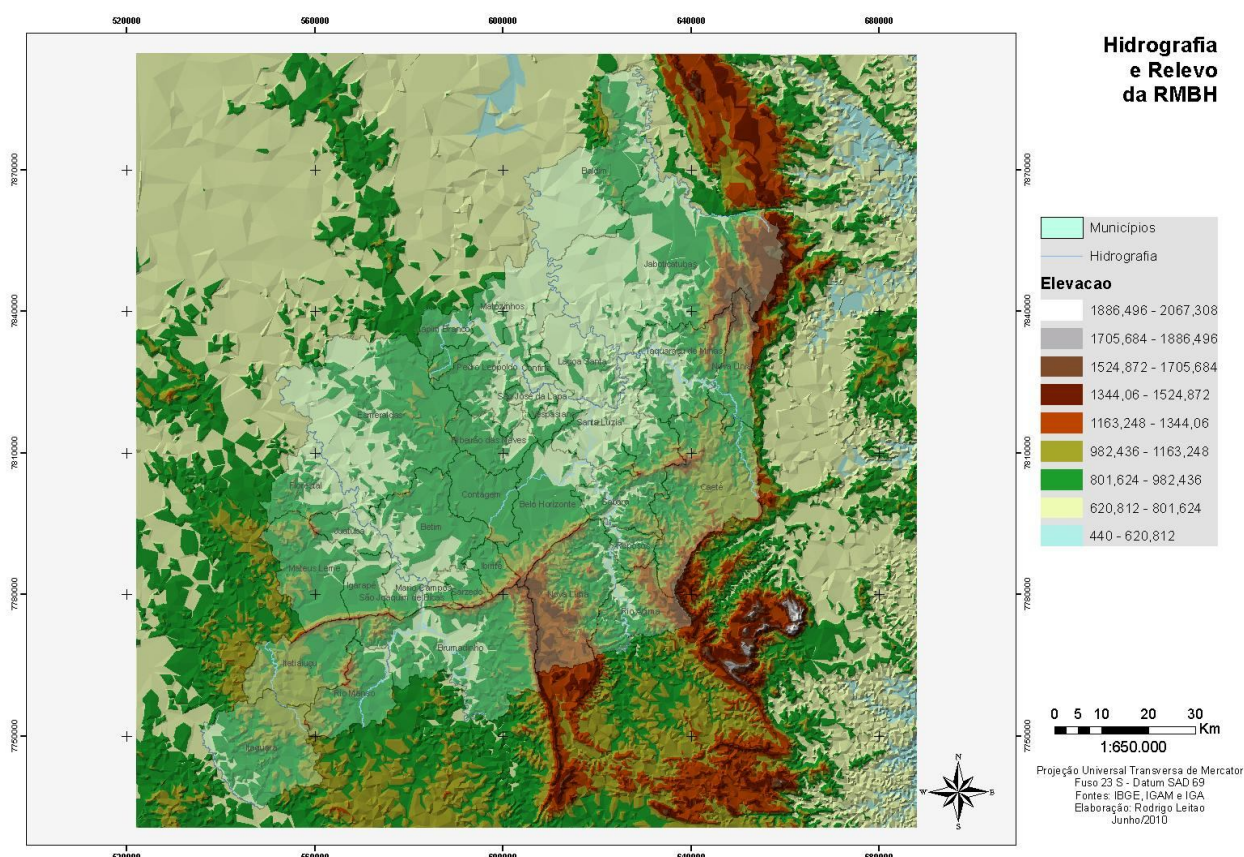
12 Estudo Complementar Prioritário: Evolução do Perfil Epidemiológico nos Municípios da RMBH entre 1998 e 2006.....	1117
13 Estudo Complementar Prioritário: Capacidade De Investimento, Base Tributária E Arranjos Financeiros Metropolitanos.....	1148
14 Estudo Complementar Prioritário: Mudanças Climáticas: Impactos, Vulnerabilidades e Políticas de Controle de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na RMBH.....	1229
15 Equipe técnica	1270

6 COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CAC

6.1 Apresentação

A Área Temática Complexos Ambientais Culturais (CAC) propõe a concepção de complexos ambientais culturais identificados social e espacialmente na RMBH (Figura 6.1), a partir das três paisagens indicadas pelo Termo de Referência do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH): Depressão Belorizontina, Quadrilátero Ferrífero e Carste.

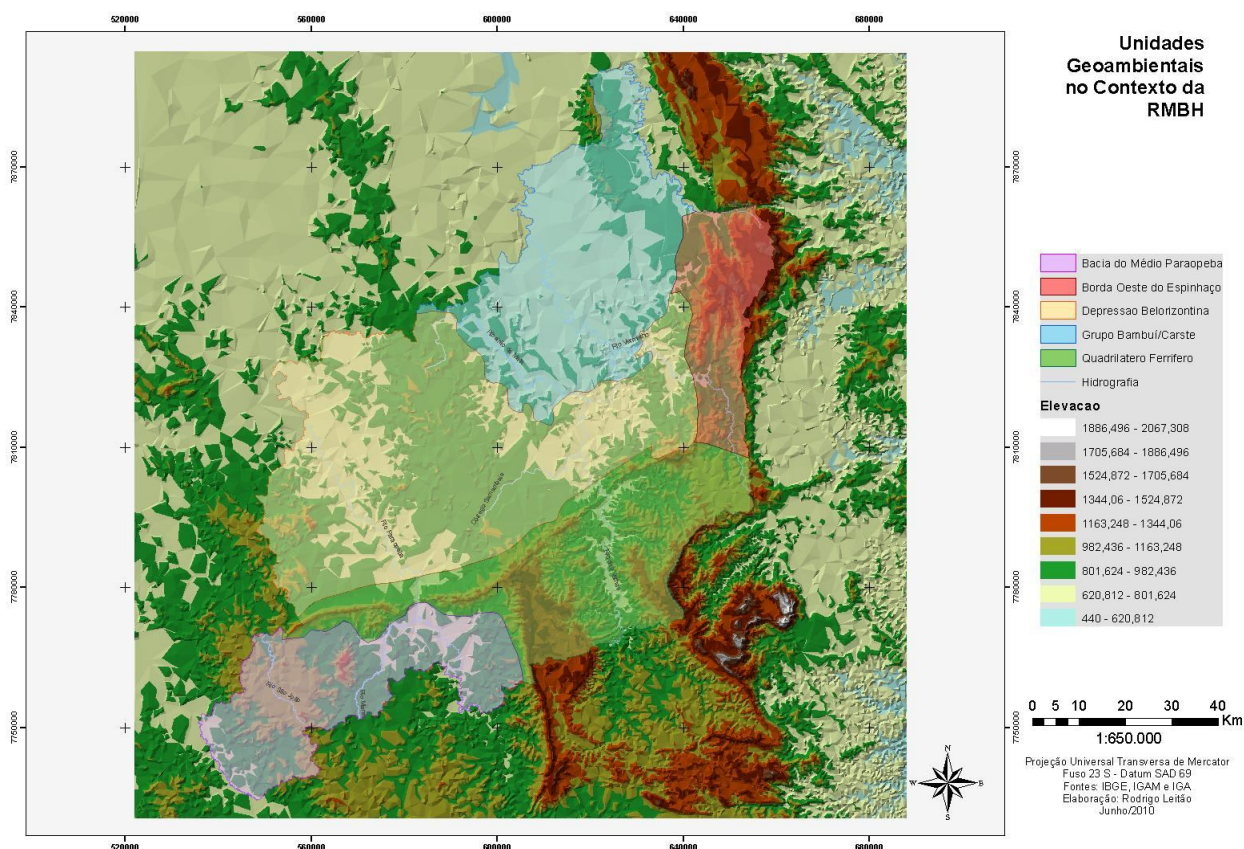
Figura 6.1 - Limites municipais, hidrografia e relevo da RMBH



Durante a etapa de estudo setorial, foram utilizadas diferentes escalas de análise. Em um primeiro momento, trabalhou-se com a escala microrregional para identificação de unidades geoambientais que imprimem certa identidade à metrópole. Assim, foi identificado

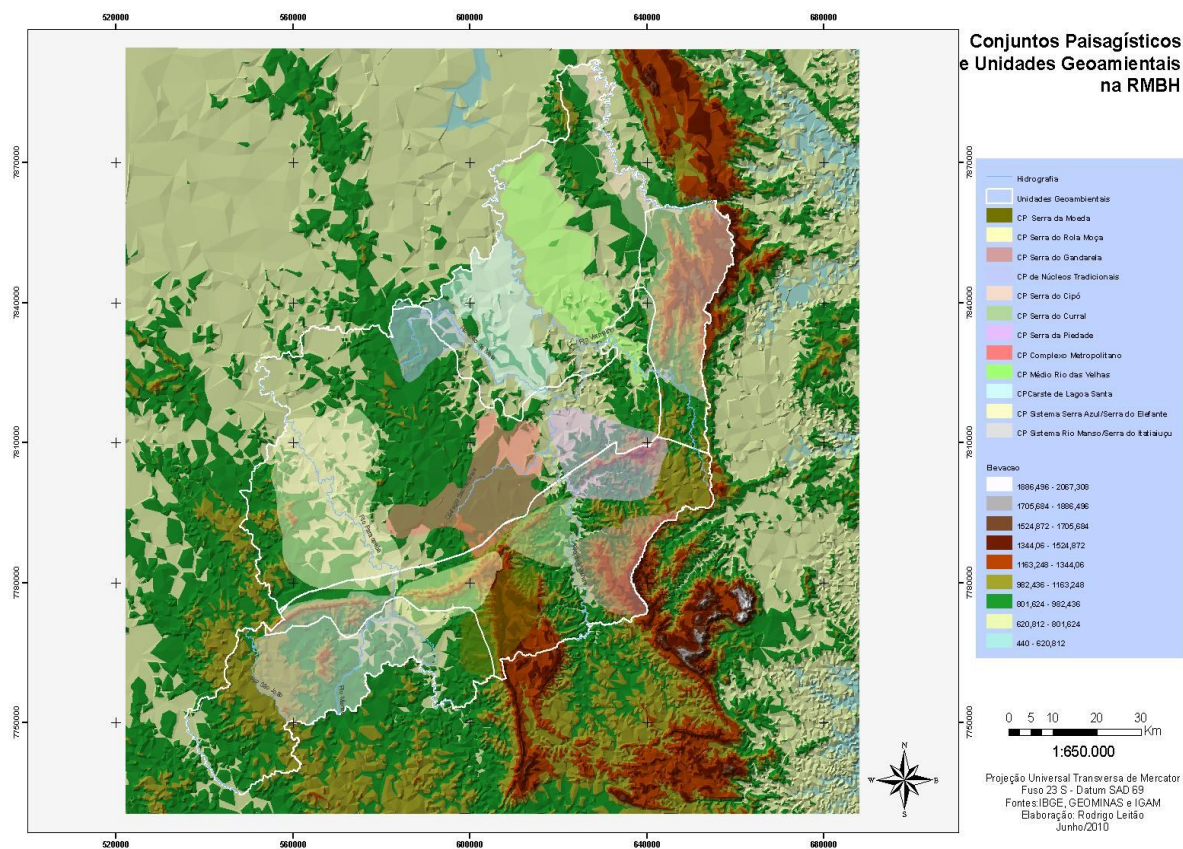
em todo o território um total de cinco unidades, a saber: Quadrilátero Ferrífero, Grupo Bambuí/Carste, Depressão Belorizontina, Porção Sul do Médio Paraopeba e Borda Oeste da Serra do Espinhaço Meridional (Figura 6.2). Nessa etapa, adotaram-se as variáveis geologia, geomorfologia e/ou bacia hidrográfica, considerando as características predominantes em cada caso.

Figura 6.2 - Unidades geoambientais no contexto da RMBH



Em seguida, utilizou-se a escala local para a identificação de conjuntos paisagísticos de relevância simbólica no contexto da metrópole, a partir de elementos naturais e histórico-culturais, por unidade geoambiental (Figura 6.3). Nessa etapa, consideraram-se como variáveis para identificação espacial de cada conjunto paisagístico os corredores naturais (serras e vales) capazes de integrar, em função dos valores histórico e simbólico, cidades e distritos localizados nas respectivas áreas de influência de cada conjunto. No caso específico do Conjunto Paisagístico Núcleos Tradicionais, considerou-se a característica histórico-cultural como fator de integração de cidades e distritos e de identidade da paisagem na escala trabalhada.

Figura 6.3 - Conjuntos paisagísticos e unidades geoambientais na RMBH



A partir da caracterização dos conjuntos paisagísticos, os atributos naturais e culturais foram desvelados, o que favoreceu a identificação de potenciais complexos ambientais culturais (CAC) na RMBH.

Os conjuntos paisagísticos, portanto, subsidiaram as propostas de complexos ambientais culturais na escala microrregional, a partir da identificação das vocações geoambientais, históricas e culturais da metrópole. Na última etapa, utilizaram-se as escalas local e microlocal para a apresentação de potenciais complexos (espaços que oferecem atributos naturais e/ou culturais e áreas fortemente degradadas pela mineração com potencial de uso público), ou seja, espaços potenciais que podem, em seu conjunto, contribuir para a formação de novas centralidades simbólicas, identificadas nos complexos ambientais culturais (Figura 6.35).

Os complexos ambientais culturais consistem em uma proposta de intervenção e gestão territorial e resultam, portanto, da identificação de características geoambientais e histórico-culturais no nível metropolitano, que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento que se propõe para a metrópole. Dessa forma, os complexos ambientais

culturais contribuem para a construção e o reconhecimento da identidade metropolitana.

Desse modo, os estudos partem da identificação de conjuntos paisagísticos a partir de unidades geoambientais, com o objetivo de propor políticas públicas através dos complexos ambientais culturais, de modo a dinamizar o potencial de uso público do patrimônio cultural e natural, viabilizar o uso público de áreas fortemente degradadas pela mineração e fortalecer os elementos constituintes da urbanidade no espaço metropolitano.

O estudo está estruturado de forma a apresentar as diferentes etapas metodológicas utilizadas pela equipe de trabalho. Inicia-se com a análise das unidades geoambientais e respectivos conjuntos paisagísticos; em seguida, é apresentada uma síntese das demandas sociais identificadas durante oficinas participativas (Ciclo A) realizadas pelo PDDI-RMBH na RMBH; e, finalmente, é feita a proposição de complexos ambientais culturais e seus respectivos complexos.

6.2 Estudo de unidades geoambientais e conjuntos paisagísticos na RMBH

6.2.1 Caracterização da unidade geoambiental Quadrilátero Ferrífero

O Quadrilátero Ferrífero é a mais importante província mineral do sudeste do Brasil. Localizado na região centro-sul de Minas Gerais, é o marco principal da interiorização da ocupação portuguesa no século XVIII, em virtude da presença de grandes jazidas minerais que condicionaram a descoberta e a colonização do território regional. Como resultado desse processo, essa região abriga um significativo acervo histórico, arquitetônico e artístico-cultural do período do Ciclo do Ouro, que remonta à época do Brasil-Colônia. Segundo Brandt (2007), as áreas montanas de Minas Gerais, em particular as do Quadrilátero Ferrífero, fazem parte e constituem o berço da identidade cultural mineira e brasileira. Atualmente, a região é considerada a maior produtora de minério de ferro do Brasil, abastecendo, sobretudo, o setor de siderurgia nacional e internacional.

Segundo Almeida (1999), o clima da região apresenta características tropicais, com alternância de estações secas e chuvosas bem demarcadas ao longo do ano. As chuvas

ocorrem no período de outubro a março, havendo maior concentração no trimestre novembro, dezembro e janeiro. O período seco inicia-se em abril e segue até setembro, sendo junho, julho e agosto os meses que apresentam maior déficit hídrico ao longo do ano. A temperatura média anual fica em torno de 21,1°C.

De acordo com Souza (2006), as conjunções entre os fatores climáticos e geológico-geomorfológicos propiciaram o desenvolvimento na região de um tipo vegetacional bastante peculiar, levando Veloso *et al.* (1991) a denominá-la de “Área de Tensão Ecológica”. Trata-se de uma faixa de transição e contato entre dois grandes domínios vegetacionais brasileiros — a Mata Atlântica e o Cerrado. As variações fitofisionômicas do cerrado — campo, capoeira e campo cerrado — ocorrem disseminadas pela região, tanto nas áreas mais planas quanto nas encostas das Serras. Campos rupestres são característicos dos trechos em que predominam os afloramentos rochosos nas vertentes das serras, normalmente em altitudes superiores a 900 metros.

A formação geológica e, em particular, hidrogeológica do Quadrilátero Ferrífero constitui uma característica estrutural da região, determinante da formação dos aquíferos e recursos hídricos superficiais ali presentes, que contribuem decisivamente para o abastecimento público de vários municípios localizados em suas vertentes das bacias dos rios das Velhas e Paraopeba (PRÓ-CITTÀ, s/d).

Assim, a partir das características histórico-culturais e de aspectos físicos, foram propostos cinco conjuntos paisagísticos na região do Quadrilátero Ferrífero: Serra da Moeda; Serra do Rola Moça/Três Irmãos; Serra do Curral; Serra do Gandarela; e Serra da Piedade, cujos principais aspectos e atributos são apresentados a seguir.

6.2.1.1 Caracterização dos conjuntos paisagísticos e áreas de influência do Quadrilátero Ferrífero

6.2.1.1.1 Conjunto paisagístico Serra da Moeda

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

A Serra da Moeda está situada na extremidade oeste do Quadrilátero Ferrífero e integra o chamado Sinclinal de Moeda, uma elevação na forma de uma grande montanha, limitada a oeste pelo alinhamento da Serra da Moeda e a leste pelo alinhamento da Serra das Serrinhas. No caso específico deste estudo, a área que compõe o conjunto paisagístico a ser investigado é delimitada, ao norte, pela Serra do Curral/Serra do Rola Moça; ao sul, pelo limite municipal entre Brumadinho e Moeda; a leste, pelo município de Nova Lima (mais especificamente o distrito de São Sebastião das Águas Claras e os Bairros Jardim Canadá e Alphaville); e a oeste, pela região da encosta da Moeda (abrangendo os distritos de Piedade do Paraopeba e os povoados de Palhano e Suzana, pertencentes ao município de Brumadinho)¹.

Segundo Souza (2006), a conformação do relevo na região da Serra da Moeda expressa forte condicionamento geológico — tanto litológico quanto estrutural. O controle litoestrutural propicia a ocorrência de dois domínios geomorfológicos bem distintos na região: o domínio dos relevos serranos ou linhas de cristas e cumeadas e o domínio dos relevos dissecados. O domínio dos relevos serranos é sustentado pelas estruturas do Sinclinal Moeda e Serra dos Três Irmãos, onde afloram, principalmente, as rochas dos Grupos Itabira e Caraça. As altitudes situam-se, em geral, acima dos 1.000 metros, compondo uma morfologia de vertentes íngremes e declividades acentuadas.

Essas características apontam para um rico potencial paisagístico e natural da região, que, associado aos aspectos histórico-culturais provenientes do processo de ocupação e colonização no período do Ouro, tem atraído inúmeros visitantes. Na Serra da Moeda, registra-se a prática de esportes de aventura, como vôo livre, asa-delta, *trekking* e caminhadas. Além disso, existe uma infraestrutura turística razoável, representada por pousadas e restaurantes.

Contudo, o crescimento da visitação turística e de lazer, a ampliação da urbanização (sobretudo pela construção de condomínios horizontais) e a intensificação da exploração dos recursos minerais (em especial, o ferro) têm representado grandes pressões sobre os recursos naturais e culturais da Serra da Moeda. Tal fato tem mobilizado alguns setores da sociedade,

¹ Cumpre mencionar que a região norte do município de Brumadinho (que envolve a sede municipal e os distritos de Tejuco e Casa Branca) será considerada no âmbito do Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos. Já a sede municipal de Nova Lima e demais regiões serão abordadas no âmbito do Conjunto Paisagístico Serra do Curral/Serra do Gandarela.

em especial a sociedade civil e o terceiro setor, no sentido de reivindicar iniciativas concretas e planejadas para a proteção do conjunto paisagístico Serra da Moeda.

De acordo com PRÓ-CITTÀ (s/d), a região é uma área especial, onde os setores, especialmente os produtivos, deverão buscar adequar suas atividades ao ambiente. A gestão dessa região constitui um desafio ao setor governamental em buscar uma integração efetiva entre as políticas e instrumentos de gestão dos setores de meio ambiente e cultura. Também é um desafio que se coloca ao setor produtivo em desenvolver um planejamento estratégico de suas atividades que assegure a conservação do patrimônio natural e cultural da região.

b) Estado de conservação

Segundo Brandt (2007, p.77), a Serra da Moeda está ocupada por 18.470 hectares de vegetação nativa, o que corresponde a 77% de sua área. As florestas contribuem com 4.391 hectares (24%), o cerrado com 7.052 hectares (38%) e os campos com 7.029 hectares (38%). Os afloramentos rochosos contribuem com 228 hectares. No restante da área delimitada da Serra da Moeda, destacam-se as áreas de atividade de mineração com 2.908 hectares, o que corresponde a 12% da área total da Serra, localizados principalmente na porção sul. É uma região de grande riqueza de espécies e com alta presença de endemismo, que estão sob ameaça acentuada.

Conforme estudo realizado por Brandt (2007), as montanhas, principalmente as tropicais, contêm ecossistemas peculiares com um grande número de espécies raras e ameaçadas, além de uma importância hidrológica vital para as regiões a jusante:

O conjunto de serras que compreende o Sinclinal Moeda cumpre, hoje, um papel fundamental para o meio ambiente local e mesmo regional. O Sinclinal Moeda apresenta um grande potencial aquífero (IBRAM, 2003),

tendo se transformado em zonas de cabeceiras de afluentes de dois importantes rios da hidrografia do estado de Minas Gerais: o rio das Velhas e o Paraopeba, ambos afluentes do rio São Francisco.

De acordo com Silva (*in* IBRAM, 2003), as reservas de águas subterrâneas do Sinclinal Moeda estão associadas às formações ferríferas, o que torna a mineração dessas formações um fator considerável de impacto ambiental. Portanto, uma intensa atividade minerária e mesmo de uso e ocupação indiscriminada do solo para outras atividades,

incluindo a de loteamento e expansão contínua dos condomínios, pode representar, no médio e no longo prazo, alterações na recarga desses mananciais.

Outro aspecto que aponta para a importância da proteção da Serra da Moeda está relacionado à sua formação geológica. De acordo com Brandt (*op. cit.*), o Quadrilátero Ferrífero, como um todo, e a Serra da Moeda (Sinclinal Moeda), em particular, constituem exemplares importantes do ponto de vista científico e de pesquisa, pois são testemunhos da evolução do relevo ao longo de milhões de anos. Apresentam, portanto, credenciais como uma importante contribuição ao estudo e à compreensão da história do planeta, do Brasil e do estado de Minas Geras, marcando e testemunhando a evolução de um passado geológico da superfície da Terra. Dessa forma, o Sinclinal Moeda possui atributos de patrimônio natural estabelecidos pela UNESCO, constituindo um patrimônio geológico e geomorfológico de Minas Gerais a ser protegido.

Essa importância conferida às áreas de montanha tem justificado a proposição de algumas diretrizes para a conservação e gestão dos recursos naturais e culturais existentes nessas áreas. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 1992, no Rio de Janeiro, foi criada a Agenda 21, um instrumento para nortear as ações dos países em direção ao desenvolvimento sustentável. O Capítulo 13 da Agenda 21 “Manejando ecossistemas frágeis: o desenvolvimento sustentável das montanhas” enfatiza a centralidade do ecossistema de montanha, por constituir fonte importante de água, energia, diversidade biológica e lazer, além de fornecer recursos como minérios, produtos florestais e produtos agrícolas. Por esse motivo, ressalta a necessidade do gerenciamento adequado dos recursos em prol da conservação ambiental e do desenvolvimento socioeconômico das populações residentes nessas áreas. Em 2002, as Nações Unidas, reconhecendo a importância desses ecossistemas, propôs um programa mundial de pesquisa em biodiversidade de montanhas. Além disso, cumpre mencionar que os biomas do cerrado e mata atlântica são considerados, internacionalmente, como *hotspots* de Biodiversidade, demandando medidas concretas de proteção. No caso da mata atlântica, já existe uma legislação própria, a Lei 11.428, de 12 de dezembro/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa desse bioma.

Outro instrumento importante em prol da proteção da natureza no Brasil é o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (PROBIO). Segundo estudo realizado por Brandt (*op. cit.*), essa iniciativa constitui uma das ações realizadas pelo país em cumprimento às obrigações do país

junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a RIO-92. Seus objetivos foram avaliar a situação da biodiversidade dos vários biomas, identificar os condicionantes ambientais, sociais e econômicos e estabelecer propostas para sua conservação, utilização sustentável e a repartição dos benefícios decorrentes da sua utilização. As Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade foram reconhecidas pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, e pela Portaria MMA nº126, de 27 de maio de 2004. Essas áreas são revisadas periodicamente. No caso específico desse estudo, cumpre mencionar que a região do Sinclinal Moeda está incluída juntamente com o Quadrilátero Ferrífero como área de importância biológica extremamente alta, sendo recomendada a criação de Unidades de Conservação.

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG) é mais um instrumento que ressalta a alta vulnerabilidade natural do Sinclinal de Moeda, a grande suscetibilidade de seus solos à contaminação e erosão, assim como seu alto risco ambiental, o que evidencia a importância da adoção de estratégias capazes de frear as pressões antrópicas e, ao mesmo tempo, recuperar e proteger os recursos naturais existentes.

Dentre as estratégias específicas adotadas no sentido de contribuir para a conservação da biodiversidade na Serra da Moeda, pode-se citar a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço pela UNESCO, em junho de 2005, no âmbito do programa "O Homem e a Biosfera/MAB", no qual a região do Sinclinal de Moeda está inserida. De acordo com o SNUC (2000), a Reserva da Biosfera é um modelo adotado internacionalmente de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Outra estratégia adotada foi a criação de Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Entre as UC de Proteção Integral, que visam à conservação dos recursos naturais, permitindo-se apenas o uso indireto de recursos, destaca-se o Monumento Natural do Forte. Já as UC de Uso Sustentável, que se destinam a compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, são: Área de Proteção Ambiental (APA) Sul/RMBH (estadual), APA Serra da Moeda (municipal), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Capitão do Mato e Mata do Capão, além de Áreas de Proteção Especial (APE), que abrangem importantes mananciais de abastecimento de água da RMBH, como APE Catarina e APE Fechos.

Os poderes municipais também têm se mobilizado no sentido de contribuir para a minimização das pressões antrópicas verificadas na Serra da Moeda. Em julho de 2004, o Conselho do Patrimônio Cultural do Município de Moeda promoveu o tombamento da "Serra da Moeda" nos limites do município.

Cumpre mencionar que a formação da Serra da Moeda incorpora, ao norte, a Serra da Calçada (Figura 6.4). Segundo a ARCA AMASERRA (2009), em junho de 2008, o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada foi tombado provisoriamente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), através de aprovação unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais (CONEP), com o apoio do Ministério Público Estadual (MPE). A área tombada abrange cerca de 3.800 ha, contribuindo para a proteção do patrimônio natural, geológico, espeleológico, histórico, cultural, turístico e paisagístico presente na Serra da Calçada. Essa região tem sofrido pressões significativas, decorrentes, sobretudo, da visitação turística. O grande fluxo de veículos e a geração de lixo impactam diretamente as áreas naturais.

Figura 6.4 - Serra da Calçada e Serra da Moeda (ao fundo)



Foto: Altair Sancho.

Desde 2009 tramita na Assembléia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei 3.407/09, que prevê o tombamento da Serra da Calçada e da Serra da Moeda, localizadas nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse Projeto de Lei analisa o potencial de usos alternativos do solo e subsolo da Serra da Moeda e da Serra da Calçada, junto com a preservação de seu patrimônio arqueológico, espeológico e natural, bem como seu potencial ecoturístico, propondo um modelo de gestão para ambas. Segundo o Diário do Comércio (05/04/10):

Conforme o relator do projeto na CCJ, deputado Sebastião Costa (PPS), se o PL 3.407 for aprovado pelo plenário da ALMG, as serras da Moeda e da Calçada passarão a ser patrimônio ambiental do Estado, sendo que sua utilização, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, se fará em condições que assegurem a conservação e a proteção dos sítios. Embora estivesse previsto para ser finalizado no ano passado, o processo de tombamento das serras da Moeda e da Calçada está atrasado. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) acredita que até o final deste ano o PL seja aprovado pelo plenário da Assembléia.

Essas iniciativas de preservação dos recursos naturais e culturais existentes na região da Serra da Moeda são essenciais para impedir o agravamento do processo de degradação ambiental atual. Como já abordado, a mineração, a construção de condomínios horizontais e a visitação turística e de lazer têm causado diversos impactos negativos na região.

Segundo o projeto “Avaliação de Impactos Antrópicos sobre os Recursos Hídricos da Serra da Moeda: contribuindo para a gestão ambiental e educação socioambiental no vetor Sul da RMBH”, coordenado pelo Instituto de Estudos Pró-Cidadania - PRÓ-CITTÀ, a Serra da Moeda, um dos principais divisores de água da RMBH, constitui o eixo em torno do qual essas pressões antrópicas vêm se intensificando, o que tem implicado um aumento dos vetores de degradação ambiental. Essa tendência pode implicar, já no médio prazo, o comprometimento da biodiversidade e da preservação dos recursos naturais ali existentes, notadamente dos recursos hídricos, o que se reveste de especial gravidade pelo fato de as águas da Serra da Moeda servirem para o abastecimento público de vários municípios localizados em suas vertentes das bacias dos rios das Velhas e Paraopeba.

c) Área de influência

Na área oeste do conjunto paisagístico da Serra da Moeda, delimitada, neste estudo, pelo compartimento Serra da Moeda e sua área de influência direta (que abrange os distritos

de Piedade do Paraopeba e povoados de Palhano e Suzana, pertencentes ao município de Brumadinho), encontra-se o Vale do rio Paraopeba, antiga passagem de tropeiros e bandeirantes e principal rota de escoamento de ouro e outros minérios do Brasil durante os séculos XVII e XVIII². O processo de formação histórica dos distritos e povoados dessa região, que integra o Caminho Velho da Estrada Real, foi fortemente influenciado por esse período e ainda mantém conservado um rico patrimônio histórico-cultural, representado por centros históricos, igrejas, casarios e manifestações culturais diversas.

O Distrito de Piedade do Paraopeba (pertencente a Brumadinho), antiga Vila de Piedade do Paraopeba (fundada em 1674), é mais antigo que Ouro Preto, Mariana, Sabará e todas as outras cidades históricas de Minas Gerais. Abriga um patrimônio arquitetônico de grande relevância, destacando-se uma igreja pré-barroca do período missionário-jesuítico, inaugurada em 1713 — a Igreja Matriz de Piedade do Paraopeba (Figura 6.5), representativa da primeira fase de ocupação de Minas Gerais.

Figura 6.5 - Igreja Matriz de Piedade do Paraopeba



Fonte: Portal de Turismo de Brumadinho.

² Cumpre mencionar que a região a oeste do rio Paraopeba é alcançada por ponte única, situada na cidade de Brumadinho, apresentando relevo semelhante ao Paraopeba Leste, porém mais influenciado pelo relevo de Mar de Morros, onde a produção agrícola, responsável pelo abastecimento de Belo Horizonte, encontra grande representatividade — o chamado cinturão verde Hortifrutigranjeiro (Plano Diretor de Brumadinho).

O distrito também se destaca na produção de cerâmicas artísticas, reunindo diversos artistas regionais, bem como na produção artesanal de cachaça, sendo considerado, segundo o Portal de Turismo de Brumadinho³, o recordista mundial nessa atividade.

Na encosta da Serra da Moeda podem ser encontradas, ainda, ruínas da antiga casa de fundição de “Moeda Falsa”, em São Caetano da Moeda, na subida para a Serra da Calçada. Nesse local, funcionou uma fábrica de fundição de barras de ouro com cunhos reais falsos, com o objetivo de evitar o pagamento do quinto, tributo pago na época à Coroa Portuguesa.

Nessa região, está localizado o sítio arqueológico Abrigo Retiro das Pedras, localizado no distrito de Piedade do Paraopeba, nos arredores do Condomínio Retiro das Pedras. Trata-se de um pequeno abrigo quartizítico que apresenta pinturas rupestres em uma de suas paredes laterais, iluminada parcialmente pelo sol (IEF, 2005).

A área de influência direta do lado leste da Serra da Moeda incorpora o Distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido tradicionalmente por Macacos, e o bairro Jardim Canadá, que concentra inúmeros serviços que atendem, em especial, aos condomínios horizontais da região.

Segundo o “Portal Macacos”, o distrito de São Sebastião das Águas Claras está localizado a 25 km de Belo Horizonte. Seu povoamento teve início no século XVIII, com a descoberta de ouro na região. Com o passar do tempo, Macacos foi se formando com base nas atividades de pequena agricultura e no comércio de gêneros de primeira necessidade. A extração do ouro durou até meados do século XIX, quando o metal tornou-se escasso e sua extração mais difícil, levando a região ao esquecimento. Atualmente, a região se destaca pelo desenvolvimento do turismo, principalmente o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo gastronômico, alicerçado em seu potencial hídrico e paisagístico, no artesanato e na infraestrutura turística de qualidade, com inúmeras pousadas e restaurantes.

Os lados leste e oeste da Serra da Moeda (no caso deste estudo, considerando-se, sobretudo, as regiões dos municípios de Brumadinho e Nova Lima), apesar de aparentemente separados pela formação serrana, possuem forte relação, representada pelas manifestações culturais regionais. Segundo estudo de Brandt (2007, p.130), antes da construção das estradas atuais, a comunicação entre as regiões do entorno da Serra da Moeda, sobretudo entre as localidades que ficavam em lados opostos, era feita por trilhas que transpõem a serra:

³ www.portaldebrumadinho.com.br.

A maioria destas trilhas foi aberta há alguns séculos e ainda hoje pode ser apreciado, nas partes mais íngremes, o seu calçamento de pedra. A realização de um festejo em uma determinada região do entorno da Serra da Moeda é motivo para que as demais comunidades se desloquem a fim de participarem do evento. Este fato faz com que as celebrações sejam um dos principais momentos de integração social e compartilhamento de valores e práticas culturais entre os diversos grupos que coabitam a Serra. Desta forma, as celebrações são manifestações culturais que abrigam elementos significativos da memória social e da identidade coletiva, importantes aparatos que atuam na manutenção da coesão entre os diversos habitantes deste espaço (Brandt, 2007, p.130).

Essa perspectiva contribuiu para o surgimento e consolidação de um patrimônio imaterial significativo na região da Serra da Moeda. São encontradas diversas manifestações culturais, com encontros de grupos de Congado, Folia de Reis, bandas (povoado de Suzana, em Brumadinho), sanfoneiros, violeiros e cerâmicas, de diversos grupos sociais.

Além dessas manifestações, existem também diversas festas religiosas, com destaque para a Festa de Nossa Senhora do Rosário (Distrito de Piedade do Paraopeba, Brumadinho) e Festas Populares, com destaque para a Festa do Milho, da Laranja, da Mexerica Pokan e o Festival da Cachaça, realizados em Brumadinho. Contudo, de acordo com o plano diretor de Brumadinho (2006), muitos eventos vêm acontecendo de forma desordenada, com o empenho da própria comunidade, necessitando de maior apoio, estudo e estruturação para sua realização. As manifestações de cultura popular estão se perdendo por falta de apoio, de orientação, incentivo e valorização dessas manifestações culturais.

Além dos aspectos histórico-culturais, a riqueza paisagística e os recursos ambientais têm contribuído para o crescimento da visitação de turistas, atraídos, sobretudo, pela vocação para o ecoturismo e esportes radicais. A região integra o Circuito Turístico Veredas do Paraopeba (Brumadinho) e o Circuito Turístico do Ouro (Nova Lima), apresentando uma rica biodiversidade, com relevância dos recursos hídricos. Na encosta da Serra da Moeda existem várias nascentes e mananciais, que contribuem para o abastecimento de água da RMBH e, também, para a formação de diversas cachoeiras. No lado oeste destacam-se as cachoeiras Santa Cruz, do Alcebíades, da Usina, de Águas Claras, de Piedade do Paraopeba (ou “Cachoeira dos Carrapatos”), do Areião e dos Marques. Além das cachoeiras, destacam-se, ainda, as pistas de vôo livre, localizadas no chamado Topo do Mundo, que atraem diversos visitantes.

Do lado leste da Serra da Moeda, conforme abordado anteriormente, pode-se encontrar grande potencial natural e cultural. Nessa região, estão localizadas algumas lagoas e represas,

como a Lagoa do Miguelão e a Lagoa das Codornas. Pelo fato de servirem como reservatório de acumulação de água pluvial, usado para geração de energia elétrica, o acesso ao público é restrito nessas lagoas. A Lagoa dos Ingleses, por sua vez, permite maior acesso aos visitantes. Local de prática de esportes náuticos, a lagoa frequentemente sedia eventos e competições náuticas. Em seu entorno está localizado o conjunto residencial Alphaville. Em Macacos destaca-se a Cachoeira de Macacos, que recebe grande visitação. Cumpre mencionar, ainda, a existência de um roteiro gastronômico nas regiões de Macacos, do Jardim Canadá e do Vale do Sol, onde são realizados festivais gastronômicos que reúnem restaurantes com diferentes especialidades e atraem um grande número de visitantes.

Com relação à produção agrícola, há o predomínio de pequenas e médias propriedades no lado oeste da Serra da Moeda, com representatividade da mão-de-obra familiar. Segundo Brandt (2007), a origem de muitas dessas fazendas remonta a tempos coloniais, quando a região em questão servia de passagem e de entreposto comercial, além de produzir diversos gêneros alimentícios.

Um aspecto curioso é a presença de muros de pedras utilizados em épocas passadas para impedir que o gado saísse das propriedades. Esses muros antigos, construídos pela mão-de-obra escrava, podem ser visualizados em praticamente toda a região da Serra da Moeda. De acordo com Brandt (2007, p.122):

Os muros são elementos verticais, que, mais do que simples superfícies, emprestam significado à paisagem pela definição de compartimentos culturais. Através deles, pode-se compreender espaços e lugares. Nas vertentes ocidentais da Serra da Moeda, os muros de junta seca, construídos em tempos históricos são presença constante, não apenas como simples testemunhos do passado, mas também repletos de funções e significados até os dias de hoje. São um forte elemento de continuidade temporal na paisagem rural da região.

Atualmente, a paisagem rural incorpora outros elementos, reflexo da diversificação da produção e, em alguns casos, da adoção de técnicas agrícolas modernas. Dentre os principais produtos, podem-se apontar o café, o milho, a cana-de-açúcar, o arroz, o feijão, a mandioca, o tomate, a banana e a laranja. Há destaque para a fruticultura. Segundo o Plano de Manejo de Brumadinho, existe a intenção de agregar valor à fruticultura do município, através do incentivo à implantação de agroindústrias. A Universidade Federal de Viçosa elaborou um projeto para a instalação de uma fábrica de polpa de frutas em Brumadinho, que ainda aguarda a viabilização por parte do município.

d) Projetos existentes e previstos

Na região da Serra da Moeda, foram identificados alguns projetos voltados, sobretudo, para as áreas de conservação/proteção dos recursos naturais, turismo e infraestrutura viária.

Na área de conservação da natureza, as iniciativas existentes e/ou propostas trazem como tema central a preocupação com a degradação ambiental, decorrente, sobretudo, das ações das várias mineradoras existentes na região. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Projeto “Avaliação de Impactos Antrópicos sobre os Recursos Hídricos da Serra da Moeda: contribuindo para a gestão ambiental e educação socioambiental no vetor Sul da RMBH”, coordenado pelo Instituto de Estudos Pró-Cidadania - PRÓ-CITTÀ, que abrange os municípios de Nova Lima, Brumadinho, Moeda, Itabirito e Belo Vale.

O projeto tem como parceiros a ARCA AMASERRA (Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada), a ASTURIES (Associação para o Desenvolvimento do Turismo Ecológico Encosta da Serra), a AMA MOEDA (Associação do Meio Ambiente de Moeda) e a APHAA-BV (Associação do Patrimônio Histórico Artístico e Ambiental de Belo Vale), além de contar com o apoio das cinco prefeituras: Itabirito, Brumadinho, Nova Lima, Belo Vale e Moeda. O recurso financeiro é proveniente do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO).

O objetivo desse projeto consiste em caracterizar e avaliar as condições de proteção e conservação dos recursos hídricos na Serra da Moeda, considerando a dinâmica e as tendências de uso do solo e de aumento das pressões antrópicas ali presentes, e, dessa forma, subsidiar a gestão das águas e a gestão ambiental da região, dada sua importância estratégica no eixo sul de expansão da RMBH.

Com relação ao turismo, a região está inserida em projetos público-privados, como Estrada Real, e em programas públicos, como a Política Estadual de Circuitos Turísticos, através da participação em dois circuitos: o Circuito Turístico Veredas do Paraopeba (Brumadinho) e o Circuito Turístico do Ouro (Nova Lima), iniciativas que visam a contribuir para a estruturação do turismo regional.

Na área do Forte, em Brumadinho, existe o projeto para a criação do “Ecomuseu da Mineração”, com o intuito de interferir positivamente no desenvolvimento da região. Segundo o plano diretor de Brumadinho (2006), têm sido realizados estudos especializados no local, patrocinados pelo Ministério do Meio Ambiente e pela proprietária da área, a empresa de

mineração MBR, por iniciativa das ONGs ASTURIES e AMDA. Atualmente, este projeto encontra-se em fase de busca de recursos financeiros.

Outro projeto que merece destaque é a proposta de criação da Via das Sete Dores de Maria, no Distrito de Piedade do Paraopeba. Esse projeto, na área do turismo religioso, visa a incrementar esse potencial regional, representado pela existência de inúmeras manifestações religiosas e igrejas construídas na época da colonização do território. Segundo SETUR/MG, o projeto prevê a construção de uma via temática em honra de Maria Santíssima, Mãe de Jesus Cristo. Pequenas capelas serão construídas em formato de oratório, formando a Via e abrigando, em seu interior, painéis artísticos e placas com textos bíblicos representando as Sete Dores de Nossa Senhora. A Via terá um total de seis capelas, além da igreja Matriz em cujo altar mor já existe a representação da sexta dor de Maria. Anualmente muitos devotos e romeiros vão até a matriz da Vila de Piedade do Paraopeba para agradecer e pedir graças a Nossa Senhora da Piedade.

Na área de transporte e infraestrutura, Brumadinho possui um plano viário de integração intermunicipal que tende a contribuir para a melhoria do acesso no lado leste da Serra da Moeda. Segundo o plano diretor do município, esse projeto prevê a construção de uma rodovia ligando a sede à BR-381; uma rodovia ligando a BR-040 ao Instituto Inhotim; e a implementação de um serviço de transporte de passageiros e escoamento de produtos que proporcione aos distritos, povoados, localidades e vilas acesso à sede e entre si, criando condições: a) de acesso entre as localidades da circunvizinhança da estrada eixo; b) de instalação de equipamentos; c) para a localização de atividades econômicas de comercialização e escoamento da produção rural, artesanal e cultural. Existe também a intenção de se realizar um estudo sobre a possibilidade do aproveitamento da malha ferroviária para o transporte de passageiros, integrando-o a projetos estaduais e federais.

e) Demandas sociais

Dentre as principais demandas sociais na região da Serra da Moeda, pode-se apontar, primeiramente, a insuficiência de espaços de lazer e entretenimento, em especial aqueles voltados à população. Em Brumadinho, segundo o plano diretor, existe grande carência de oportunidades de lazer para os moradores, ao passo que esse município constitui uma fonte de lazer para um grande número de pessoas da região metropolitana, motivadas pelo potencial natural, paisagístico e cultural da região. Observa-se que o município não tem investido em

equipamentos diversificados de lazer gratuito e nem mesmo na qualificação de profissionais capazes de atuar nas comunidades visando ao desenvolvimento de oportunidades de lazer para as crianças, para os jovens e também para a terceira idade. Não existe ainda um levantamento mais detalhado sobre interesses e necessidades de cada comunidade. Os projetos para o efetivo desenvolvimento de atividades de lazer e de esporte nas comunidades são ainda incipientes.

Como já tratado anteriormente, o processo de degradação ambiental da região, influenciado, sobretudo, pela mineração, turismo, atividades agropecuárias e avanço dos condomínios horizontais, tem mobilizado diversos atores sociais, grupos e movimentos sociais em prol da preservação da Serra da Moeda.

Uma dessas iniciativas reúne grupos sociais e comunidades do entorno da Serra da Moeda em protesto contra a exploração de minério de ferro pela empresa Ferrous Resources. Esse movimento social realiza, há três anos, um evento de protesto em defesa dessa área de preservação ambiental chamado "Abrace a Serra da Moeda", que acontece na rampa de decolagem do Topo do Mundo. Segundo o jornal Hoje em Dia (8/04/2010), a exploração do minério de ferro na região, se autorizada, comprometerá a biodiversidade local e colocará em risco inúmeras nascentes que abastecem condomínios residenciais particulares e sete comunidades do município de Brumadinho, incluindo comunidades quilombolas que habitam a região há cerca de 300 anos. Além disso, o patrimônio histórico-cultural regional pode ser prejudicado: a Fazenda dos Martins, por exemplo, um dos poucos símbolos da colonização de Minas Gerais, tombada pelo patrimônio histórico estadual, está ameaçada devido à sua proximidade em relação à barragem de rejeito. Atualmente, a emenda constitucional que inclui o tombamento da Serra da Moeda já está pronta, aguardando a votação em segundo turno na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Outro movimento social da região, liderado pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) e pela Associação para Recuperação e Preservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada (ARCA AMASERRA), reivindica a proteção integral da Serra da Calçada, também em virtude da degradação ambiental ocasionada pela mineração, agropecuária e turismo.

Foi possível identificar ainda uma grande carência de políticas estruturadoras na área cultural. Os planos diretores municipais de Brumadinho e Nova Lima reconhecem a necessidade da implementação de projetos voltados ao incentivo das manifestações culturais regionais, através da: a) implementação de políticas culturais regionalizadas, capazes de

promover a articulação entre os equipamentos ou espaços de cultura, esporte e lazer e os equipamentos educacionais – escolas, bibliotecas; b) criação de espaços culturais que sejam referência para a população em todas as regiões; c) organização de um sistema de informações e divulgação da vida cultural e da história regional; d) implementação de projetos profissionalizantes no âmbito da ação cultural; e) preservação da paisagem urbana e dos cenários constituídos pelos casarios de caráter histórico, artístico e cultural; f) ações de educação patrimonial e; g) realização de levantamento dos bens tangíveis e intangíveis (as manifestações culturais, como festas folclóricas, tradições, costumes, modos de fazer – “saber fazer” – e outros fatos marcantes da cultura).

6.2.1.1.2 Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos (Figura 6.6) está localizado no Quadrilátero Ferrífero, porção Sul da Cadeia do Espinhaço, na junção dos sistemas serranos que bordejam os setores norte (Serra do Curral) e oeste (Serra da Moeda). No caso específico deste estudo, a área que compõe esse conjunto paisagístico e sua área de influência é delimitada, ao norte, pelos municípios de Ibirité, Sarzedo e Mário Campos; ao sul, pelo município de Brumadinho (com enfoque para os distritos de Tejuco, Casa Branca, além da sede municipal); a leste, pela Serra do Curral e municípios de Belo Horizonte e Nova Lima (com enfoque no Bairro Jardim Canadá); e, a oeste, pelo rio Paraopeba (Fecho do Funil).

Figura 6.6 - Serra do Rola Moça



Foto: Altair Sancho

O presente estudo identificou os principais usos e pressões existentes nesse conjunto paisagístico. Essa região encontra-se descaracterizada em relação ao seu estado original devido ao histórico de ocupação do território e à intensidade das atividades antrópicas decorrentes do processo de colonização e urbanização. Um caso que retrata essa situação é o distrito de Casa Branca, em Brumadinho. Segundo Nunes *et al.* (2009, p.11):

Nos últimos anos, décadas de 80 e 90, houve uma transformação na forma de exploração da região de Casa Branca, que passou a ser baseada na especulação imobiliária, causada, sobretudo, em função da expansão da metrópole de Belo Horizonte que culmina na instalação de condomínios, sobretudo, na Zona Sul. Assim, a princípio, Casa Branca passa a ser procurada por uma população diferenciada de Belo Horizonte, em busca de lazer em ambiente rural. A partir da década de 90, ocorreu a instalação de moradias na localidade para atender a demanda de uma população que, neste momento, estava à procura de uma melhor qualidade de vida, resultando na proliferação dos condomínios. Essa ocupação indica um crescimento desordenado e comprometedor ao meio ambiente tanto no que diz respeito às ocupações urbanas quanto às atividades extrativas, no caso a mineração. É possível perceber que na região as áreas correspondentes à concessão de lavra encontram-se, em alguns casos, sobre áreas de Mata Atlântica; assim como é possível perceber que a área onde há presença de mancha urbana é também aquela em que há maior quantidade desta vegetação.

À região urbanizada de Casa Branca estão associados os principais aspectos de degradação ambiental: voçorocas, áreas de solo exposto, pontos de acúmulo de lixo, pontos em que ocorrem assoreamento nos cursos d'água e saídas de esgoto, o que tem contribuído para a ocorrência e a aceleração de processos de degradação na região.

Além da forte pressão urbana e da mineração, as atividades agrícolas, o turismo, o extrativismo vegetal, o lixo, a caça e o fogo também contribuem para a descaracterização dos ambientes naturais da região desse conjunto paisagístico. Nesse sentido, é importante realizar uma análise do modo como as atividades exploratórias têm se efetivado nessa região, tendo como base a legislação federal referente ao uso do solo e a legislação ambiental, de maneira a empreender ações voltadas ao ordenamento territorial e à conservação das áreas naturais, em especial mananciais e áreas de mata atlântica ainda preservadas.

A região possui uma importante “função” voltada ao abastecimento de água para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que reforça ainda mais a importância da conservação dos recursos hídricos da região da Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos. Essa temática deve constituir aspecto prioritário no âmbito das políticas públicas, de maneira a influenciar a proposição de iniciativas destinadas à fiscalização ambiental, regulamentação das atividades econômicas existentes, ações na área de educação ambiental, dentre outras, com o objetivo de garantir a integridade dos ecossistemas e processos ecológicos regionais.

O Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) (*Idem*) aponta que as áreas mais antropizadas na região de influência direta do Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM) localizam-se nas proximidades do Jardim Canadá (Nova Lima) e na região do Barreiro (Belo Horizonte). Nessas áreas, a ocupação humana e as atividades de mineração são mais intensas.

O aumento do processo de degradação ambiental decorrente da mineração na região requer atenção. Segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (2005), na região compreendida pelo PESRM, Estação Ecológica de Fecho (EEF) e entorno, existem 62 pedidos de pesquisa/lavra, sendo que 60% dos pedidos são para exploração de minério de ferro. Caso se comprove a viabilidade técnica e econômica, e, dependendo das condições da aprovação pelos órgãos ambientais, as lavras poderão entrar em operação, o que ameaça a biodiversidade regional. Segundo Plano de Manejo do PESRM (2007, p.11), as mineradoras com atuação na região são: Mineração Santa Paulina, Capão, Geral do Brasil, Rio Verde e Mina Mutuca.

b) Estado de conservação

Dentre as estratégias de proteção da natureza existentes nessa região, destacam-se sua inserção na Reserva da Biosfera do Espinhaço e na APA-Sul, iniciativas que pressupõem a compatibilização entre conservação da biodiversidade e uso sustentável. Outra estratégia importante refere-se à criação de unidades de conservação. Em 1967, foi criado o Parque Estadual da Serra do Rola Moça (Lei 4.495). Segundo informações contidas no *site* do IEF/MG⁴, o PESRM abriga uma paisagem diferenciada por suas características geológicas e topografia acidentada. É uma região de natureza privilegiada, destacando-se pela beleza cênica do ondulado das serras. Suas riquezas naturais estão presentes nos diferentes ecossistemas que abriga, como as matas ciliares, as áreas de cerrado e os campos rupestres. As conhecidas canelas-de-ema são plantas facilmente encontradas no Parque, bem como o lobo-guará, a lontra e o mico-estrela, exemplos de uma fauna diversificada em que várias espécies se encontram sob risco de extinção.

Além disso, o parque tem contribuído diretamente para a conservação do potencial hídrico regional, por abranger em seus domínios Áreas de Proteção Especial (APEs) destinadas à preservação de várias nascentes e cabeceiras de rios das bacias do Velhas e Paraopeba, destacando-se: Tabões, Rola-Moça, Bálsamo, Barreiro, Mutuca e Catarina, além da Estação Ecológica de Fechos, mananciais não abertos à visitação pública e que abastecem a população de Belo Horizonte, Ibirité e Brumadinho. Destaca-se também, na região da Serra dos Três Irmãos, a presença da RPPN Córrego do Feijão.

c) Área de influência

O Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos apresenta um patrimônio natural e histórico-cultural significativo. Destaca-se o potencial hídrico da região (já evidenciado anteriormente), representado por ribeirões (Catarina, Casa Branca, Macacos), córregos (Fechos, Barreiro, Mutuca) e mananciais (todos protegidos, como Bálsamo, Barreiro,

⁴ Disponível em <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/504-plano-de-manejo-do-parque-estadual-serra-do-rola-moca-e-aprovado>, acessado em 30 de abril de 2010.

Cercadinho, Mutuca, Rola Moça, Taboões), que cumprem a função de abastecimento da RMBH.

Nessa região, destaca-se a presença do Parque Estadual da Serra do Rola Moça, terceiro maior parque em área urbana do país e uma das mais importantes áreas verdes do estado. Além de abrigar alguns dos mananciais que abastecem Belo Horizonte, o PESRM constitui o principal atrativo turístico da região, recebendo inúmeros visitantes. As principais atrações do parque são os mirantes para observação contemplativa da paisagem e a presença de campos ferruginosos, tipo de vegetação rara, composta de canga hematítica, sendo encontrada apenas em Minas Gerais, no quadrilátero ferrífero, e em Carajás, no estado do Pará.

Semelhante às suas regiões vizinhas, o Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos possui ricas manifestações culturais e patrimônio histórico e artístico, remanescentes do período de colonização e exploração do ouro em Minas Gerais. No lado sul desse Conjunto Paisagístico registra-se a presença de manifestações culturais preservadas ao longo do tempo, como Guardas de Congo e Moçambique, encontros de Folias de Reis e de bandas de música. O Instituto Inhotim, juntamente com as Secretarias Municipais de Cultura e Turismo, desenvolve projetos com as bandas de música de Brumadinho, visando a apoiar e incentivar a manutenção dessa tradição regional. Em Casa Branca, está sediada a Cooperativa de Produção Artesanal Mulheres da Serra do Rola Moça, que produz bordados comercializados em loja de Casa Branca e feiras fora do município.

São realizadas também festas religiosas e diversos eventos, alguns deles com abrangência regional, como o Grande Prêmio de Ciclismo de Brumadinho, que integra o circuito mineiro de ciclismo, atraindo visitantes e atletas de várias regiões de Minas Gerais. Outro evento de grande relevância é o “Brumadinho *Gourmet*”, evento gastronômico realizado no distrito de Casa Branca. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG), esse evento é uma realização da Secretaria de Turismo e Cultura e tem como objetivo impulsionar Brumadinho no cenário turístico e de gastronomia através da promoção de suas riquezas e da valorização de seus talentos. O “Brumadinho *Gourmet*” é realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais (SENAC/MG) e também conta com intenso envolvimento da comunidade local.

O patrimônio histórico-cultural da região abrange um conjunto de igrejas, localizadas nos distritos de São Sebastião das Águas Claras, Casa Branca e Tejuco e na sede municipal de Brumadinho. Vale destacar também a Estação Ferroviária de Brumadinho, fundada em 1917,

juntamente com o trecho de linha que ligava a estação de João Ribeiro a Belo Horizonte, bem como os espaços culturais Casa de Cultura Carmita Passos e o Teatro Municipal de Brumadinho.

Em relação às atividades agropecuárias, verifica-se grande número de pequenos e médios produtores, dedicados à produção de produtos como banana, cana-de-açúcar, tomate e mandioca, dentre outros.

No lado norte do Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos foi identificado grande potencial voltado para a realização de atividades turísticas, de lazer e recreativas. São realizadas também festas religiosas e diversos eventos, como o Rodeio de Sarzedo, a Folia de Reis do Zé Pretinho (Santa Rosa de Lima), a Festa do São Cristóvão (Bairro Brasília - Igreja Senhor dos Passos, com participação de outras comunidades vizinhas), a Festa do Engenho Seco (Povoado do Engenho Seco - Igreja Sagrada Família, com participação das comunidades vizinhas Capão do Bálsamo, Córrego do Feijão, Lambari e Serra da Boa Esperança) e a Feira de Artesanato, que ocorre no Espaço da Estação Ferroviária, Praça Ermelindo. O artesanato da região é outro fator de grande relevância, envolvendo principalmente atividades como customização e pintura em tecido, biscuit, crochê e bordado, tapeçaria, artesanato em madeira, fuxico, etil, vinil e acetato (EVA), reciclados, artesanato em coco e cabaça.

O patrimônio histórico-cultural da região abrange um conjunto de igrejas, como a Capela Nossa Senhora do Rosário, em Ibirité, e a Igreja Matriz de Sarzedo. Cabe destacar também o Complexo da Estação Ferroviária de Sarzedo e o Casarão Sampaio, em Mário Campos, enquanto bens protegidos por lei, bem como a existência do Sítio Antipoff, situado na Fazenda do Rosário, em Ibirité: trata-se de um sítio arqueológico a céu aberto, em área destinada a plantio nos últimos anos. Na superfície e subsuperfície do local, foram observados fragmentos cerâmicos, além de algumas lascas de quartzo. O Sítio localiza-se a 100m do Córrego Ibirité, nas adjacências das construções da fazenda, e encontra-se parcialmente destruído em função do revolvimento do solo nos últimos anos, além dos focos de erosão. O material arqueológico também vem sendo carregado pelas enxurradas das chuvas.

No que diz respeito ao meio rural localizado no entorno da Serra dos Três Irmãos, nos municípios de Sarzedo, Ibirité e Mário Campos são identificadas ações no intuito de fomentar o cooperativismo e o associativismo. Para tanto, agricultores e familiares são capacitados tecnicamente a partir de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Espera-se, com isso, viabilizar as atividades rurais na região.

O estímulo ao desenvolvimento do meio rural é, portanto, ponto comum entre os municípios do Conjunto Serra dos Três Irmãos. Porém, segundo o plano diretor de Ibirité, tal estímulo deve primar pela preservação e diversificação das atividades rurais, pelo estímulo à horticultura, com vistas a dinamizá-la e torná-la mais competitiva, e pela diversificação da produção, de modo a melhor aproveitar o largo potencial dos recursos hídricos desses municípios.

Cabe destacar, no que se relaciona às prováveis centralidades observadas, que a existência de traços rurais, sob a forma de elementos de ruralidade como a produção de artesanato e produtos caseiros como doces, queijos, tapeçaria e cerâmica, emerge como potencial elemento integrador em torno, sobretudo, dos municípios de Sarzedo, Mário Campos, Ibirité e Rio Manso. O potencial hídrico citado pelos municípios de Mário Campos, Rio Manso e Ibirité surge, também, como um traço comum e de grande identificação entre esses municípios. Em torno desse potencial existem iniciativas voltadas para o turismo, a agricultura, a preservação ambiental etc.

d) Projetos existentes e previstos

No Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos foram identificados, a princípio, alguns projetos já em andamento ou previstos, cujo enfoque abrange as áreas de turismo, cultura e proteção de recursos naturais.

Com relação ao turismo, a região está inserida em projetos público-privados, como Estrada Real, e em programas públicos, como a Política Estadual de Circuitos Turísticos, através da participação em dois circuitos: Circuito Turístico Veredas do Paraopeba (Brumadinho) e Circuito Turístico do Ouro (Nova Lima).

Nas regiões de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), Vale do Sol e Bairro Jardim Canadá existe uma rota gastronômica de grande representatividade regional, que reúne restaurantes, infraestrutura turística e opções de lazer e entretenimento e que vem atraindo visitantes ao longo do ano.

Cumprе mencionar a criação recente do JA.CA Centro de Arte e Tecnologia, localizado no Jardim Canadá, bairro de Nova Lima. Segundo o *site*⁵, o JA.CA é uma nova iniciativa para o estímulo e o desenvolvimento da arte no Brasil, atuando como uma importante plataforma para o aprendizado e o intercâmbio de experiências. O Centro promoverá uma variedade de eventos relacionados à arte, como palestras, oficinas e exposições, e terá sua coleção de arte contemporânea e sua midiateca disponíveis para visitação. A criação desse centro de arte e a relevância do Museu de Arte Contemporânea de Inhotim em Brumadinho configuram um importante eixo cultural na região, que deve ser fomentado a partir de iniciativas voltadas à melhoria de acesso e de infraestrutura e à promoção e desenvolvimento de projetos de inclusão social, que visem a aproximar a população local dessas novas experiências culturais.

O plano diretor de Brumadinho prevê ações voltadas à proteção dos recursos naturais regionais. Um dos projetos visa à preservação dos recursos hídricos das sub-bacias do rio Manso, ribeirão Casa Branca, ribeirão Ferro Carvão, ribeirão Aranha, ribeirão Marinhos, ribeirão Sapé, ribeirão Socominas, ribeirão Lava Prata, ribeirão Ponte, ribeirão Esperança, suas nascentes e tributários, bem como nascentes e tributários de bacias menores de afluentes diretos do rio Paraopeba, dentro do território municipal, com vistas à criação de áreas de interesse ambiental e paisagístico, bem como à criação de unidades de conservação como Parques Municipais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Corredores Ecológicos e Áreas de Preservação Ambiental.

Conforme apontado no plano diretor de Sarzedo, há a clara intenção de apoiar e incentivar iniciativas e projetos na região da Serra dos Três Irmãos, buscando promover o ecoturismo, o turismo rural e o turismo de aventura. São apontadas diversas características da Serra, como a existência de cachoeiras, matas nativas e trilhas, que possibilitam a prática de esportes ligados à natureza, como caminhadas, *trekkings*, cavalgadas, esportes radicais e outras atividades que viabilizam o turismo rural e o ecoturismo na região.

A relação entre o meio rural e a possibilidade de promoção do turismo rural envolve também a população que ali reside, uma vez que o plano pretende priorizar a região formada pelas comunidades rurais para o desenvolvimento do turismo rural de lazer e do agronegócio. Nesse sentido, é intenção das prefeituras desses municípios desenvolver junto aos produtores rurais o conceito de turismo rural e ecoturismo como fonte de geração de emprego e renda.

⁵ <http://jacaarte.org>

Cabe destacar ainda o projeto “Lagoa da Gente”, promovido e organizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do rio Paraopeba, que promove, no município de Ibité, mobilização e educação ambiental para a proteção da Lagoa de Ibité (também conhecida como “Lagoa da Petrobrás”). Em parceria com a Refinaria Gabriel Passos (Regap/Petrobrás) e a comunidade local, o projeto visa a discutir a importância das águas no contexto da Lagoa de Ibité.

A Lagoa de Ibité ou Lagoa da Petrobrás foi construída no final da década de 1960 como um dos equipamentos do ciclo produtivo da Regap. Assim como em outros mananciais próximos às regiões metropolitanas, o uso e ocupação do solo, bem como os usos múltiplos de suas águas, traz riscos para o meio ambiente e para a saúde pública.

Segundo o *site* do CBH Paraopeba, o projeto promoveu, até abril de 2010, estudos sobre as condições ambientais da lagoa e sobre o território por ela drenado, visando a tratar do assunto com a comunidade escolar, a sociedade civil organizada e usuários de suas águas por meio de oficinas, seminários, reuniões e campanhas de sensibilização. Está prevista também a produção de hortas comunitárias, maquetes das sub-bacias e aquecedores solares com materiais reciclados, dentre outras atividades.

Conforme relato de um morador da região, após a realização do projeto foi observado que a população, de forma geral, está se mostrando um pouco mais interessada e conscientizada quanto à despoluição da Lagoa de Ibité. De acordo com o relato, a COPASA e a prefeitura de Ibité comprometeram-se a construir uma estação de tratamento de esgoto na região. Nesse sentido, o projeto atua, ainda, no intuito de cobrar para que tais propostas e demandas sejam, de fato, postas em prática em favor da população e de uma melhora na qualidade de vida dos que ali residem.

e) Demandas sociais

Em virtude da relevância hídrica dessa região, uma das principais demandas sociais identificadas neste estudo refere-se, justamente, à proteção das áreas de mananciais responsáveis pelo abastecimento da RMBH. As atividades de mineração – concentradas, sobretudo, na Serra dos Três Irmãos e em áreas de influência direta –, as atividades agrícolas, o turismo e a urbanização crescente representam ameaças à biodiversidade regional, o que tem levado diferentes grupos e movimento sociais a reivindicarem medidas mais eficazes de proteção dessas áreas naturais.

O lazer também constitui grande demanda social na região. Como já abordado, ao sul do Conjunto Paisagístico Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos, os espaços de lazer e entretenimento, sobretudo aqueles direcionados à população local, são escassos. Esse fato representa uma contradição, haja vista que toda a região constitui fonte de lazer para os visitantes e moradores de segunda residência, atraídos pela presença do PESRM e de áreas rurais.

No lado norte da Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos há registros de freqüentes impactos ambientais, como focos de incêndio e exploração por parte das mineradoras instaladas na região. Percebe-se, a partir do conteúdo contemplado nos planos diretores dos municípios desse Conjunto, a preocupação especial com temas como preservação e proteção ambiental, principalmente em relação aos recursos hídricos, ao solo e à cobertura vegetal, não sendo normalmente permitida a expansão urbana sobre bacias hidrográficas ainda não impactadas por usos urbanos e industriais, sobre áreas de expressiva cobertura vegetal e sobre áreas inundáveis ou com problemas geotécnicos. Nesse sentido, destacam-se a área do entorno da nascente de água mineral em Mário Campos, as margens do rio Paraopeba e a área do córrego Sarzedo, localizado na zona rural, além das demais nascentes pertencentes ao município que estiverem cadastradas.

Por essa razão, a preservação ambiental é uma questão central, que possivelmente é contemplada como uma das principais demandas debatidas pelas associações de bairros dos municípios cortados pela Serra dos Três Irmãos. Citam-se, como exemplos, o Instituto Artístico e Cultural de Sarzedo (IACS), a Associação Condomínio Sarzedo e a Associação Comunitária do Bairro Santo Antônio.

A totalidade dos municípios que compõem esse conjunto faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba, o que demonstra uma clara demanda ambiental no que se refere à preservação e conscientização da população quanto à degradação dos cursos d'água existentes na região. O plano diretor de Sarzedo sugere, ainda, a formação e o fortalecimento de associações comunitárias visando não apenas à produção econômica, mas também à coesão social.

6.2.1.1.3 Conjunto Paisagístico Serra do Curral

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Serra do Curral abrange a região delimitada, ao norte, pela área de influência direta da Serra do Curral no município de Belo Horizonte; ao sul, pelo município de Nova Lima; a leste, pelo município de Sabará; e, a oeste, pela BR-040.

Localizado no Quadrilátero Ferrífero, porção sul da Cadeia do Espinhaço, esse conjunto paisagístico possui vegetação bastante diversificada, variando de espécies do cerrado até remanescentes da mata atlântica. De modo geral, seu ambiente físico apresenta características semelhantes à região da Serra da Moeda, em termos de vegetação, clima, relevo, geologia e hidrologia, aspectos já descritos anteriormente. A altitude média varia de 1.100 a 1.350 metros, considerando que o ponto culminante se encontra no Pico Belo Horizonte, com altitude de 1.390 metros.

Seu nome está relacionado a “Curral Del Rei”, designação da localidade onde foi fundada, em 1897, a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Tombada em 1991 como patrimônio do município de Belo Horizonte, a Serra do Curral é um dos marcos mais representativos da cidade, com expressivo significado simbólico. A região do conjunto paisagístico Serra do Curral possui atributos físicos, econômicos, culturais e estéticos significativos. Esses atrativos, somados à existência de espaços de lazer e espaços verdes, como o Parque das Mangabeiras, a Praça do Papa, a RPPN Mata do Jambreiro e a Estação Ecológica de Fechos, são responsáveis por atrair inúmeros visitantes.

Outra atividade característica presente na Serra do Curral está relacionada à sua vocação minerária, que, inclusive, foi determinante para a conformação histórico-cultural desse território a partir do século XVIII. A exploração econômica da mineração de ouro, posteriormente substituída, em maior escala, pela mineração de ferro, é considerada um dos vetores de expansão urbana da RMBH, iniciada historicamente pelos municípios de Nova Lima e Brumadinho. Cumpre mencionar a presença da mina de ferro desativada Águas Claras, área que tem envolvido diversas discussões e proposições em relação aos seus potenciais novos usos.

Essa vocação minerária, associada à crescente urbanização e visitação turística, é responsável por grandes pressões sobre os recursos naturais da Serra do Curral, já bastante

descaracterizados em relação ao seu estado original. Segundo plano de manejo do PESRM, a forte pressão urbana, as atividades agrícolas, a mineração, o extrativismo vegetal, a caça e o fogo são alguns exemplos de atividades do homem que contribuem para a descaracterização dos ambientes naturais da região.

b) Estado de conservação

Em virtude das diversas pressões antrópicas existentes na região da Serra do Curral, algumas iniciativas voltadas à proteção de seus recursos naturais e histórico-culturais foram estabelecidas. Primeiramente, é importante mencionar que a Serra do Curral integra a APA-Sul, unidade de conservação que abrange diversos municípios da região sul da RMBH e cujo principal objetivo é garantir a conservação da biodiversidade e o bem-estar das populações locais, associados ao manejo sustentável. A APA-Sul/RMBH foi criada em 1994 pelo Decreto Estadual 35.624 (8/07/1994). Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)⁶,

Na APA-Sul/RMBH estão presentes duas grandes bacias hidrográficas, a do Rio São Francisco e a do Rio Doce, que respondem pelo abastecimento de aproximadamente 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população de sua região metropolitana. A área possui uma das maiores extensões de cobertura vegetal nativa contínua do Estado, abrangendo regiões conhecidas como Caraça e Gandarela. Ocorrem aí as matas úmidas de fundos de vales e as matas de altitude e grandes formações rochosas. Estas características determinam inestimável valor em termos de biodiversidade.

Na área da APA-Sul estão localizadas importantes unidades de conservação, que contribuem diretamente para a proteção da biodiversidade regional: Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Estação Ecológica de Fecho (cujas características e relevância já foram anteriormente mencionadas) e RPPN Mata do Jambreiro.

A RPPN Mata do Jambreiro está localizada na vertente sul da Serra do Curral, no município de Nova Lima. Abrangendo uma extensa formação de mata atlântica e em transição para o cerrado, possui uma área de 912 ha, sendo considerada uma das mais importantes reservas ambientais da grande Belo Horizonte. Em virtude da relevância de sua flora, fauna e

de seu potencial hídrico (composto pelos córregos Aperta-Pé, Jambreiro, Águas-Claras, Campo-Alegre, Crioulos, Criminoso, Diamante e Samambaia, contribuintes do córrego Cardoso, afluente do Rio das Velhas), essa região tornou-se Reserva Particular do Patrimônio Natural, com o objetivo principal de promover a conservação de sua biodiversidade. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM)⁷, a RPPN Mata do Jambreiro foi criada em 1996 através de uma parceria entre a proprietária da área (Minerações Brasileiras Reunidas/MBR, hoje empresa da Companhia Vale) e a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA).

A Serra do Curral integra, ainda, a área de proteção do Parque das Mangabeiras. O Parque Municipal das Mangabeiras é um parque da cidade de Belo Horizonte e engloba a maior área verde da capital mineira e um dos maiores parques urbanos da América Latina. Localiza-se na Serra do Curral, zona sul da cidade. Antiga área de exploração de minério de ferro⁸, foi inaugurado em 1982, possui 337 hectares e mais de 2 milhões de metros quadrados e, atualmente, é administrado pela Fundação de Parques Municipais, vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas. O espaço possui grande representatividade de espécies de fauna e flora, além de abrigar mananciais responsáveis pelo abastecimento da RMBH. Representa um importante espaço de lazer da RMBH, recebendo cerca de 30 mil visitantes por mês, que buscam opções de descanso, lazer, esportes e entretenimento. Segundo a Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte⁹:

O Parque das Mangabeiras é um local definido como de preservação e pesquisa ambiental aberto ao público. Contudo, contrariando sua destinação definida por lei, o parque é palco freqüente de ruidosos espetáculos de música popular, que afugentam as espécies que deveriam ser tuteladas, ainda que não conte com estrutura para a realização desse tipo de evento.

Essa perspectiva aponta para a necessidade de discussões e estudos sobre o manejo do Parque, para o qual é preciso estabelecer um zoneamento capaz de contemplar suas características e demandas específicas, sobretudo sob a ótica da proteção da biodiversidade,

⁶ Disponível em <<http://www.semاد.mg.gov.br>>. Acesso em 20/05/2010.

⁷ Disponível em <http://www.cprm.gov.br/estrada_real/15.html>. Acesso em: 20/05/2010.

⁸ No início da década de 1960, a área foi cedida à empresa Ferro Belo Horizonte S/A, Ferrobela, para a exploração de minério de ferro.

⁹ Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=fundacaoparque>>. Acesso em: 20/05/2010.

de forma a coibir a visitação turística e a realização de atividades que impactem as espécies existentes.

c) Área de influência

A área de influência do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral foi um dos cenários do processo de ocupação e colonização de Minas Gerais no século XVIII. A exploração do ouro atraiu inúmeras pessoas à região e, lentamente, começaram a ser fundadas as primeiras vilas e povoados. Atualmente, a região ainda conserva significativo patrimônio histórico-cultural desse período, representado por construções históricas e manifestações culturais.

Em Nova Lima, as tradições históricas, danças e encontros culturais merecem destaque, sendo muito representativos e valorizados tanto pela população quanto pela prefeitura municipal. Frequentemente são realizados desfiles de cavalcadas (São Jorge, São José Operário), encontros de Marujos do Congado e festas religiosas (Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Nossa Senhora do Pilar, Festa do Senhor do Bonfim), que contribuem para a valorização e manutenção dessas tradições artísticas e culturais. Estão presentes, também, inúmeras manifestações de artesanato, como funilaria artística e decorativa, peças em ferro, adornos, móveis, crochê, panos de prato e tricô, pintura em tela, fuxico, artesanato em bambu com flores, plantas e hortalças.

Além disso, Nova Lima possui um patrimônio histórico muito representativo. Na sede, podem-se destacar o Teatro Municipal Manoel Franzen de Lima (tombado pelo patrimônio municipal), a Casa de Cultura e o Centro de Memória de Nova Lima, a Casa Aristides Atelier de Artes e Ofícios, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (tombada), a Igreja do Senhor do Bonfim e a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, construída no século XVIII e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Existe ainda um legado inglês importante no município, resultado da instalação, em 1834, da companhia inglesa *Saint John Del Rey Mining Company*. Segundo a Prefeitura de Nova Lima¹⁰, essa empresa começou a explorar a mina Morro Velho com técnicas e equipamentos avançados, passando a ser responsável pela metade da produção aurífera

¹⁰ <http://www.novalima.mg.gov.br>

brasileira e o maior exemplo de mineração subterrânea profunda no Brasil¹¹. Essa presença inglesa foi responsável pela conformação de um patrimônio histórico e artístico significativo, representado pelo centro de preservação histórica Casa Grande / Centro de Memória Morro Velho, que guarda coleções de pedras e armas antigas, equipamentos do Hospital dos Ingleses, instrumentos utilizados nas diferentes fases do processo de mineração, álbuns de geologia e engenharia, fotografias e registros do início do século passado, além de uma biblioteca com clássicos da literatura inglesa. Além disso, destaca-se o bairro Quintas dos Ingleses, formado por um conjunto de casas em estilo europeu, parte delas do século XIX, e a Rua do Ziguezague Grande (Rua Augusto de Lima), construída no século XX e tombada pelo município.

A cidade de Nova Lima possui também alguns espaços culturais, como o Arquivo Público Municipal de Nova Lima, a Casa de Cultura Professor Wilson Chaves, o Centro Cultural do Jambreiro, o Centro de Memória de Nova Lima, o Centro de Memória Morro Velho e o Teatro Municipal Manoel Franzen de Lima, com capacidade para 800 pessoas.

Cumprе destacar, ainda, o bairro de Honório Bicalho, em virtude de suas características históricas e naturais. Esse bairro integra trecho do Caminho Velho da Estrada Real, que retrata o período histórico do Ciclo do Ouro em Minas Gerais. Nele, existem patrimônios e construções históricas relevantes, como o Santuário Bom Jesus de Matozinhos (construção setecentista concluída em 1760), a Banqueta de Matozinhos, o curral de pedra dos escravos, a linha ferroviária da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e a Usina da Gaia. Além da relevância patrimonial, os atributos naturais também constituem aspecto importante de Honório Bicalho. Pode-se destacar a presença do rio das Velhas – onde existe uma estação de tratamento de água para abastecimento da RMBH –, o Poço Azulão – principal atrativo natural do bairro –, a Cachoeira das Vinte Sete Voltas e a Cascata do Zumbi, além de áreas de proteção e áreas verdes como a Mata das Três Barras, a Mata do Cambimbe e a Mata do Mumbi.

Já na vertente norte da Serra do Curral foram identificados inúmeros espaços de lazer e entretenimento, com destaque para o Parque Municipal das Mangabeiras e a Praça do Papa,

¹¹ A Mina de Morro Velho já pertenceu a ingleses e brasileiros. Hoje controlada pelo grupo sul-africano AngloGold Ashanti, é uma das mais profundas minas do mundo, com cerca de 2,5 km de profundidade e outros 3,4 km de extensão em linha reta (Prefeitura de Nova Lima).

locais que exercem importante papel enquanto áreas verdes e de lazer para a população da RMBH e também para turistas.

d) Projetos existentes e previstos

Os projetos existentes e previstos para a região da Serra do Curral estão relacionados, sobretudo, às áreas de turismo, lazer, cultura e proteção da natureza.

Como evidenciado anteriormente, o município de Nova Lima possui grande vocação na área de cultura e turismo. Participa do Projeto Estrada Real, a partir do chamado Caminho Velho ou Caminho Sabarabuçu – que abrange o distrito de Honório Bicalho –, além de integrar o Circuito Turístico do Ouro. São apoiados e realizados diversos projetos na área de desenvolvimento, turismo, artesanato e cultura. Cumpre mencionar o Programa de Apoio às Manifestações Culturais Populares de Nova Lima, que abrange guarda do congo, cavalhadas, corporações musicais (bandas) e grupos de cultura afro-brasileira, como um caminho para valorizar e divulgar as manifestações culturais tradicionais da região.

As propostas e ações previstas no plano diretor desse município conferem grande importância aos aspectos culturais. Evidencia-se a necessidade de proposição de uma política de estruturação cultural no município a partir de uma visão regionalizada, por meio da articulação entre os equipamentos ou espaços de cultura, esporte e lazer e os equipamentos educacionais – escolas, bibliotecas. O plano diretor destaca, também, a importância da: i) criação de núcleos e espaços culturais de abrangência regional; ii) organização de um sistema de informações e divulgação da vida cultural e da história da cidade no Centro de Memória de Nova Lima; iii) implementação de projetos profissionalizantes no âmbito da ação cultural; iv) preservação da paisagem como integrante do patrimônio municipal; v) preservação e fomento das festividades e comemorações tradicionais; vi) fomento a projetos de educação patrimonial.

O plano diretor de Nova Lima prevê, ainda, ações na área de turismo, como a criação do complexo turístico de Rio de Peixe, fomentando programas da área turística e cultural e preservando bens de valor histórico, cultural e ambiental, e a criação de um Sistema de Mirantes, que envolverá os topos de morros considerados de importância paisagística, turística, simbólica, histórica e ambiental para a população de Nova Lima.

Por fim, existe a preocupação com a conservação da biodiversidade regional, representada na proposição de criação de um Sistema Verde, que estabelece uma política de

conservação e regulamentação das unidades de conservação do município. Dentre as ações destacadas nesse sentido, podem-se citar a delimitação e regulamentação do Parque Natural Municipal do Rego dos Carrapatos, interligando-o à Banqueta do Bananal, e o Parque Natural Municipal Rego dos Matozinhos.

O município de Belo Horizonte, por sua vez, considerando-se a área de influência direta da Serra do Curral, atua no sentido de promover a criação e a ampliação de espaços verdes, de lazer e entretenimento na região. A Fundação de Parques Municipais desenvolve iniciativas constantes nos parques da região da Serra do Curral, relacionadas à preservação do meio ambiente e à implantação e melhoria de infra-estruturas, visando a proporcionar a apropriação social por parte dos visitantes, a partir da concepção de espaços propícios à realização de atividades de educação ambiental, culturais e de lazer. Dentre os projetos previstos na Serra do Curral, destaca-se a proposta de criação do Parque Municipal Paredão da Serra do Curral, o primeiro parque de Belo Horizonte a ser implantado com planejamento ambiental, operacional e de uso público regulamentados. A previsão é de que ainda em 2010 essa área de proteção seja aberta ao público. Abrangendo uma área de 400 mil metros quadrados¹², a abertura desse parque tende a contribuir para a proteção da paisagem e dos recursos ambientais da Serra do Curral, além de constituir um importante espaço de lazer e entretenimento para população da RMBH e, também, para turistas. Segundo a Fundação de Parques Municipais,

Com a implantação do Parque, que visa a construção de portarias de acesso e controle, guarita de vigilância, praça, bancos, equipamentos de ginástica, bebedouro e recuperação das trilhas e mirantes existentes, a Fundação de Parques Municipais contribui para a diminuição dos focos de incêndios, a recuperação da mata na base da Serra e o controle dos processos erosivos, além de proporcionar mais segurança e acessibilidade nas trilhas locais.

Cumprе mencionar que, na Serra do Curral, está localizada a cava desativada de Águas Claras. Inúmeras discussões têm sido realizadas com o objetivo de propor novos usos para essa localidade. Segundo Camelo (2006), com o encerramento das atividades de lavra e beneficiamento de minério de ferro na área, a empresa proprietária da área cogita formar um centro comercial com espaço para feiras, hotéis, centro de escritórios e até um campus

¹² Os limites do Parque da Serra do Curral abrangem: o Parque das Mangabeiras, a Polícia Militar de Minas Gerais, uma área da Prefeitura de Belo Horizonte e a Companhia Vale do Rio Doce.

universitário. A preservação da Mata do Jambreiro e a criação de um lago preenchendo a cava fomentarão o interesse turístico.

e) Demandas Sociais

As principais demandas identificadas na Serra do Curral referem-se à proteção dos recursos naturais através da proposição de criação de novas áreas protegidas, como é o caso da criação do Parque da Serra do Curral; e à estruturação e/ou ampliação de espaços verdes, de lazer e entretenimento que contemplem infra-estruturas de qualidade e planos de manejo, no caso de parques.

6.2.1.1.4 Conjunto Paisagístico Serra do Gandarela

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

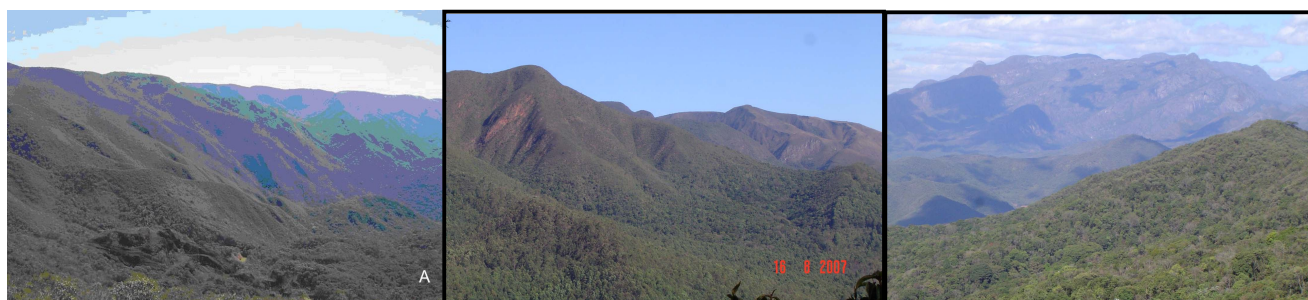
A Serra do Gandarela está situada às margens da MG-262, nos municípios de Caeté, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Rio Acima, Itabirito e Raposos, em uma das principais atrações da porção nordeste do Quadrilátero Ferrífero, relacionada à presença de jazidas de minério de ferro e de raros depósitos sedimentares de origem terciária da Bacia do Gandarela. Pertencente à Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, nos limites da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Serra do Gandarela abrange os municípios de Caeté, Raposos e Rio Acima. A área que compõe o conjunto paisagístico a ser investigado é delimitada, ao norte, pelo distrito Morro Vermelho, pertencente a Caeté; a oeste, pelo Rio das Velhas; e, ao sul e a leste, pelos limites administrativos dos municípios de Caeté e Rio Acima.

Segundo Lamounier (2009), a geologia da área é marcada, em termos estruturais, pela Sinclinal Gandarela. As rochas do Supergrupo Minas, que dão origem ao minério de ferro, ocupam a porção mais central da área da Sinclinal. Já as rochas pertencentes ao Supergrupo Rio das Velhas estão localizadas em torno da Sinclinal Gandarela. As rochas do Grupo Maquiné (Supergrupo Rio das Velhas) ocupam parte da porção sudoeste da área. Ressalta-se,

ainda, que boa parte das áreas de grande altitude na Serra do Gandarela é sustentada por depósitos terciários ricos em ferro, definidos como canga.

A paisagem resultante dos efeitos climáticos incidentes sobre a complexa formação geológica proporcionou a formação de formas variadas de relevo, de grande beleza cênica, derivadas dos processos de erosão diferencial. A Serra do Gandarela apresenta, portanto, uma superfície topograficamente elevada que se estende na direção nordeste-sudoeste. Segundo Medina *et al.* (2005 *apud* LAMOUNIER, 2009), a Serra do Gandarela e seu entorno estão inseridos em três unidades geomorfológicas, conforme a Figura 6.7: a) Depressão Suspensa da Sinclinal Gandarela, na parte central da área; b) Patamares Escalonados do Jaguará, na porção ocidental; e c) Vale Anticlinal do Conceição, na parte oriental da área.

Figura 6.7 - Unidades geomorfológicas da Serra do Gandarela



Fonte: Wanderson Lopes Lamounier (2009)

Em relação às características biológicas, Lamounier (2009) destaca a presença dos campos rupestres e campos de altitude, que apresentam rica diversidade de flora e fauna por abrigar espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, além de uma das maiores geodiversidades da região do Quadrilátero Ferrífero. Mais de 50 cavernas já foram cadastradas e um sítio paleontológico (Figura 6.8) de grande importância (constituído de depósitos sedimentares de idade terciária, ocorrência única de três unidades continentais empilhadas, do Eoceno Superior, Oligoceno e Mioceno Inferior).

Figura 6.8 - Sítio paleontológico



Fonte: Sem nome. Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

A Serra do Gandarela é um grande divisor de águas de duas importantes bacias hidrográficas nacionais: Bacia do São Francisco e Bacia do rio Doce. A primeira é representada pela bacia estadual do rio das Velhas e a segunda tem como representante a bacia estadual do rio Piracicaba. Segundo Lamounier (2009), a área da Serra apresenta uma grande quantidade de nascentes e córregos, quase sempre com águas nitidamente claras e limpas. Um importante afluente da margem direita do rio das Velhas é o ribeirão da Prata, com sua bacia ocupando a parte oeste/noroeste da área. Destacam-se nela os córregos Cachoeira, Olhos D'água, Maquiné e Ponte Preta. Trata-se da bacia hidrográfica que abrange a maior parte da área da Serra situada nos limites da RMBH. A bacia do ribeirão da Prata foi tombada pelo Conselho Municipal de Cultura de Raposos em 13/07/2000 devido ao seu valor ecológico, cultural e paisagístico, como apresentado no plano diretor do município. Os atributos acima conferem grande relevância socioambiental ao Conjunto da Serra do Gandarela no contexto da RMBH.

Todas essas características geoambientais conferem uma paisagem única ao longo do Conjunto, de grande beleza cênica, além de sua importância ambiental. O patrimônio natural existente proporciona a formação de diversas quedas d'água e cachoeiras de variados tamanhos na região. Segundo Lamounier (2009), a maioria delas é desconhecida pelas

peessoas, talvez pela dificuldade de acesso, de trilhas e informações. O potencial ecoturístico da região é muito expressivo. Nas proximidades de Morro Vermelho podem ser citadas, como exemplo, a cachoeira do Trovão, a cachoeira Alta e a cachoeira do Chuvisco. Já quase na divisa com Raposos, a cachoeira de Santo Antônio é muito procurada pelos visitantes. Dentro dos limites de Rio Acima, outras quedas vão sendo formadas nos “degraus” do relevo, dentre as quais se destaca a cachoeira dos Viana, “uma cachoeira bem visitada pelos turistas, especialmente pela facilidade de acesso, que termina com uma caminhada de menos de 30 minutos” (LAMOUNIER, 2009, p 113).

Segundo Silva (2007), além dos atributos relacionados à geodiversidade e biodiversidade, no Conjunto da Serra do Gandarela estão presentes marcos importantes da história de exploração mineral no estado de Minas Gerais, como a Fazenda Gandarela, datada do século XIX. Hoje essa fazenda pertence à Companhia Vale do Rio Doce. No seu entorno, destacam-se atributos culturais como as ruínas da mina de Gongo Soco,

que corresponde a um dos maiores testemunhos do ‘Ciclo do Ouro’ no Brasil, de onde as companhias inglesas extraíram uma grande quantidade do mineral entre os séculos XVIII e XIX, sendo o local tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Minas Gerais desde 1995 (SILVA, 2007, pg. 93).

Estudos acadêmicos (SILVA, 2007; LAMOUNIER, 2009) apontam para a presença de elevado potencial turístico associado às vocações natural e cultural do Conjunto e suas imediações e, ainda, para a necessidade de proteção e conservação do Conjunto, considerado de grande valor estético, geológico, ecológico e cultural para a RMBH.

b) Estado de conservação

De acordo com documento oficial encaminhado pelo Projeto Manuelzão ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)¹³, a mata atlântica presente no interior e nas vertentes exteriores da Serra do Gandarela é a maior e mais preservada de toda a região. Lamounier (2009) chama a atenção para a presença de áreas de floresta (mata atlântica) e áreas com cultivo de espécies do gênero *Eucalyptus*. Segundo o autor, essas

¹³ Proposta de Criação do Parque Nacional Gandarela encaminhada pelo Projeto Manuelzão.

últimas concentram-se a noroeste da Serra do Gandarela e em alguns pontos na parte central da Serra. Esse tipo de cultivo está associado ao suprimento de matéria-prima para o abastecimento das siderúrgicas. No entanto, para o autor, o que se destaca é a grande área ocupada pela vegetação nativa, seja ela de floresta ou de campo.

Conforme proposta encaminhada ao ICMbio, a área da Serra do Gandarela está inserida nas Zonas de Amortecimento e Transição da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, consideradas áreas prioritárias para a conservação, categorizadas como de prioridade “*Extremamente alta*”. Os campos rupestres sobre cangas apresentam-se como os mais preservados de toda a região, constituindo a principal área de recarga da Sinclinal Gandarela, que abastece vários córregos e ribeirões de classes Especial e 1 das bacias dos rios Piracicaba/Doce e Velhas/São Francisco – este último a montante da principal captação para o abastecimento público da RMBH. Além disso, a área da Serra do Gandarela é definida como área prioritária para conservação de espécies de fauna e flora conforme o Atlas de Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais. Outro estudo que justifica a proposta de criação do Parque Nacional Gandarela, presente no mesmo documento encaminhado ao ICMbio, refere-se aos resultados do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais. Em relação à vulnerabilidade natural, a referida área apresenta o *status* de vulnerabilidade *Muito Alta* (porção sul de Caeté, oeste de Santa Bárbara e leste de Rio Acima) e algumas manchas de vulnerabilidade *Alta* na porção sul de Caeté. Com relação à integridade da flora, o *status* para a região é considerado *Muito Alto*, com leves manchas do *status Alto*. Em relação à vulnerabilidade da água, a porção sul de Caeté, assim como a parte leste de Rio Acima, está classificada com o *status Alto*, enquanto a porção oeste de Santa Bárbara é considerada como de vulnerabilidade *Média*.

Em relação à qualidade das águas, os estudos realizados por Lamounier (2009) indicam uma condição de qualidade incontestável dos cursos d’água do Conjunto. Apenas em alguns pontos verificaram-se exceções, muitas vezes em virtude do tipo de litologia das áreas de drenagem. Para o autor, a qualidade das águas da Serra do Gandarela é fundamental para sustentar a qualidade das águas das Bacias dos rios das Velhas e Piracicaba, que se encontram, em muitos trechos, bastante impactadas.

Portanto, os estudos indicam a alta relevância geológica, ecológica, cultural e turística do Conjunto Paisagístico, que possui melhores condições de conservação no contexto da APA-Sul. Nesse sentido, o estudo de Lamounier (2009) aponta vários indicadores que justificam a necessidade de criação de uma unidade de conservação de uso integral em todo o

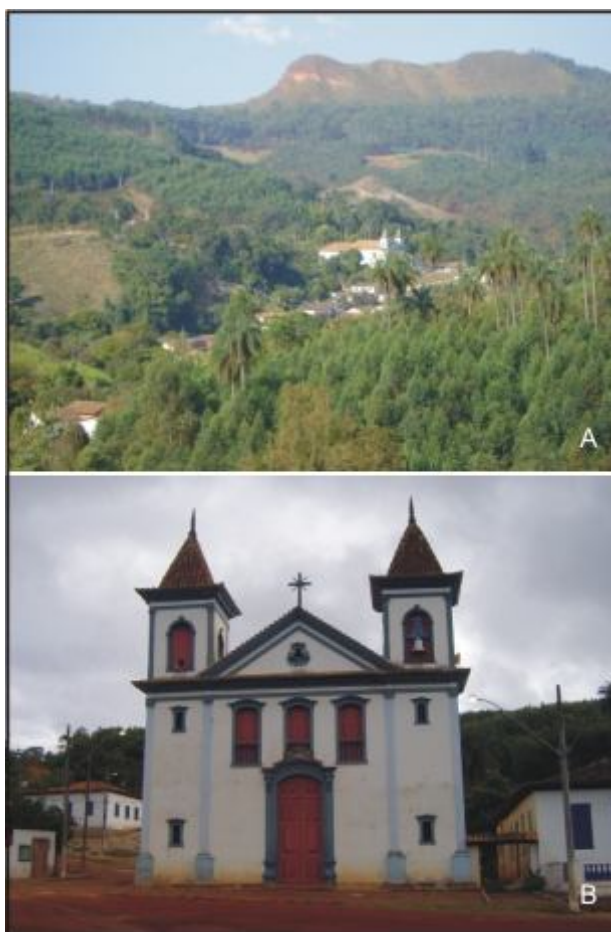
Conjunto, o que reforça a justificativa do pedido de Criação do Parque Nacional Gandarela, encaminhado ao ICMbio pelo Projeto Manuelzão e pelo Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

c) Área de influência

Além da presença de testemunhos históricos do Ciclo do Ouro no Conjunto natural da Serra do Gandarela, as áreas ocupadas pelos distritos e povoados localizados nas vertentes do Conjunto demonstram a presença de fortes traços culturais relacionados à ocupação do território da metrópole antes da construção de Belo Horizonte, caracterizados pelas manifestações culturais ali presentes.

Destaca-se na área de interesse deste estudo o distrito de Morro Vermelho, pertencente a Caeté. O distrito possui aproximadamente 2.000 habitantes e localiza-se a 11 km da sede do município, próximo ao sopé da Serra do Gandarela. Segundo Lamounier (2009, p.72), comemora-se, nos dias sete e oito de setembro, a festa da padroeira do distrito, realizada nas imediações da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, de aproximadamente 304 anos, segundo relato dos moradores: “Durante a festa acontece a famosa cavalcada que perdura por muitos anos, além da grande visitação de pessoas da região, especialmente da cidade de Caeté”. Destacam-se, ainda, como manifestação cultural, as festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito no distrito de Morro Vermelho (Figura 6.9).

Figura 6.9 - Distrito de Morro Vermelho: vista panorâmica do distrito (A) e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (B)



Fonte: Wanderson Lopes Lamounier (2009) - DVD Movimento pela Preservação da Serra da Gandarela.

De acordo com Lamounier (2009),

O Distrito possui boa infraestrutura e recebe um bom número de turistas que percorrem a região em busca de seus atrativos naturais e históricos. A maioria dos registros históricos não possui uma definição concreta do que foram, mas são marcas ou cicatrizes que retratam um pouco da história da região. Um desses registros são as Ruínas do Cutão, localizada dentro da Fazenda do Cutão, próximo a Morro Vermelho (Lamounier, 2009, p.74).

No distrito encontram-se várias cachoeiras, algumas já citadas anteriormente. “Também próximo ao Distrito, nas margens do Córrego Cachoeira e logo após sua confluência com o Córrego do Trovão, encontram-se os paredões de pedra, outra marca histórica da região” (LAMOUNIER, 2009, p.75).

O autor destaca, ainda, compondo os marcos históricos quase na divisa de Caeté com Rio Acima, passando pela Fazenda Maquiné, a aproximadamente 25 km da cidade de Caeté, o

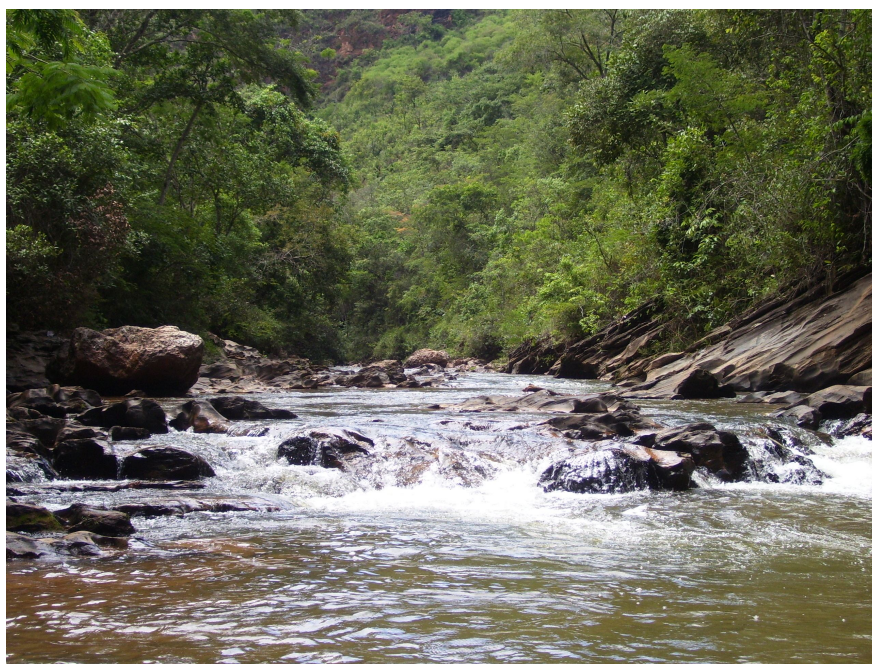
Retiro dos Capetas: “Um sítio histórico, muito pouco conhecido pelas pessoas, encontra-se hoje em meio à vegetação e ainda não se sabe o que pode ter sido o lugar, alguns acreditam ter sido uma fazenda ou uma casa forte”.

No trecho entre Morro Vermelho e o município de Raposos destaca-se, na paisagem, a Pedra do Sino, um marco paisagístico da Estrada Real. Trata-se de uma estrada de grande beleza cênica. O entorno da Serra do Gandarela apresenta fortes atributos naturais, culturais e turísticos. O Plano Diretor de Caeté define a área que abrange o distrito de Morro Vermelho como zona prioritária para o uso turístico, devido a seu *Alto* potencial.

A origem do município de Raposos confunde-se com as primeiras penetrações realizadas pelos bandeirantes paulistas em Minas Gerais no final do século XVII. Uma expedição liderada por Pedro de Moraes Raposo saiu de São Paulo em direção a Sarabuçu (atual Serra da Piedade), acompanhando o leito do rio das Velhas. Na confluência com o volumoso ribeirão da Prata encontrou, em 1760, o local ideal para garimpar e faiscar ouro, dando início ao povoamento do então Arraial dos Raposos. A localidade, que em 1770 já era considerada vila, entra em decadência com a redução das reservas de ouro a céu aberto. Muitos habitantes passam a migrar para cidades onde novas indústrias se instalavam. Em 1891, a localidade é elevada à condição de distrito de Nova Lima. Sua emancipação ocorreu no ano de 1948.

Além da relevância histórica, destaca-se no município de Raposos a presença de nascentes do córrego Brumado e do ribeirão da Prata (Figura 6.10), além do rio das Velhas.

Figura 6.10 - Ribeirão da Prata



Fonte: Rodrigo Leitão.

O município conta com mais de 18 nascentes e poços, entre os quais o Poço dos Crentes, da Pedra, dos Impossíveis, Azulão e da Pedrinha, com paisagens de rara beleza. A cachoeira de Santo Antônio (Figura 6.11) é considerada um destaque em termos de visitação turística e localiza-se na divisa de Raposos com o distrito de Morro Vermelho - Caeté. Em relação aos aspectos culturais, Raposos apresenta uma riqueza de manifestações culturais, entre elas o Congado, a Marujada, o Moçambique, a Cavallhada, a Pastorinha, a Capoeira, a Procissão das Almas e a Folia de Reis. Dentre as festas religiosas, destaca-se a Festa de São Benedito e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, assim como em Morro Vermelho, e, ainda, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a Festa de Santa Efigênia. Quanto ao patrimônio construído, Raposos apresenta um acervo expressivo como município histórico-cultural pertencente ao Circuito do Ouro, com destaque para: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de 1690, considerada a primeira Matriz de Minas Gerais; a Estação Ferroviária do Município de Raposos e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, ambas tombadas. O Inventário Turístico do município aponta, ainda, a existência de duas associações de artesãos. O município realiza, também, a Festa do Cavalo e eventos esportivos.

Figura 6.11 - Cachoeira de Santo Antônio - Divisa entre Raposos e Morro Vermelho



Foto: Alice - Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

O município de Rio Acima tem sua origem em torno de uma capela erguida para Santo Antônio por volta do ano de 1736. No ano de 1752, foi declarado freguesia. Na época, o nome do pequeno arraial era Santo Antônio. Posteriormente, passou a ser denominado Santo Antônio do Rio Acima, pois os bandeirantes se norteavam pelos rios. Rio Acima encontra-se, hoje, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais. Na área de influência da Serra do Gandarela, destaca-se pela riqueza e abundância de nascentes e cursos d'água. Os estudos turísticos indicam a existência de mais de 80 cachoeiras. Porém as mais conhecidas encontram-se em condomínios particulares, não abertos ao público. Esse problema, relacionado ao turismo e ao uso público de áreas verdes e cachoeiras para o lazer da população, é relatado pelos habitantes. Diferentemente de Raposos, o município de Rio Acima destaca-se pela diversidade de eventos culturais de caráter não religioso, entre eles o Festival da Cultura, o Festival da Canção, o Festiviola e o Festival da Goiaba. Em relação ao patrimônio construído, no centro histórico destacam-se as ruínas da Casa de Pedra, a Estação Ferroviária de Rio Acima (Casa de Cultura), o Centro Social (Sociedade Anônima Metalúrgica Santo Antônio - SAMSA) e a Igreja Matriz de Santo Antônio, ambos tombados pelo Patrimônio.

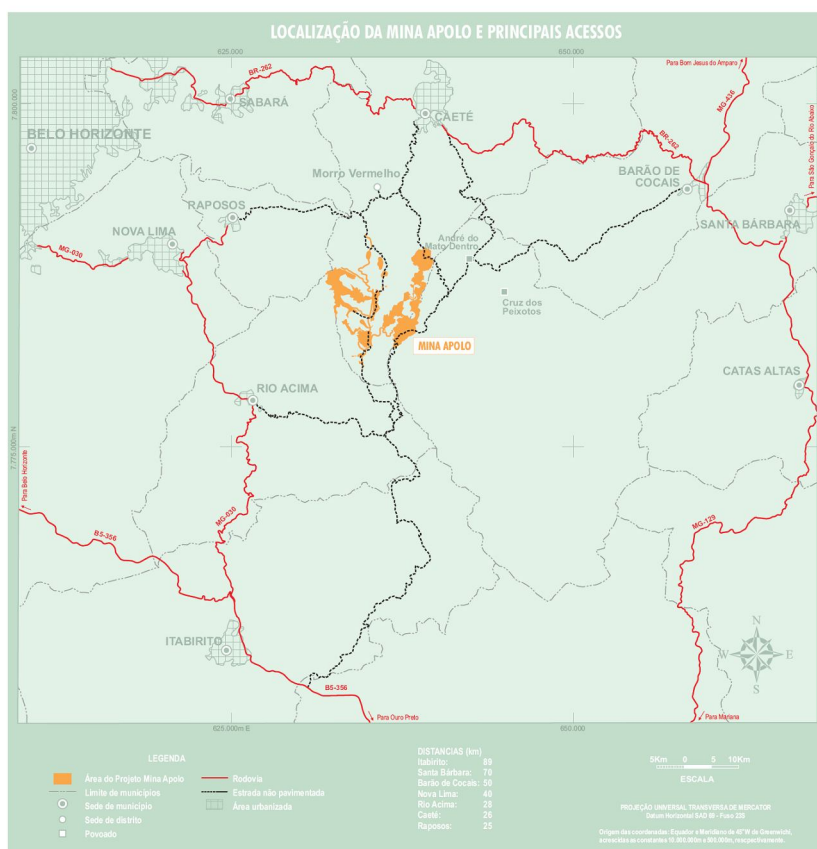
Em relação à oferta de espaços culturais, de lazer e áreas verdes, o município de Raposos destaca-se em relação aos espaços de lazer vinculados às áreas verdes. Porém, em geral, não existem equipamentos turísticos e recreacionais que possam dinamizar e controlar o uso das áreas públicas, como os afluentes do rio da Prata. No caso de Rio Acima a situação é

menos favorável, pois grande parte dos cursos d'água (cachoeiras) encontra-se em áreas particulares. Destaca-se a possibilidade de uso do conjunto do Espaço SAMSA para esses fins, porém ele necessitará de projeto específico de intervenção arquitetônica e de equipamentos turísticos e recreacionais.

d) Projetos existentes e previstos

Concomitantemente à atuação do Movimento de Preservação da Serra do Gandarela e do Projeto Manuelzão para a criação do Parque Nacional Gandarela junto ao ICMbio, a empresa Vale S.A. solicita pedido de licença ambiental ao Conselho Municipal de Patrimônio Ambiental (COPAM) para operação do empreendimento Mina Apolo na Serra da Gandarela. Até o momento, o COPAM, por meio de seu órgão seccional, a Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM CENTRAL), vem realizando audiências públicas referentes ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o empreendimento Mina Apolo (Figura 6.12).

Figura 6.12 - Localização da Mina Apolo na área de influencia do Conjunto Paisagístico



Fonte: Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

A figura anterior apresenta a área de impacto direto do empreendimento Mina Apolo. É possível perceber que grande parte da área diretamente afetada abrange o município de Caeté, além de parte dos municípios de Rio Acima e Raposos. Além de todos os argumentos que justificam a criação de uma unidade de conservação de uso integral no Conjunto Paisagístico da Serra do Gandarela, conforme o documento encaminhado para o ICMbio pelo Projeto Manuelzão, chama-se a atenção para o uso prioritário definido, conforme zoneamento dos Planos Diretores Municipais de Caeté e Santa Bárbara, para o local previsto para a implantação do empreendimento: a parte sul de Caeté apresenta um *Alto* potencial para o turismo e a porção oeste de Santa Bárbara é definida como Zona de Conservação Ambiental.

Pode-se inferir que a implantação de empreendimentos de mineração de grande porte, como o Projeto Mina Apolo, poderá comprometer a qualidade cênica, cultural e ambiental, ou melhor, o estado de conservação do importante Conjunto Serra do Gandarela. Vale ressaltar, principalmente, a condição de vulnerabilidade natural e hídrica apontada pelos estudos, o que confere ao Conjunto uma *Alta* relevância para a manutenção da qualidade do abastecimento de água da RMBH.

Além desses dois projetos, destacam-se aqui algumas propostas dos Planos Diretores Municipais dos municípios de Caeté, Raposos e Rio Acima relacionados à área de influência da Serra do Gandarela.

O Plano Diretor (PD) de Caeté indica o distrito de Morro Vermelho e suas cachoeiras como zona de *Alto* interesse turístico na Macrozona rural, assim como a área de influência de trecho da Estrada Real no município. A Estrada Real é um projeto de turismo estruturante de Minas Gerais que perpassa os municípios do entorno da Serra do Gandarela, paisagem alvo de proteção e conservação. Além disso, constam de diretrizes do PD: implantar parques naturais em áreas de vocação identificadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, como é o caso da área da Serra do Gandarela; preservar a cobertura vegetal de proteção das encostas, nascentes e cursos d'água; identificar novas áreas de preservação ambiental, desenvolver programas e preparar as Áreas de Preservação Ambiental para visitação pública. Destacam-se, também, diretrizes para valorização do patrimônio, como a elaboração de um Programa de Educação Patrimonial junto às escolas.

Em relação ao PD do município de Raposos, destacam-se as diretrizes para desenvolver e implementar programas de ecoturismo e a implantação dos projetos para recuperação e saneamento ambiental do rio das Velhas e do ribeirão da Prata, com o tratamento paisagístico de suas áreas marginais – considerando, no caso do ribeirão da Prata,

a implantação de um balneário. Em relação ao campo cultural, destacam-se: a instalação da Casa de Cultura; a implantação do projeto de requalificação, revitalização e valorização do atual centro comercial da cidade, integrado ao conjunto representado pela estação ferroviária e áreas de entorno; e a implantação dos projetos de restauração e valorização do patrimônio histórico representado pelos conjuntos urbanos de Várzea do Sítio e das Casas dos Ingleses.

Já o PD de Rio Acima enfoca, em primeiro lugar, a questão dos recursos hídricos e sua importância para o município, destacando a necessidade de planejar ações que maximizem a função natural e social desses bens. Nesse caso, o Plano incorpora várias ações que conferem grande importância aos recursos naturais, principalmente os hídricos. Dentre elas, pode-se mencionar a implantação de área de interesse paisagístico nas cachoeiras do Bem-te-vi (Rio das Velhas), do Viana, do Índio e do Baú, bem como em seus entornos, de forma a garantir a integridade cultural desses bens paisagísticos. Outra proposta específica é a criação de um parque linear do rio das Velhas (criação de áreas públicas de lazer integradas ao interesse turístico).

O PD aborda também a necessidade de o município expandir sua base econômica, permitindo o ingresso de outras atividades no território. O turismo é muito mais elencado que qualquer outra atividade econômica e, apesar de já ocorrer, não se apresenta de forma profissionalizada. Em relação à atividade turística, o PD é bem específico e cita ações pontuais, ligadas diretamente ao processo de conscientização e preservação dos recursos municipais.

O PD propõe, ainda, um projeto para o Espaço SAMSA, desativado desde a década de 1960. Esses terrenos e antigos galpões, localizados na área central da cidade, ocupam lugar privilegiado em termos de acesso e dispõem de espaço coberto, áreas livres e atrativos naturais no córrego do Viana. Todo esse complexo da SAMSA, como é conhecido pela população, é indicado para ser objeto de audiências públicas, para conhecimento e participação da comunidade na elaboração de projeto integrado de revitalização e requalificação dos espaços remanescentes, com o objetivo de que abrigue diversas atividades e atrações voltadas para o turismo. O PD especifica dois projetos: a) projeto de preservação de áreas marginais do córrego do Viana, através da implantação de um parque linear para fins turísticos integrado ao conjunto urbano constituído pela área da SAMSA, Casa H, Praça Paulo Teixeira, Praça Prefeito Milton Gonçalves dos Santos e Estação Ferroviária, na área central; b) projetos de preservação, restauração e valorização do patrimônio histórico e paisagístico representado pelos conjuntos urbanos da Estação Ferroviária, ponte antiga sobre o rio das

Velhas, Casa H, córrego do Viana e por monumentos isolados existentes na cidade de Rio Acima.

e) Demandas sociais

Em virtude da relevância hídrica e paisagística do Conjunto e sua área de influência, uma das principais demandas sociais identificadas neste estudo refere-se, justamente, à proteção das áreas de mananciais, responsáveis pelo abastecimento da RMBH. Sobretudo, a possibilidade da implementação da Mina Apolo representa uma grande ameaça à qualidade de vida, à geodiversidade e à biodiversidade regional, o que tem levado diferentes grupos e movimentos sociais a reivindicar medidas mais eficazes de proteção dessas áreas naturais. Além disso, a previsão da localização da bacia de rejeitos da Mina Apolo a montante da sede do município de Raposos tem aterrorizado os moradores, preocupados com a situação de alto risco eminente.

Tal situação tem levado à grande mobilização social pela criação do Parque Nacional Gandarela, proposta liderada pelo Projeto Manuelzão/UFGM e que conta com apoio das seguintes entidades do terceiro setor: Associação de Artesões e Artistas de Caeté, Associação do Bairro Matadouro - Raposos, Associação Brasileira das Vítimas de Danos Causados pela Mineração (ABRAVIM), Associação de Catadores de Recicláveis de Raposos (ASCAR), Associação Comunitária Nossa Senhora da Piedade, Associação Comunitária Quintas da Serra - Caeté, ARCA AMASERRA, Articulação Popular do São Francisco, CONLUTAS/MG, Diretório Central dos Estudantes - UFGM, Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia - GTP Meio Ambiente, Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas, Instituto de Estudos Pró-Cidadania - PRÓ-CITTÁ, Movimento Artístico Cultural e Ambiental de Caeté (MACACA), Movimento pelas Serras e Águas de Minas, OSIPE Conexão Cidadã, ONG Amigos da Natureza, ONG Caminhos da Serra, ONG Grão, ONG LEÃO, ONG Verde Novo Rio das Velhas, ONG Mineiridade em Pencas, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro São Geraldo (SOPROGER) e SOS Serra da Piedade.

Além das demandas para valorização e preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e artístico de todo o Conjunto e área de influência, o lazer também constitui grande demanda social na região. Como já abordado, os espaços de lazer e entretenimento, sobretudo aqueles direcionados à população local, são escassos – uma contradição, haja vista que toda a

região constitui fonte de lazer para os visitantes e moradores de segunda residência, atraídos pela presença das inúmeras cachoeiras e atrativas áreas rurais.

6.2.1.1.5 Conjunto Paisagístico Serra da Piedade

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Serra da Piedade está situado na divisa dos municípios de Sabará e Caeté, distante 56 km de Belo Horizonte (coordenadas geográficas 43°40'33"W; 19°49'20"S; UTM E 638.669, N 7.807.634). O ponto mais alto da Serra da Piedade (Figura 6.13) apresenta 1.746 m de altitude, sendo um dos pontos mais elevados da cordilheira do Espinhaço, com extensão aproximada de 100 km e orientação geral NE-SW. A Serra da Piedade apresenta-se como importante patrimônio histórico, religioso, arquitetônico, geológico, paisagístico e turístico da porção nordeste do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. Sua imponência topográfica no contexto regional é conhecida desde o período colonial, época em que suas elevações serviram como referência da região do Sabarabuçu, atual Sabará, na qual os bandeirantes acreditavam existir imensas reservas de ouro.

Figura 6.13 - Serra da Piedade vista de Caeté



Fonte: SOS Serra da Piedade.

Em relação ao patrimônio geológico ambiental, o Conjunto constitui um importante sítio geológico associado à história da exploração do interior do Brasil. Quanto à formação geológica, a Serra da Piedade faz parte do Conjunto da Serra do Curral, pertencente ao Supergrupo Minas. Sua crista é formada pelos itabiritos da Formação Cauê, o que dá origem a diversos corpos de minério. A seqüência é composta por sedimentos clásticos e químicos, os últimos dos quais constituem a formação ferrífera do Itabirito Cauê e os calcários da Formação Gandarela (RENGER *et al.*, in RUCHKYS *et al.*, 2007).

A paisagem marcada pelo aspecto visual das formas de relevo resultantes da resistência erosiva dos itabiritos e quartzitos é uma das principais atrações da Serra da Piedade. As formas de relevo aparecem representadas na superfície pelas camadas de rochas dobradas, escarpamentos, cristas residuais, grutas, imponentes afloramentos rochosos resplandecentes e com formas variadas, devido aos desníveis no relevo, alguns superiores a 400 metros. O acesso ao pico pode ser feito a partir de Belo Horizonte, pela BR-262, até o trevo de Caeté. A estrada que dá acesso ao pico é asfaltada e apresenta extensão de aproximadamente seis quilômetros. Do seu alto, oferece “uma vista panorâmica de 360° desde a Serra do Espinhaço e da bacia do rio das Velhas (Lagoa Santa) ao norte, Belo Horizonte ao poente e boa parte do Quadrilátero Ferrífero ao sul, incluindo a Serra do Caraça” (RUCHKYS *et al.*, 2007, p.1).

A vegetação em todo o Conjunto apresenta as mesmas características do restante da Serra do Curral, típica das áreas de altitudes elevadas. No sopé, tem-se a mata fechada de encosta, remanescente da floresta tropical. A partir desse nível, a vegetação torna-se mais aberta, menos densa e de menor porte. No topo predomina a formação de canga, que suporta uma cobertura vegetal típica, classificada como campos de altitude ou rupestre. Na região do entorno encontram-se manchas de cerrado. O dossiê de tombamento do Conjunto apresenta o santuário natural como de importância biológica extrema em relação à fauna, devido ao endemismo de anfíbios, distribuição restrita de aves e pela alta riqueza de vertebrados.

Além dos atributos geofísicos, o Conjunto destaca-se como um dos mais importantes patrimônios históricos, religiosos e paisagísticos de Minas Gerais. Em relação às origens históricas, a Serra da Piedade tem sua história estreitamente ligada ao bandeirismo no Brasil e à conseqüente ocupação do território mineiro, em torno dos primeiros bandeirantes que vagaram pela região à procura do lendário Sabarabuçu. “Foram os remanescentes da bandeira do Fernão Dias que localizaram os ricos depósitos de ouro aluvionar do Rio das Velhas no

sopé desta serra, dando início ao primeiro *goldrush* da história que levou à formação territorial das Minas Gerais (RUCHKYS *et al.*, 2007, p.2).

Quanto ao patrimônio religioso (Figura 6.14), em seu cume encontra-se o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, que teria sido construído a partir da lenda de aparição da Virgem para duas meninas no alto da Serra (OKAWARA, *et al.*, 2009). A devoção a Nossa Senhora da Piedade, padroeira do estado de Minas Gerais, é um fato religioso regional desde o século XVIII, cuja festa de adoração, conhecida como “Jubileu”, acontece anualmente entre os meses de agosto e setembro.

Figura 6.14 - Crucifixo ladeado por Maria e São João no alto da Serra da Piedade, obra do artista plástico romeno Vladi Poenaru representando a simbiose entre religião e natureza



Foto: M.M.M.Machado.
Fonte: RUCHKYS *et al.*, 2007.

Destaca-se, ainda, ao lado do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, a existência de um espaço de interesse científico e cultural, o observatório astronômico da UFMG, a presença da Aeronáutica através do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) – que faz o controle de parte do espaço aéreo brasileiro – e outros bens materiais e imateriais, bem como o enorme potencial turístico.

Desse modo, o Conjunto Paisagístico Serra da Piedade apresenta uma relevância natural e cultural incontestável no contexto regional e nacional, além de grande potencial turístico.

b) Estado de conservação

O histórico de ocupação do Conjunto Paisagístico Serra da Piedade demonstra que ele tem sido constantemente ameaçado por vários fatores, como a exploração mineral. Quanto à proteção legal do Conjunto, desde a solicitação encaminhada por Frei Rosário Joffily ao IPHAN, em junho de 1955, ele tem recebido título de bem tombado pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

O IPHAN efetuou em 1956 o tombamento do "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade", inscrito no Livro de Tombo Histórico Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Décadas depois, em 1989, a Serra foi objeto de especial proteção pela Constituição Estadual de 1989, que efetuou o seu tombamento para o fim de conservação e a declarou "Monumento Natural" ao lado das serras do Caraça, do Ibitipoca e do Cabral, bem como dos picos do Itabira, do Ibituruna e do Itambé. Mais tarde, em 2001, o município de Caeté, através do artigo 202 da Lei Orgânica, efetuou o tombamento do "Conjunto cultural, arquitetônico, paisagístico e natural da Serra da Piedade"; criou também, em 2003, a Área de Proteção Ambiental "Águas Serra da Piedade", através da Lei nº 2.335, com o objetivo de proteger seus mananciais de água. Em 16 de junho de 2004, o então Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, sancionou a Lei nº 15.178/04, que definiu os limites da área de conservação da Serra da Piedade, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

Em 27 de junho de 2005, o Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais deliberou e aprovou o parecer técnico que ratificava a delimitação estabelecida pela Lei nº 15.178/04 como o perímetro do tombamento estadual do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Serra da Piedade. Em 2005, a Serra recebeu outro título de proteção, como Conjunto pertencente à Reserva da Serra da Biosfera da Serra do Espinhaço. Finalmente, em 26 de setembro de 2005, o Conselho Curador do IEPHA deliberou e aprovou por unanimidade a área de entorno do Monumento Natural e as diretrizes de proteção para intervenções no Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade.

Segundo Ruchkys *et al.* (2007), o geosítio da Serra da Piedade apresenta ótimas exposições de itabiritos da Formação Cauê (Supergrupo Minas). Assim, apesar da inegável importância simbólica desse Conjunto Paisagístico, suas características geológicas conferem à formação uma forte pressão para exploração das jazidas de minério de ferro presentes na formação de itabiritos. Em alguns locais na encosta da Serra, o itabirito foi lavrado pela Brumafer Mineração Ltda., deixando passivo ambiental considerável e irreparável em relação a todos os atributos naturais da paisagem original (Figura 6.15). Desde 1997 a empresa atuava na área da Serra do Brumado, pertencente ao conjunto da Serra da Moeda. Constatadas irregularidades, em novembro de 2005, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal moveram uma ação civil pública contra a Brumafer Mineração Ltda., a Fundação Estadual de Meio Ambiente e o estado de Minas Gerais pela degradação causada à Serra da Piedade. Os órgãos federal e estadual fizeram o pedido de liminar para a imediata cessação da exploração mineral na Serra. Apesar de cessada a exploração do minério pela empresa mineradora, a possível ameaça ao patrimônio tem causado conflitos entre as empresas de mineração e a comunidade. A criação do Movimento SOS Serra da Piedade é uma resposta da sociedade pela preservação do Conjunto.

Outro fator que coloca em risco o equilíbrio da paisagem da Serra da Piedade é o crescimento do cultivo das áreas de eucalipto para atender à demanda da siderurgia. Essa atividade deverá ser controlada pelas políticas de proteção do Conjunto Paisagístico.

Figura 6.15 - Mina em itabirito na encosta norte da Serra da Piedade



Foto: M.M.M.Machado .
Fonte: RUCHKYS *et al.*, 2007.

Além da pressão das mineradoras, a expansão urbana pelos municípios de Caeté e Sabará tem afetado de modo cada vez mais decisivo o uso e a ocupação do solo na região da Serra. A demanda crescente de espaço em torno das metrópoles provoca o avanço das áreas urbanizadas. A ocupação sem planejamento nas áreas de forte declive, além de trazer danos incontáveis ao meio ambiente, coloca em risco as populações aí residentes.

Em documento do PLAMBEL de 1977, a Serra da Piedade foi indicada como um dos quatro Conjuntos Paisagísticos da região metropolitana. No mesmo documento, é proposta a utilização do Conjunto Paisagístico como “um local de necessidades turístico-recreacionais, de preservação biológica, e de pesquisa na RMBH, de interesse nacional” (PLAMBEL, 1977). Além disso, a preocupação com os efeitos da expansão urbana foi sinalizada, assim como os riscos de ameaça ao patrimônio natural, histórico e arquitetônico ao longo de todo o Conjunto, considerada a sua área de influência, principalmente nos municípios de Sabará e Caeté. O documento faz menção à implantação da BR-262 e da BR-381.

Registra-se, ainda, a APA Andrequicé, situada no município de Santa Luzia, que favorece a preservação do ambiente no entorno do Conjunto.

c) Área de influência

O Conjunto da Serra da Piedade é fortemente marcado pelos testemunhos históricos do Ciclo do Ouro. As áreas ocupadas pelos distritos e povoados localizados nas vertentes do Conjunto demonstram a presença de fortes traços culturais relacionados à ocupação do território da metrópole antes da construção de Belo Horizonte, caracterizados pelos centros históricos e manifestações culturais ali presentes.

Apresenta-se como área de influência do Conjunto Paisagístico Serra da Piedade, a partir do patrimônio histórico cultural existente e desconsiderada a área de influência do Conjunto da Serra do Gandarela, distritos e sedes dos municípios de Sabará e Caeté, além da consideração do centro histórico do município de Santa Luzia, no contexto de ocupação do território pelo rio das Velhas.

Conforme área de influência pertencente ao Conjunto Paisagístico Serra da Piedade apresentada pelo PLAMBEL (1977), consideram-se no município de Sabará as localidades de Arraial Velho e Pompéu e os distritos Mestre Caetano e Ravena, e, em Caeté, o distrito de Roças Novas – uma vez que o distrito de Morro Vermelho foi considerado no Conjunto Paisagístico da Serra do Gandarela.

O PLAMBEL (1977) destaca, além dos centros históricos de Sabará, Caeté, Ravena, Arraial Velho e Pompéu, as edificações isoladas da Capela da Soledade, da Capela da Piedade e ruínas abandonadas nas proximidades de Arraial Velho.

No distrito de Mestre Caetano, primitivamente conhecido como Cuyabã, encontram-se várias edificações de valor artístico como igrejas, fazendas, senzalas, estradas de pedra, etc. Esse Centro Histórico, que não apresenta características urbanas, foi originariamente núcleo de exploração aurífera. Ali existem várias minas abandonadas, resultado de uma intensa cata ao ouro durante o período colonial. Mais tarde esta região foi adquirida pela St. John Del Rey Mining Comp. Ltd., que obteve a concessão para exploração das jazidas existentes no local (PLAMBEL, 1977).

O acervo de bens tombados nos centros históricos de Sabará, Caeté e Santa Luzia é de relevante valor, principalmente as obras pertencentes ao barroco mineiro, como as Igrejas do Ó e de Nossa Senhora do Carmo, em Sabará, e a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté, a primeira de Minas Gerais construída em alvenaria. Ainda em relação às heranças do período colonial, merecem destaque os grupos folclóricos de Folias de Reis e as Guardas de Marujos no município de Sabará, bem como os grupos de Congado em Caeté. Santa Luzia, por sua vez, destaca-se por concentrar uma variedade de manifestações culturais, tais como as Folias de Reis, o Congado e as Guardas de Moçambique, além de grupos de dança e música.

Segundo informações do *site* oficial da Prefeitura Municipal de Sabará, a cidade foi o primeiro povoamento de Minas Gerais relacionado à ocupação do território nos primórdios da colonização do Brasil. A história está intimamente relacionada à lenda da serra resplandecente existente na região do Sabarabuçu, de limites imprecisos. “O Sabarabuçu fervilhou na imaginação dos colonizadores, que buscavam no sertão ‘uma serra feita de prata e pedras preciosas’”. Portanto, a Serra da Piedade desde o início da história de Minas Gerais recebeu forte significado simbólico. Sabará destaca-se, ainda, como pólo de produção cultural de valor reconhecido oriundo do Ciclo do Ouro, época em que, ainda vila, ocupava geograficamente mais de dois terços de toda a Capitania. Em relação ao artesanato, merecem destaque as “Palmas Portuguesas”, uma herança tradicional desse período. Em relação aos eventos de culinária, destacam-se a tradicional Festa da Jabuticaba, na sede, e o Festival de Ora-pro-nobis, em Pompéu. Ravena destaca-se pela produção de derivados da banana.

A história de Caeté também está associada ao Ciclo do Ouro, guardando importantes episódios, como a guerra civil dos Emboabas. Parte do patrimônio artístico e arquitetônico que remonta a esse passado encontra-se ainda bem conservado. Destaca-se o acervo do topo

da Serra, até onde os fiéis fazem peregrinação no Jubileu de Nossa Senhora da Piedade. A festa religiosa tem importância em todo o Brasil e atrai, todos os anos, um grande número de devotos. Caeté conta, ainda, com outros eventos culturais e de lazer, como o divertido bloco Boi da Manta no Carnaval, a concorrida festa Agropecuária, a festa dos Alpes (prova *off-road*), o Carnaval de Inverno e a Cavallhada. As cidades atraem, atualmente, um grande fluxo de visitantes, principalmente nos períodos de festas religiosas e eventos culturais.

Sobre as possibilidades de uso turístico do patrimônio, assim como a presença de opções de espaços culturais de lazer e recreação e de áreas verdes, o Complexo da Serra da Piedade destaca-se como a principal atração da Área de Influência do Conjunto, podendo ser considerada, no âmbito do PDDI-RMBH, um lugar metropolitano. O município de Sabará destaca-se pelas opções de áreas verdes, um bosque e um parque municipais. Comparados a outros municípios, Caeté, Sabará e Santa Luzia destacam-se pela oferta maior de espaços culturais e de eventos, como espaços de cultura, museus, centros culturais.

d) Projetos existentes e previstos

Em relação às propostas e demandas previstas nos Planos Diretores dos municípios, o PD de Sabará destaca, além da necessidade de projetos de recuperação e manutenção estética dos núcleos históricos e de valorização dos bens culturais, programas de promoção e regulamentação da atividade turística, explorando o potencial do município e as conectividades com as demais atividades, transformando-a num instrumento de impulso da economia local. Em relação aos temas de interesse da Área Temática Complexos Ambientais Culturais, chama-se a atenção para as propostas de implantação de parques naturais em áreas de vocação identificadas pelo ZEE, protegendo e preservando os ecossistemas, e de criação de um sistema de licenciamento ambiental integrado para o município, no âmbito de sua competência.

Em se tratando do patrimônio cultural, o PD de Caeté assinala a necessidade de criação de um centro cultural, artístico, de entretenimento, gastronômico e de lazer como fonte de fomento do desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental do município. É de interesse da política municipal utilizar a Cerâmica João Pinheiro como espaço físico para esses fins. A política ambiental versa sobre a preservação da natureza e seus recursos. Para isso, o PD expõe a necessidade de se implantarem sistemas de compensação ambiental para

empreendimentos de extração mineral, de se conscientizar a população para a importância dos recursos naturais e de se trabalhar de maneira a obedecer aos marcos do ZEE.

O PD de Santa Luzia, por sua vez, propõe, além de ações para o desenvolvimento turístico e valorização cultural, ações específicas para a recuperação do acervo histórico cultural. O PD propõe a elaboração de um Projeto de Revitalização Urbanística do Centro Histórico, buscando: a alteração do revestimento do sistema viário visando à diminuição da velocidade do fluxo viário e à valorização do patrimônio tombado, bem como melhorar a permeabilidade do revestimento às águas pluviais; destacar a paisagem e o cenário tombado; definir os perímetros para as novas áreas de interesse de preservação, bem como os seus principais parâmetros urbanísticos, em especial para as áreas: do conjunto de edificações da Praça Presidente Vargas; do conjunto de edificações da rua Felipe Gabrich e Barão do Rio Branco, incluindo a antiga fábrica de sabão; da Igreja de São João Batista, largo e entorno; do núcleo de Taquaraçu de Baixo; e do núcleo de Pinhões, a saber: Capela de Nossa Senhora do Rosário (incluindo a Casa Paroquial e o entorno da Capela); Venda com escadaria; Muro de Pedras (especialmente a criação de área de referência histórica englobando o Muro de Pedras, o monumento a Duque de Caxias e o mirante).

e) Demandas sociais

Em virtude do valor natural e cultural do Conjunto Paisagístico Serra da Piedade e sua área de influência e, por outro lado, das pressões recebidas por parte do setor mineral, da urbanização e do setor agrícola, há um histórico de forte atuação do terceiro setor para proteção desse patrimônio, que levou ao seu tombamento em vários níveis da esfera pública. Por outro lado, a luta e mobilização pela preservação e valorização de todo o Conjunto é uma demanda vencida.

Desse modo, garantida a preservação legal do Conjunto, observa-se nos Planos Diretores dos municípios de Sabará, Caeté e Santa Luzia um grande apelo pelo fomento de diretrizes e ações voltadas ao fortalecimento e regulamentação do turismo como atividade indutora do desenvolvimento, da preservação ambiental e da valorização cultural. As experiências com o crescimento urbano acelerado e desordenado, principalmente em Sabará e Santa Luzia, levam à busca pelo desenvolvimento com qualidade ambiental, focado na preocupação com a paisagem urbana de valor histórico e cultural, numa perspectiva de sustentabilidade. O município de Santa Luzia apresenta demanda específica de criação de

ciclovias e áreas para caminhada, o que representa a necessidade de espaços públicos para o lazer e a prática de esportes que favorecem a qualidade de vida no espaço urbano.

Quadro 6.1 - Síntese de aspectos relevantes e atributos dos Conjuntos Paisagísticos do Quadrilátero Ferrífero

Conjunto Paisagístico	Municípios	Aspectos Relevantes	Atributos
Serra da Moeda	Nova Lima Brumadinho	Patrimônio Natural Patrimônio Cultural Turismo	Serras, biodiversidade, geologia do QF, mananciais de abastecimento da RMBH, cachoeiras, potencial para a prática de esportes de aventura. Vale do Rio Paraopeba, Igrejas, patrimônios históricos construídos, sítios arqueológicos, manifestações culturais, festas religiosas e eventos típicos. Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos): ecoturismo, turismo de aventura e o turismo gastronômico. Pista de vôo livre no Topo do Mundo.
Serra do Rola Moça / Serra dos Três Irmãos	Brumadinho Nova Lima Ibirité Sarzedo Mario Campos	Patrimônio Natural Patrimônio Cultural Ruralidade Turismo	Parque Estadual Serra do Rola Moça, Estação Ecológica de Fechos, áreas de Proteção especial, córregos e mananciais protegidos. Manifestações culturais, eventos de abrangência regional, Conjunto de igrejas, centros históricos, núcleos patrimoniais e espaços culturais. Produção de artesanato e produtos caseiros como doces, queijos, tapeçaria, cerâmica, (potencial elemento integrador dos municípios de Sarzedo, Mario Campos, Ibirité e Rio Manso). Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Museu de Arte Contemporânea do Inhotim. Casa Branca (“Brumadinho Gourmet”).
Serra do Curral	Belo Horizonte Nova Lima Sabará	Patrimônio Natural Patrimônio Cultural	Parques, RPPN Mata do Jambreiro, Estação Ecológica de Fechos, APA-Sul, Potencial hídrico (córregos, Rio das Velhas), núcleo histórico (Nova Lima e Bairro Honório Bicalho. Estrada Real. Manifestações culturais, festas religiosas, artesanato. Patrimônio histórico (Centro e Espaços Culturais, igrejas tombadas, núcleos históricos.

Serra do Gandarela	Caeté, Raposos e Rio Acima	Patrimônio natural Patrimônio cultural Arquitetura Histórica Arquitetura religiosa Festas populares Turismo	Afloramentos rochosos, cavernas, sítio paleontológico, cachoeiras, poços, rio das Velhas e Córrego da Prata, fauna e flora endêmica, manifestações culturais tradicionais, eventos culturais, centros históricos (distrito Morro Vermelho, Rio Acima e Raposos), igrejas barrocas, ruínas, hotéis e pousadas. Estrada Real.
Serra da Piedade	Caeté, Sabará e Santa Luzia	Patrimônio natural Patrimônio cultural Arquitetura histórica Arquitetura religiosa Festas populares Turismo	Afloramentos rochosos, nascentes e afluentes do Rio das Velhas, fauna e flora endêmicas, Santuário de Nossa Senhora da Piedade, Observatório Astronômico da UFMG, manifestações culturais tradicionais, centros culturais e museus, centros históricos (Sabará, Caeté e Santa Luzia), igrejas barrocas, eventos culturais, ruínas, hotéis e pousadas, Estrada Real.

Fonte: Elaboração própria.

6.2.2 Caracterização da Unidade Geoambiental Depressão Belo-Horizontina

A Depressão de Belo Horizonte encontra-se delimitada a nordeste pela formação geológica denominada Grupo Bambuí, a sudeste pelo Quadrilátero Ferrífero e a sudoeste pela Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba. Como uma das cinco unidades de paisagem presentes na RMBH, apresenta-se predominantemente constituída, do ponto de vista geomorfológico, por granitos gnáissicos, sem a cobertura sedimentar do grupo Bambuí (SAADI, 2002). Por ser datada do período Arqueano (+ de 3 Ma), possui como característica marcante a presença de rochas cristalinas em sua constituição, produto do metamorfismo de rochas ígneas e sedimentares. A região compreendida por essa unidade, apesar de aparentemente homogênea, é marcada pela presença de colinas, também conhecidas por mares de morros.

Em decorrência dessa característica, são observadas várias nuances e vários espigões e topos com certa expressão (SAADI, 2002). Nesse sentido, Saadi (2006) acrescenta que a existência de áreas remanescentes na região, sobretudo da atividade mineradora, constitui potenciais pontos de observação das cidades, de certa forma úteis para a promoção da

cidadania. Um contra-exemplo comum quando se trata dos pontos de observação da cidade é a urbanização da avenida Raja Gabaglia, em Belo Horizonte, de onde o cidadão comum encontra-se totalmente impedido de observar sua cidade.

A unidade “Depressão de Belo Horizonte” abrange o total de vinte municípios, localizados completa ou parcialmente dentro dessa unidade, sendo:

- Completamente dentro da unidade: Esmeraldas, Florestal, Juatuba, Betim, Contagem e Ribeirão das Neves.
- Parcialmente dentro da unidade: Capim Branco, Pedro Leopoldo, Taquaraçu de Minas, Sabará, São Joaquim de Bicas, Ibirité, Sarzedo, Mateus Leme, Belo Horizonte, Santa Luzia, Matozinhos, Mário Campos, Caeté e Igarapé.

A extensão territorial abarcada nessa região caracteriza-se pela extrema diversidade cultural, econômica e ambiental disposta ao longo dos municípios que a compõem. Nesse contexto, foram identificados três conjuntos paisagísticos de maior destaque, sendo:

- Médio Rio Paraopeba da Depressão Belo Horizontina (Esmeraldas, Florestal, Juatuba, Mateus Leme, Igarapé e São Joaquim de Bicas).
- Represa Várzea das Flores.
- Centro Metropolitano (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia - São Benedito).

Devido à extrema diversidade e abrangência dos Conjuntos Paisagísticos existentes dentro do domínio da Depressão de Belo Horizonte e Médio Rio Paraopeba, há uma grande possibilidade de criação de potenciais Complexos Ambientais Culturais dentro dessa unidade.

6.2.2.1 Caracterização dos Conjuntos Paisagísticos e áreas de influência da Depressão Belorizontina

6.2.2.1.1 Conjunto Paisagístico Sistema Serra Azul / Serra do Elefante

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Médio Rio Paraopeba localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte, abrangendo, ao todo, seis municípios – Esmeraldas, Florestal, Juatuba, Mateus Leme, Igarapé e São Joaquim de Bicas. Como principais elementos estruturadores da paisagem desse Conjunto, citam-se: a Serra do Elefante; a identificação de traços rurais, sob a forma de pretensas ruralidades; e o rio Paraopeba. A identificação desses três elementos, por sua vez, associada às respectivas áreas de influência dos municípios, pode atuar como fator de integração desses territórios.

A Serra do Elefante, localizada na confluência dos municípios de Florestal, Juatuba e Mateus Leme, apresenta-se como um relevante marco paisagístico da região, tendo sido elevada a Monumento Natural em 29 de dezembro de 2008 pelo decreto N.º 146, assinado pelo Prefeito Municipal de Mateus Leme. Por abranger uma área comum a três municípios, esse marco representa, ainda, um elemento que confere identidade à região.

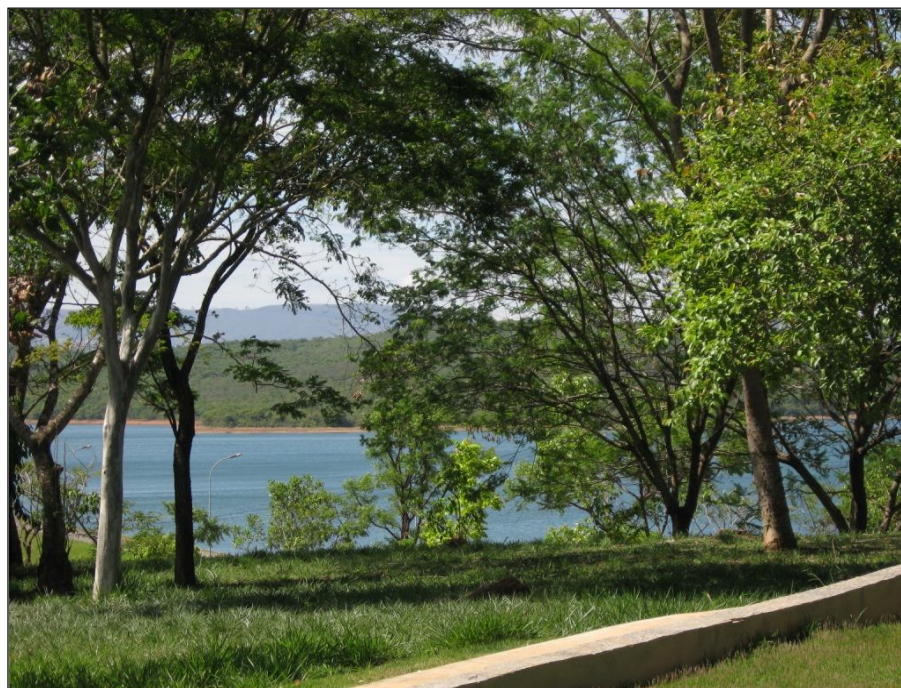
O conceito de ruralidade aqui empregado pode ser percebido nos tipos de relações sociais presentes no meio rural, nas relações das pessoas com a terra e, conseqüentemente, nos aspectos físicos que compõem o campo. Tais aspectos, nesse sentido, apresentam-se como a materialização de um estilo de vida e de valores representativos desse contexto.

O rio Paraopeba, por sua vez, entrecorta todos os municípios desse Complexo Paisagístico – com exceção de Mateus Leme – e representa, para a região, outro importante marco paisagístico, dotado de grande valor cultural e ambiental. O ribeirão Serra Azul, principal rio da bacia Serra Azul, é afluente do rio Paraopeba, que está inserido na bacia do rio São Francisco. Três das oito sub-bacias do ribeirão Serra Azul (Estiva, Diogo e Serra Azul) cortam os municípios desse Complexo Paisagístico, em especial Igarapé e Mateus Leme. Segundo estudos realizados na região, principalmente a pesquisa realizada por Alessandra da Silva (2009), as condições naturais favoráveis à prática agrícola na sub-bacia Estiva colaboraram, na década de 1970, para o surgimento de uma agricultura metropolitana, que se desenvolveu a partir de uma vantagem locacional, uma vez que as propriedades estavam relativamente próximas – em torno de 60 km – de seu grande comprador, o mercado urbano de Belo Horizonte.

O Sistema Serra Azul é responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e localiza-se nos municípios de Juatuba, Mateus Leme e Igarapé. É

interessante ressaltar que a Represa Serra Azul apresenta-se cercada por ocupações urbanas, sobretudo ao norte, estando os maiores adensamentos urbanos distribuídos ao longo da MG-050 e da BR-262. Por outro lado, a área da represa (Figura 6.16) é protegida por lei, não sendo aberta à visitação turística.

Figura 6.16 - Barragem Serra Azul Copasa / Município de Mateus Leme



Fonte: <http://www.aguasdoparaopeba.org.br/texto.php?p=serraazul>

A vegetação da região é característica do cerrado, apresentando variações de mata de galeria, cerradão, campo sujo, campo limpo e mata estacional semidecidual. As áreas de cerrado mais preservadas fazem parte da área da Represa Serra Azul, na porção noroeste do município de Igarapé, na divisa com Mateus Leme. A fauna da região é diversificada, incluindo animais ameaçados de extinção, podendo ser observadas na região as seguintes espécies: maritacas, periquitos, araras, papagaios, tucanos, jacus, gaviões, garças, veados, tatus, micos-estrela, pacas, raposas, cobras etc.

Quanto ao relevo, observa-se a predominância de menores altitudes na porção oeste do município de Igarapé, ao sul da represa Serra Azul. Nesse local, segundo Silva (2009), são observadas diversas propriedades agrícolas distribuídas ao longo dos córregos. A predominância de um relevo mais plano pode ser estendida aos demais municípios do Conjunto, com exceção das áreas localizadas na porção nordeste do município de Igarapé, onde são observadas maiores altitudes.

Um dos claros indícios dos traços rurais ainda predominantes nessa realidade é a participação dos municípios de Igarapé, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme, Rio Manso e Esmeraldas no chamado Cinturão Verde de Belo Horizonte. O Cinturão Verde refere-se às hortas mantidas em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que oferecem mais de 60 produtos diferentes, orgânicos e não-orgânicos, para consumo no próprio estado. Dessa forma, os municípios que compõem esse Conjunto apresentam uma ampla vocação para a produção rural.

A produção de hortaliças, leite e flores em Igarapé e Mateus Leme integra um mercado predominantemente de curto alcance em relação à RMBH. Porém, não está restrita a ele, como indica a produção de plantas e flores vendidas para Teófilo Otoni, João Monlevade e Divinópolis, dentre outros municípios. Nesse sentido, cabe se apropriar do conceito de agricultura metropolitana que, conforme Silva (2009), é definido por alguns estudiosos como a produção agrícola situada a uma distância entre 80 e 100 quilômetros do centro metropolitano, em que se estabelece uma forte interação entre o rural e o urbano e em que há um mosaico de diferentes usos do solo no rural para atender a demanda urbana.

Além da vocação agrícola, alguns desses municípios – como Esmeraldas, Florestal, Igarapé e São Joaquim de Bicas – oferecem atividades relacionadas ao turismo rural, desenvolvidas, sobretudo, a partir da existência de hotéis fazenda e pousadas rurais. Destaca-se, nesse contexto, o município de Esmeraldas, que possui quatro equipamentos voltados para o turismo rural: Fazenda Ipê Amarelo, Pousada Rural Quatro Estações, Hotel Fazenda Moinho e Spa Fazenda Esmeraldas. Outros equipamentos que também estão voltados para o turismo rural na região são o Hotel Fazenda Igarapés e o Hotel Fazenda Vale Amanhecer (ambos em Igarapé), o Balneário Hotel Lagos do Jordão (em São Joaquim de Bicas), a Pousada Gameleiras e a Fazenda Boa Esperança (ambas em Florestal).

A Serra do Elefante contribui para a conformação dessa realidade na região, sendo apontada como atrativo turístico de grande potencial para a realização de atividades relacionadas ao turismo ecológico e ao ecoturismo. O plano diretor de Mateus Leme, por exemplo, aponta, de forma conjunta, a consolidação do município tanto como pólo regional de turismo e lazer quanto como produtor e fornecedor de hortifrutigranjeiros. A combinação de vocação agrícola com a clara intenção em desenvolver o turismo é uma possibilidade marcante dentro do contexto socioeconômico que o Conjunto Paisagístico Médio Rio Paraopeba abrange. A presença de marcos paisagísticos relevantes, como a Serra do Elefante e o rio Paraopeba, reforça e contribui para a construção de uma identidade regional a ser

aproveitada para a atividade turística.

b) Estado de conservação

Na área abarcada pelo presente conjunto, identificam-se as seguintes áreas de preservação ambiental: APA Igarapé (Lei nº 1036); APEM UHE Florestal (Lei nº 293); APE Manancial Serra Azul (Igarapé, Itaúna, Juatuba e Mateus Leme / Lei nº 20.792).

A Área de Proteção Ambiental localizada no município de Igarapé abrange uma área aproximada de 7.100 ha e tem como objetivos principais a proteção e a conservação dos recursos naturais e ambientais da região.

Situada na mesma região, a Área de Proteção Especial Serra Azul abrange uma área total de 27.200 ha, abarcando os municípios de Juatuba, Mateus Leme e Igarapé. A área de proteção de manancial encontra-se sob responsabilidade da Copasa, abarcando uma área menor, equivalente a 3.200 hectares. O manancial Serra Azul é objeto constante de projetos que visam a preservar a diversidade de espécies, bem como a promover a proteção dos mananciais e a recuperação de matas ciliares e bacias existentes na região.

A Área de Proteção Especial Municipal (APEM) Florestal localiza-se no município de Florestal, constituindo outra área de preservação situada dentro do conjunto Médio Rio Paraopeba. Também tem por intuito a preservação e proteção dos recursos naturais presentes no âmbito do município.

A existência dessas três áreas de preservação ambiental, dadas sua abrangência e suas características, denota a clara relevância – sobretudo ecológica e ambiental – desse Conjunto Paisagístico. O intenso uso por parte da mineração e de outras atividades econômicas, como a agricultura e a demanda por água criada em torno de condomínios e segundas residências localizadas ao longo desse Conjunto, demonstra, por outro lado, a pressão e o impacto a que os recursos naturais da região estão submetidos.

c) Área de influência

O Conjunto Paisagístico Médio Rio Paraopeba abrange municípios que, de forma geral, apresentam forte vocação para a produção agrícola e para atividades rurais, conforme consta em seus planos diretores. A produção rural desses municípios é extremamente

diversificada, envolvendo os seguintes gêneros agrícolas: milho (em grão 1ª safra), mandioca, cana-de-açúcar, laranja, tomate (de mesa), feijão (água 1ª safra e seca 2ª safra), arroz (em casca - várzea úmida e irrigado), café (em coco), banana, amendoim (em casca), alho (em réstia) e fumo (em folha). A maior parte da produção destina-se ao consumo interno local e/ou regional.

Dessa forma, os conjuntos desses municípios – em especial aqueles que compõem o chamado Cinturão Verde – possuem estreita relação com os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Betim, no que se refere ao abastecimento agrícola.

Outras atividades econômicas ainda presentes na região são a pecuária leiteira e de corte, a criação de aves, a produção de ovos e de hortifrutigranjeiros, o comércio varejista, as pequenas indústrias e as microempresas. A fruticultura tem papel de destaque, sobretudo no município de Florestal, a exemplo da plantação de uvas, com exportação de mudas e tecnologia. Cabe ressaltar a importância da presença da Universidade Federal de Viçosa - Campus Florestal, que possibilita o desenvolvimento de novas técnicas voltadas para a otimização da produção agrícola.

Em razão da presença do rio Paraopeba na região abarcada por esse Conjunto Paisagístico, as atividades de agricultura e pecuária são disseminadas ao longo da bacia. Além das atividades relacionadas em seu entorno, a bacia hidrográfica do rio Paraopeba é responsável pelo abastecimento de água de aproximadamente 53% da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (COPASA, 2010).

Segundo Silva (2009), a combinação de certos elementos, como a bela paisagem de vale e terrenos férteis e mais planos, torna a sub-bacia Estiva (localizada na divisa dos municípios de Mateus Leme e Igarapé), por exemplo, um território valorizado tanto para as atividades rurais quanto urbanas.

Por outro lado, é necessário chamar a atenção para alguns conflitos identificados na região, que giram em torno da disponibilidade de água para o uso local por agricultores e seus familiares. Segundo Silva (2009), a implantação do Sistema Serra Azul para abastecimento de água de Belo Horizonte, na segunda metade da década de 1980, acarretou mudanças significativas em relação à disponibilidade desse recurso para a agricultura. Com a redução do volume de água nos córregos, os agricultores acostumados com a abundância de água tiveram que se adaptar a essa nova realidade. Silva (2009) relata que os agricultores que não construíram reservatórios ficaram dependentes da conduta correta dos vizinhos. Dessa forma, quando um agricultor ou morador de residencial localizado a montante do córrego desviava

ou represava água, pouquíssima quantidade desse recurso chegava às propriedades situadas a jusante.

Tal conflito, então, deve ser compreendido como um sério problema que tem dificultado a vida da população local, uma vez que a escassez de água inviabiliza a permanência de qualquer relação de produção naquele território. Esse problema produz diversos desdobramentos: no caso das ocupações urbanas, a crescente escassez de água representa um fator de desvalorização imobiliária, de encarecimento dos custos com esse recurso e de redução do conforto ou, mesmo, da possibilidade de uso da água para o lazer e para o turismo (SILVA, 2009).

Em contrapartida, todos os municípios que fazem parte desse Conjunto Paisagístico encontram-se inseridos no Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba, o que demonstra uma clara demanda ambiental, principalmente no que se refere à preservação e à conscientização da população sobre a degradação dos cursos d'água.

É válido ressaltar que as atividades minerárias são desenvolvidas ao longo de toda a bacia do rio Paraopeba, com a extração de areia, minério de ferro, manganês, ardósia e argila entre os principais minerais. No caso específico do município de Esmeraldas, a areia é extraída no baixo curso do rio Paraopeba e abastece principalmente o mercado da construção civil da Região Metropolitana de Belo Horizonte (IGAM, 2005). Ainda em Esmeraldas, são encontrados depósitos de argila em extração, que, a partir do seu aproveitamento e em função de suas propriedades físico-químicas, como a plasticidade e a coesão, possuem grande emprego na indústria em geral, como na produção de veículos, na indústria química e na construção civil, dentre outros (CETEC/IGA, 1996).

O patrimônio histórico e cultural da região é variado. Vale citar algumas fazendas que compõem o patrimônio desse Conjunto Paisagístico, como a Fazenda Veredas e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santo Antônio, que teve tombamento aprovado em 25 de agosto de 2004, conforme parecer do IEPHA/MG. Somam-se a esse patrimônio o Conjunto Histórico e Paisagístico Fazenda Serra Negra, em Esmeraldas, e as fazendas Boa Esperança, Santa Rita, Ribeirão do Ouro e Cachoeira, em Florestal. Conforme consta no site do município de Florestal, esta última, por ter surgido na época do Ciclo do Ouro, contribuiu como um elo entre Itatiaiuçu, Mateus Leme e Pitangui, que à época vivenciou o trajeto das bandeiras e dos desbravadores oriundos de São Paulo com o intuito de explorar o ouro das referidas regiões. Por isso, foi construída como pousada para os “mineiros”.

Existem também diversas igrejas e demais conjuntos, como a Estação Ferroviária de Azurita, em Mateus Leme, e o Conjunto Arquitetônico Estação Ferroviária, em Juatuba, que, segundo o IEPHA/MG, é considerado bem protegido por lei.

A presença dos referidos bens nesses municípios reforça a construção de uma imagem relacionada ao contexto rural, contribuindo para o fortalecimento da vocação turística da região – sobretudo do turismo rural. Por sua vez, a presença da Serra do Elefante enquanto atrativo turístico natural de grande destaque na região abre espaço para o estímulo ao turismo ecológico e para o ecoturismo.

Em Esmeraldas, observa-se a presença da comunidade de afrodescendentes Vargem Bento da Costa. Em Mateus Leme, também podem ser identificadas manifestações culturais relacionadas à cultura africana, como a Guarda de Congo e Moçambique de Azurita, a Guarda de São Benedito Moçambiqueiro e o terreiro de Candomblé Bakisse Bantu Kassanje.

Outras manifestações culturais, sobretudo algumas festas – como a Cavallhada e a Cavallhada Feminina, que ocorrem no mês de junho em Mateus Leme –, são reconhecidas em nível estadual e atraem um número expressivo de visitantes à região. As cavalgadas realizadas tanto em Mateus Leme como em Juatuba reforçam, ainda, a vocação rural desse Complexo.

Destaca-se, também, a diversidade de artesanatos produzidos na região, como tapetes arraiolos, tear chileno (tapetes, passadeiras, jogo americano, painéis e objetos de uso pessoal como bolsas, cintos e calçados), réplicas em madeiras (carruagem de tração animal para passeios turísticos e ecológicos, tratores), confecção de brinquedos pedagógicos em madeira e bordados.

d) Projetos existentes e previstos

Conforme o Plano Diretor de Esmeraldas, é prevista a melhoria da qualidade ambiental da cidade, estimulando a implementação de ações, instrumentos, programas e projetos estratégicos. Tais programas visam à criação e implantação dos Corredores de Integração Ecológica, como parques lineares urbanos de integração e acessibilidade dos diversos fragmentos urbanos, integrados ao sistema de áreas verdes e arborização urbana (Parque Linear do Felipão, em Esmeraldas). É prevista, também, conforme o Plano Diretor de Mateus Leme e Florestal, a delimitação da Área da Unidade de Conservação da Serra do Elefante e da Pedra Grande em Serra Azul, com a criação de um programa especial de proteção e recuperação paisagística e ambiental.

No que se refere aos projetos turísticos da região, cabe citar o Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes, que envolve metade dos municípios que compõem o presente complexo. O Circuito recebeu o Certificado de Reconhecimento do Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado do Turismo, nos Termos do Decreto nº 43.321 de 08 de maio de 2003 e na Resolução nº 006 de 09 de julho de 2004, no dia 20 de junho de 2005. A elaboração do Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes tem por objetivo, segundo seus idealizadores, promover a sinergia necessária que possibilite implementar ações integradas, visando a um desenvolvimento turístico ambientalmente correto, culturalmente respeitoso, economicamente viável e socialmente justo, através do envolvimento da comunidade, da iniciativa privada e do setor público, estabelecendo parcerias em benefício do turismo local e regional. Nesse sentido, conforme a vocação turística da região, visa-se à consolidação das atividades de turismo, como o ecoturismo, o turismo rural, o turismo de negócios e eventos folclóricos e religiosos.

O campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Escola Agropecuária de 2º Grau da UFV em Florestal (Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal – CEDAF) representam, para a região, uma referência no desenvolvimento de técnicas e consultoria, no que se refere, em especial, ao meio rural e à produção agrícola. A UFV promove a Semana do Produtor, atualmente em sua 41ª edição, em que são oferecidos cursos, minicursos e palestras nas áreas de ciências agrárias, alimentos, zootecnia, educação, meio ambiente, saúde e outras.

O Plano Diretor de Florestal indica também a criação do Centro Artesanal, cujo objetivo é resgatar a memória do município e divulgar seu acervo cultural, histórico e artístico. Isso evidencia uma clara demanda por locais destinados à comercialização e divulgação da cultura local por parte das outras cidades desse complexo, uma vez que possuem variadas manifestações culturais e produtos artesanais.

Entretanto, há que se concordar com Silva (2009), que ressalta que o Plano Diretor, enquanto documento, expõe os princípios de desenvolvimento sustentável, menciona a importância da gestão democrática como meta, além da criação de unidades de conservação, planos de manejo e parques urbanos, sem, contudo, apresentar propostas práticas para a operacionalização concreta desses princípios.

O Plano Diretor de Igarapé, no qual foram evidenciados uma série de conflitos pelo uso da água, não menciona os instrumentos de participação que poderiam ser utilizados junto aos usuários da água para efetivação, por exemplo, do parque urbano no bairro Santa Mônica.

Considerado um projeto importante para resguardar uma área verde no bairro, a proposta do Plano Diretor aponta esse caminho, mas não conecta essa idéia aos recursos disponíveis no local – escolas, postos de saúde, diversidade da economia rural e urbana (SILVA, 2009). Essa limitação é observada também nos outros planos, no que diz respeito aos projetos que são propostos, mas, muitas vezes, não implementados.

Quanto ao Sistema Serra Azul, observam-se, em especial no que diz respeito à APE Manancial Serra Azul, diversos projetos e trabalhos já desenvolvidos e em andamento pela Copasa, que buscam a manutenção da preservação ambiental dessa área. Dentre tais trabalhos podem-se citar: a Campanha Anual de Combate e Prevenção de Incêndios Florestais; o programa de reintrodução de espécies ameaçadas de extinção; o programa de proteção dos mananciais, incluindo recuperação de matas ciliares e nascentes na bacia; educação ambiental; a compatibilização do uso de agrotóxico com a preservação dos recursos hídricos; o levantamento de strigiformes (corujas); o levantamento de pequenos, médios e grandes mamíferos; o levantamento da flora nativa; o levantamento batimétrico; a coleta de sedimentos e amostragem da ictiofauna do reservatório; e biossegurança institucional.

e) Demandas sociais

Os municípios de Esmeraldas, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme estão inseridos no Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba (CIBAPAR), fato que demonstra uma clara preocupação com o uso da água e com sua crescente escassez na região. Em estudo realizado por Silva (2009), foram entrevistados diversos agricultores familiares, sobretudo nos municípios de Igarapé e Mateus Leme. Ao ser abordado o tema “uso da água”, foram levantadas as seguintes questões:

- as mineradoras foram apontadas como as principais responsáveis pela escassez de água, as ocupações urbanas foram mencionadas em alguns momentos e raramente foram citadas a irrigação e a destruição de nascentes;
- a continuidade do trabalho das novas gerações na terra depende da disponibilidade de água;
- o uso de reservatório e de bomba é inevitável, caso contrário a produção é paralisada;

- o uso da irrigação por gotejamento não é considerado uma solução ideal entre os agricultores familiares que trabalham com plantas ornamentais, já que cada tipo de planta exige um espaçamento específico.

Algumas dessas questões demonstram que, apesar da existência da represa de Serra Azul, o problema da escassez de água na região é um fator de conflito constante. Fica claro que existem vários usos para um mesmo recurso que se encontra sob a disputa de diversos atores, com diferentes níveis de poder e decisão sobre a produção do espaço naquele território.

6.2.2.1.2 Conjunto Paisagístico Represa de Várzea das Flores

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Represa Várzea das Flores está inserido na porção norte da paisagem da Depressão Belo-Horizontina e da APA Vargem das Flores.

Do ponto de vista fitogeográfico, a região apresentava originariamente predomínio de cerrado, intercalado com manchas florestais, que, devido ao desmatamento sistemático, foram reduzidas a meros resquícios, encontrados apenas em alguns vales úmidos e em determinados trechos da zona rural. O cerrado constitui atualmente a vegetação dominante. Muitas dessas áreas de cerrado foram transformadas em pastos ou aproveitadas para cultura, geralmente anuais, necessitando-se de práticas especiais de conservação para que possam ser utilizadas.

A intensificação do uso e ocupação do solo em decorrência do crescimento populacional da região compromete as áreas suscetíveis a risco geológico, como a erosão, que pode levar ao assoreamento de reservatórios. A erosão por ravinas e voçorocas já é comum nessa bacia e a ação antrópica mal planejada pode deixar a área suscetível a riscos (BACELLAR, 2003).

b) Estado de conservação

O Conjunto Paisagístico Várzea das Flores está inserido na APA Vargem das Flores, uma unidade de conservação criada pela lei nº 16.197, em 26 de junho de 2006. A APA abrange uma área de 12.300 hectares, sendo que 10.591 ha (86,11% da UC) pertencem ao município de Contagem, ocupando 54,49% de seu território; e 1.709 ha (13,89% da UC) pertencem ao município de Betim, ocupando 4,94% de sua área. A delimitação desse Conjunto corresponde aos limites da própria APA.

A instituição da APA pretende favorecer a manutenção da diversidade biológica, proteger e conservar os recursos ambientais, especialmente o lago formado pela barragem de Várzea das Flores e os córregos e drenagens que para ele afluem, além de contribuir para a ordenação do uso e da ocupação do solo, considerando a necessidade de preservação dos recursos ambientais e de promoção de ações com vistas à recuperação de áreas degradadas. O reservatório de Várzea das Flores é responsável por 15% da água consumida pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, abastecendo cerca de 700 mil famílias e um grande número de escolas, hospitais, indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços. Apresenta a vantagem da maior facilidade de distribuição, devido à proximidade e centralidade de sua localização.

c) Área de influência

O Conjunto Paisagístico Várzea das Flores está muito próximo à mancha urbana metropolitana. Os acessos à região se dão por meio das rodovias MG-060, MG-050, BR-381, BR-040 e BR-262. Betim integra o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba (CIBAPAR), juntamente com os municípios de Bonfim, Brumadinho, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme. A integração do município nesse consórcio reitera a preocupação com a preservação e manutenção dos recursos hídricos regionais.

A Represa de Várzea das Flores (Figura 6.17) já constitui espaço atrativo de lazer com influência sobre os municípios vizinhos. Porém, há potencial para que se torne um atrativo turístico de maior abrangência, e, aliado a outras potencialidades da região, constitua fator de integração e de criação de novas relações de centralidade.

Figura 6.18 - Imagem de satélite da cava desativada próximo à Represa Várzea das Flores



Fonte: Google Earth

d) Projetos existentes e previstos

O projeto do Rodoanel terá influência direta no conjunto paisagístico, pois é previsto que passe bem perto da represa de Várzea das Flores. Isso proporcionará prático acesso à região, que deve experimentar certo crescimento e dinamização com esse projeto.

O Plano Diretor de Contagem estabelece a criação do Plano de Desenvolvimento Sustentado da Bacia de Vargem das Flores, com análise e parecer do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e prevê como potenciais áreas para lazer na RMBH a Pedreira Santa Rita e a Pedreira do Riacho. A existência da Região das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA) em Contagem é apontada como suscetível à criação de um pólo de integração metropolitana na Região da Ressaca, devido a sua proximidade com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte.

O Plano Diretor de Betim prevê o incentivo ao turismo científico, de negócios e tecnológico, integrando-o ao futuro Parque Tecnológico de Betim. Pretende, também, priorizar a região de Vianópolis para o desenvolvimento do turismo rural e do agronegócio, bem como apoiar e incentivar iniciativas e projetos na região betinense integrante do

“Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes”, responsável pela inserção de Betim no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Minas Gerais, atuando de forma integrada com os municípios vizinhos na busca do desenvolvimento do turismo regional. Prevê, ainda, a preservação do "Açudão" (antigo reservatório de abastecimento de água) e da mata em seu entorno, que deverão ser destinados a atividades de lazer.

e) Demandas sociais

Como a área de influência do conjunto paisagístico Várzea das Flores sofre grande pressão da mancha urbana da RMBH, cresce a demanda por espaços de lazer e expressão cultural, bem como pela preservação dos recursos naturais. Nesse caso, destacam-se, principalmente, a manutenção dos recursos hídricos e a estruturação da área da Barragem como atrativo turístico natural contemplativo de impacto metropolitano.

6.2.2.1.3 Conjunto Paisagístico do Centro Metropolitano

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O conjunto Centro Metropolitano abrange a área de maior adensamento urbano da RMBH, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e parte de Santa Luzia (bairro São Benedito), que ocupam a porção leste da Depressão Belo Horizontina e porção central da RMBH. Esse Conjunto é caracterizado pela forte presença da mancha urbana em sua extensão e por processos de conurbação entre os municípios.

É justamente nesse aglomerado urbano que se encontram concentradas as indústrias de maior expressão, as empresas de grande porte, os centros de tecnologia, oferta de serviços, equipamentos de lazer e cultura mais estruturados e consolidados, atrativos turísticos culturais mais expressivos e estruturação de rede hoteleira. O Conjunto apresenta como elemento de identidade grande diversidade de expressões culturais, típicas dos grandes adensamentos urbanos. O relevo da região, com colinas e topos, permite uma paisagem favorável à criação de pontos de observação, porém muitos já se encontram tomados pelo crescimento vertical, o

que reduz a visibilidade e a atratividade desses locais. Belo Horizonte não é banhada por nenhum grande rio, mas por seu solo passam ribeirões e vários córregos, em sua maioria canalizados. A capital é atendida por duas sub-bacias, a do ribeirão Arrudas e a do ribeirão do Onça, afluentes do rio das Velhas. A cidade está situada em uma linha de transição entre a mata Atlântica e o cerrado. Em Betim, passam o ribeirão Betim, o riacho das Areias e os córregos do Saraiva e do Leitão. Em Contagem, passam o ribeirão Betim, o ribeirão do Cabral e o córrego Morro Redondo. Em Ribeirão das Neves, os córregos da Mata, Cacique, Café, Hortina, dos Pereiras, Mata dos Porcos, Papine, Água Fria e Piabas.

O Centro Metropolitano tem como atrativo de destaque a diversidade das manifestações culturais e apresenta concentrados, principalmente na região central de Belo Horizonte, a maior parte dos equipamentos culturais bem estruturados, que se consolidaram como marcos da paisagem da metrópole. Em destaque, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha; o Circuito Cultural da Praça da Liberdade; o Hipercentro: Praça Sete de Setembro; o Corredor Arquitetônico da Avenida Afonso Pena; o Parque Municipal Américo Renée Gianetti; o Palácio das Artes; o Mercado Central; o Conservatório UFMG; o Centro de Cultura Belo Horizonte; a Igreja da Boa Viagem; a Igreja São José; o Conjunto Arquitetônico da Praça da Estação (Praça Rui Barbosa); o bairro Mangabeiras: Praça do Papa; o Parque das Mangabeiras; a Rua do Amendoim (Rua Professor Otávio Magalhães); e a Praça da Bandeira. Apresenta diversidade de eventos, como os culinários (Comida di Buteco, Cachaça Gourmet, Festival BH Sabor e Arte, Festival Gastronômico Brasil Sabor, Festival Gastronômico Bar em Bar etc.); feiras de negócios; eventos artísticos e de lazer (Campanha de Popularização do Teatro e da Dança, Verão Arte Contemporânea, Banda Mole, Blocos Carnavalescos diversos, Desfile das Escolas de Samba de BH, Axé Brasil, Pop Rock, Bienal do Livro, Arraial de Belô, Festival Internacional de Teatro de Bonecos, Fórum Internacional de Dança - FID, Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte - FIT, Mostra de Cinema Mundial - Indie, Festival Internacional de Corais etc.); festas religiosas; exposições agropecuárias; e encontros de profissionais e congressos diversos.

b) Estado de conservação

Belo Horizonte integra a APA-Sul/RMBH, juntamente com os municípios de Ibirité, Brumadinho, Nova Lima, Caeté, Itabirito, Raposos, Rio Acima, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Catas Altas, Mário Campos e Sarzedo. Outras áreas protegidas são a APA Fazenda

Capitão Eduardo, a APEE - Barreiro, a APEE e Estação Ecológica Estadual - Cercadinho e a RPPN Minas Tênis Clube. A Fundação Municipal de Parques administra e mantém 69 parques, que somam uma área verde de aproximadamente 8,6 milhões de metros quadrados. Nesses locais, encontram-se sob proteção grande parte do patrimônio ambiental de Belo Horizonte, como: Serra do Curral, áreas de cerrado, mata atlântica e campos de altitude, nascentes que abastecem córregos da Bacia do rio São Francisco, além de mais de 200 espécies animais e cerca de 1.000 espécies vegetais.

Entre Betim e Contagem, a Represa de Várzea das Flores, protegida pela APA de mesmo nome, é um marco paisagístico regional. Na região são encontrados alguns empreendimentos de mineradoras e áreas remanescentes da mineração, que podem ser aproveitadas para a criação de espaços de lazer e cultura para a integração social da população, além de constituírem potenciais turísticos.

Em Ribeirão das Neves, encontra-se a área protegida APEE Ribeirão do Urubu, que abrange também os municípios de Esmeraldas e Pedro Leopoldo. Ribeirão das Neves, apesar de apresentar manifestações culturais expressivas, sofre certa carência de estruturas físicas que possibilitem seu pleno desenvolvimento, assim como de espaços de lazer e convivência para a população local. No município existem ONGs como a Associação dos Cidadãos para o Bem Nevense (ACIBEN), a ONG Mudança Já e AMIGOS RN, além do Centro de Estudo, Pesquisa, Intervenção - Ribeirão das Neves (CERPIRN), que dão voz às demandas sociais.

Dentre os parques urbanos da área, podem-se destacar, principalmente: o Parque Municipal Gentil Diniz; o Parque Urbano da Pedreira Santa Rita; o Parque Urbano da Pedreira do Riacho; o Parque Urbano do Confisco/Linear do Sarandi; o Parque Urbano do Vale das Amendoeiras; o Parque Ecológico do Eldorado; o Parque Linear da Avenida Teleférico; a Reserva Biológica do Bairro Perobas, adjacente ao Aterro Sanitário; o Parque Ecológico do Madeira; e o Parque do Morro da Gafurina. Em Betim, a Fazenda Vale Verde Alambique e Parque Ecológico já é um atrativo turístico mais consolidado, assim como o Caminho de Santa Quitéria. Como área protegida passível de influência do Conjunto, há a Floresta Estadual São Judas Tadeu. O Kartódromo Internacional de Betim também é considerado um atrativo diferenciado na região metropolitana, que, embora pontual, complementa outros equipamentos de lazer.

c) Área de influência

A produção rural no Centro Metropolitano é pouco expressiva. Belo Horizonte, Betim e Contagem configuram-se como compradores da produção dos outros municípios da RMBH, menos urbanizados e com produção maior e mais diversa, ao mesmo tempo em que fornecem tecnologias e alguns produtos industrializados. É interessante, entretanto, notar que mesmo em áreas de grande adensamento urbano, como esse Conjunto, muitas manifestações culturais ainda são ligadas à ruralidade, mesmo que, de certa forma, transformada.

Muitos dos municípios localizados a leste da RMBH possuem uma relação de identidade e dependência maior com o município de Betim do que, por exemplo, com o município de Contagem que é mais associado a Belo Horizonte pelo processo de conurbação. A influência cultural – principalmente de Belo Horizonte – sobre os municípios mais centrais é muito forte, e, por vezes, seus habitantes sentem suas manifestações mais tradicionais constrangidas pelas manifestações mais globalizadas presentes na capital que transbordam para as periferias e outras centralidades menores.

Betim e Ribeirão das Neves estão incluídas no circuito turístico Circuito Verde - Trilha dos Bandeirantes, juntamente com os municípios de Conceição do Pará, Florestal, Juatuba, Pitangui, e São Gonçalo do Pará, o que contribui para o desenvolvimento de seus potenciais turísticos, ainda pouco estruturados e com menor expressão.

d) Projetos existentes e previstos

O Plano Diretor de Belo Horizonte apresenta diretrizes no sentido de: investir no valor cultural do centro histórico constituído pela área interna à avenida do Contorno; promover a valorização urbanística do hipercentro, visando a resgatar sua habitabilidade e a sociabilidade do local, bem como a criação de condições para a preservação do caráter histórico-cultural da área central; promover a implantação do Museu da Imagem e do Som e de espaços e centros culturais públicos regionalizados, de centros de referência (dentre os quais o da cultura negra), bibliotecas, outros museus, bem como consolidar aqueles já existentes, em condições de utilização por todos; estimular o surgimento de centros fora do perímetro da avenida do Contorno, priorizando a instalação de atividades relacionadas a quartéis, presídios, campi, centros de convenções etc.; promover o aprimoramento do Terminal Aéreo da Pampulha como equipamento de serviço internacional; exigir das empresas mineradoras a recuperação das áreas degradadas; promover a articulação com os municípios da Região Metropolitana para desenvolver programas urbanísticos de interesse comum, por meio de mecanismos de

controle ambiental, de normas técnicas e de compensação por danos causados pela poluição e pela degradação do meio ambiente; promover a articulação com o município de Contagem, para a ampliação, na bacia da Pampulha, do serviço de coleta e interceptação de esgotos sanitários; criar condições urbanísticas para que a recuperação e a preservação dos fundos de vale sejam executadas, preferencialmente, mediante a criação de parques lineares adequadamente urbanizados, que permitam a implantação dos interceptores de esgoto sanitário; implantar tratamento urbanístico e paisagístico nas áreas remanescentes de tratamentos de fundos de vale, privilegiando as soluções de parques.

O Plano Diretor de Contagem estabelece a criação do Plano de Desenvolvimento Sustentado Bacia de Vargem das Flores, com análise e parecer do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Além disso, prevê como potenciais áreas para lazer na RMBH a Pedreira Santa Rita e a Pedreira do Riacho. A existência da Região das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA) em Contagem é apontada como suscetível à criação de um pólo de integração metropolitana na Região da Ressaca, devido a sua proximidade com a UFMG e com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte.

O Plano Diretor de Betim prevê o incentivo ao turismo científico, de negócios e tecnológico, integrando-o ao futuro Parque Tecnológico de Betim. Pretende, também, priorizar a região de Vianópolis para o desenvolvimento do turismo rural e do agronegócio, bem como apoiar e incentivar iniciativas e projetos na região betinense integrante do “Circuito Verde Trilha dos Bandeirantes”, responsável pela inserção de Betim no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Minas Gerais, atuando de forma integrada com os municípios vizinhos na busca do desenvolvimento do turismo regional. Prevê, ainda, a preservação do “Açudão” (antigo reservatório de abastecimento de água) e da mata em seu entorno, que deverão ser destinados a atividades de lazer.

Em Ribeirão das Neves, o Plano Diretor estabelece diretrizes para a manutenção e fortalecimento dos projetos integrados já existentes com o órgão municipal de Cultura (como o Projeto Brincando nos Bairros) e com a Secretaria de Trabalho e Promoção Social (Projeto Ação Cívica Integrada Social), bem como a viabilização de novos projetos através de novas ações intersetoriais. Prevê também o fortalecimento dos projetos Bom de Bola e Esporte Solidário; a viabilização de ações para a implementação de equipamentos culturais de uso coletivo, visando a garantir o amplo acesso da população, notadamente das camadas de menor poder aquisitivo, às manifestações da arte, do artesanato e da cultura locais; e a delimitação na área urbana de Zona de Interesse Histórico (ZIH) para mapeamento, identificação e

proposição de medidas voltadas à preservação desse patrimônio. O Plano também reconhece a importância do tombamento municipal e/ou outras formas de proteção das edificações e demais bens materiais de importância histórica e cultural, que constituem elementos representativos do processo de evolução urbana e territorial do município, como sedes de fazendas do século XVIII, a Capela da Colina e a edificação do final do século XIX localizadas na região do Sumidouro, a região central da Sede, dentre outros. Há também um plano de elaboração de projeto de revitalização, requalificação e valorização do corredor de transportes e eixo de concentração de comércio e de serviços de Justinópolis - Avenida Denise Cristina/LMG 806, relativamente a estacionamento, baias de ônibus, espaços e equipamentos de uso público, circulação de pedestres, paisagem urbana e outros aspectos de consolidação dessa área como eixo comercial e de serviços. Há, ainda, uma proposta de execução de programa de requalificação ambiental em áreas urbanas degradadas pelas ações de mineradoras, extrativistas e poluentes, em parceria com empresas, entidades e associações.

O projeto do Rodoanel também terá influência direta no conjunto paisagístico, pois é previsto que passe bem perto de Betim, Contagem e Ribeirão das Neves, o que facilitará o acesso à região e entre os municípios, fortalecendo sua integração e possibilitando maior dinamização para a área do Centro Metropolitano.

e) Demandas sociais

O Centro Metropolitano, apesar do caráter comum da presença do adensamento urbano, apresenta grande desigualdade na distribuição dos serviços e equipamentos que dão apoio ao desenvolvimento sociocultural local. Esses serviços e equipamentos encontram-se concentrados, em grande parte, na área central de Belo Horizonte. As principais demandas sociais são a desconcentração dessa oferta e a maior integração dos municípios entre si, para a diminuição da condição de periferia da capital.

O conjunto como um todo carece de políticas ambientais mais rigorosas, já que a pressão da mancha urbana deixou apenas algumas “ilhas” de áreas verdes e poucos recursos naturais, cuja manutenção é essencial.

Ribeirão das Neves, em especial, apresenta maiores demandas ligadas à criação de espaços e estruturas de lazer e de expressão cultural, como estímulo à sociabilidade e expressão de cidadania. Juntamente com os outros municípios do conjunto, apresenta também

necessidade de valorização de seu centro e construções históricas, o que contribui para a afirmação de suas centralidades.

Quadro 6.2 - Síntese de aspectos relevantes e atributos dos Conjuntos Paisagísticos da Depressão Belorizontina

Conjuntos Paisagísticos	Municípios	Aspectos relevantes	Atributos
Médio Rio Paraopeba	Esmeraldas; Florestal; Juatuba; Mateus Leme; Igarapé; São Joaquim de Bicas	Patrimônio natural; Turismo Rural; Patrimônio Cultural	Artesanato; festas populares; feira típica; montanha; represa. Fazendas; modos de vida e práticas ligadas ao meio rural; hotéis fazenda e atividades relacionadas ao turismo rural; ecoturismo; rio Paraopeba; Serra do Elefante
Centro Metropolitano	Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia (São Benedito)	Cultura; meio ambiente; turismo; lazer	Manifestações culturais, concentração de indústrias, serviços e equipamentos; Área de preservação ambiental
Várzea das Flores (APA Vargem das Flores)	Betim e Contagem	Meio ambiente	Reservatório da represa, potencial área para o lazer e o turismo contemplativo, área verde

Fonte: Elaboração própria.

6.2.3 Caracterização da Unidade Geoambiental do Médio Rio Paraopeba

O rio Paraopeba é afluente da margem direita do rio São Francisco. Nasce a 1.140 m de altitude, entre as Serras das Vertentes e do Espinhaço, e deságua na represa de Três Marias, no município de Felixlândia. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a bacia hidrográfica do médio rio Paraopeba passa por alguns municípios como Brumadinho, Itatiaiuçu, Juatuba, Betim e Esmeraldas. Essa área da bacia “está sujeita à ocorrência e instalação de impactos advindos de uma densa e diversificada ocupação” (ALMEIDA, 1999), o que causa impactos no rio, como baixíssimos índices de qualidade da água e assoreamento, dentre outros.

A Bacia é afluyente da Bacia do rio São Francisco e, de maneira geral, possui núcleos urbanos que remontam ao período colonial. O rio Paraopeba foi importante na colonização da região, pois, nos séculos XVII e XVIII, bandeirantes adentraram seguindo seus vales.

Do ponto de vista geológico, a bacia do médio rio Paraopeba está localizada sobre três macrounidades: o Supergrupo Minas, que se estende em uma faixa entre os municípios de Ibirité a Mateus Leme; o Supergrupo Rio das Velhas, em uma área que vai de Itatiaiuçu a Juatuba, sendo entrecortada ao meio pelo Supergrupo Minas; e o restante da bacia, localizada sobre o embasamento.

O embasamento cristalino tem o relevo moldado por rochas predominantemente granito gnáissicas do período arqueano, que são rochas impermeáveis. As colinas possuem topos ondulados e declividades baixas e médias, sendo que a evolução dessas formas está associada ao entalhamento de cursos d'água de diferentes ordens e grandeza, que gerou a topografia acidentada. A dissecação do relevo provoca erosões no solo e nos cursos d'água, sendo tal processo condicionado também pelo tipo e uso do solo, baseado na atividade agropastoril em substituição à cobertura florestal anterior.

No Supergrupo Minas destacam-se rochas como itabiritos e quartzitos, apresentando um relevo com menores graus de dissecação devido à resistência das rochas. A vegetação natural típica é o cerrado, havendo atualmente apenas alguns remanescentes da vegetação, devido ao intenso uso agropecuário.

O Supergrupo Rio das Velhas é caracterizado principalmente pelos metassedimentos e quartzitos, representando também rochas de difícil alteração. O relevo é caracterizado por morros e colinas testemunhos com forte dissecação. Essa área encontra-se no domínio do cerrado, tendo uso e ocupação do solo diversificados, havendo a associação de pasto e mata, pasto e cerrado, florestas naturais ou plantadas e área urbanizada (ALMEIDA, 1999, p.32). A erosão ocorre com grande intensidade devido ao avanço da urbanização, que acaba por provocar o carreamento de sólidos para as calhas fluviais, apesar de a área apresentar condições naturais que não a favoreceriam.

6.2.3.1 Caracterização do Conjunto Paisagístico e área de influência da porção sul do Médio Paraopeba

6.2.3.1.1 Conjunto Paisagístico Rio Manso/Serra do Itatiaiuçu

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico é composto por elementos marcantes como o Pico do Itatiaiuçu, no município de Itatiaiuçu; o Inhotim, em Brumadinho; o Sistema Rio Manso da Copasa, nos municípios de Rio Manso, Brumadinho e parte do município de Itatiaiuçu.

Os municípios de Brumadinho, Rio Manso e parte de Itatiaiuçu caracterizam-se, de modo geral, pelo forte traço rural. A agricultura é predominantemente familiar, com presença marcante de pequenas e médias propriedades e cultivo de legumes, frutas e pecuária leiteira, de acordo com dados do IBGE. Em Itatiaiuçu e Rio Manso cultivam-se banana, café, limão, tangerina, milho e feijão. Já em Brumadinho são tradicionalmente cultivados café, milho, cana-de-açúcar, arroz, feijão, mandioca, tomate, banana e laranja.

O relevo da Bacia do rio Paraopeba nos municípios de Brumadinho, Rio Manso e parte de Itatiaiuçu é pouco suave, com a presença de mares de morros. Conforme mapa de relevo da Região Metropolitana e Colar Metropolitano, o conjunto paisagístico possui uma altimetria variável, entre 684 metros e 1.184 metros.

O relevo de Itaguara e parte de Itatiaiuçu apresenta grandes elevações e algumas pequenas serras como, por exemplo, Serra da Pipoca, Serra da Serrinha, Serra da Bocaina, Serra da Boa Vista, Morro do Cardoso, Serra do Barreiro, Serra do Campo Grande, Serra do Nogueira e Morro das Pedras. Conforme mapa de relevo da Região Metropolitana e Colar Metropolitano, o município de Itaguara possui uma altimetria variável, entre 684 metros e 1.184 metros.

O Conjunto Paisagístico é rico do ponto de vista cultural. Todos possuem bens culturais tombados, incluindo bens móveis e imóveis. O destaque é a Fazenda dos Martins, bem cultural estadual, localizada em Brumadinho. A fazenda (Figuras 6.19 e 6.20) destaca-se

no contexto regional, pela sua relevância histórica. Construída no final do século XVIII, ainda mantém preservada uma capela barroca, a senzala e o pelourinho.

Figura 6.19 - Fazenda dos Martins



Fonte: Portal de Turismo de Brumadinho.

Figura 6.20 - Fazenda dos Martins



Fonte: Portal de Turismo de Brumadinho.

O Instituto Inhotim (Figura 6.21) foi idealizado na década de 1980 e aberto ao público em 2006. É um espaço cultural que possui rico acervo artístico e botânico, localizado onde existia, antigamente, o povoado de Inhotim. Desde sua inauguração, tornou-se um atrativo turístico e, com o passar dos anos, vem adquirindo notoriedade nacional e internacional. Possui galerias com obras de arte contemporânea e um jardim botânico, com presença de espécies de várias partes do mundo e paisagismo idealizado por Burle Marx.

Figura 6.21 - Instituto Inhotim



Fonte: Carol Reis.

No Distrito de São José do Paraopeba, em Brumadinho, está localizada a comunidade quilombola do Sapé, constituída por descendentes de escravos. Essa comunidade mantém preservadas tradições, costumes culturais e manifestações folclóricas, responsáveis pela atração, ainda que incipiente, de visitantes. Segundo o Plano Diretor de Brumadinho (2006), a denominação “quilombo”, nesse caso, é imprópria. “Quilombo” significa uma comunidade formada por escravos fugidos, o que não ocorreu em Sapé, uma vez que este teve origem no final do regime escravagista. Os negros da região, especialmente os da “Fazenda dos Martins”, reuniram-se sob a liderança de um escravo chamado João Borges para viver em comunidade, mas já como libertos. O povoado negro manteve-se isolado do contexto cultural-econômico das regiões vizinhas por um sentimento de integração muito forte, ligando cerca de 200 pessoas e constituindo um grupo homogêneo da raça negra.

O Pico do Itatiaiuçu (Figura 6.22), na Serra Azul, é tombado como patrimônio cultural pelo município de Itatiaiuçu, na categoria de conjunto paisagístico. De acordo com Santos *et al.* (2007), a exploração de minério de ferro data da década de 1940, quando a extração era realizada de maneira irregular e desordenada, e com a prática de lavra predatória. Os rejeitos e estéreis provenientes da mineração feita sem qualquer critério técnico e sistema de controle ambiental geraram grandes passivos ambientais, que vêm provocando gradualmente a degradação ambiental e o assoreamento de cursos d’água da região. Entretanto, a área de tombamento é pequena em relação ao tamanho do conjunto paisagístico. A região possui grande concentração de minério de ferro e, por isso, a presença de mineradoras e de áreas

degradadas é marcante. No entorno da área minerada, encontram-se, ainda, tanto exemplares de mata atlântica quanto de cerrado, dependendo da altitude e do tipo de solo.

Figura 6.22 - Pico Itatiaiuçu



Fonte: André Bonacin.

As manifestações culturais mais marcantes encontradas no Conjunto são as guardas de Congo e Moçambique, bem como as bandas musicais. Além disso, o calendário de festas religiosas e eventos culturais é extenso ao longo do ano nesses municípios.

Em Itaguara, o artesanato em tear faz parte da cultura local. Essa tradição remonta ao período colonial, tendo sido trazida pelos portugueses. As peças são trançadas manualmente pelas artesãs do município, que produzem tapetes e toalhas. Atualmente, há 110 mulheres pertencentes ao grupo da agricultura familiar de algumas comunidades que realizam esse trabalho.

b) Estado de conservação

O Sistema Rio Manso, controlado pela Copasa, compreende os municípios de Rio Manso, Brumadinho e parte de Itatiaiuçu. Está inserido numa área de preservação, denominada Área de Preservação Estadual Especial Rio Manso (APEE Rio Manso), criada pelo Decreto Estadual 27.928 de 1988 para fins de preservação de mananciais de abastecimento público. O Artigo 2º declara como de preservação permanente as florestas e

demais formas de vegetação natural dentro da área da APEE Rio Manso, definida no artigo 1º, conferindo caráter proibitivo a qualquer uso do solo. Faz-se, também, aplicar a Lei Estadual 10.793/92, que dispõe sobre a proteção de mananciais de abastecimento público.

A represa possui área verde bem preservada e o Conjunto Paisagístico possui presença marcante de pequenas propriedades rurais em seu entorno. O relevo predominante é o mar de morros, em que se instala o cinturão verde hortifrutigranjeiro que abastece BH. A vegetação é característica do cerrado, com algumas variações: mata de galeria, cerradão, campo sujo, campo limpo e mata estacional semidecidual. Há presença de espécies da flora típica do cerrado, como, por exemplo, aroeira, braúna, aroeira-branca, pau-d'óleo, peroba-rosa, jacarandá, araticum, cedro e canafístula. A fauna ocupa principalmente as áreas de mata ciliar que oferecem maior disponibilidade de alimento e proteção, sendo típicos alguns exemplares de marreca, caracará, anu, capivara e raposinha-do-campo. Entretanto, alguns animais estão incluídos na lista de espécies ameaçadas de extinção: lobo-guará, macaco sauá, jaguatirica, gato-pintado, onça-parda, lontra e tamanduá-bandeira.

O Inhotim é uma área de preservação gerenciada pelo Instituto Inhotim. Em 2010, foi reconhecida a Reserva Particular de Patrimônio Natural Inhotim. Possui área total de 145,37 hectares, constituídos por remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual Montana, encontrados em diferentes estágios de sucessão ecológica, e alguns encaves de cerrado no topo das serras. Além da diversidade florística, a reserva possui também três nascentes protegidas. Com a criação da RPPN (Figura 6.23), a preservação fica garantida, apesar de o entorno estar degradado pela mineração.

Figura 6.23 - RPPN Inhotim



Fonte: Instituto Inhotim

c) Área de influência

De maneira geral, há predominância do caráter rural nos municípios que envolvem o Conjunto Paisagístico da Ruralidade do Paraopeba, mesmo nos núcleos urbanos. Afinal, são nessas localidades que se encontram artigos básicos e alguns serviços que sustentam essas propriedades rurais. Além disso, há produção de legumes, frutas e hortaliças que abastece a RMBH, e, por isso, há intercâmbio entre os municípios.

Em Rio Manso, por exemplo, procura-se compatibilizar o desenvolvimento do campo com a preservação dos mananciais. O Plano preocupa-se com a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

No Plano Diretor de Itaguara, o meio rural é compreendido enquanto patrimônio cultural passível de desenvolvimento socioeconômico. O Plano garante as intervenções realizadas pelo poder público em lugares de referência da cultura imaterial do município, especialmente nos povoados rurais que preservem as áreas de celebração públicas, praças, áreas livres e marcos simbólicos locais, tais como cruzeiros, oratórios e capelas. Além disso, um ponto peculiar observado no Plano Diretor refere-se à garantia da proteção e preservação do rio Pará.

A represa de Rio Manso é fechada para visitação e configura uma barreira geográfica aos moradores da região. Entretanto, exerce forte influência, pois é um atrativo e tem importância no abastecimento de água da RMBH. No entorno da APEE Rio Manso, há três núcleos urbanos: o distrito de Conceição de Itaguá, pertencente ao município de Brumadinho, a sede no município de Rio Manso e o povoado de Souza, também em Rio Manso.

É importante ressaltar que, para a criação da represa, proprietários de terras e a comunidade de Cachoeira dos Antunes, que hoje não existe mais, foram removidos. Fora dessa área protegida, percebem-se manchas de pastagens e plantações e algumas áreas verdes. Tal fato pode ser explicado pela existência de sítios ou fazendas na região.

O Pico do Itatiaiuçu é um elemento marcante na paisagem, sendo um marco geográfico e ponto de referência, apesar da degradação atual. No entorno da serra, predomina a agricultura em pequenas e médias propriedades. A sede do município de Itatiaiuçu encontra-se próxima à serra e, por isso, tem relação direta com ela.

O Instituto Inhotim, por estar muito próximo da sede do município de Brumadinho, dialoga muito com esse núcleo urbano. Grande parte da sua mão-de-obra é proveniente de lá,

além de ser desenvolvido um trabalho educativo com as escolas da região. No entorno, verifica-se a presença de pequenas e médias propriedades rurais.

d) Projetos existentes e previstos

O Plano Diretor de Rio Manso preocupa-se com a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Na área rural estão previstos: o desenvolvimento de projetos aproveitando os recursos naturais, como frutas nativas, plantas medicinais e flores; a melhoria da qualidade do leite produzido, através de programas, acompanhamento técnico e financiamento; a criação de programa de estímulo à fixação do pequeno produtor no campo; a criação de incentivos para valorização da produção local de hortaliças, visando a agregar valor aos produtos; projetos de apoio ao pequeno e médio produtor; programas de qualificação nas escolas, de forma a criar condições de capacitação para o produtor e sua família e, ao mesmo, tempo permitir a sua fixação no campo; e a preservação de nascentes, o abastecimento e a qualidade da água na zona rural.

Em Brumadinho há a intenção de se agregar valor na fruticultura, incentivando a implantação de agroindústrias que utilizem como insumos as frutas produzidas no município. Existe um projeto elaborado pela Universidade Federal de Viçosa para instalação de uma fábrica de polpa de frutas no município, mas não há previsão de início. O município aponta, ainda, a diversificação das atividades agropecuárias, que incluem: bovinocultura, horticultura, fruticultura, piscicultura, apicultura e manejo florestal, dentre outras. Além disso, do ponto de vista cultural, são diretrizes do Plano Diretor: descentralizar as atividades culturais e os cursos oferecidos, além de viabilizar e incentivar a participação de membros de cada comunidade nesses cursos; realizar atividades culturais como, por exemplo, apresentação de teatros, corais, bandas de músicas e grupos folclóricos em todas as comunidades; e realizar levantamento do potencial artístico e artesanal da região, bem como elaborar, em parceria com a educação e assistência social, cursos visando ao aperfeiçoamento e valorização desses artistas, além de sua organização em cooperativas.

De acordo com o Plano Diretor de Itaguara, é prevista a integração entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município. Para isso, buscam-se alternativas para produção por parte de pequenos produtores, através de cursos e capacitação de curta duração, incentivo à atividade agrosilvopastoril e agropecuária familiar,

além do incentivo a produção de orgânicos, hortas comunitárias e escolares e fruticultura no município. As referências feitas à dinâmica de uso e ocupação do solo no que se refere ao município de Itaguara trazem como elementos de interesse os seguintes pontos: promover a urbanização e a regularização fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda, garantindo a preservação ambiental; garantir um planejamento dos espaços públicos e da paisagem urbana por meio da ordenação, distribuição, revitalização, conservação e preservação do patrimônio cultural e ambiental, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano e construído.

No que tange ao turismo, o Plano Diretor de Itaguara apresenta diversas diretrizes que propõem estimular o desenvolvimento da atividade no município, em especial quanto à divulgação do Festival de Inverno como ponto máximo das atividades turísticas e culturais do município, garantindo a inserção do evento nos calendários estaduais e nacionais. A temática cultural, que reflete no desenvolvimento do potencial turístico do município, aparece com grande destaque ao longo de todo o Plano, por meio da abordagem de itens como: incentivo ao setor de artesanato, culinária e produção de doces em Itaguara, de forma a garantir a preservação e repasse do conhecimento às gerações atuais e futuras, além da criação de um ponto permanente de comercialização do artesanato, produtos locais, alimentos e outros.

O Instituto Inhotim pretende se consolidar como um pólo de arte e turismo em âmbito nacional. Para isso, desenvolve alguns projetos no município de Brumadinho, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura e a rede locais. Citam-se alguns projetos de fortalecimento da rede de produção comunitária associada ao turismo, realizados pelo Instituto em parceria com o SEBRAE, para a capacitação dos artesãos e melhoria da qualidade dessa produção; criação de uma rede de empreendedores locais comprometidos com o desenvolvimento econômico sustentável focado no turismo; apoio e intercâmbio com municípios do Vale do Paraopeba: Bonfim, Rio Manso, Moeda, Mário Campos e São Joaquim de Bicas; participação em conselhos para apoiar o desenvolvimento sustentável da região; implementação do Centro de Memória de Brumadinho.

e) Demandas sociais

Brumadinho tem grande carência de lazer, o que caracteriza uma situação paradoxal, já que o município é fonte de lazer para grande número de habitantes da região metropolitana. Não existem programas ou projetos para o efetivo desenvolvimento de atividades de lazer e

de esporte nas comunidades. São da própria comunidade as poucas iniciativas existentes. É necessário investir para proporcionar espaços públicos de lazer fazendo, para tanto, parcerias com empresas privadas, que têm o compromisso de “devolver” aos moradores, através de ações sociais, pelo menos uma pequena parte dos lucros que recebem em decorrência da atividade que exercem em Brumadinho. Observa-se que o município não tem investido em equipamentos diversificados de lazer gratuito e nem mesmo na qualificação de profissionais capazes de atuar nas comunidades visando ao desenvolvimento de oportunidades de lazer para as crianças, para os jovens e também para a terceira idade. Parece que não há um levantamento mais apurado sobre interesses e necessidades de cada comunidade. É importante ressaltar que não existem programas ou projetos para o efetivo desenvolvimento de atividades de lazer e de esporte nas comunidades.

A principal demanda social identificada a partir da análise do Plano Diretor de Brumadinho foi a necessidade de estimular a zona rural da cidade, que se apresenta carente de estímulos e de oferta de emprego. Paralelamente, a temática ambiental, sobretudo no que tange à preservação dos principais marcos paisagísticos observados na cidade, foi outra demanda urgente apresentada no Plano. O aspecto cultural do município deve ser ressaltado, ilustrado por meio das manifestações culturais relacionadas aos afrodescendentes e do ofício dos artesãos, bem como do incentivo ao setor de artesanato, de culinária e de produção de doces. Além disso, ressalta-se a necessidade de estimular e consolidar, sobretudo na área rural da cidade, o potencial turístico e das atividades relacionadas à agricultura familiar e cooperativista.

O Instituto Inhotim mantém vários projetos sociais no município de Brumadinho. Esses projetos objetivam fortalecer e ampliar as redes sociais e se integrar com a comunidade, sem reproduzir práticas assistencialistas. Nesse sentido, são firmadas parcerias públicas, privadas e com instituições de pesquisa para garantir os recursos necessários. Os projetos contemplam as áreas de arte educação e meio ambiente e são norteados por algumas premissas, como desenvolvimento comunitário, educação profissional e fortalecimento das organizações. São exemplos de projetos realizados pelo Instituto Inhotim: o fortalecimento de áreas remanescentes de quilombolas, com o projeto Sapé Sustentável; o fortalecimento das associações comunitárias; o fortalecimento das práticas esportivas do município; educação musical e criação de corais; lazer, arte e cultura para a terceira idade.

Quadro 6.3 - Síntese de aspectos relevantes e atributos do Conjunto Paisagístico Porção Sul do Médio Paraopeba

Conjuntos	Unidade Geoambiental	Municípios	Aspectos Relevantes	Atributos
Rio Manso / Itatiaiuçu	Porção Sul do Médio Paraopeba e Quadrilátero Ferrífero.	Brumadinho, Rio Manso, Itatiaiuçu e Itaguara	Patrimônio Natural; Turismo Rural; Patrimônio Cultural	Artesanato; festas populares; feira típica; montanha; represa Rio Manso; fazendas; modos de vida e práticas ligadas ao meio rural; hotéis fazenda e atividades relacionadas ao turismo rural; rio Paraopeba; Pico do Itatiaiuçu; museu de arte contemporânea; mineração.

Fonte: Elaboração própria

6.2.4 Caracterização da Unidade Geoambiental do Bambuí¹⁴

A unidade geoambiental do Grupo Bambuí estende-se na porção Norte-Noroeste da RMBH, entre a Serra do Cipó (Espinhaço) e o vale do ribeirão da Mata. A unidade é formada por rochas carbonáticas metassedimentares, sobre as quais se desenvolve o denominado relevo cárstico, resultante da dissolução da rocha carbonática por processos químicos – dissolução/corrosão – e físicos – abatimentos. Esse processo produz uma paisagem com características peculiares, de relevo relativamente aplainado, formada “[...] por paredões rochosos enrugados e corroídos pelo tempo, semelhantes a ruínas, arcadas suspensas abrindo-se em cavernas subterrâneas, abrigos, sumidouros, lagoas e depressões” (PARIZZI; KOHLER, 2008, p.29). Reúne áreas de grande beleza cênica (Figura 6.24), além de sítios de importância arqueológica, paleontológica e espeleológica de importância para o estudo da origem do homem nas Américas.

¹⁴ As fotos foram anexadas a partir dos seguintes sites: www.visiteminasgerais.com.br, acesso em 08/05/2010; www.infraero.gov.br, em 10/05/2010; www.Wikmapia.org, acesso em 19/05/2010.

Figura 6.24 - Cerca Grande, Matozinhos



Essa formação tem, ainda, importância regional como provedora de mananciais para o abastecimento humano e dessedentação de animais, devido a sua capacidade de armazenamento, transmissão e formação de depósitos de água subterrânea. Entretanto, sua estrutura é susceptível a fatores externos, devido à facilidade de trocas entre os aquíferos e a superfície, o que aponta para sua fragilidade e necessidade de proteção.

As formações carbonáticas são ricas em calcário, o que propiciou o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor minerário na região. Segundo Ruchkys (2005), a área foi ocupada em tempos históricos, no ano de 1674, pelo bandeirante Fernão Dias, que lá chegou em busca de jazidas de esmeraldas e prata e se fixou, fundando em 1675 a feitoria Sumidouro. Ainda conforme Ruchkys (2005), importantes fazendas ligadas à mineração se estabeleceram ali nos séculos XVII e XIX (RUCHKYS, 2005).

A região desenvolveu-se com base em modelos de exploração mineral – principalmente o calcário, de cultivo agropecuário e de industrialização, calcinações e indústria cimenteira.

No final da década de 1980, a região foi escolhida para instalação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no município de Confins, o que gerou uma forte expectativa quanto ao desenvolvimento da região. Ao mesmo tempo, foi apontado o risco de perda do seu rico patrimônio natural e cultural, já ameaçado pela atividade de mineração. Tal fato levou à proposta de criação de unidades de conservação; no primeiro momento, o Parque Estadual do

Sumidouro e, no início da década de 1990, a Área de Proteção Ambiental de Lagoa Santa, que ficou conhecida como APA Carste de Lagoa Santa.

A identificação de conjuntos paisagísticos no Carste parte da identificação de elementos do meio físico e cultural e das paisagens que conformam, cada uma com características próprias. Foram observados na região cárstica dois conjuntos paisagísticos: APA Lagoa Santa /Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) e os Núcleos Tradicionais entorno APA/AITN.

6.2.4.1 Caracterização do Conjunto Paisagístico e áreas de influência da UG Bambuí

6.2.4.1.1 Conjunto Paisagístico APA Lagoa Santa / AITN

a) Apresentação dos elementos Naturais e culturais

O conjunto paisagístico formado pela APA Lagoa Santa e o AITN tem como característica principal o rico patrimônio natural e cultural e, ao mesmo tempo, a presença significativa do Estado mediante a criação de unidades de conservação e de investimentos realizados na instalação de equipamentos públicos de porte metropolitano.

Figura 6.25 - Vargem da Pedra, Matozinhos



Figura 6.26 - Aeroporto Internacional Tancredo Neves



O conjunto é delimitado a nordeste pelo rio das Velhas, a noroeste pelos limites da APA Lagoa Santa com os municípios de Funilândia e Prudente de Morais, a sudoeste pela rodovia MG-424 e a sudeste pelo limite entre Lagoa Santa e Santa Luzia. Integram esse complexo os núcleos/povoados de Lapinha/Lagoa Santa (onde está a gruta de mesmo nome), Fidalgo e Quinta do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, Mocambeiro, em Matozinhos, áreas

urbanas e rurais dos municípios de Confins e Lagoa Santa, além de parte dos municípios de São José da Lapa e de Vespasiano.

Grutas, sítios arqueológicos, lagoas e paredões calcários são elementos marcantes do conjunto, ao lado de construções históricas e das instalações contemporâneas do complexo aeroportuário do AITN. As características de seu meio físico e socioeconômico indicam seu potencial minerário e, ao mesmo tempo, paisagístico e cultural, além da tendência observada de se consolidar como um importante eixo de expansão metropolitana, em que pese sua fragilidade.

Nas áreas calcárias, existem as rochas com vazios, a área cárstica. Nela está contada a história da humanidade brasileira, por meio de restos paleontológicos, o acervo cultural dos povos de 12.000 anos atrás. São o celeiro cultural da humanidade belorizontina e não têm a preservação adequada (Plano Estratégico para a Grande BH, Instituto Horizontes, 2002).

Por ocasião da implantação do Aeroporto Internacional em Confins, os estudos apontaram para o crescente comprometimento da qualidade da água, da vegetação e do relevo, assim como a destruição do seu rico patrimônio cultural.

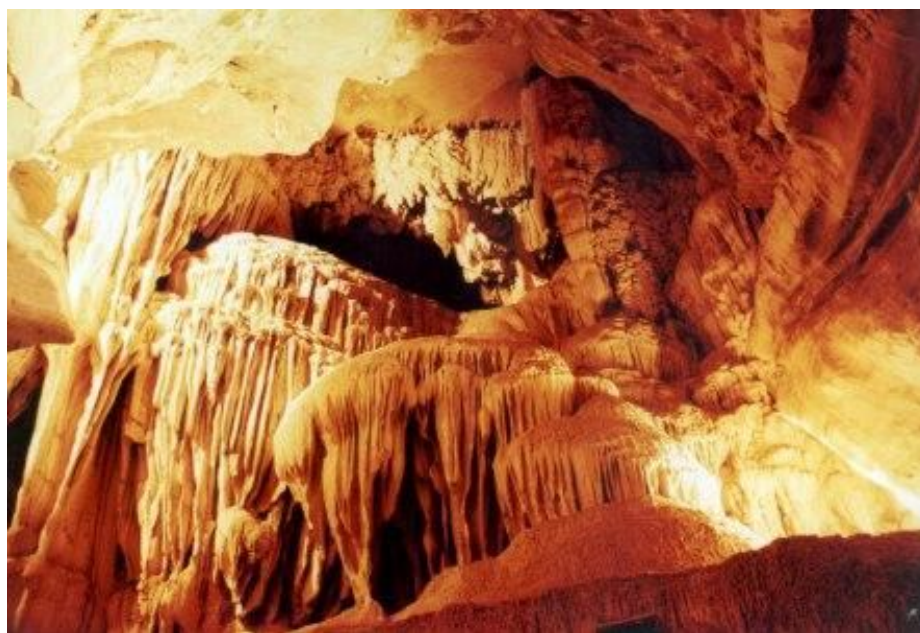
b) Estado de conservação

A região vem sendo objeto de ameaças de comprometimento do seu rico patrimônio natural e cultural desde que se iniciou a atividade de exploração minerária, seguida pela pressão de ocupação para residências de final de semana (impulsionada pela busca de suas belezas naturais e qualidade de vida) e, em período recente, pela pressão da expansão metropolitana, seja pelo assentamento de atividades industriais – indústria cimenteira, calcinações e projetos de parcelamento do solo em loteamentos fechados destinados à população de renda média e alta.

Pode-se identificar na região a existência de várias áreas degradadas pela mineração de calcário, que formam grandes cavas, a maior parte delas ainda em operação. Além do impacto visual, observam-se a interferência no regime hídrico subterrâneo típico da região, a destruição de remanescentes florestais instalados nos maciços calcários e a ameaça à fauna, bem como a destruição de sítios arqueológicos de grande importância.

Com a descoberta de novos sítios arqueológicos na região na década de 1970 e, tendo em vista o projeto de construção do aeroporto, foi publicado o Decreto n. 20.375, de 1980, que criou o Parque Estadual do Sumidouro como medida compensatória por sua implantação, com o objetivo de preservar, dentre outros, a lagoa e a Lapa do Sumidouro, seu painel de pinturas rupestres, a Gruta da Lapinha (Figura 6.27) e a APE Aeroporto de Confins.

Figura 6.27 - Gruta da Lapinha, Lagoa Santa



Diante desse quadro de vulnerabilidade e de sua importância para a pré-história do Brasil, a região também foi objeto de criação de uma unidade de conservação na esfera federal – a Área de Proteção Ambiental APA Carste de Lagoa Santa, pelo Decreto Federal n. 98.881, de 25 de janeiro de 1990.¹⁵

A criação dessas unidades de conservação contribuiu para aumentar o controle sobre o processo de ocupação do solo na região e para a adoção de medidas mais eficientes para sua preservação.

A atividade agrícola, a pecuária leiteira e a fruticultura presentes na história da ocupação da região foram substituídas pela atividade de mineração (calcário), pelo beneficiamento desses minerais (calcinações e indústria cimenteira) e, mais recentemente, por

¹⁵ A APA Carste de Lagoa Santa foi criada pelo Decreto n. 98.881, de 25 de janeiro de 1990, com o objetivo de “proteger e preservar as cavernas e demais formações cársticas, sítios arqueo-paleontológicos, a cobertura

atividades industriais de transformação e serviços de grande porte associados ao complexo aeroportuário, além de indústrias diversas, particularmente no distrito industrial de Vespasiano. São José da Lapa e Lagoa Santa ainda apresentam atividades rurais expressivas.

Essas intervenções levaram à proposição de um Sistema de Áreas Protegidas (SAP) para o Vetor Norte metropolitano, coordenado pelo Sistema de Meio Ambiente Estadual, com o objetivo expresso de preservar novas áreas de relevante interesse ambiental, tendo em vista a aceleração do seu processo de ocupação.

c) Área de influência

O Aeroporto Internacional Tancredo Neves exerce influência direta sobre os municípios localizados em seu entorno imediato, além de uma influência indireta, que extrapola os limites da unidade geoambiental e mesmo da RMBH. De forma semelhante à APA Lagoa Santa, o uso e ocupação do solo em seu entorno imediato é condicionado pelas exigências de segurança de voo estabelecidas pela Infraero, em especial no que se refere a atividades voltada para a produção de grãos e frutas e para a instalação de atividades industriais que emitem efluentes atmosféricos. Tal fato tem significado a busca de novas alternativas para o desenvolvimento local, entre elas o turismo (incluindo o incentivo à instalação de hotéis e pousadas), tendo como objetivo a prestação de serviços complementares ao conjunto aeroportuário.

Ao contrário de Confins, cuja área urbana está na área de influência direta do Aeroporto, Lagoa Santa é o município em que as intervenções para revitalização têm causado maiores alterações, tendo em vista a infraestrutura urbana instalada e seus atributos paisagísticos. Dentre os efeitos desses projetos, observa-se uma demanda acelerada por terrenos e residências, objeto de intensa especulação imobiliária, agravada pelas demais intervenções do governo estadual na região. Há, em curso, uma mudança das características dessa ocupação. Antes, a demanda era por moradias de final de semana; atualmente, cresce a demanda por moradias permanentes, observando-se inclusive uma tendência a verticalização.

Entretanto, observa-se que a pressão para ocupação da região ao longo dos anos, em especial como alternativa para residências de final de semana em Lagoa Santa, vem sendo

reforçada pelas iniciativas públicas voltadas para a consolidação do denominado Vetor Norte metropolitano: a revitalização e ampliação do Aeroporto Internacional de Tancredo Neves e a implantação da Linha Verde, da Cidade Administrativa e do Rodoanel. Há uma crescente expectativa de retomada do processo de expansão de atividades urbanas, de serviços e industriais na região e, com ela, o aumento da pressão para sua ocupação, em que pesem as medidas adotadas para sua proteção. Esses projetos estão “dinamizando a economia, atraindo indústrias e investimentos, gerando empregos diretos e indiretos, estimulando a intensa expansão urbana e a especulação imobiliária” (ALT; VALADÃO; AMORIM, 2008, p.51).

As limitações à ocupação e atividades econômicas em seu interior aumentam a pressão para ocupação do entorno, o que pode ser observado com o assentamento de empreendimentos industriais e minerários nas áreas urbanas e rurais de Matozinhos, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, pois parte do território desses municípios não está localizada no interior da área protegida. Essa influência é observada também no município de Confins, único município com todo o território inserido na APA, além de estar na área de influência direta do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – hoje, um elemento de maior significado para sua comunidade do que o seu rico patrimônio natural.

Portanto, as restrições ao uso e ocupação do solo impostas pelas unidades de conservação exercem grande influência no entorno, que passa a representar a alternativa para o assentamento de populações e atividades e para a manutenção do desenvolvimento da região. Às limitações impostas pela APA Carste Lagoa Santa, somam-se às exigências para segurança do tráfego aéreo impostas aos municípios de sua área de influência direta, como a proibição de plantio de grãos que podem atrair pássaros.

d) Projetos existentes e previstos

Na região, estão sendo desenvolvidos projetos destinados à consolidação do Parque Estadual do Sumidouro, programas de incentivo ao turismo regional mediante a implantação do Circuito das Grutas e da Rota Lund, além da revitalização do Aeroporto Internacional

Tancredo Neves¹⁶ e do SAP Vetor Norte.

A comunidade tem se empenhado na luta pela revitalização dos rios e córregos da região que integram bacia do Rio das Velhas, reforçando as ações previstas no programa Meta 2010, do governo estadual, a regulação do uso de ocupação do solo e a compatibilização dos Planos Diretores Municipais, conduzida pela SEDRU.

Uma das iniciativas propostas no sentido de garantir a preservação de algumas áreas consideradas de relevante interesse cultural e ambiental na região é a criação do Sistema de Áreas Protegidas (SAP) no Vetor Norte metropolitano como uma das ações do Plano de Governança Ambiental e Urbanística da RMBH (Decreto Estadual no 44.500/07). O SAP foi proposto como medida compensatória dos impactos ambiental, urbano e social previstos na implantação e operação de grandes empreendimentos públicos na região como o Rodoanel, a Linha Verde e a Cidade Administrativa. A proposta envolve a criação de unidades de conservação nos municípios de Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Santa Luzia e São José da Lapa: os Monumentos Naturais Estaduais Várzea da Lapa, Vargem da Pedra e Experiência da Jaguará; os Refúgios de Vida Silvestre da Serra das Aroeiras, Macaúbas e da Cauaia e o Parque Estadual da Serra do Sobrado e Cerca Grande. As unidades de conservação propostas estão em processo de discussão com as comunidades envolvidas mediante a realização de consultas públicas.

Está sendo implementado, ainda, um programa de educação ambiental para a região denominado “Um Novo Olhar para a Apa Carste de Lagoa Santa”, resultado da parceria entre a SEMAD e a Infraero - Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que elaborou a cartilha Região Cárstica de Lagoa Santa: Potencialidades, Impactos Ambientais e Principais Desafios, com o objetivo principal de produzir um material de referência para os habitantes da região, os turistas e a população em geral para preservação e conservação das riquezas e particularidades arqueológicas da região, que abriga um dos mais importantes sítios da Antropologia mundial.

Outra iniciativa a ser destacada, que envolve parceria entre a Prefeitura Municipal de Matozinhos e a Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios (ADAO) é a criação do Eco

¹⁶ Existe uma previsão de adequações no terminal atual de passageiros (para ampliar a capacidade do aeroporto de 5 para 7 milhões de passageiros/ano, como preparação para a copa de 2014. Além disso, encontra-se em andamento a implantação do projeto do Aeroporto Industrial.

Museu Mocambeiro, que tem por objetivo preservar e divulgar o rico patrimônio cultural da região de Mocambeiro (Figura 6.28), integrando questões ambientais, culturais e comunitárias para valorizar e preservar seu patrimônio natural e as manifestações culturais.

Figura 6.28 - Festa do Rosário, Mocambeiro, Matozinhos



a) Demandas Sociais

Nas audiências e consultas públicas realizadas para discutir a proposta do SAP - Vetor Norte, foi observada a grande expectativa que as intervenções e obras públicas promovidas pelo governo estadual estão gerando na comunidade com relação à atração de investimentos e valorização imobiliária. Observa-se, ao mesmo tempo, certa apreensão por parte dos movimentos sociais com relação aos potenciais impactos ambientais negativos, tendo em vista a fragilidade ambiental da região e a preservação do seu rico patrimônio cultural. Nas entrevistas realizadas durante as audiências¹⁷, foi observado que existem algumas centralidades na região, algumas delas vinculadas a relações historicamente construídas e outras a processos mais recentes de estruturação regional.

¹⁷ A Entrevista foi estruturada nas seguintes questões: Quais municípios exercem maior **influência** sobre sua cidade? Sob quais aspectos (econômico, ambiental, turístico, oferta de serviços públicos, transporte, etc)? Cite os municípios que possuem maior integração (relação mais direta) com a sua cidade. Sob quais aspectos (econômico, ambiental, turístico, oferta de serviços públicos, etc)?

As unidades de conservação já criadas contribuirão para a ocupação sustentável dessa área, reduzindo a pressão para sua ocupação e definindo os usos compatíveis com o objetivo principal de proteção.

A pressão da expansão urbana e adensamento dos núcleos urbanos são uma preocupação dos movimentos sociais, principalmente em Lagoa Santa, reconhecidamente um município de beleza cênica e alternativa para lazer de final de semana que vem sofrendo pressão para construção de edificações verticais. Recentemente, o Movimento Preserve Lagoa Santa questionou e evitou a implantação de empreendimento dessa natureza na orla da Lagoa Central, de grande importância para a população como local de lazer e uma de suas principais atrações turísticas, ao lado da Gruta da Lapinha.

Dentre as demandas formuladas nos planos diretores e contatos com lideranças comunitárias, podem ser citadas: preservação do cerrado e mata seca na APA Lagoa Santa, preservação da área verde da FEBEM e da Aeronáutica (Lagoa Santa), implantação da infraestrutura de educação ambiental e manejo do Parque Estadual do Sumidouro, recuperação do rio das Velhas em parceria com o governo estadual e ONGs, recuperação da Lagoa do Fluminense (Mocamboeiro), criação e implantação do ECO Museu em Mocamboeiro, urbanização da Lagoa de Santo Antônio (Pedro Leopoldo), elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico para Fidalgo e Quinta do Sumidouro (Pedro Leopoldo), recuperação de áreas degradadas pela atividade minerária.

6.2.4.1.2 Conjunto Paisagístico Núcleos Tradicionais¹⁸

b) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O conjunto paisagístico Núcleos Tradicionais abrange as áreas urbanas e rurais dos municípios de Capim Branco, Matozinhos e Pedro Leopoldo e parte do município de São José

¹⁸ As fotos anexadas foram extraídas dos sites: www.google.com.br, www.estacoes ferroviarias.com.br.

da Lapa, situadas entre a MG-424, o divisor de águas da bacia do ribeirão da Mata, e a Rodovia BR-040, situada no entorno da APA Lagoa Santa e do AITN.

O relevo, ao contrário do Carste, é movimentado, entrecortado por diversos talvegues e cursos d'água que constituem a drenagem superficial contribuinte da bacia do Ribeirão da Mata, afluente da margem esquerda do Rio das Velhas. O processo de ocupação desse conjunto está relacionado à presença de bandeirantes na região.

Na época áurea da extração de ouro e pedras em Minas Gerais, região passou a fazer parte do caminho de abastecimento da região aurífera, ou seja, as fazendas da região produziam gêneros alimentícios: milho, feijão e mandioca, criavam animais: porco, galinha e boi, com objetivo de abastecer as regiões produtoras de ouro com as quais mantinham um intenso comércio. (www.pedroleopoldo.mg.gov.br, acesso em (20-05-2010).

A ocupação, no final do século XIX, está relacionada à chegada do transporte ferroviário¹⁹, que impulsionou o desenvolvimento da região.

No início do século XX, a instalação de indústrias têxteis e de calcinações promove o crescimento desses núcleos. Particularmente nas áreas urbanas de Pedro Leopoldo observam-se construções preservadas desse período, algumas delas transformadas em espaços culturais (Figura 6.29).

Figura 6.29 - Estação Ferroviária /Centro Cultural - Pedro Leopoldo



¹⁹ O primeiro trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil foi entregue em 1858, saindo da estação Dom Pedro II (no Rio de Janeiro) até Belém (Japeri) e daí subiu a serra das Araras, alcançando Barra do Piraí em 1864. Daqui a linha seguiria para Minas Gerais, atingindo Juiz de Fora em 1875. A intenção era atingir o rio São Francisco e dali partir para Belém do Pará. Depois de passar a leste da futura Belo Horizonte, chegou a Pedro Leopoldo em 1895, com o objetivo de chegar a Pirapora. (Adaptado de www.estacoesferroviarias.com.br, acesso dia 15-05-2010).

c) Estado de conservação

De um passado em que prevaleciam as atividades rurais, que, durante anos, abasteceram a região, com destaque para produtos de subsistência e pecuária leiteira, no início do século XX observa-se a mudança nas relações da população com o território. A urbanização é acelerada pela presença do transporte ferroviário de passageiros e a ocupação das áreas no entorno das estações ferroviárias. Mesmo assim, ainda se observa uma produção rural significativa.

Em meados do século XX, são instaladas as indústrias cimenteiras na região, apropriando-se dos seus recursos minerais, e, com a expansão da indústria da construção civil, a areia e a argila passam também a ser exploradas de forma mais intensiva em toda a bacia do ribeirão da Mata, com destaque para o ribeirão das Areias, o ribeirão do Urubu/Palmital e o ribeirão das Neves. Esses cursos d'água foram sendo degradados pela atividade e até os dias atuais ainda não foram objetos de recuperação ambiental, embora atravessem regiões já urbanizadas ou em processo de urbanização.

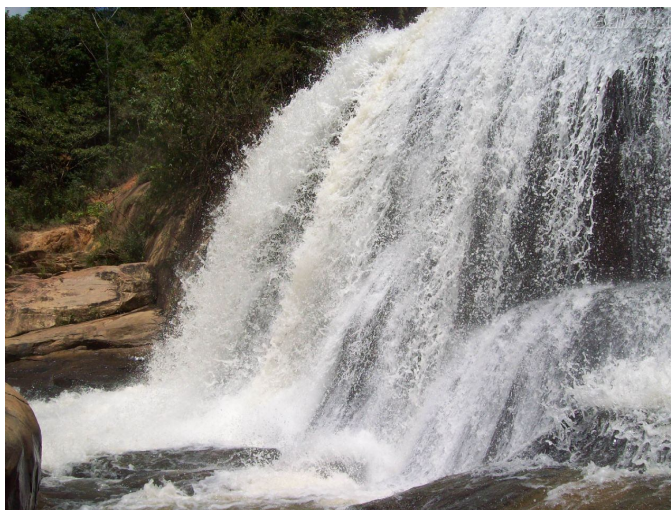
d) Área de influência

A atividade rural, em especial a pecuária leiteira, merece destaque na região, embora concentrada em pequenas e médias propriedades. Pedro Leopoldo possui o Laboratório Nacional de Referência Animal (LANARA), vinculado ao Ministério da Agricultura, e uma Fazenda Experimental da Escola de Veterinária da UFMG.

A passagem de Francisco Xavier na região, particularmente em Pedro Leopoldo, é um dos fatores de atração de visitantes para a região, pois na residência da família foi instalado o memorial Chico Xavier.

A região apresenta, ainda, potencial para atividades de lazer e turismo, merecendo destaque o Balneário da Cachoeira do Urubu (Figura 6.30), situado no interior da APE do Urubu, unidade de conservação criada para proteger esse importante patrimônio regional.

Figura 6.30 - Cachoeira do Urubu, Pedro Leopoldo



O Conjunto exerce influência na região por seus movimentos sociais, manifestações culturais e eventos, como a Exposição agropecuária de Pedro Leopoldo, o Rodeio Show, o Boi da Manta, a Festa do Rosário e Congados, dentre outros. Um dos mais importantes movimentos sociais da região surgiu em Pedro Leopoldo, na década de 1980, com o intuito de proteger o patrimônio cultural da região Cárstica e as construções e núcleos históricos. Hoje, apóia a criação do Sistema de Áreas protegidas do Vetor Norte.

e) Projetos existentes e previstos

O conjunto paisagístico Núcleos Tradicionais integra os esforços da região e do estado para melhoria de sua qualidade ambiental e proteção do seu patrimônio cultural. Nesse sentido, dentre os projetos em implantação e previstos que têm influência direta no conjunto, podem-se citar as iniciativas regionais vinculadas à recuperação da Bacia do ribeirão da Mata, mediante a implementação do Programa de Saneamento da Bacia que envolve os municípios de Matozinhos e Capim Branco, em parcerias com as instituições estaduais, no âmbito da Meta 2010, de recuperação da Bacia do rio das Velhas. Essa obra inclui a implantação de interceptores e elevatórias para coletar e transportar o esgoto coletado em Capim Branco até a ETE Matozinhos, sob responsabilidade da COPASA.

O turismo de eventos é uma das características da região, que realiza anualmente feiras, exposições e shows de impacto regional, mediante parcerias público-privadas. O

circuito das Grutas e a Rota Lund terão impactos nesse conjunto, em especial em seus núcleos urbanos, mediante a oferta de serviços relacionados ao apoio ao turista.

Merece destaque, ainda, a criação de unidades de conservação previstas no SAP do Vetor Norte metropolitano para o conjunto: o Parque Estadual Serra do Sobrado, em São José da Lapa, e o Refúgio de Vida silvestre da Serra das Aroeiras, em Pedro Leopoldo, ambas na bacia do ribeirão da Mata, como medida compensatória dos impactos negativos previstos com a realização de investimentos públicos na região.

f) Demandas sociais

A partir da análise dos Planos Diretores municipais e dos contatos feitos com a comunidade em oficinas e audiências públicas, observa-se que a população vive uma grande expectativa quanto aos efeitos dos investimentos públicos na região, do ponto de vista da expansão urbana e da conseqüente valorização imobiliária e quanto às medidas de planejamento para controlar esse processo sem comprometer a qualidade de vida da comunidade.

Nesse sentido, foram observadas algumas convergências quanto à demanda da comunidade em relação ao desenvolvimento dos municípios que integram o conjunto, particularmente com relação à necessidade de adoção de um planejamento e gestão eficiente do território que evite o surgimento de loteamentos irregulares, a sobrecarga do sistema de transporte coletivo e de equipamentos públicos e o agravamento da precária situação ambiental de seus recursos naturais.

Dentre as demandas formuladas pela comunidade, podem ser citadas: melhoria do acesso viário a BH, do trecho da MG-424 de Capim Branco até ao entroncamento com a Linha Verde e das estradas vicinais que ligam os núcleos urbanos e rurais; instalação de cursos profissionalizantes e universitários, voltados para as demandas de qualificação da mão-de-obra para as atividades da região, particularmente na área de comércio e prestação de serviços vinculados aos desenvolvimento do turismo, reativação do transporte ferroviário como parte de um projeto turístico e de preservação/revitalização das construções ferroviárias, criação de RPPN na Fazenda Campinho e Sol Nascente, em Pedro Leopoldo, incentivo à instalação de floriculturas e produção de hortigranjeiros na áreas rurais de Capim Branco, Matozinhos e Pedro Leopoldo.

6.2.4.1.3 Conjunto Paisagístico Ruralidades do Médio Rio das Velhas

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

Esse Conjunto Paisagístico tem como principal característica a ruralidade da área compreendida na margem direita do rio das Velhas, nos municípios de Jaboticatubas e Baldim, e do rio Taquaraçu, próximo à sua desembocadura no rio das Velhas.

A região é considerada uma depressão fluvial (SAADI, 1991) e, portanto, apresenta ao longo dos cursos d'água planícies que são utilizadas para a prática da agropecuária. Por serem áreas alagadas no período da cheia, os terrenos são férteis, apesar de décadas de utilização. Assim, atualmente são cultivados na região: cana-de-açúcar, milho, tomate, laranja, abacaxi, mandioca, feijão, alho, banana, cebola e arroz. Geralmente a produção ocorre em pequena ou média escala, numa estrutura quase sempre familiar. Acredita-se que há a necessidade de um acompanhamento mais próximo desses produtores com relação ao uso de agrotóxicos, pois estudos acadêmicos têm apontado a contaminação dos agricultores de Baldim pelo uso desses produtos e análise dos níveis de zinco encontrados em cabelos de crianças abaixo de cinco anos, no mesmo município.

Com relação à pecuária, destacam-se o rebanho bovino e eqüino, além da expressiva criação de aves e suínos, havendo em menor quantidade: caprinos, muares, ovinos e asininos (IBGE: Censo Agropecuário, 2006).

A região ainda preserva algumas manifestações culturais tradicionais como o Reinado, a Folia de Reis, a queima do Judas e o Candombe, sendo este último festejado na comunidade quilombola Mato Tição (Matição), próximo à sede de Jaboticatubas, a oeste.

Por ser uma área de ocupação antiga e próximo à APA Carste Lagoa Santa, há também alguns sítios arqueológicos/históricos nos municípios de Jaboticatubas e Baldim, além das grutas da Fortuna e do Sumidouro II, neste último município.

b) Estado de conservação

A área do Conjunto Paisagístico Ruralidades do Médio Rio das Velhas encontra-se bastante degradada, devido ao seu histórico de ocupação, tendo sido utilizada em todos os

períodos econômicos de Minas Gerais – desde a mineração do ouro até os dias atuais, período industrial e de grande urbanização.

Dessa forma, principalmente os cursos d'água mais caudalosos têm suas águas contaminadas com elevada quantidade de esgoto doméstico das cidades, além de rejeitos de indústrias como mineradoras, siderúrgicas, indústrias químicas, têxteis, curtumes e frigoríficos, muitas vezes jogados sem nenhum tratamento (COELHO, 2002, p.121). No médio rio das Velhas, área deste conjunto paisagístico, a poluição é causada principalmente pela poluição trazida pelos rios Arrudas e Onça, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Outro fator de grande degradação dos cursos d'água é o assoreamento, causado pelo desmatamento quase por completo da área, principalmente nas pastagens.

Em contrapartida, o Projeto Manuelzão/UFGM tem sido uma importante ação na luta, conscientização e mobilização pela melhoria da qualidade da água do rio das Velhas, principalmente através da “meta 2010”, que estabelece o objetivo de nadar, pescar e navegar no rio das Velhas na região metropolitana. É claro que, considerando-se o grau elevado da degradação, ainda não foi possível atingir a meta em sua totalidade, mas vale destacar que já foi constatado o retorno de alguns peixes nativos da Bacia do Velhas.

c) Área de influência

A área de influência do Conjunto confunde-se com o próprio Conjunto, pois, como a paisagem rural se pulveriza ao longo de sua área, não há uma centralidade das atividades rurais.

Ainda assim, as nascentes e as serras do entorno poderiam ser consideradas como componentes de uma importante área que influencia o conjunto paisagístico, uma vez que a água é um elemento fundamental na produção agropecuária, principal atividade rural.

Outro fator de influência da ruralidade da região são as localidades distribuídas ao longo dos municípios, que se desenvolvem mais ou menos dependendo da atividade praticada em seu entorno.

d) Projetos existentes e previstos

Praticamente não existem projetos públicos destinados à área deste estudo, sendo verificados somente o Projeto Manuelzão e o Barracão do Produtor.

O primeiro, já mencionado, tem como objetivo promover ações que resultem na melhoria da qualidade da água da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas, através do Comitê da Bacia (CBH-Velhas) e da formação de subcomitês nas sub e microbacias desse rio. As principais ações são educativas, mobilizadoras e políticas, envolvendo vários segmentos da sociedade civil.

O segundo projeto, o Barracão do Produtor, é uma ação recente, planejada e executada pela Secretaria de Agricultura e pelas Prefeituras de Baldim e Jaboticatubas. O projeto visa a beneficiar os produtos agrícolas dos dois municípios a fim de agregar valor aos mesmos, atendendo às exigências do mercado, elevando seu preço de venda, eliminando atravessadores, ou seja, aumentando o poder de lucro do pequeno produtor.

Sugere-se, portanto, ações em parceria com a EMATER-MG no sentido de oferecer aos pequenos produtores conhecimentos de técnicas mais sustentáveis de uso do solo, bem como o incentivo de reflorestamento com espécies nativas, a fim de aumentar a área das matas atualmente preservadas.

Outro aspecto a ser trabalhado mais pontualmente pelas prefeituras deve ser o turismo, pois a região atrai vários turistas – devido a Serra do Cipó – e precisa, portanto, de um planejamento dessa atividade, de modo que ela se desenvolva com base nos princípios da sustentabilidade e da inclusão social.

Quadro 2.4 - Síntese de espectos relevantes e atributos dos Conjuntos Paisagísticos do Bambuí

Fonte: Elaboração própria

Conjuntos Paisagísticos	Municípios	Aspectos relevantes	Atributos
APA Lagoa Santa/AITN	Pedro Leopoldo Lagoa Santa Matozinhos Confin Vespasiano São José da Lapa	Patrimônio natural Patrimônio Cultural Turismo	Grutas, sítios arqueológicos, lagoas etc. Mineração, comércio e serviços, turismo (Aeroporto Internacional Tancredo Neves), indústrias (DI Vespasiano). Residência de final de semana, condomínios, hotéis e pousadas. Festas religiosas, programação artístico-cultural. APA Carste Lagoa Santa, Parque Estadual do Sumidouro, APE aeroporto, Parque Aeronáutico, ECO-Museu Mocambeiro, Projetos de ecoturismo.
Núcleos Tradicionais entorno AITN	Pedro Leopoldo Matozinhos Capim Branco	Patrimônio natural Patrimônio Cultural Turismo	Edificações e núcleos históricos. Pequenas e médias propriedades na área rural. Intensa atividade cultural: festas religiosas e eventos. Projetos turísticos. Recuperação de áreas degradadas.
Ruralidades do Médio Rio das Velhas	Baldim Jaboticatubas Taquaraçu de Minas	Patrimônio Natural Patrimônio Cultural Turismo	Rios, Cachoeiras, Balneários, Gruta da Fortuna e Gruta do Sumidouro II, Comunidades Tradicionais (quilombolas) Mato do Tição (Matição), Bens Culturais/Naturais Tombados ou Registrados pelo IEPHA, Manifestações Culturais: Candombe, Folia de Reis, Reinado, Artes e Ofícios Associação de Artesãos (Jaboarte) Ateliês, Artesanatos diversos, Doces, Sítios Arqueológicos ou Históricos.

6.2.5 Caracterização da Unidade Geoambiental da Borda Oeste do Espinhaço

A Serra do Espinhaço formou-se devido a movimentos orogênicos²⁰ ocorridos no final do pré-cambriano (conhecido como Ciclo Brasileiro), sendo que a área do Conjunto Paisagístico apresentado adiante está localizada no contato entre o Grupo Bambuí e o Supergrupo Espinhaço. Essa área de contato entre os dois grupos apresenta intensa deformação “em tese devido ao cavalgamento das ‘rochas do espinhaço’ sobre as Unidades do Grupo Bambuí” (ALMEIDA ABREU; RINGER, 2002, p.11), ou escarpamentos²¹, como denominou SAADI (1995). Para este autor, tal cavalgamento representa uma frente de empurrão que se sobrepõe de leste para oeste à sequência do Supergrupo Espinhaço sobre o grupo Bambuí. É característico desse escarpamento o paralelismo mantido entre a serra e os cursos d’água principais, sendo que apenas alguns a recortam perpendicularmente em trecho encachoeirados. O rio Cipó tem esse comportamento próximo à sua nascente, mas alguns quilômetros adiante corre paralelo à serra.

De acordo com Pflug (1965 *apud* SILVA *et al.*, 2005, p.51) foram classificadas cinco paisagens na Serra do Espinhaço, que representam os maiores compartimentos morfológicos dentro da escala regional SdEM. A área do Conjunto Paisagístico do Cipó encontra-se no extremo sul da paisagem 1, onde ocorrem escarpas escalonadas situadas sobre as rochas do Grupo Bambuí, que acompanham o ocidente da Serra do Espinhaço e o oriente do Rio São Francisco. Tal relevo é caracterizado por extensas áreas de superfície plana com pequena diferença entre os declives, alternadas com um relevo de morros de vertentes suaves. Tais variações atribuem à paisagem uma silhueta suavemente ondulada, onde, nos pontos mais elevados, é possível avistar o horizonte, no firmamento. A altitude varia entre 500 e 600 metros, com rápida elevação em torno de 1.000 metros ao longo da estreita faixa que antecede a Cordilheira do Espinhaço, onde o escarpamento se torna mais evidente.

²⁰ Movimento orogênico: movimentos que deram origem às grandes cadeias de montanhas, compreendendo uma série de deformações, também denominadas diastrofismos (dobramentos, falhas, ou combinações destes). Esta denominação refere-se também às formações montanhosas originadas pela atividade vulcânica ou mesmo pela erosão. Os estudos orogênicos se fundamentam em duas outras áreas de conhecimento: a tectônica de placas e a estratigrafia. (GUERRA, 1997)

²¹ Escarpamento: paredão de forma mais ou menos abrupta dependendo da intensidade dos eventos ocorridos ou do clima da região. Escarpas: rampa ou aclive de terrenos que aparecem nas bordas dos planaltos, serras, testemunhos etc.

A vegetação é caracterizada pela transição entre o cerrado e os campos rupestres de altitude, marcada pela presença de matas ciliares – também denominadas matas galerias – ao longo de alguns trechos dos cursos d’água. O cerrado subdivide-se em três grupos: os capões, que são os arbustos que existem isolados ou agrupados em pequenos bosques; os cerradões, que são grandes quantidades de arbustos e árvores, formando florestas; e os cerradinhos, que são arbustos pequenos e bastante espaçados entre si. Atualmente, em virtude da ação antrópica, as manifestações de cerrado mais encontradas são os cerradinhos e capões. Os campos rupestres de altitude apresentam-se nos topos de serras, sendo formados por arbustos de baixo porte com espécies bastante resistentes às intempéries do ambiente.

Quanto à hidrografia, o principal rio dessa unidade é o Taquaraçu, afluente do rio das Velhas considerado um dos melhores com relação à qualidade da água. Tais cursos d’água pertencem à bacia do rio São Francisco e sub-bacia do Médio rio das Velhas.

O clima é do tipo tropical semi-úmido, também denominado tropical, caracterizado por verões chuvosos e invernos secos. Porém, fatores estáticos podem também interferir no microclima – como a posição, que se refere ao fato de o local estar situado na posição entre os paralelos 14° e 23° sul, que é a região da zona tropical, e, portanto, receber forte radiação solar. Outro fator estático a ser considerado é a topografia, principalmente nas altas superfícies e nas encostas montanhosas, como é o caso das escarpas próximas à Serra do Cipó. Essa topografia favorece as precipitações, uma vez que a elevação orográfica aumenta a turbulência do ar durante a passagem de correntes de ar perturbadas (NIMER, 1977, p.53 *apud* AMORIM FILHO, 2002, p.23).

6.2.5.1 Caracterização dos Conjuntos Paisagísticos e áreas de influência da UG Borda Oeste do Espinhaço

6.2.5.1.1 Caracterização do Conjunto Paisagístico Serra do Cipó

a) Apresentação dos elementos naturais e culturais

O Conjunto Paisagístico Serra do Cipó encontra-se localizado no extremo sul, a oeste da Serra do Espinhaço, localmente denominada Serra do Cipó, e parte do segmento sul da Serra do Espinhaço Meridional (SdEM), que se estende de Belo Horizonte a Diamantina.

Seus limites são os municípios de Nova União e Taquaraçu em quase sua totalidade, o norte e nordeste de Jaboticatubas e as margens do rio Cipó, no município de Baldim, sendo este localizado em outra unidade geoambiental do Bambuí.

As cachoeiras são o grande destaque natural, formadas pela erosão dos cursos d'água nos afloramentos rochosos das serras da região, sendo o início da Serra do Cipó um importante atrativo turístico. Além de quase trinta cachoeiras do conjunto paisagístico, há os balneários particulares, também utilizados como espaço de lazer por visitantes.

Do ponto de vista cultural, o Conjunto Paisagístico possui cerca de onze sítios arqueológicos ou históricos catalogados pelo IPHAN, com vestígios de cerâmicas do período pré-colonial, dentre outros. A região também possui alguns bens protegidos pelo IEPHA, especialmente no território de Jaboticatubas, onde há seis conjuntos paisagísticos municipais, bens imóveis/arquitetura isolada/bens integrados e bens móveis, respectivamente, a saber:

- Área de proteção dos mananciais; área do entorno no Parque Nacional da Serra do Cipó; Conjunto Arquitetônico da Fazenda do Cipó (Compreendendo Fazenda, Senzala e Capela); Conjunto das Castanheiras da Praça Padre Messias; Conjunto arquitetônico e paisagístico Igreja Nossa Senhora da Conceição e Praça da Castanheira; Parque Nacional Serra do Cipó.
- Fazenda das Minhocas e Igreja Nossa Senhora do Rosário.
- São José de Botas.

Há duas comunidades quilombolas também no município de Jaboticatubas, o Açude Cipó e Mato do Tição – sendo a primeira dentro deste Conjunto Paisagístico –, ambas originadas após a abolição e cujos escravos trabalhavam nas fazendas da região. Atualmente, suas terras têm sido alvo de fazendeiros que chegaram após os escravos e insistem em ocupá-las. As manifestações culturais que mais se destacam são o Candombe, uma das principais expressões culturais dos atuais quilombos. As caixas de percussão, denominadas tambu, eram confeccionadas por antigos moradores no final do século XIX e início do século XX. Atualmente não existem mais pessoas que saibam fazer o instrumento. O Candombe é uma manifestação afro-brasileira num ritual de louvor a Nossa Senhora Aparecida e outras entidades religiosas. O ritual surgiu nos últimos anos da escravidão, quando os escravos já

havia assimilado vários aspectos da cultura colonial e incorporado elementos da religião católica. Antigamente reprimido pelos senhores, hoje, o candombe é motivo de orgulho para as famílias, uma manifestação de fé e esperança. As orações, tantas vezes repetidas, são formas de agradecer a Nossa Senhora do Rosário, mãe do candombe, por todas as bênçãos concedidas à comunidade. E os batuques dos tambus, por sua vez, transmitem a fé e a alegria do povo. Há intenção de construir um centro cultural para a preservação dessa tradição, comemorada no segundo sábado de setembro.

Outras manifestações culturais são as festas de padroeiros das comunidades de São José da Serra, Filipe, Teixeira, Casa de Telhas, e do bairro São Benedito, a Folia de Reis que ocorre em São José da Serra, queima do Judas, na Semana Santa, e a Festa do Pequi em São José do Almeida.

b) Estado de conservação

A área do Conjunto Paisagístico Cipó está nos limites da APA Morro da Pedreira, que, por sua vez, abriga o Parque Nacional da Serra do Cipó, importante unidade de conservação em nível nacional. Esse parque encontra-se no extremo sul da Serra do Espinhaço, instituída como Reserva da Biosfera pela Unesco no ano de 2005.

Várias ações educativas têm sido desenvolvidas na região, principalmente pelo Projeto Manuelzão, que tem com foco principal de trabalho a Bacia do rio das Velhas. Essa Bacia teve seus cursos d'água degradados ao longo de vários ciclos econômicos da história de Minas Gerais – ouro, diamante, minério, pecuária, industrialização e urbanização –, e possui, portanto, uma elevada degradação de seus cursos d'água e do solo.

A principal atuação do Projeto Manuelzão tem sido através das escolas (Manuelzão vai à Escola), em atividades de educação ambiental, e da formação de comitês de bacias envolvendo os moradores de microbacias. O quadro 6 apresenta alguns subprojetos:

Quadro 6.5 - Subprojetos desenvolvidos pelo Projeto Manuelzão

Principais problemas existentes na bacia	Estratégias de transformação
Insuficiência da rede e não tratamento dos esgotos e efluentes.	Manuelzão cuida do esgoto.
Desmatamento e falta de preservação do ecossistema natural.	Manuelzão cuida da mata.
Turismo Predatório.	Manuelzão faz ecoturismo e turismo rural.
Degradação dos mananciais e cursos d'água.	Manuelzão bebe água limpa.
Práticas inadequadas na produção agrícola, animal e agroindustriais.	Manuelzão cuida da fazenda.
Desinformação e desmobilização.	Manuelzão dá o recado.

Fonte: Manuelzão vai à escola, 2004.

c) Área de influência

Devido às suas belezas naturais, principalmente as cachoeiras e os balneários, além da marcante paisagem da Serra do Cipó, a região tem desenvolvido o turismo e já conta com diversas pousadas e hotéis-fazenda. A área insere-se no Circuito da Serra do Cipó, do qual fazem parte Jaboticatubas e Nova União, dentre os municípios da RMBH. São oferecidas opções de roteiros voltados para o ecoturismo e esportes de aventura, especialmente atividades como canoagem, *cascading*, *rafting*, *mountain bike*, *trekking* e cavalgadas, que ocorrem nas cachoeiras, cascatas, córregos e riachos da região. Até mesmo os municípios que não fazem parte de circuitos turísticos são bastante visitados por turistas, devido às belezas naturais.

Dentre os atrativos naturais da região, destacam-se a Cachoeira Contagem, na Serra de Contagem, a Cachoeira do “Seu”, município de Jaboticatubas; e a Cachoeira dos Pinhais, a Cachoeira Alta e a Cachoeira da Colônia (Figura 6.31), em Nova União.

Figura 6.31 - Cachoeira da Colônia, Nova União



Fonte: www.novauniaomg.com.br.

O município de Taquaraçu de Minas também possui parte da Serra do Cipó em seu território, atraindo turistas, especialmente para suas cachoeiras e para o rio Taquaraçu. Esse rio é muito utilizado por banhistas, principalmente durante o carnaval, quando os mesmos acampam às suas margens, junto à sede da cidade homônima, o que caracteriza a área como um balneário informal (Figura 6.32). Algumas ações educativas têm sido feitas através de uma parceria entre as Prefeituras de Taquaraçu de Minas e Nova União e o Subcomitê do Rio Taquaraçu (CBH-Velhas), como uma blitz ambiental no carnaval de 2010.

Figura 6.32 - Rio Taquaraçu - Carnaval 2010

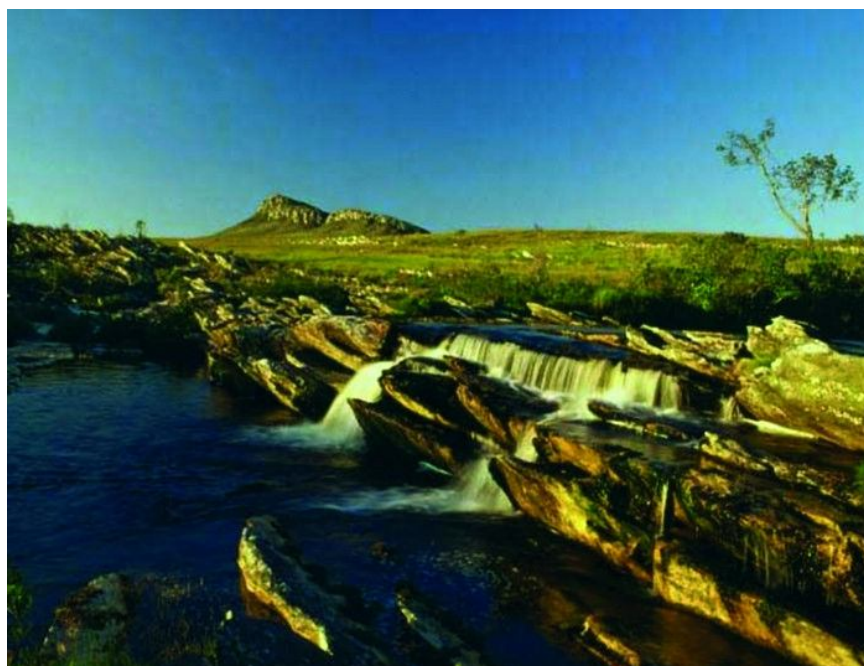


Fonte: <http://www.manuelzao.ufmg.br>.

Dentre os circuitos histórico-culturais, destacam-se o alambique da cachaça Germana, localizado no município de Nova União, e a Fazenda das Minhocas e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Jaboticatubas.

O rio Cipó, localizado a noroeste deste conjunto paisagístico (Baldim) também é outro local que possui uma exuberante beleza cênica e atrai turistas que se dedicam ao relaxamento/contemplação ou até mesmo à pesca esportiva (Figura 6.33).

Figura 6.33 - Rio Cipó



Fonte: revistabrasileiros.com.br.

Além do conhecimento da população local, que utiliza tais atrativos como espaços de lazer, a divulgação através de veículos de comunicação, principalmente a Internet, exerce influência sobre a população de Belo Horizonte, que se desloca voluntariamente ou através de agências de turismo, buscando as belezas naturais como alternativa de descanso à agitação da cidade.

d) Projetos existentes e previstos

De maneira geral, todos os municípios inseridos no Conjunto Paisagístico do Cipó possuem diretrizes que apontam para o desenvolvimento do turismo, seja através da valorização do patrimônio cultural e ambiental, seja através da união da economia local unida

a esses elementos. A criação de algumas APAs e RPPNS foi indicada nos Planos Diretores de tais municípios, bem como de parques lineares – visando à recuperação/conservação de determinados cursos d’água (Córrego São José) –, além da criação, também, de zonas de proteção do patrimônio histórico e zonas de proteção ambiental. Porém, as ações estão propostas de maneira bastante generalizada, em sua maioria.

Quadro 6.6 - Síntese de aspectos relevantes e atributos do Conjunto Paisagístico da Borda Oeste do Espinhaço

Conjuntos	Municípios	Aspectos	Atributos
Conjunto Paisagístico Serra do Cipó	Balduin Jaboticatubas Taquaraçu de Minas Nova União	Patrimônio Natural Patrimônio Cultural	Rios, Ribeirões, Córregos, Cachoeiras, Balneários, Represa de Taquaraçu, Lagoa Dourada, Gruta da Lapa Grande, APA Morro da Pedreira, PARNA Serra do Cipó, Comunidade Tradicional: Açude Cipó, bens materiais e imateriais registrado ou tombados pelo IEPHA, Manifestações culturais: Candombe, Folia de Reis, Reinado, Festas Religiosas, Doces caseiros, Cachaça Germana (Fazenda Vista Alegre), sítios arqueológicos/históricos.

6.3 Demandas Sociais a partir do Ciclo de Oficinas Participativas na RMBH

As demandas sociais formuladas nas oficinas participativas do PDDI, neste caso referentes aos temas, objeto de análise e proposição de Complexos Ambientais Culturais, apontam convergências com os objetivos gerais definidos para a realização do Plano Metropolitano e levantam questões que deverão ser tratadas com prioridade na discussão das propostas.

Observa-se que há a manifestação recorrente com relação à necessidade de garantir instrumentos participativos de gestão no processo de tomada de decisão quanto ao futuro da metrópole e na definição de um plano de ação para a melhoria de qualidade de vida de seus habitantes no marco da definição de sustentabilidade, ou seja, a integração necessária entre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

No contexto do tema “acessibilidade”, a garantia da inclusão social aos benefícios da metrópole é enfatizada pelos participantes, especialmente quando questionam: “Qual o sentido de pertencer a RMBH? Quais as vantagens?” Essa é, realmente, uma questão que o Plano em elaboração deve buscar responder, pois está diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento à metrópole, que tem como um dos resultados a construção de uma relação positiva entre a população e o seu patrimônio natural e cultural, no sentido de sua valorização como elemento identitário, proteção e uso sustentável como alternativa de geração de renda. Além dessa questão, merece registro outra questão colocada: “O que são as centralidades? São espaços da vida cotidiana, de manifestações culturais ou apenas vias de tráfego?”.

Nesse sentido, as demandas fazem referência expressa à: necessidade de um projeto de reestruturação da metrópole que permita a criação de pontos de encontro, novas centralidades que contribuam para uma maior integração e mobilização da comunidade; revisão dos Planos Diretores de forma a promover sua atualização e adequação à nova estrutura proposta mediante ações integradas e responsabilidades compartilhadas; necessidade de reestruturação do sistema de transporte em termos de itinerários e tarifas, com o objetivo de fortalecer as centralidades identificadas e criar novas centralidades a partir das potencialidades identificadas; avaliação sistemática e participativa das vantagens e desvantagens da continuidade de grandes projetos minerários em áreas de relevante interesse ambiental e cultural, considerando seu alto custo social e ambiental para a população metropolitana; melhora da articulação viária entre os municípios; integração das zonas rurais ao projeto de estruturação metropolitana, como áreas de preservação de recursos ambientais, produção e cultura vinculadas à história da ocupação da região e, ao mesmo tempo, de um desenvolvimento que respeita suas tradições culturais como fator de equilíbrio entre o urbano e o rural; realização de investimentos no resgate do transporte ferroviário como alternativa de transporte de passageiros entre os centros de geração de emprego e no acesso a áreas de interesse turístico e cultural, que podem vir a ser novas centralidades.

No que se refere ao tema “sustentabilidade”, observa-se um grande interesse em discutir e avaliar os custos e benefícios reais da mineração como atividade que contribui para a melhoria das condições de vida da população, que vão das condições de trabalho e renda aos impactos negativos na áreas de valor simbólico para as comunidades, assim como o potencial comprometimento dos mananciais de água, vitais para uma metrópole em crescimento.

Outros aspectos devem ser considerados: a adoção das bacias hidrográficas como unidades de planejamento e gestão mediante o fortalecimento dos comitês; a diminuição da

distância entre a população e o planejamento metropolitano, pois as decisões que interferem na estrutura dos municípios e regiões são tomadas sem a efetiva participação da população, como é o caso das intervenções do governo estadual no vetor norte metropolitano. “Estamos discutindo políticas, mas as decisões estão sendo tomadas à nossa revelia”. “Por que o governo investiu tanto na Linha Verde e não fez o metrô?” “Não houve planejamento antes de levar empreendimentos para municípios do Vetor Norte, que agora têm que arcar com os problemas”.

O tema segurança foi motivado por perguntas que tratavam de qualidade de vida, como “O que significa viver bem e seguro na RMBH?”. Em resposta a essa questão, os participantes destacaram a importância de preservar os valores naturais para se ter saúde e qualidade de vida, registrando novamente a preocupação com as consequências da continuidade da atuação das mineradoras na região em áreas de mananciais no que diz respeito aos recursos hídricos e também à cobertura vegetal, aspecto importante para a manutenção desses mananciais; a importância da participação da comunidade na tomada de decisões; a valorização das tradições culturais para fortalecer o papel das comunidades como sujeito da transformação dos lugares com os quais se identificam; a adoção da água como eixo estruturador e estratégico do planejamento metropolitano; a garantia do acesso seguro aos espaços públicos de recreação e lazer, mediante a valorização do pedestre e não dos veículos privados para todas as classes sociais; a ampliação da oferta de espaços públicos de lazer e cultura.

O tema “urbanidade” propôs a reflexão sobre a relação entre a comunidade e a metrópole, buscando perceber o sentimento de pertencimento como parte integrante do espaço metropolitano e, ao mesmo tempo, a necessidade de manter as características ambientais e culturais locais de valor simbólico para as comunidades. Portanto, nesse aspecto, o fato de possuir características que remetem à metrópole não deve significar a perda de valores e tradições locais.

A síntese das oficinas registrou a esse respeito que “O fortalecimento da cultura deve ser pensado e promovido. O imaginário ‘da roça’ é característico de Minas Gerais e precisa manter-se”. Nesse sentido, devem ser “potencializadas as práticas culturais locais para que crescimento urbano com urbanidade assuma assim um valor positivo” e que os “Habitantes em fronteira de municípios ‘perdem’ a identidade municipal, mas não ‘ganham’ a identidade metropolitana. Não se sentem pertencentes a nenhuma das cidades. Sentem-se distantes das

decisões do poder público, não se sentem ‘metropolitanos’, apesar de o serem necessariamente”.

Portanto, a construção da identidade metropolitana não pode ser feita desconsiderando as tradições culturais das comunidades ou destruindo-as, mas deve incorporar essa diversidade como elemento constituinte dessa identidade e como fator de integração regional.

Reforçam essas propostas aquelas apresentadas a partir das análises técnicas voltadas para a possibilidade de construção de uma relação positiva da comunidade metropolitana e os elementos de importância para caracterização e valorização da identidade metropolitana. Observa-se, nesse sentido, a importância do recurso água para as populações e a necessidade de proteção dos mananciais existentes como estratégia para a garantia de um futuro sustentável para a RMBH. Outro aspecto convergente é a valorização do transporte ferroviário e fluvial como alternativa para o transporte de passageiros e suporte para um projeto turístico regional que interligue corredores culturais e de urbanidade.

Além desses, podem ser citados: integrar ações destinadas à proteção ambiental às atividades econômicas, mediante a adoção de práticas sustentáveis de produção e da valorização do turismo como atividade ao mesmo tempo geradora de emprego e renda e de proteção ambiental; a recuperação de áreas degradadas e sua reintegração na estrutura metropolitana mediante sua utilização como espaços para eventos e criação de áreas de lazer e recreação, por exemplo, na implantação de parques lineares no interior das áreas urbanas; restauração de edificações e núcleos históricos, criação de unidades de conservação em áreas de relevante interesse ambiental e cultural, reforçando a necessidade de estruturação de corredores ecológicos e culturais; integração das áreas rurais na proposta de fortalecimento e apoio a novas centralidades na estruturação da RMBH.

Pode-se concluir que as demandas sociais encaminhadas nas oficinas do PDDI-RMBH reforçam a importância dos aspectos culturais e ambientais da RMBH para definição da identidade metropolitana e sugere diversas ações e iniciativas que justificam a pertinência da abordagem dada para a construção de uma rede de centralidades que valorizem esses aspectos na sua estruturação e fortalecimento. Nesse sentido, vale lembrar, como foi expresso nas oficinas, que “Reforçando as identidades locais, reforçamos a identidade metropolitana”.

Por outro lado, a participação da comunidade no processo decisório e o uso sustentável do território exigem o enfrentamento dos conflitos resultantes da divergência de interesses em torno, por exemplo, da continuidade da exploração mineral na região e da preservação de recursos ambientais e de áreas de importância cultural para as comunidades. Buscar uma

forma de manter as atividades econômicas de importância para a região e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção de elementos da paisagem e as manifestações culturais é o grande desafio na construção da identidade metropolitana. Essa identidade deverá resultar do respeito às demandas sociais e deverá valorizar a diversidade como fator de fortalecimento do sentimento de pertencimento à metrópole.

A partir dessas considerações e das demandas sociais identificadas em cada Conjunto Paisagístico pertencente às cinco Unidades Geoambientais analisadas neste estudo, é proposta a formação de Complexos Ambientais Culturais (CAC) na escala microrregional. Em cada CAC são identificados complexos na escala local e microlocal – com potencial natural ou cultural de forte expressão simbólica, assim como áreas degradadas em locais com fortes demandas sociais, que sejam capazes de promover a formação de uma rede de centralidades que favoreça o desenvolvimento social, ambiental e econômico desejado para a metrópole.

6.4 Proposta de criação de Complexos Ambientais e Culturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Os estudos que subsidiaram o diagnóstico envolveram a identificação de conjuntos paisagísticos a partir de cinco unidades geoambientais da RMBH: Quadrilátero Ferrífero, Grupo Bambuí/Carste, Depressão Belorizontina, Médio Paraopeba e Borda Oeste da Serra do Espinhaço Meridional.

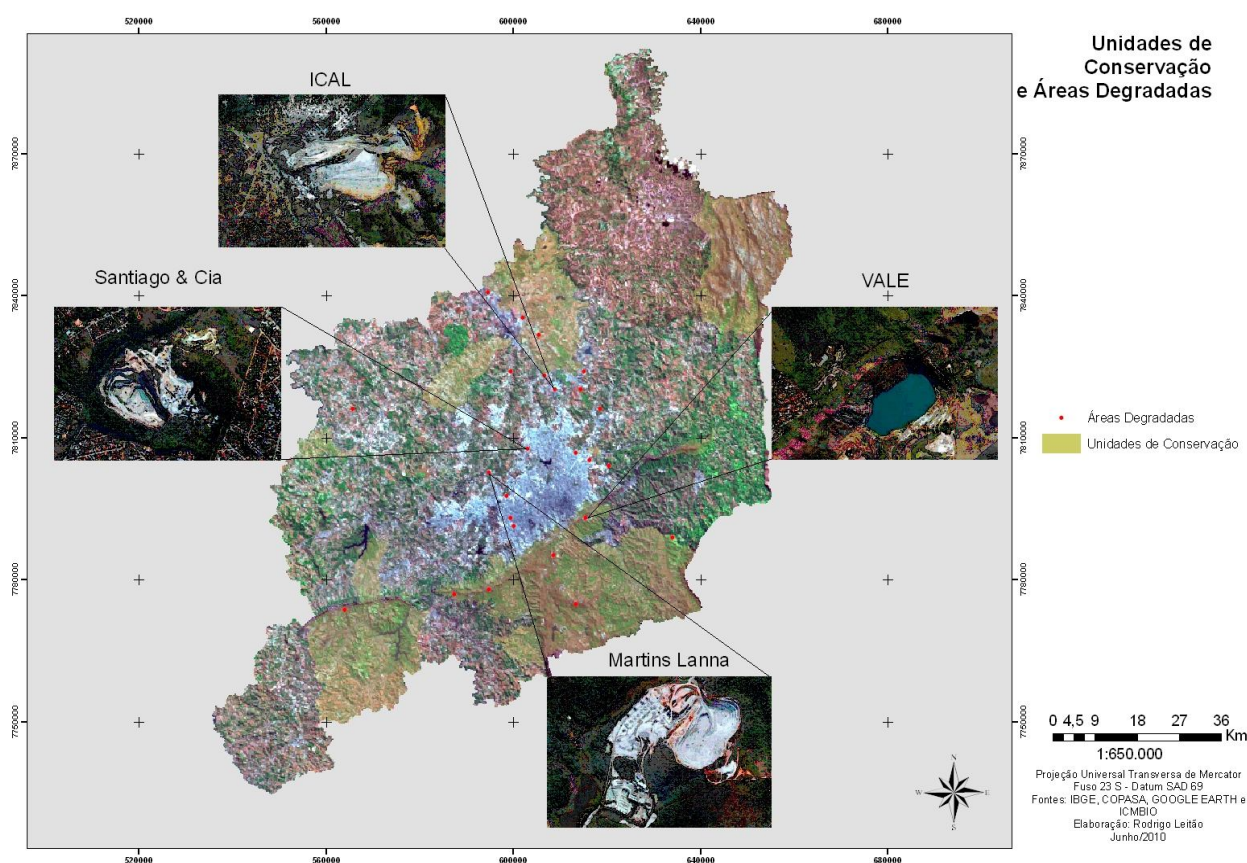
Com base nos estudos dessas unidades geoambientais, a área temática “Complexos Ambientais Culturais (CAC)” apresenta uma proposta preliminar de conformação de complexos ambientais culturais para a RMBH, identificados social e espacialmente, com vistas ao apontamento de políticas pública capazes de:

- dinamizar o potencial de uso público do patrimônio cultural e natural;
- viabilizar novas formas de uso público em áreas fortemente degradadas pela mineração e com necessidades socioeconômicas, culturais e/ou de lazer;
- fortalecer os elementos constituintes da urbanidade no espaço metropolitano;
- fortalecer as iniciativas turísticas e indicar programas e projetos turísticos a partir dos complexos ambientais culturais;

- contribuir com a conformação de uma rede de centralidades apoiada nas vocações culturais e naturais da metrópole.

Primeiramente, para a proposição de novas formas de uso em áreas fortemente degradadas pela mineração, identificou-se uma amostra de cavas de mineração nas cinco Unidades Geoambientais trabalhadas e, em seguida, após avaliação do potencial de cada Conjunto Paisagístico, da expressividade das cavas e da localização das mesmas, indicaram-se como exemplo, para indicação de projetos de recuperação e revitalização com prioridade para o uso público, quatro cavas, a saber: Mina da ICAL, Mina Águas Claras, Mina Martins Lanna e Mina Santiago e Cia (Figura 6.34).

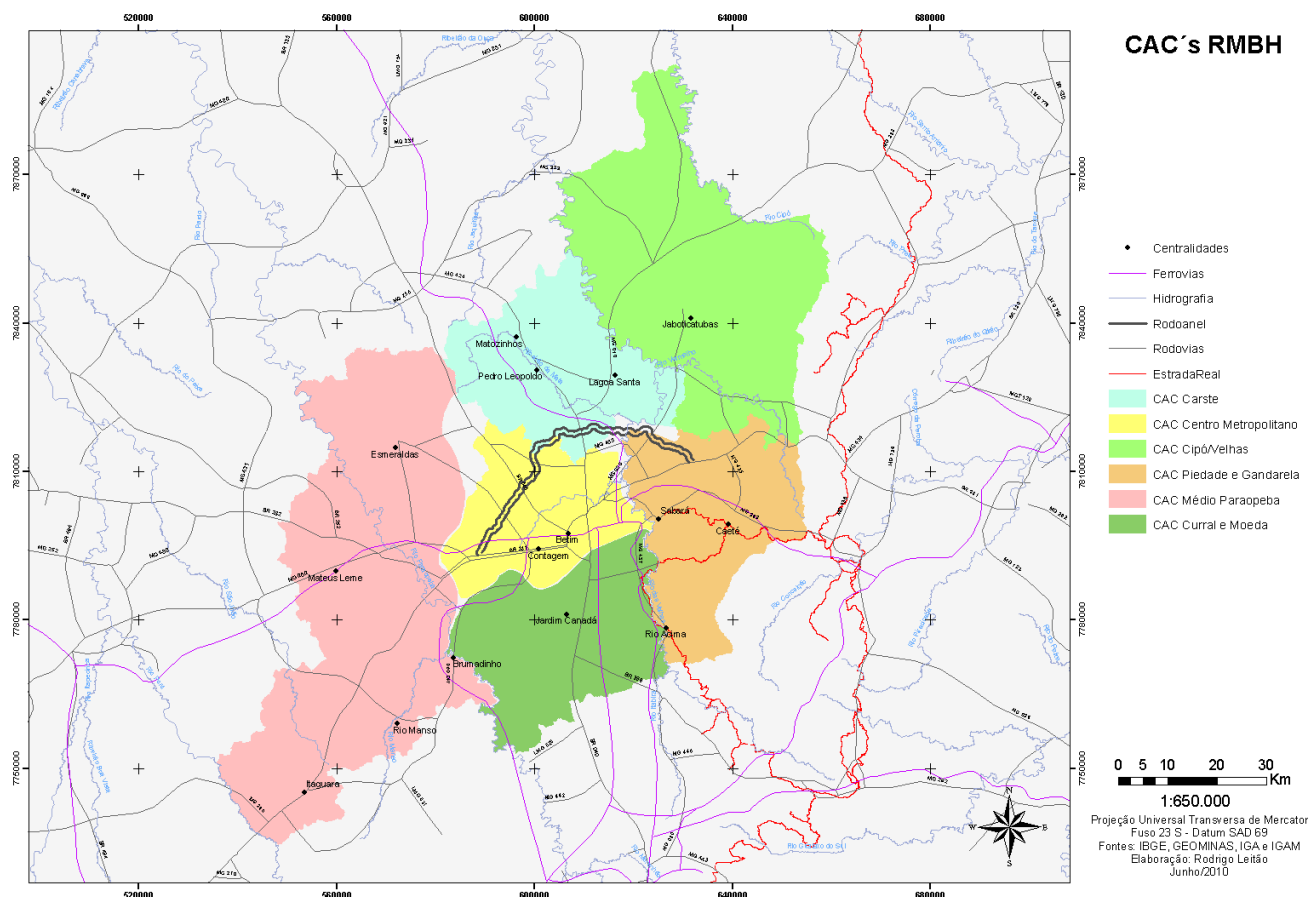
Figura 6.34 - Identificação de cavas que poderão ser alvo de projetos de uso público



A proposta de uso público para as cavas será apresentada conforme a sua localização nos CAC. Em seguida, em cada CAC foram identificadas centralidades existentes e potenciais, capazes de fortalecer a formação de uma rede de centralidades. A seguir são apresentadas as propostas iniciais de Complexos Ambientais Culturais e seus respectivos

complexos nas escala local e microlocal (Figura 6.35) e, ainda, políticas públicas gerais dos CAC, pensadas a partir dos eixos sustentabilidade, urbanidade, seguridade, acessibilidade e institucionalidade.

Figura 6.35 - Complexos Ambientais Culturais propostos e respectivas centralidades existentes e potenciais



Quadro 6.7 - Proposta de macro políticas públicas

<div>EIXOS</div> <div>CAC</div>	SUSTENTABILIDADE	URBANIDADE	ACESSIBILIDADE	SEGURIDADE	INSTITUCIONALIDADE
<div>Recuperação da Bacia dos rios das Velhas e Paraopeba em parceria com o governo estadual e ONGs.</div> <div>Proteção de áreas remanescentes do cerrado mata seca, campo rupestre, mata atlântica e matas ciliares.</div> <div>Proteção dos mananciais do Quadrilátero Ferrífero, responsáveis pelo abastecimento da RMBH</div> <div>Recuperação de áreas degradadas pela atividade minerária para atividades culturais, sociais, educativas, de recreação e ou de lazer.</div> <div>Aproveitamento do potencial turístico representado pelos atrativos naturais e culturais da RMBH, incorporando à proposta dos Circuitos Turísticos, da Rota Lund, e da Estrada Real.</div> <div>Criação de corredores culturais e ecológicos.</div> <div>Apoio às iniciativas municipais de instalação/ampliação/revitalização de equipamentos culturais e de lazer.</div> <div>Apoio a uma política de compensação ambiental.</div> <div>Apoio à efetivação dos zoneamentos ecológico-econômicos das áreas protegidas da RMBH.</div>	<div>Criação de uma rede de centralidades simbólicas (com relevância natural e cultural).</div> <div>Criação de um sistema de turismo metropolitano.</div> <div>Qualificação profissional nas áreas de meio ambiente, cultura, lazer e turismo.</div> <div>Conservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural da RMBH.</div> <div>Proposição e reestruturação de espaços verdes e de lazer para o uso público.</div> <div>Fortalecimento do patrimônio imaterial da RMBH.</div> <div>Proposição e reestruturação dos espaços públicos enquanto locais de encontro da população da RMBH.</div>	<div>Revitalização do transporte ferroviário para transporte regional de passageiros e apoio a atividade turística.</div> <div>Melhoria da qualidade do sistema viário regional.</div> <div>Implantação de política de acessibilidade para os CACs.</div>	<div>Garantia de acesso às áreas verdes, e aos espaços culturais de caráter público</div> <div>Garantia da manutenção digna de modos de vida e produção tradicionais, a exemplo das comunidades quilombolas.</div>	<div>Aperfeiçoamento do sistema de planejamento e gestão territorial municipal e regional, considerando a gestão do CACs.</div> <div>Revisão dos planos diretores municipais tendo em vista a perspectiva de estruturação de novas centralidades e integração regional.</div>	

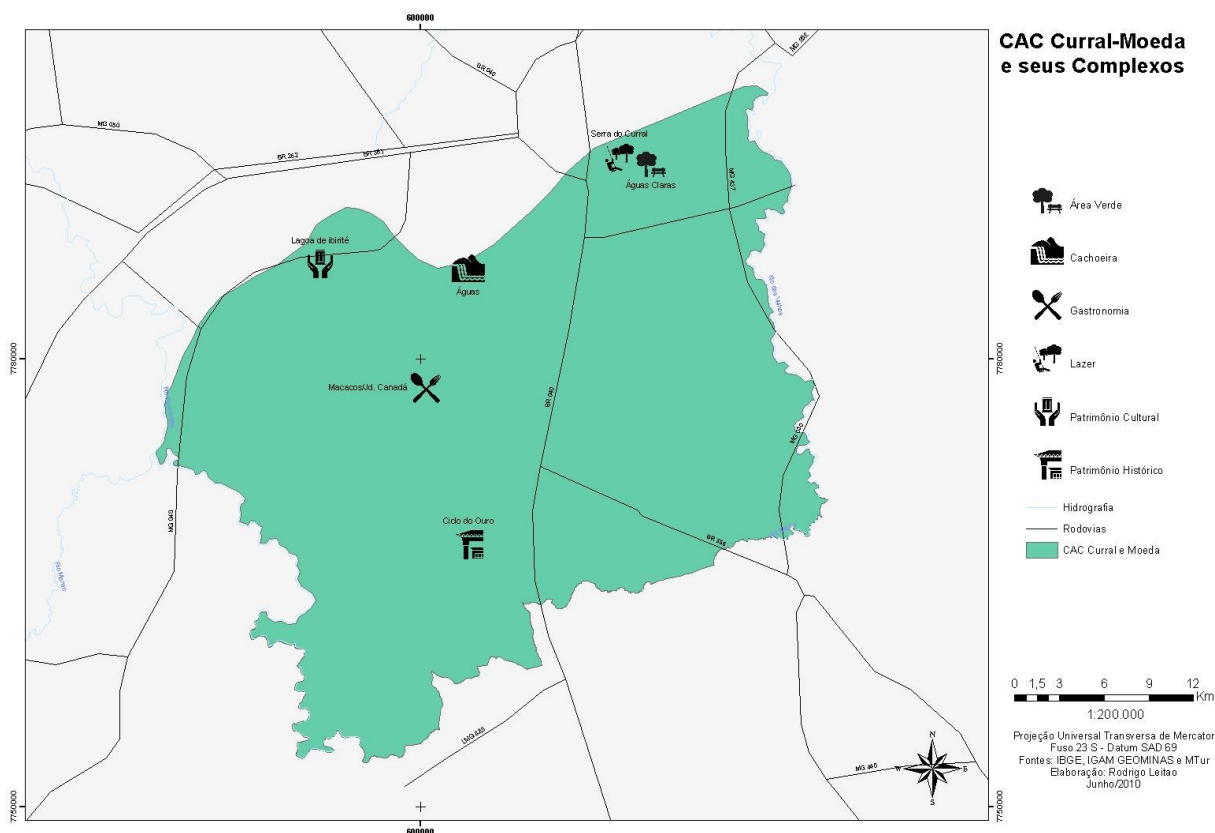
A área de abrangência do **CAC Serras do Curral e Moeda** é delimitada, ao norte, pelo conjunto de serras – Serra do Curral/Serra do Rola Moça/Serra dos Três Irmãos (e respectivas áreas de influência direta: municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos); ao sul, pelos municípios de Brumadinho e Nova Lima; a oeste, pelo rio Paraopeba; e, a leste, pelo rio das Velhas. A proposição deste CAC está atrelada à relevância dos atributos histórico-culturais e naturais existentes em sua área, que, associados aos atuais usos e pressões antrópicas nesse território, possuem uma representatividade significativa sob a perspectiva histórico-cultural, econômica, ambiental, turística e simbólica para a RMBH.

A riqueza minerária dessa região condicionou o processo de descoberta e colonização do território regional pelos portugueses no século XVIII. Como resultado desse processo, a região abriga atualmente um significativo acervo histórico, arquitetônico e artístico-cultural remanescente do período do Ciclo do Ouro, fazendo parte e constituindo o berço da identidade cultural mineira e brasileira e, conseqüentemente, da RMBH. As inúmeras manifestações e tradições culturais contribuem para a conformação de uma identidade territorial à região sul da RMBH, com grande representatividade simbólica.

Da mesma forma, os atributos naturais desse CAC estão também presentes no imaginário coletivo da RMBH. O conjunto de serras, representado pelas Serras da Moeda, dos Três Irmãos, do Rola Moça e do Curral, constitui um marco paisagístico regional significativo, com influências tanto no processo de formação da RMBH quanto no cenário atual, a partir de usos como lazer, turismo, mineração, agricultura e habitação (condomínios horizontais).

Diante desse cenário, as reflexões sobre a dinâmica territorial desse CAC evidenciam a importância de ações de planejamento voltadas ao reordenamento territorial e/ou proposição de novos usos, com vistas à conformação de novas centralidades, ancoradas em seu potencial histórico-cultural, natural e paisagístico. Nessa perspectiva, o presente estudo aponta para alguns lugares metropolitanos ou complexos ambientais e culturais de menor escala no âmbito do CAC Serras da Moeda e Curral e respectivas diretrizes de desenvolvimento, a saber (Figura 6.36):

Figura 6.36 - Indicação de complexos para CAC Serras do Curral e Moeda



- **Complexo Gastronômico Macacos-Jardim Canadá (Nova Lima):** a região que abrange os distritos de Casa Branca (Brumadinho), Macacos (Nova Lima) e o Bairro Jardim Canadá (Nova Lima) destaca-se pelo potencial gastronômico e turístico. Associado ao potencial hídrico e paisagístico, a área poderá ser alvo de programas e projetos turísticos que busquem fortalecer um corredor gastronômico a partir de Belo Horizonte, incluindo comunidades próximas que ainda não participam desse circuito cultural.
- **Complexo de Arte Contemporânea Inhotim – JA.CA Centro de Arte e Tecnologia Jardim Canadá:** esses dois centros de arte contemporânea configuram na região um importante eixo cultural, com significativo potencial turístico. A estruturação desse eixo cultural de arte contemporânea demanda ações de melhoria de acesso e de infraestrutura, promoção e desenvolvimento de projetos de capacitação, que visem a aproximar as comunidades localizadas em seu entorno e qualificá-las para uma real inclusão social e econômica.
- **Complexo histórico-cultural do Ouro:** abrange, a oeste da Serra da Moeda, o Vale do Rio Paraopeba, mais especificamente o distrito de Piedade do Paraopeba e

os povoados de Palhano e Suzana (pertencentes ao município de Brumadinho), e, a leste, o município de Nova Lima. O processo de formação histórica dos distritos e povoados dessa região, que integra o Caminho Velho da Estrada Real, foi fortemente influenciado pelo período do Ciclo do Ouro em Minas Gerais. Como resultado, nessa região são identificadas algumas centralidades sob o ponto de vista histórico-cultural e patrimonial, representadas por centros históricos, igrejas, casarios e manifestações culturais diversas que, sob a luz das propostas do CAC, constituem um grande complexo histórico-cultural. Dentre as diretrizes para este complexo, pode-se apontar o fortalecimento dos projetos já existentes e em execução na região – Circuito Turístico do Ouro e Estrada Real, iniciativas que visam a contribuir para a estruturação do turismo regional –; o apoio ao projeto de criação do “Ecomuseu da Mineração” na área do Forte em Brumadinho, com o intuito de interferir positivamente no desenvolvimento da região; apoiar os projetos desenvolvidos pelo Instituto Inhotim e parceiros nas áreas de cultura, turismo e inclusão social. Além disso, sugerem-se políticas culturais estruturantes nesse complexo, que envolvam inventário, preservação e apoio às manifestações culturais da região; criação de um sistema de informações e divulgação da vida cultural e da história da região; implementação de projetos profissionalizantes no âmbito da ação cultural; criação de um corredor interpretativo voltado à preservação da paisagem como integrante do patrimônio regional; iniciativas de educação patrimonial com a população.

- **Complexo das Águas:** envolve as nascentes e mananciais existentes nas Serras da Moeda, do Curral, do Rola Moça e dos Três Irmãos, bem como os córregos, rios, sub-bacias e bacias da região. O seu potencial hídrico assume destaque por contribuir diretamente para o abastecimento da RMBH, beneficiando diretamente grande parte de sua população. Essa temática deve constituir aspecto prioritário no âmbito das políticas públicas, de maneira a influenciar a proposição de iniciativas destinadas à criação de unidades de conservação de uso integral, fiscalização ambiental, regulamentação das atividades econômicas existentes e ações na área de educação ambiental, dentre outras, com o objetivo de garantir a integridade dos ecossistemas e processos ecológicos regionais.
- **Complexo do PESRM:** abrange a área do Parque Estadual da Serra do Rola Moça e seu entorno. Constitui o principal atrativo turístico dessa região, recebendo

inúmeros visitantes. Ao mesmo tempo, a região sofre impactos de atividades minerárias, turismo e agricultura. Ressalta-se a importância de se desenvolverem ações de conscientização junto a turistas e moradores locais e de garantir a fiscalização efetiva da área do parque e seu entorno, bem como de ampliar a divulgação do PESRM enquanto espaço de lazer, entretenimento e contemplação paisagística.

- **Complexo Lagoa de Ibirité (também conhecida como “Lagoa da Petrobrás”):** esta lagoa possui grande valor para a população e vem sofrendo pressões antrópicas provenientes do uso e ocupação do solo, bem como de usos múltiplos de suas águas. A implementação do projeto “Lagoa da Gente”, promovido e organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Paraopeba, visa a promover no município de Ibirité a mobilização e educação ambiental para a proteção desse recurso natural. Além disso, sugere-se a implantação de projeto de uso público de lazer contemplativo, incluindo áreas verdes.
- **Complexo de Lazer Serra do Curral:** abrange as áreas de lazer e espaços verdes localizados na Serra do Curral: Parque das Mangabeiras; Praça do Papa; RPPN Mata do Jambreiro, Estação Ecológica de Fechos. A Serra do Curral é um dos marcos mais representativos da cidade de Belo Horizonte, com expressivo significado simbólico para sua população e, de certa forma, também para a RMBH. Nesse sentido, é importante empreender discussões e estudos sobre seus usos, de maneira a adotar iniciativas que visem à proteção da biodiversidade e visitação turística planejada, de maneira a minimizar os impactos negativos sobre as espécies existentes. Cumpre mencionar ainda a centralidade de apoiar e fortalecer as ações da Fundação de Parques Municipais, relacionadas à preservação do meio ambiente e implantação/melhoria de infra-estruturas nos parques, visando a proporcionar a apropriação social por parte dos visitantes, a partir da concepção de espaços propícios à realização de atividades de educação ambiental, culturais e de lazer. Apoiar iniciativas que possam reforçar essa centralidade na RMBH: criação do Parque Municipal Paredão da Serra do Curral, o primeiro parque de Belo Horizonte a ser implantado com planejamento ambiental, operacional e de uso público regulamentados, previsto para 2010.
- **Complexo do Rio do Peixe (Nova Lima):** envolve a criação do complexo turístico do Rio de Peixe, de forma a apoiar a proposta prevista no Plano Diretor

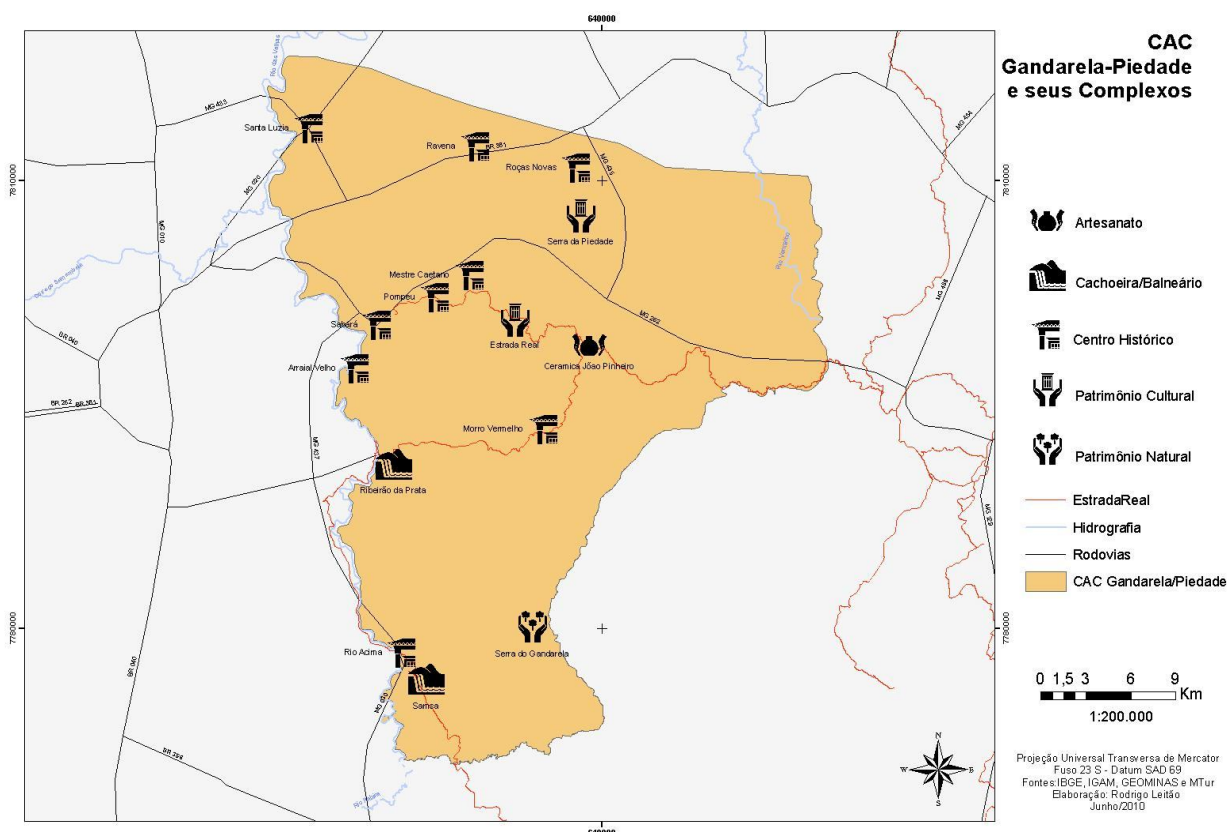
Municipal de Nova Lima, que visa a fomentar a criação de programas na área turística e cultural e preservar bens de valor histórico, cultural e ambiental.

A área de abrangência do CAC Serras da Piedade e Gandarela contempla os limites dos conjuntos de mesmo nome. O Conjunto da Serra da Piedade consiste em uma referência paisagística, cultural, histórica, religiosa e natural para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para o Brasil. Apesar de concentrar atributos naturais como afloramentos rochosos, nascentes e afluentes do Rio das Velhas, fauna e flora endêmicas, esse Conjunto destaca-se como patrimônio religioso e histórico por apresentar um grande acervo do barroco mineiro, manifestações culturais tradicionais, centros culturais e museus, eventos culturais, centros históricos, ruínas e, ainda, o Observatório Astronômico da UFMG, hotéis e pousadas, além de pertencer a um trecho da Estrada Real. Já o Conjunto da Serra do Gandarela, por outro lado, apesar de concentrar um acervo histórico relevante, tais como centros históricos, ruínas, fazendas históricas e manifestações culturais, destaca-se como um geossistema de grande importância para a manutenção da qualidade da água na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se da paisagem mais preservada da região metropolitana não protegida legalmente. Destacam-se no Conjunto os aspectos naturais como afloramentos rochosos, cavernas, sítio paleontológico, cachoeiras, poços, a presença do rio das Velhas e o córrego da Prata, um dos afluentes que apresentam melhor qualidade de água na Bacia do Velhas, além de riqueza de fauna e flora.

Os Conjuntos Paisagístico da Serra da Piedade e da Serra da Gandarela estão interligados historicamente por várias vias fluviais, como o rio das Velhas, por vias férrea e rodoviária. Além disso, o Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade ocupa um lugar de destaque no projeto Estrada Real – Projeto turístico estruturador para Minas Gerais –, pois dá identidade a um dos trajetos do mapa oficial da iniciativa: o caminho do Sabarabuçu. Esse trecho ligava a antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, a Sabará. O trajeto, conforme relato do jesuíta André João Antonil, contempla o início do caminho primitivo para o Norte de Minas e a Bahia através do rio das Velhas. Segundo estudiosos, esse trecho é considerado o mais antigo dos tempos coloniais para se chegar a Sabará, saindo de Vila Rica através do rio das Velhas, um caminho natural de penetração. Do ponto de vista paisagístico, histórico e cultural, a Estrada Real permite a reintegração dos Conjuntos Paisagísticos das Serras da Piedade e Gandarela. O percurso, que segue o rio das Velhas, apresenta vestígios verdadeiros da antiga Estrada Real e umas das mais belas paisagens do estado.

O Complexo Ambiental Cultural das Serras da Piedade e Gandarela contemplará os seguintes complexos locais (Figura 6.37):

Figura 6.37 - Indicação de complexos para CAC Serras da Piedade e Gandarela



- **Complexo Serra da Gandarela:** envolve o geossistema Gandarela. Seu potencial hídrico assume destaque por contribuir diretamente para o abastecimento da RMBH, beneficiando diretamente grande parte de sua população. Esta temática deve constituir aspecto prioritário no âmbito das políticas públicas, de maneira a influenciar a proposição de iniciativas destinadas à criação de unidades de conservação de uso integral, fiscalização ambiental, regulamentação das atividades econômicas existentes e ações na área de educação ambiental, dentre outras, com o objetivo de garantir a integridade dos ecossistemas e processos ecológicos regionais. O complexo Serra da Gandarela, além de permitir a proteção do patrimônio natural e cultural, apresenta-se como uma estratégia para potencializar a utilização do Conjunto para o lazer recreacional de caráter público. O complexo deverá ser alvo de políticas públicas voltadas à implantação de equipamentos

turísticos recreacionais para favorecer e dinamizar o uso turístico nas áreas pertinentes.

- **Complexo Serra da Piedade:** criar mecanismos legais para recuperação de áreas degradadas ao longo do complexo, através da implantação de sistemas de compensação ambiental para empreendimentos de extração mineral, especificamente cavas desativadas, a fim de reduzir os efeitos negativos na paisagem em relação aos aspectos estéticos, naturais e culturais. Nesse caso, avaliar a viabilidade da instalação de novos usos nas áreas degradadas, associados a espaços para o lazer, entretenimento ou pesquisa. Criar programa para otimização do uso no topo da Serra, transformando o mesmo em espaço de urbanidade, espaço de encontro, para fins religiosos, sociais e culturais.
- **Complexo Estrada Real - Corredor cultural do barroco mineiro - Caminho do Sabarabuçu:** implantação de programa de recuperação e monitoramento das condições da estrada no trecho da Estrada Real, implantação de projeto de uma Rota Interpretativa, através da instalação de sinalização adequada para esses fins e de equipamentos turísticos compatíveis com as características paisagísticas do trecho. Destaca-se, ainda, a necessidade de estudos sobre a viabilidade de recuperação de trechos de estrada de ferro, faixas sobre o trilho, como é o caso do trecho entre Raposos e Rio Acima. A viagem de trem oferece à população e aos visitantes a possibilidade de uma viagem de cunho coletivo, em que se possibilita, pela velocidade da mesma, uma vivência mais próxima e atenta à paisagem e aos testemunhos do período colonial. O transporte ferroviário é uma proposta de recuperação do patrimônio de grande relevância histórica e cultural para o Projeto Estrada Real.
- **Complexos de Urbanidade e História:** estímulo à existência de espaços de urbanidade nos conjuntos paisagísticos formados pelos centros históricos ao longo do trecho da Estrada Real. Implantação de projetos de restauração do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arquitetônico ao longo do trecho, com ênfase na revitalização em torno do acervo histórico do período barroco de Minas Gerais. Na mesma direção, propõem-se projetos de uso recreacional, de lazer, e expressão cultural (apresentação dos grupos culturais) em espaços potenciais, como as estações ferroviárias, compatíveis com a arquitetura e paisagem dos mesmos, de modo a dinamizar o funcionamento para o uso público dessas áreas. Por outro

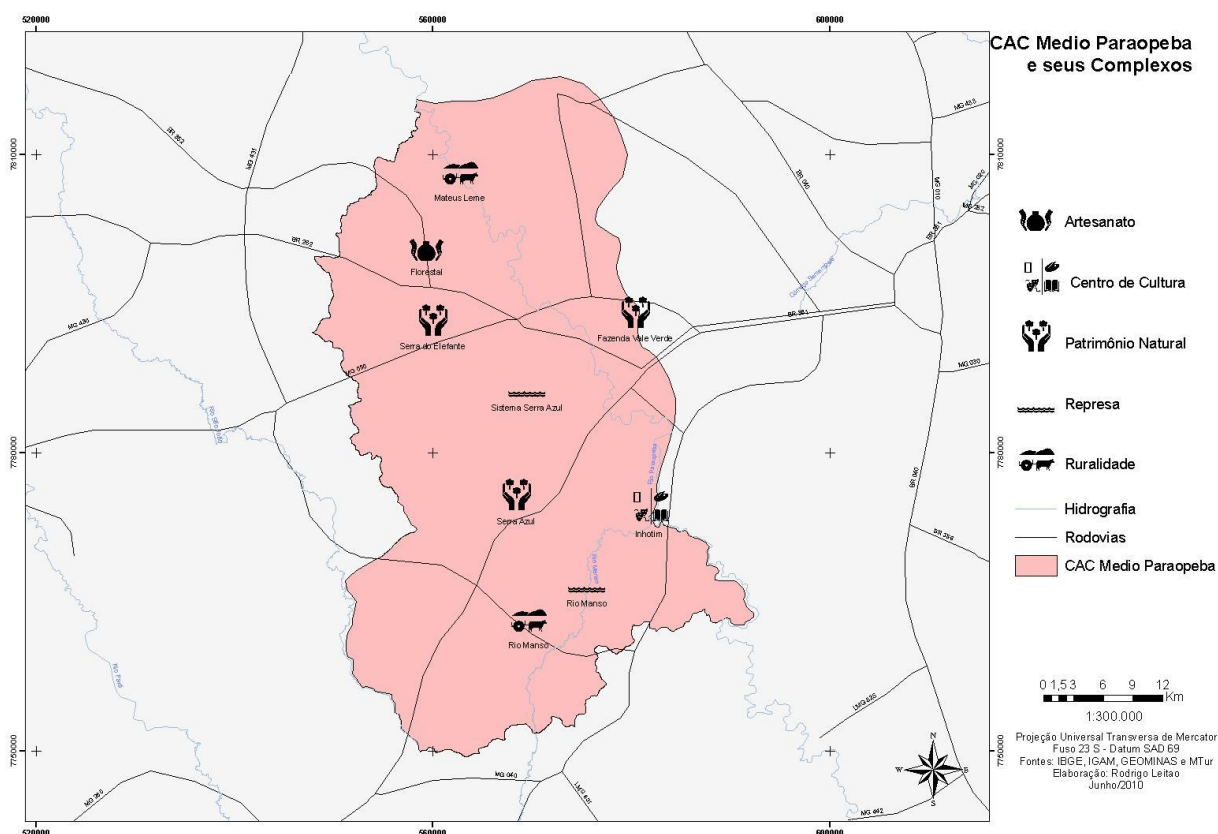
lado, é necessário o controle do uso nas zonas históricas, para que os serviços de alimentação, hospedagem e entretenimento não pressionem e descaracterizem os atributos dos conjuntos históricos, preservando as características de urbanidade, através do uso preferencial para pedestres, incluindo espaços de largos, praças e passeios.

- **Complexo SAMSA Rio Acima - Parque Linear no Córrego do Viana:** projeto de preservação de áreas marginais do Córrego do Viana, através da implantação de um parque linear para fins de lazer e turismo, integrado ao conjunto urbano constituído pela área da SAMSA, Casa H, Praça Paulo Teixeira, Praça Prefeito Milton Gonçalves do Santos e Estação Ferroviária, na área central; projetos de preservação, restauração e valorização do patrimônio histórico e paisagístico representado pelos conjuntos urbanos da Estação Ferroviária, ponte antiga sobre o Rio das Velhas, Casa H, Cachoeira Santo Antônio/Córrego do Viana e por monumentos isolados existentes na cidade de Rio Acima. Para que o complexo adquira uma dinâmica funcional, se faz necessária a implantação de equipamentos turístico-recreacionais e de pesquisa, tais como: locais para o lazer e para apresentações culturais ao ar livre, zonas para instalação de serviços de alimentação e hospedagem, centro receptivo de visitantes, venda de *souvenirs* etc.
- **Complexo do Ribeirão da Prata em Raposos:** implantação de um Balneário – incluindo projeto para instalação de equipamento para o uso público e de projetos para recuperação e saneamento ambiental do rio das Velhas e do ribeirão da Prata, com o tratamento paisagístico de suas áreas marginais e áreas verdes.
- **Complexo cultural Cerâmica João Pinheiro em Caeté:** projeto de criação de centro cultural, artístico, de entretenimento, gastronômico e de lazer, como fonte de fomento ao desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental ao longo do proposto Corredor Cultural da Estrada Real.

A proposição do CAC do Médio Rio Paraopeba tem por intuito inicial concentrar municípios que apresentam, além de uma vasta diversidade sociocultural, alguns elementos paisagísticos que compõem uma identidade no nível regional. A existência de três principais conjuntos paisagísticos – a Serra do Elefante; a forte vocação rural e o rio Paraopeba – constituem-se em elementos integradores desse Complexo.

Apesar da presença desses elementos, pode-se observar, dentro desse contexto, complexos menores, que, em nível local, apresentam-se como potenciais centralidades. Apontam-se, para fins ilustrativos, os complexos propostos (Figura 6.38).

Figura 6.38 - Indicação de complexos para CAC Serras do Curral e Moeda



- **Complexo Serra do Elefante:** abrange aspectos principais relacionados ao patrimônio natural e cultural abarcado pela Serra, de importância intermunicipal, sobretudo, para a área de influência direta dos municípios de Mateus Leme, Florestal e Juatuba. Algumas propostas no âmbito deste complexo, de extrema importância para esta região, em especial, a delimitação da área da Unidade de Conservação da Serra do Elefante. Esta proposta representa uma demanda da comunidade local que por meio de movimentos sociais, como a Associação dos Amigos da Serra do Elefante (AASE) luta pela preservação e conservação da Serra como patrimônio natural e cultural da região. É importante pensar, neste sentido, em políticas e projetos que priorizem a preservação de valores naturais que irão impactar em ganhos no que se refere à saúde e à qualidade de vida da população local. Observam-se também propostas voltadas para o estímulo da atividade

turística, sobretudo de suas modalidades rural e ecológica, na Serra do Elefante. O turismo, se estimulado de forma sustentável e planejada poderia, dessa forma, auxiliar na preservação da Serra e em seu uso consciente.

- **Complexo Serra Azul:** tem como marco o Pico do Itatiaiuçu, tombado como patrimônio cultural pelo município de Itatiaiuçu, na categoria de Conjunto Paisagístico. Entretanto, a região possui grande concentração de minério de ferro e os rejeitos e estéreis provenientes dessa mineração, feita sem qualquer critério técnico e sistema de controle ambiental, vêm provocando gradualmente a degradação ambiental e o assoreamento de cursos d'água da região. Como o Pico do Itatiaiuçu já é patrimônio cultural, deveria ser também uma reserva de patrimônio natural, tendo-se em vista que a Serra é uma Área de Proteção Permanente (APP) e não deveria ser ocupada, por ser área de recarga. Poderia ser implantado um espaço para educação ambiental aliado à prática de turismo sustentável.
- **Complexo Paraopeba Rural:** esse complexo encontra-se situado ao longo do rio Paraopeba e abarca os municípios de Esmeraldas, Florestal, Juatuba e Mateus Leme e suas respectivas áreas de influência. São identificados traços da ruralidade presentes na região, sobretudo por meio da existência de antigas fazendas, uma intensa produção rural voltada para o abastecimento da RMBH e práticas tradicionais e rurais, como a produção de artesanatos e festas populares, a exemplo da cavalgada. A região tem potencialidade de visitação e aproveitamento turístico devido às manifestações culturais (guardas de Congo e Moçambique, bandas musicais, extenso calendário de festas religiosas e eventos culturais), o artesanato em tear, além de comunidades tradicionais. Vale citar como proposta a ser estimulada dentro desse complexo a criação e implantação de Corredores de Integração Ecológica, como parques lineares urbanos, a exemplo do Parque Linear do Felipão, em Esmeraldas. A implantação de parques lineares pode ser estendida a outros rios e córregos da bacia do rio Paraopeba, priorizando a preservação dos recursos hídricos e a criação de novos espaços de lazer e convívio para a população. Dentro desse complexo, dado o forte traço rural que ele carrega, deve-se estimular políticas, programas e projetos que irão integrar as zonas rurais ao projeto de estruturação metropolitana, como áreas de preservação de recursos ambientais, produção e cultura, vinculadas à história da ocupação da região e, ao

mesmo tempo, de um desenvolvimento que respeita suas tradições culturais como fator de equilíbrio entre o urbano e o rural. O desafio maior seria a identificação e a organização do que aqui se entende por esses traços rurais, buscando inclusive reforçar a vocação rural desse município e de seu entorno, seja por meio da agricultura familiar ou mesmo de atividade turísticas e de lazer que se utilizam do meio rural.

- **Complexo Vale Verde:** a Vale Verde Alambique e Parque Ecológico é um empreendimento referência da região, localizado na regional de Vianópolis, em Betim, próximo à saída para o município de Esmeraldas. Abrange diversos projetos na área social e, sobretudo, ambiental. Possui um Parque Ecológico com 30 hectares de extensão, abrigando mais de 1.300 pássaros brasileiros e exóticos, milhares de orquídeas, lagoas, fontes e jardins. O parque também possui loja de *souvenires*, restaurante de cozinha internacional, bar e alambique, além do Museu Cultural da Cachaça, um espaço que trata da história dessa bebida a partir de um acervo com mais de 2.000 exemplares. O complexo pode atrair projetos que contemplem, além da região de Betim (regional Vianópolis) a região de Esmeraldas, e que busquem, a partir da divulgação dos atrativos rurais do município, agregar ainda mais valor ao empreendimento Vale Verde. A política direcionada a esse complexo deverá buscar expandir o potencial turístico que o empreendimento representa para a região, ampliando as opções de visitação e lazer para o visitante e para os moradores da região. O ideal seria contemplar, além da geração de emprego e renda, a criação de novos espaços e opções de lazer para a população local. Esse complexo poderia, ainda, vir a complementar o complexo Paraopeba Rural, já que as ruralidades, uma vez mapeadas e identificadas, agregam valor a esse último complexo.
- **Complexos Sistemas Rio Manso e Serra Azul:** os Sistemas Rio Manso e Serra Azul são áreas de manancial controladas pela COPASA, responsáveis por grande parte do abastecimento da RMBH. Apesar de consistirem em Áreas de Proteção Especial (APE) restritas quanto ao uso e ocupação, representam um importante fator paisagístico da região. Faz-se necessário, então, direcionar projetos que, mesmo diante dessa limitação, possam atuar como ferramenta de conscientização e integração da população. Nesses moldes, seria interessante oferecer eventos em parceria com a COPASA, responsável pela proteção do manancial, em que fosse

dados espaço para a participação da comunidade escolar, sociedade civil organizada e usuários de suas águas. Por meio de oficinas, seminários, reuniões e campanhas de sensibilização, poderiam ser estimulados debates acerca do atendimento das necessidades básicas da população (visto que alguns bairros dos arredores não têm equipamentos sociais básicos) e as suas relações com a gestão e o gerenciamento das águas dos Sistemas. Seria possível, ainda, a partir de tais projetos, aproveitar o potencial paisagístico da represa para atividades como turismo pedagógico ou mesmo para criação de áreas de lazer no entorno da represa. Tais programas e projetos poderiam contribuir, ainda, no abrandamento e resolução de conflitos em torno do uso da água em toda a região.

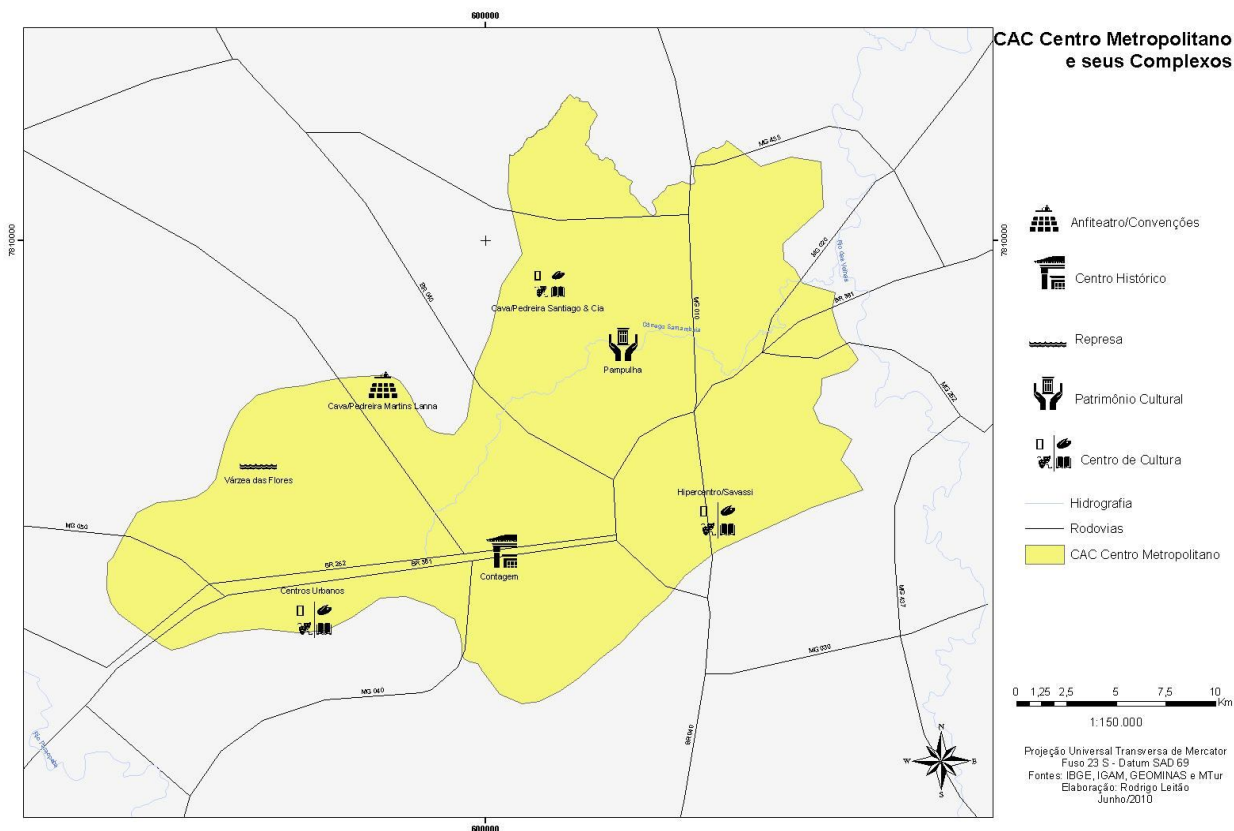
- **Complexo de Artesanato e Cultura em Florestal:** em decorrência da grande diversidade de manifestações culturais do município de Florestal e de seu entorno, abrangendo desde artesanatos até manifestações folclóricas como guardas de Congo e Moçambique, espera-se reforçar a intenção do Plano Diretor de Florestal de implantar um Centro Artesanal, no intuito de resgatar a memória do município e divulgar o seu acervo cultural, histórico e artístico. Faz-se necessário estimular inicialmente projetos que busquem mapear as iniciativas e manifestações culturais (artesanato, festas, grupos folclóricos etc.) da região no intuito de se verificar a real oferta cultural existente. Nesse sentido, será possível pensar na implantação de um centro de artesanato e cultura que atue de forma a concentrar e irradiar as iniciativas culturais da região, resgatando e divulgando a cultura local e atuando como centro de referência.
- **Complexo Inhotim:** Idealizado na década de 1980 e aberto ao público em 2006, o Inhotim é um espaço cultural que possui rico acervo artístico e botânico, localizado no município de Brumadinho. É um atrativo turístico de notoriedade internacional, que possui como área aberta à visitação o jardim botânico, com presença de espécies de várias partes do mundo e paisagismo idealizado por Burle Marx. Além disso, devido à proximidade com o núcleo urbano, possui um diálogo com a população, como aquisição mão-de-obra, trabalho educativo com as escolas da região e projetos sociais. Como já possui diversos projetos de cunho social e cultural, apoiando e incentivando manifestações locais, as políticas direcionadas à região deverão reforçar e ampliar essas iniciativas.

O CAC Centro Metropolitano envolve a área de maior concentração da mancha urbana da RMBH (Figura 6.39). Há nessa área uma concentração de indústrias, empreendimentos de grande porte, centros de tecnologia e geração de conhecimento, serviços e equipamentos culturais e de lazer. Outro atributo marcante é a diversidade das manifestações culturais existentes. Como centro urbano, concentra espaços estruturados para a expressão e desenvolvimento dessas manifestações, assim como grande quantidade de eventos já consolidados, que constituem local de encontro para a população, de caráter cultural e de lazer/entretenimento, além dos que já são concebidos como atrativos turísticos. Nessa área delimitada há estrutura turística mais desenvolvida e consolidada (hotelaria, espaços para eventos, espaços culturais, receptivos), porém grande parte desses equipamentos encontra-se concentrada na área central de Belo Horizonte.

Existe nesse Complexo uma concentração maior de bens tombados como patrimônio histórico. Os principais marcos naturais estão legalmente protegidos pelas unidades de conservação de uso sustentável (em Belo Horizonte, pela APA-Sul RMBH; a represa de Várzea das Flores, em Betim e Contagem, pela APA Várzea das Flores; e, em Ribeirão das Neves, pela APEE Ribeirão do Urubu). A capital reúne maior quantidade de parques urbanos (“ilhas” de área verde). Na área foram localizadas cavas desativadas (principalmente na área próxima à represa de Várzea das Flores) que podem ser aproveitadas para a criação de espaços culturais, de lazer e educativos. Outras ainda estão sendo exploradas por mineradoras.

O CAC Centro Metropolitano, apesar do caráter comum da presença do adensamento urbano, apresenta grande desigualdade na distribuição dos serviços e equipamentos que dão apoio ao desenvolvimento sociocultural local. Esses serviços e equipamentos encontram-se concentrados, em grande parte, na área central de Belo Horizonte. As principais demandas sociais são de desconcentração dessa oferta e de maior integração entre os municípios periféricos, de forma a permitir uma distribuição mais igualitária dos equipamentos e serviços para a população e possibilite um desenvolvimento metropolitano mais homogêneo. A criação de espaços culturais poderá fortalecer essa centralidade e a criação de facilidades de acesso entre eles poderá promover maior integração, assim como a criação de eventos compartilhados entre os municípios e de articulação entre atividades e potenciais turísticos complementares.

Figura 6.39 - Indicação de complexos para CAC Centro Metropolitano



Dentro deste CAC é possível identificar como principais complexos:

- **O Complexo Hipercentro/Savassi:** centralidade já consolidada, concentra a maior parte dos equipamentos culturais da metrópole. Busca-se reforçar a identidade metropolitana, levando em conta a valorização das identidades locais. Nesse caso, destaca-se projeto de criação de corredor cultural ligando as centralidades do Hipercentro e Savassi.
- **O Complexo da Pampulha:** com grande importância histórica, arquitetônica e paisagística, essa área deverá receber projetos para revitalização e estímulo do uso público no entorno da lagoa, assim como o estímulo a espaços de serviço e entretenimento que valorizem seu patrimônio cultural.
- **O Complexo Várzea das Flores:** envolve a área de influência do conjunto paisagístico Várzea das Flores, que sofre grande pressão da mancha urbana da RMBH. Esse complexo atenderia à crescente demanda por espaços de lazer e expressão cultural e pela preservação dos recursos naturais, bem como a demanda por manutenção dos recursos hídricos e uso para o lazer contemplativo de impacto

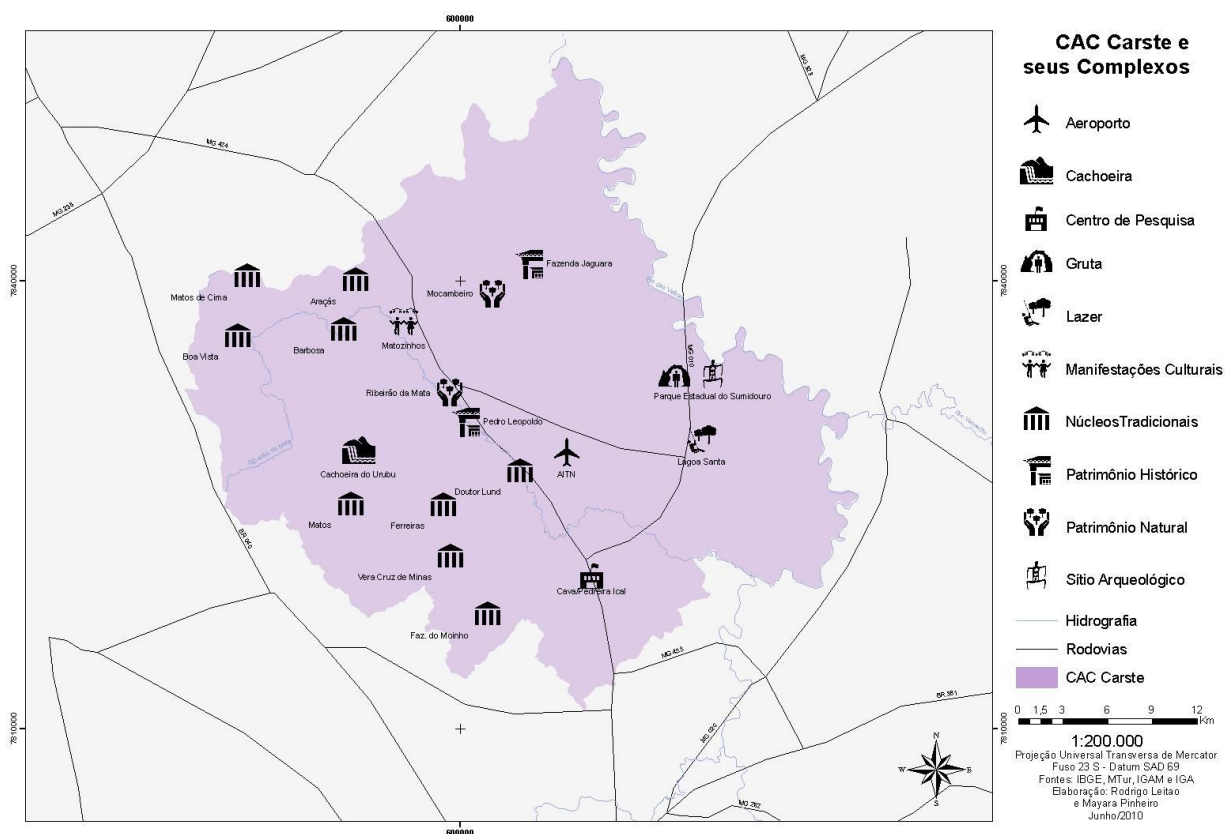
metropolitano, através de projetos de proteção e de criação/ampliação de espaços públicos verdes e de lazer.

- **Complexo de Urbanidade e História (centros urbanos):** juntamente com os outros municípios do Conjunto, Ribeirão da Neves, Betim e Contagem, apresentam necessidade de valorização de seu centro, o que vem a contribuir para a afirmação de suas centralidades. Contagem apresenta centro histórico pouco valorizado, em estado de conservação deteriorado. Uma demanda local urgente é a revitalização desse centro, com vistas a preservar e recuperar seu patrimônio histórico e cultural, fortalecendo, assim, suas identidades culturais e despertando o sentido de pertencimento na população. O Complexo de Urbanidade e História visa, por meio de um programa de revitalização, a criar espaços potenciais para a prática de expressões da urbanidade, tornando os centros urbanos em questão espaços de encontro e trocas culturais.
- **Complexo da Cava Pedreira Martins Lanna:** apresenta potencial para o aproveitamento da cava desativada já apresentada na descrição do Conjunto Paisagístico Várzea das Flores como grande espaço de lazer e cultura. Somando-se a isso a proximidade do projeto do Rodoanel, será possível formar uma forte centralidade para a região, com diversas formas de articulação com os municípios limítrofes. O formato da cava sugere a possibilidade de um projeto para construção de anfiteatro e centro de convenções.
- **Complexo da Cava Pedreira Santiago e Cia:** visa a atender as demandas ligadas à criação de espaços e estruturas de lazer e de expressão cultural, como estímulo à sociabilidade e expressão de cidadania. Nesse sentido é proposto um projeto sociocultural, voltado à formação profissional que valorize expressões culturais na área da Cava Pedreira Santiago e Cia, em Ribeirão da Neves.

Da leitura e análise dos dados e informações levantados, propõe-se o **CAC Carste** (Figura 6.40), situado na Unidade Geoambiental que tem características marcantes no contexto metropolitano devido a sua paisagem singular, à preservação e apoio às manifestações culturais, à existência de uma sociedade civil organizada, aos marcos históricos do processo de ocupação e ao papel preponderante do governo estadual em sua estruturação. A área desse CAC envolve os limites dos Conjuntos Paisagísticos APA Lagoa Sant/AITN e

Núcleos Tradicionais. Foi observado, ainda, o grande potencial turístico representado pela diversidade de paisagens – grutas, sítios arqueológicos e lagoas de grande beleza cênica.

Figura 6.40 - Indicação de complexos para CAC Carste



Para sua consolidação, propõem-se, dentre outros: 1) a melhoria do transporte intermunicipal para ampliar o atendimento interno ao CAC proposto; 2) a recuperação do complexo de recreação e lazer denominado Balneário do Urubu, mediante reforma e qualificação da área; 3) apoiar as iniciativas municipais de instalação de equipamentos culturais e de lazer, em especial nos municípios de Capim Branco (Museu do Tropeiro), Vespasiano (centro cultural), Lagoa Santa (revitalização da Lagoa central e proteção ao patrimônio natural) e Pedro Leopoldo (edificações históricas e áreas de beleza cênica.); e 4) revitalização da linha férrea para ser utilizada como suporte para outras atividades e transporte ferroviário.

Dentre as iniciativas e diretrizes de desenvolvimento regional para os CAC, destacam-se:

- o incentivo ao desenvolvimento de produção hortifrutigranjeira nas porções dos municípios de São José da Lapa, Pedro Leopoldo e Matozinhos situadas no interior desse conjunto;
- o apoio à implantação de floriculturas em Lagoa Santa e Vespasiano;
- o aproveitamento do potencial turístico representado pelos atrativos naturais e culturais da região cárstica, consolidando a vocação da região como corredor cultural, incorporando a proposta do Circuito das Grutas e da Rota Lund, com a criação de um Corredor Cultural;
- o incentivo e apoio à instalação de hotéis-fazenda, centros de repouso e recuperação física, pousadas e centros de gastronomia típica, em especial no interior da APA Lagoa Santa, na proximidade do AITN, respeitadas as exigências quanto à manutenção da qualidade ambiental;
- a implantação ou apoio à instalação de atividades não poluentes e/ou degradadoras do patrimônio natural e cultural regional;
- rever os Planos Diretores municipais, tendo em vista a perspectiva de estruturação de uma nova centralidade.

Na área do Conjunto APA Lagoa Sant/AITN os investimentos públicos e privados estão dinamizando a economia regional, em que pesem as restrições impostas para a consolidação das unidades de conservação e, conseqüentemente, para sua ocupação. Considerando que o conjunto APA Lagoa Sant/AITN tem como seu principal atributo a simultaneidade entre as ações de proteção do seu patrimônio natural e cultural e reconhecendo a necessidade de propor alternativas para o desenvolvimento regional sustentável, tendo em vista que os investimentos públicos na região exercem pressão para sua ocupação, propõem-se, nesse Conjunto, quatro complexos:

- **Complexo Parque do Sumidouro - Gruta da Lapinha:** caracterizado pelo seu rico patrimônio natural e cultural (sítios arqueológicos, grutas e lagoas) e por acolher duas unidades de conservação voltadas para o controle de sua ocupação e a preservação desse patrimônio. Integram esse Conjunto: o Parque Estadual do Sumidouro (lagoa, pintura rupestre, gruta), os núcleos de Fidalgo e Quinta do Sumidouro (patrimônio histórico, manifestações populares) e a Comunidade da Lapinha, onde está a gruta de mesmo nome. A região tem, além das áreas de interesse para o estudo da arqueologia, paleontologia e de sua grande beleza

cênica, um enorme potencial para atividades de turismo de baixo impacto e turismo de pesquisa.

- **Complexo Aeroporto Internacional Tancredo Neves:** esse complexo tem como principal elemento definidor de sua centralidade o complexo aeroportuário, o terminal de cargas e de passageiros. No seu entorno estão se instalando empresas do setor de serviços que atendem de forma imediata o aeroporto. Integram esse conjunto de forma especial a infraestrutura aeroportuária, turismo e negócios. Há uma grande pressão por parte dos agentes imobiliários para ocupação dessa região, em que pese sua fragilidade. Um dos fatores que reforçam essa tendência é a forte presença do Estado, realizando obras de grande impacto ambiental e estruturadora.
- **Complexo Mocambeiro - Fazenda Retiro da Jagoara:** as localidades situadas nesse complexo, devido a seu expressivo patrimônio natural, histórico, equipamentos de educação (nível superior), saúde e manifestações culturais Mocambeiro (Eco Museu Mocambeiro) e na Fazenda Jagoara (patrimônio histórico).
- **Complexo Urbanidade e Lazer:** núcleos urbanos de Lagoa Santa (sede) e Vespasiano (sede) – recreação e lazer, indústria, comércio e serviços.

Considerando as potencialidades observadas a partir dos estudos realizados sobre a realidade ambiental e cultural do Conjunto Paisagístico Núcleos Tradicionais e as demandas sociais levantadas, propõem-se nessa área:

- estruturar projeto de desenvolvimento turístico voltado para a valorização do patrimônio histórico dos núcleos, com destaque para a restauração das estações ferroviárias e retorno do transporte ferroviário como apoio à atividade turística, além do resgate das atividades relacionadas ao passado rural do conjunto;
- inserir as manifestações culturais no projeto turístico, mediante a elaboração e divulgação de um calendário de eventos;
- reestruturar o balneário da Cachoeira do Urubu e integrá-lo a um roteiro turístico regional;
- recuperar o vale do ribeirão da Mata, mediante a implantação de um parque linear em toda sua extensão no interior da mancha urbana e mediante a proteção de suas nascentes e recuperação da mata ciliar na área rural.

Considerando as potencialidades observadas a partir dos estudos realizados sobre a realidade ambiental e cultural do Conjunto e as demandas sociais levantadas, propõem-se, no conjunto Núcleos Tradicionais, três complexos:

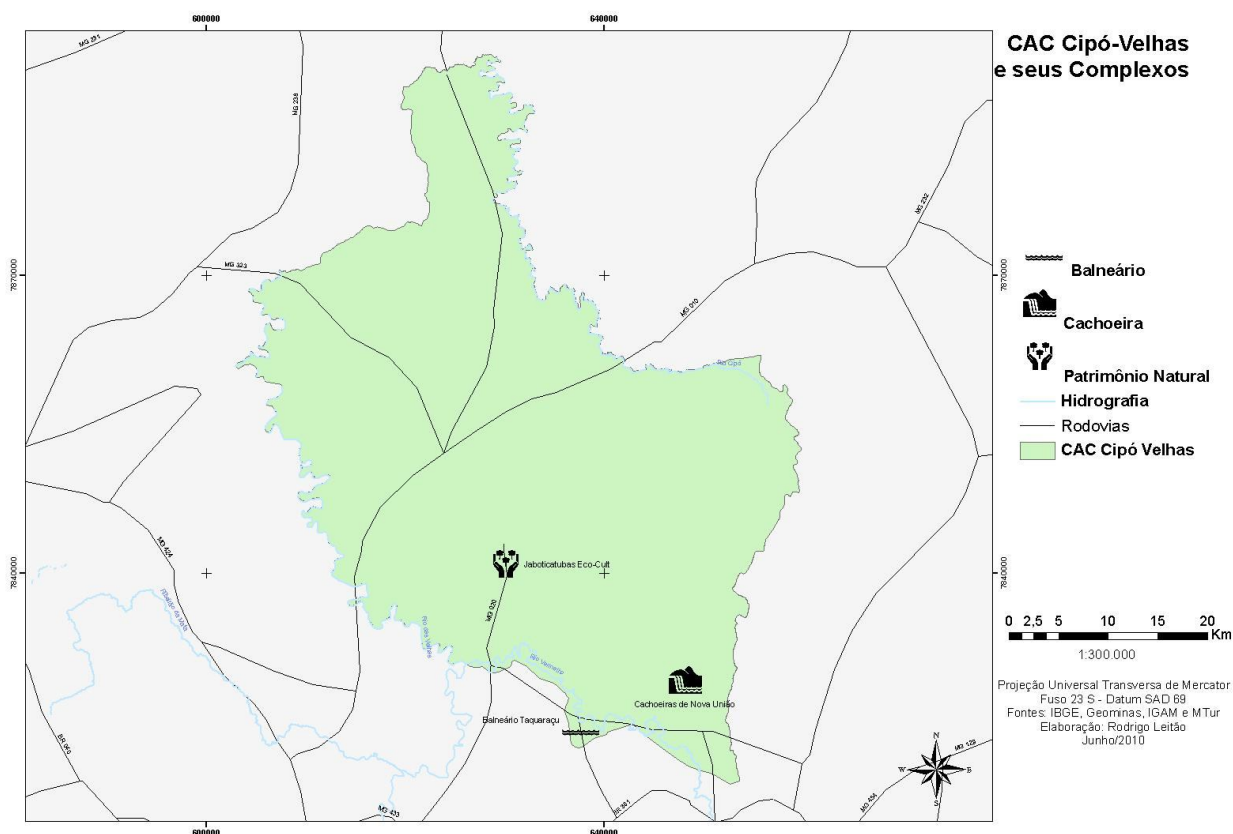
- **Complexo Ribeirão da Mata - Parque Linear no Ribeirão da Mata:** a recuperação de áreas degradadas pela atividade minerária é o objetivo de propor ao respectivo vale um espaço de usos múltiplos que resgate o olhar da população para seus recursos ambientais naturais e culturais;
- **Complexo Urbanidade e História:** o complexo proposto tem por objetivo resgatar e fortalecer os núcleos tradicionais desse conjunto, responsáveis pela mobilização social, eventos religiosos e manifestações culturais em Matozinhos e Pedro Leopoldo (mobilização social, patrimônio histórico e educação superior);
- **Complexo Cachoeira do Urubú - revitalização do Balneário na APE Urubu:** essa é uma proposta do Plano Diretor de Pedro Leopoldo, que busca resgatar esse balneário de alta atratividade para a população da região. No sentido de proteger essa área de grande beleza cênica, bem como a população do entorno, esta área se tornou a APE da Cachoeira do Urubú, uma unidade de conservação de uso sustentável que viabiliza a proposta de atividades de baixo impacto.

Do exposto, apresentam-se a seguir as principais propostas de políticas públicas voltadas à conclusão da “cidade”:

- estruturar projeto de desenvolvimento turístico voltado para a valorização do patrimônio histórico dos núcleos, com destaque para a restauração das estações ferroviárias e retorno do transporte ferroviário como apoio a atividade turística, além do resgate das atividades relacionadas ao passado rural do Conjunto;
- inserir as manifestações culturais no projeto turístico, mediante a elaboração e divulgação de um calendário de eventos;
- reestruturar o balneário da Cachoeira do Urubu e integrá-lo a um roteiro turístico regional;
- recuperar o vale do ribeirão da Mata, mediante a implantação de um parque linear em toda sua extensão no interior da mancha urbana e mediante a proteção de suas nascentes e recuperação da mata ciliar na área rural.

Devido à intensa utilização econômica dos espaços, a degradação ambiental vem se impondo sobre os locais, desrespeitando os limites da natureza e a dignidade de vida do ser humano. Muitos elementos do ambiente natural e da cultura dos povos têm se perdido, reduzindo os lugares a espaços produtivos e as pessoas em forças de produção. Entretanto, outras possibilidades existem, até mesmo resistindo às pressões econômicas, utilizando o espaço de maneira mais sustentável e valorizando e resgatando a cultura das populações. Nessa perspectiva e considerando a força e importância dos elementos naturais, culturais e históricos da região, propõe-se a criação do **Complexo Ambiental Cultural Cipó-Velhas** (Figura 6.41), abrangendo a área dos municípios de Nova União, Taquaraçu de Minas, Jaboticatubas e Baldim:

Figura 6.41 - Indicação de complexos para CAC Cipó-Velhas



A região do CAC Cipó-Velhas apresenta relevantes características naturais – início da Serra do Espinhaço/Serra do Cipó – e culturais – festas populares-religiosas tradicionais e comunidades quilombolas que ainda comemoram o Candombe. As principais atividades desenvolvidas no espaço desse CAC são o turismo, a agropecuária, as festas tradicionais e o artesanato. A ruralidade é uma das importantes características dessa região, que remonta,

inclusive, ao período dos bandeirantes, quando o gado vindo do nordeste lá se fixava para o período de engorda. Atualmente, algumas iniciativas têm sido iniciadas pelo poder público, visando a beneficiar os produtos agrícolas, especialmente aqueles cultivados em Baldim e Jaboticatubas. O turismo também tem tido um forte apelo nos dias atuais, devido à exuberante beleza cênica da Serra do Cipó e suas cachoeiras, córregos e riachos, e, também, pelas suas manifestações culturais.

Os complexos propostos constituirão uma rede de microcentralidades, fundamentadas no potencial histórico-cultural, artístico e natural regional, reunindo informações de interesse da população, bem como as rotas turísticas e o conhecimento a elas relacionado. Os complexos identificados são:

- **Complexo Cachoeiras de Nova União:** esse complexo estará localizado entre a sede de Nova União e os povoados de Altamira e Baú, devido à grande quantidade de cachoeiras existentes nesse trecho. É uma região que já vem sendo visitada em virtude do turismo, entretanto ainda sem uma perspectiva de planejamento. Considerando os impactos negativos que o turismo de massa – com potencial para acontecer – pode desencadear na região, faz-se necessário empreender iniciativas voltadas à estruturação e controle da visitação, além de ações de educação ambiental junto aos turistas e moradores locais. Nessa direção, propõe-se a construção de um centro de recepção turística na sede de Nova União, por onde os visitantes passariam em direção às cachoeiras, com informações gerais sobre a região (fauna/flora, ocupação histórica, clima, artesanato, manifestações/festas populares etc), *folders* e cartazes que estimulem a sensibilização/conscientização ambiental dos turistas, croqui de localização das cachoeiras e informações sobre as mesmas (nível de dificuldade do acesso, cobrança de taxa etc).
- **Complexo Balneário e Camping Taquaraçu:** esse complexo estará localizado na sede do município, às margens do rio Taquaraçu. O local já recebe grande número de visitantes, principalmente durante o carnaval. O rio Taquaraçu é um dos afluentes do rio das Velhas com águas em melhor estado de qualidade na região metropolitana, o que referenda seu potencial de atratividade. O local já conta com algumas blitz ambientais realizadas a partir de uma parceria entre a Prefeitura e o Projeto Manuelzão. Portanto, propõe-se a estruturação de uma área de lazer que envolva um balneário e local para camping, de forma a organizar melhor o uso desse espaço. Outra iniciativa envolve a construção de um centro de recepção

turística anexo à entrada do balneário/camping, onde os visitantes receberão informações gerais sobre a região (fauna/flora, ocupação histórica, clima, artesanato, manifestações/festas populares etc), *folders* e cartazes que estimulem a sensibilização/conscientização ambiental entre os turistas, croqui de localização de outros atrativos naturais, como as cachoeiras que existem na região, e informações sobre as mesmas (nível de dificuldade do acesso, cobrança de taxa etc.).

- **Complexo Jaboticatubas Eco-Cult:** o complexo denominado Jaboticatubas Eco-Cult encontra-se localizado numa área que parte da sede do município, passando pelas localidades de Almeida (oeste), São José da Serra e Filipe (leste). Essa região apresenta elementos naturais que atraem visitantes, como as cachoeiras, e também manifestações culturais tradicionais, como o Candombe, festejado nas comunidades quilombolas de Matição e Açude Cipó (divisa com Santana do Riacho), além dos sítios arqueológicos/históricos em algumas fazendas. Com base nessas características, pretende-se indicar a criação de um centro cultural, com o objetivo de contemplar e reunir as manifestações culturais da região, visando a seu reconhecimento e valorização por parte da população local e visitantes. Além disso, propõe-se a criação de um centro de recepção turística na sede de Jaboticatubas, que possa cumprir a função de espaço de informação e, também, de sensibilização do turista com relação à importância dos elementos naturais, culturais e históricos da região.

Portanto, a identificação e análise dos Conjuntos Paisagísticos da RMBH evidenciam um grande potencial natural e cultural, capaz de fundamentar a proposição de novas centralidades metropolitanas à luz dos CAC. Ao mesmo tempo, uma questão central nesse sentido diz respeito à adoção de estratégias voltadas à conservação da biodiversidade, ampliação de espaços verdes e de lazer para a população, incremento de políticas culturais e de iniciativas de educação ambiental, de forma estruturante e abrangente.

Nessa direção, a partir deste diagnóstico, pretende-se elencar os principais atributos naturais e culturais capazes de sustentar as propostas de Complexos Ambientais Culturais na escala microrregional (CAC) da RMBH. Paralelamente, o estudo visa, ainda, a apontar complexos em escala local e microlocal, de maneira a identificar potenciais centralidades simbólicas no âmbito dos Complexos Ambientais Culturais. Como resultado deste esforço, espera-se que o estudo das vocações e vantagens ambientais e culturais da RMBH possibilite

a definição de ações para sustentar o desenvolvimento que se propõe para a metrópole, numa perspectiva de construção e reconhecimento da identidade metropolitana.

6.5 Referências

AMORIM FILHO, Oswaldo; BUENO, Guilherme Taitson. **Minas Gerais do Século XXI. Vol II** (reinterpretando o espaço mineiro) cap. 1(a base física). Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. p. 15-32. Disponível em: http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/vol_02_cap_01.pdf. Acesso em 21/05/2010.

ALMEIDA ABREU, Pedro Angelo; RENGGER, Friedrich Ewald. **Serra do Espinhaço Meridional: um orógeno de colisão do mesoproterozóico**. Revista Brasileira de Geociências. Vol. 32, 2002, p. 1-14. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rbg/article/viewFile/10361/7682>. Acessado em 24/05/2010.

ALMEIDA ABREU, Pedro Angelo. **Serra do Espinhaço Meridional: paisagem e ambientes**. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

ALMEIDA, M.N. **Potencial hídrico e quadro geo-ambiental como suportes ao gerenciamento dos recursos hídricos na bacia do rio Paraopeba – MG**. 1999. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Análise Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALT, L.; VALADÃO, R. e AMORIM, R. Avaliação da efetividade da Apa Carste Lagoa Santa a partir do estudo das relações entre os habitantes e a unidade de conservação. Cadernos Manuelzão/Projeto Manuelzão, Belo Horizonte, ano 3 ,n.5. p. 51-62. junho 2008.

Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios-ADAO/ Distrito de Mocamboiro, Matozinhos/MG

Associação dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (GRANBEL). Disponível em: <<http://www.granbel.com.br>>. Acesso em março/2010.

ARCA – AMASSERRA. Nova Lima/MG, Junho de 2009. Boletim informativo, Ano 2, Nº 05.

BACELLAR, L A. P. *Avaliação de áreas de risco geológico na bacia de vargem das Flores, municípios de Betim e Contagem – MG*. Anais XI SBSR, Belo Horizonte, Brasil, 05 - 10 abril 2003, INPE, p. 1767 – 1770.

BALDIM. Melhoria na Área da Saúde. Baldim, 2009. Disponível em: <<http://baldimumdocedecidade.blogspot.com/2009/08/16-posto-de-saude.html>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

Barracão do Produtor estimula agricultura em Jaboticatubas e Baldim. Disponível em: www.setelagoas.com.br (março, 2010). Acesso em: 03 mar. 2010.

BELO HORIZONTE (MG). PREFEITURA. LEI Nº 7.165/1996. LEI QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (com alterações introduzidas pela Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000). **Plano diretor do município de Belo Horizonte: Lei n. 7.165 de janeiro de 1996.** Belo Horizonte: 1996. 37p.

BELOTUR. Desenvolvimento por Prefeitura de Belo Horizonte. Apresenta principais informações sobre o turismo em Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

BETIM (MG). PREFEITURA. LEI Nº 4.574/2007. LEI QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BETIM. **Plano diretor do município de Betim: Lei n.4.574 de 02 janeiro de 2006.** Betim: 2007. 93p.

BRANDT MEIO AMBIENTE. Patrimônio natural: cultural e zoneamento ecológicoeconômico da Serra da Moeda: uma contribuição para sua conservação. Organização e edição: Maria Elisa Castellanos Solá; Patrimônio Arqueológico e Histórico: Carlos Magno Guimarães (Coord.); Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico: José Eustáquio Machado Paiva (Coord.). Belo Horizonte, 2008. 2 v. + 1. CD-ROM.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.** Lei Nº 9.985 de julho de 2000.

BRUMADINHO (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Brumadinho: Lei n.52 de janeiro de 2006.** Brumadinho: 2006. 257p.

BRUMADINHO (MG). DIAGNÓSTICO E DIRETRIZES PARA A ESTRUTURA URBANA E DO TERRITÓRIO MUNICIPAL VOLUME I. Setembro de 2006. Município de Brumadinho, MG.

BRUMADINHO. **Inventário de Oferta Turística do Município de Brumadinho. 200?** Cadernos Manuelzão/Projeto Manuelzão- ano 3, n.5, ano 2008.

Calendário de Eventos da Setur. Desenvolvido por Secretaria de Turismo de Minas Gerais. Apresenta todos os eventos culturais que ocorrerão no ano de 2010 em Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

CAETÉ. **Inventário de Oferta Turística do Município de Caeté, _.**

CAMELO, M. S. M. Fechamento de mina: Análise de casos selecionados sob os focos ambiental, econômico e social. 2006. 64 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Geotécnica de Barragens) – Núcleo de Geotecnia, UFOP, Ouro Preto.

CAPIM BRANCO (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.078/2006 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Campo Branco: Lei n.1.078 de janeiro de 2006.** Capim Branco: 2006. 194 p.

CIRCUITO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ. Disponível em: <www.circuitoserradocipo.org.br>. Acesso em: 03 mar. 2010.

COELHO, Marco Antonio Tavares. **Rio das Velhas: memórias e desafios.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CONFINES (MG). PREFEITURA. LEI Nº 438/2006 QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DA LEI MUNICIPAL Nº002/99, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE CONFINES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Confinis: Lei n.438 de 26 dezembro de 2006.** Confinis: 2006. 44 p.

CONTAGEM (MG).PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2006 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DECONTAGEM(MG) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Contagem : Lei n. 033 de 26 de dezembro de 2006.** Contagem: 2006. 47p.

DESVENDAR. Apresenta informações gerais sobre destinos turísticos em Minas Gerais. Disponível em: <[http:// www.desvendar.com](http://www.desvendar.com)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

ESMERALDAS. **Inventário de Oferta Turística do Município de Esmeraldas.200?**

FERREIRA, Elysio Alves Gonçalves. **A verdadeira História da Origem de Pedro Leopoldo.** Pedro Leopoldo: Tavares, __.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.241,242,441,455.

GRUTAS. Apresenta informações gerais sobre grutas em Minas Gerais. Disponível em www.redespeleo.org.br. Acesso em: 15 mai. 2010.

História da Serra da Piedade. Desenvolvido por IEPHA/MG. Apresenta informações sobre a história da Serra da Piedade/MG. Disponível em <www.maximaprint.com.br/serra/frei.htm>. Acesso em: 03 mar. 2010.

IBIRITÉ (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 021 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE IBIRITÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Ibirité: Lei n.021 de 30 de novembro de 1999.** Ibirité: 1999. 29 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IEPHA). Disponível em: <[http:// www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. Disponível em: <<http://www.iga.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO INHOTIM. Apresenta principais informações sobre o Instituto Inhotim. Disponível em: <<http://www.inhotim.org.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DE ÁGUAS. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br>> Acesso em: 03 mar. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

JABOTICATUBAS (MG). PREFEITURA. LEI Nº 1.905/2006 QUE SOBRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE JABOTICATUBAS, INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Jaboticatubas: Lei n.1905 de janeiro de 2006.** Jaboticatubas: 2006. 164p.

JABOTICATUBAS. **Inventário de Oferta Turística do Município de Jaboticatubas. 200?**

JUATUBA. **Inventário de Oferta Turística do Município de Juatuba. 200?**

LAGOA SANTA (MG). PREFEITURA. LEI Nº 2633/2006 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Lagoa Santa: Lei n.2633 de 10 de julho de 2006.** Lagoa Santa: 2006. 71p.

LAMBEL. **Conjuntos Paisagísticos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 1977.**

LAMOUNIER, Wanderson Lopes. **Patrimônio Natural da Serra do Gandarela e seu Entorno: Análise Ambiental como Subsídio para a Criação de Unidades de Conservação no Quadrilátero Ferrífero** – Dissertação de mestrado defendida pela UFMG, 2009.

LIMA, M. TOFFOLI, R. & MACHADO, R. REGIÃO LESTESUDESTE DA RMBH: **Diagnóstico e proposições para o horizonte 2014.** Trabalho apresentado na disciplina Estágio de Pesquisa/Curso de Turismo/UFMG. 2009.

MAGALHÃES JR, Antonio; SAADI, Allaoua. **Ritmos da Dinâmica Fluvial Neo-Cenozoica controlados por soerguimento regional e falhamento: o vale do Rio das Velhas na Região de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.** Geonomos-UFMG/IPMTC, vol. 2, nº 1, p.42-54, 1995.

MÁRIO CAMPOS (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2007 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MÁRIO CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Mário Campos: Lei n.04 de janeiro de 2007.** Mário Campos: 2007. 117p.

MENEZES, Ivo Porto de. **Igreja N. Sra. da Saúde e N. Sra. do Rosário (Lagoa Santa e Quinta do Sumidouro) – História e levantamento.** Belo Horizonte, 1955. Pp. 22 a 27.

MORAIS, M.S. **O êxodo rural e a ocupação urbana e industrial.** In GOULART, Eugênio Marcos Andrade. Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy.

NEVES, Walter. Piló, Luis Beethoven. **O povo de Luzia.** Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2008, 336 p.

NOCE, C. M. **Geocronologia dos eventos magmáticos, sedimentares e metamórficos na região do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais.** 1995. 128f. Teses (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOVA LIMA (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 2007/2007. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Nova Lima: Lei n.2007 de 28 agosto de 2007.** Nova Lima: 2007. 143p.

NOVA LIMA. **Inventário de Oferta Turística do Município de Nova Lima. 200?**

NOVA UNIÃO (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 615/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Nova União: Lei n.615 de janeiro de 2006.** Nova União: 2006. 62p.

NOVA UNIÃO. **Inventário de Oferta Turística do Município de Nova União, _.**
NUNES, Cristina Pereira, **Inventário de Proteção do acervo cultural de Minas Gerais** (IPAC/MG). IEPHA, 1995.

NUNES, M.; SILVA, P.; MELO, M.; OLIVEIRA, R. CARVALHO, V. **O uso do solo em novas frentes de expansão metropolitana: proposta de zoneamento ambiental para a localidade de Casa Branca, Brumadinho-MG.** XIII Simpósio de Geografia Física Aplicada. Universidade Federal de Lavras, 2009.

OKAWARA, A.; GAZINELLI, G; CANÇADO, I.L.; CORUJO, M. T.; & PINHEIRO, W. J. **Serra da Piedade: Berço da Padroeira de Minas Gerais.** Brasil-Patrimônio Histórico, Religioso, Geológico e Ambiental- “Beleza, religiosidade, proteção e ameaças”, 2009.

PEDRO LEOPOLDO (MG). PREFEITURA. LEI Nº 3034/2008 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Pedro Leopoldo: Lei n.3034 de 01 de julho de 2008.** Pedro Leopoldo: 2008. 127p.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **Uma viagem ao Projeto Manuelzão e à bacia do Rio das Velhas: Manuelzão vai à Escola.** 3ªEd. Belo Horizonte, Projeto Manuelzão, 2004.

PORTAL DE TURISMO DE BRUMADINHO. Apresenta informações principais sobre a oferta de turismo em Brumadinho. Disponível em: < <http://www.portaldebrumadinho.com.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PORTAL DESCUBRA MINAS. Apresenta informações gerais sobre os destinos turísticos em Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM. Apresenta informações sobre o município de Betim Disponível em: <<http://www.betim.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM. Apresenta principais informações sobre o município de Betim. Disponível em: <<http://www.betim.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO. Apresenta principais informações sobre o município de Capim Branco. Disponível em: <<http://www.capimbraco.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS. Apresenta principais informações sobre o município de Confins. Disponível em: <<http://www.confins.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM. Apresenta principais informações sobre o município de Contagem. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS. Apresenta principais informações sobre o município de Esmeraldas. Disponível em: <<http://www.esmeraldas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL. Apresenta principais informações sobre o município de Florestal. Disponível em: <<http://www.florestalmg.com.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. Apresenta principais informações sobre o município de Disponível em: <http://www.ibirite.mg.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA. Apresenta principais informações sobre o município de Itaguara. Disponível em: <<http://www.itaguara.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA. Apresenta principais informações sobre o município de Juatuba. Disponível em: <<http://www.juatuba.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. Apresenta principais informações sobre o município de Lagoa Santa. Disponível em: <<http://www.lagoasanta.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME. Apresenta principais informações sobre o município de Mateus Leme. Disponível em: <<http://www.mateusleme.mg.gov.br/>>. Acesso março/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS. Apresenta principais informações sobre o município de Matozinhos. Disponível em: <<http://www.matozinhos.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA LIMA. Apresenta principais informações sobre o município de Nova Lima. Disponível em: <<http://www.novalima.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA UNIÃO. Apresenta principais informações sobre o município de Nova União. Disponível em: <<http://www.novauniao.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. Apresenta principais informações sobre o município de Pedro Leopoldo. Disponível em: <<http://www.pedroleopoldo.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSOS. Apresenta principais informações sobre o município de Raposos. Disponível em: <<http://www.raposos.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA. Apresenta principais informações sobre o município de Rio Acima. Disponível em: <<http://portalrioacima.com.br/portal1/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA. Apresenta principais informações sobre o município de São José da Lapa. Disponível em: <<http://www.saojosedalapa.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL SARZEDO. Apresenta principais informações sobre o município de Sarzedo. Disponível em: <<http://www.sarzedo.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS. Apresenta principais informações sobre o município de São Joaquim de Bicas. Disponível em: <<http://www.saojoaquimdebicas.mg.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARAÇU DE MINAS. Apresenta principais informações sobre o município de Taquaraçu de Minas. Disponível em: <<http://www.taquaracudeminas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO. Apresenta principais informações sobre o município de Vespasiano. Disponível em: <<http://www.vespasiano.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

PROGRAMAS ESTRUTURADORES. Desenvolvido por Emater/MG. Apresenta principais programas desenvolvidos pela Emater voltados para a agricultura familiar. Disponível em <www.emater.mg.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2010.

PROJETO MANUELZÃO. Apresenta informações sobre a proposta de Criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, 2009. Disponível em: www.manuelzao.ufmg.br. Acesso em: 24 maio. 2010.

Projeto Social Eu, Rio Acima. Diagnóstico social do Município de Rio Acima. Realização: HomoSapiens – Escola de Planejamento e Fundação Avina. Estudo disponível em <<http://www.eurioacima.com.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

Proteção de Mananciais. Desenvolvido por COPASA. Apresenta informações principais sobre a proteção de manancias e discorre sobre os Sistemas Serra Azul e Rio Manso. Disponível em: <<http://www.copasa.com.br>>. Acesso em: 08 maio. 2010.

RAPOSOS (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 448/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE RAPOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Raposos: Lei n.448 de janeiro de 2006.** Raposos: 2006.

RAPOSOS. Inventário de Oferta Turística do Município de Raposos. 200?

RENGER et. al, In RUCHKYS,U.A.; RENGGER, F.E.; NOCE, C.M.; & MACHADO, M.M.M. 2007. **Serra da Piedade, Quadrilátero Ferrífero, MG - da lenda do Sabarabuçu ao patrimônio histórico, geológico, paisagístico e religioso** In: Winge,M.; Schobbenhaus,C.; Berbert-Born,M.; Queiroz,E.T.; Campos,D.A.; Souza,C.R.G.; Fernandes,A.C.S. (Edit.) Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio129/sitio129.pdf>>

RIBEIRÃO DAS NEVES (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES. **Plano diretor do município de Ribeirão das Neves: Lei n.036 de 02 outubro de 2007.** Ribeirão das Neves: 2007. 31p.

RIO ACIMA (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE RIO ACIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Rio Acima: Lei n.01 de 27 novembro de 2006.** Rio Acima: 2006. 48p.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo; MAGALHÃES-GOMES, Beatriz Pereira de; KOHLER, Heinz Chrles; SILVA, Marielly Franciany. **Definição de Percursos Geoturísticos na APA Carste de Lagoa Santa: Aliando Educação e Turismo** – Belo Horizonte, 2005.

RUCHKYS, Úrsula A.; NASCIMENTO, Marcos A. L.; MARTESSO-NETO, Virgínio. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo.** RN/Natal: UFRN - Divisão de Serviços Técnicos, 2008.

SAADI, Allaoua. **Ensaio sobre a Morfotectônica de Minas Gerais.** Tese de Livre Docência. Belo Horizonte: 1991. p. 157-171.

SAADI, Allaoua. **A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens.** Revista Geonomos/UFMG/IPMTC, vol. 3, nº 1, p.41-63, 1995.

SAADI, Allaoua. **Unidade ambientais da grande BH.** In: Os Complexos Ambientais da GBH como fatores de diferenciação e competitividade. Belo Horizonte. Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), 2002.

SABARÁ (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2008. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE SABARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Sabará: Lei n.12 de 08 janeiro de 2008.** Sabará: 2008. 56p.

SABARÁ. Inventário de Oferta Turística do Município de Sabará. 200?

SALÃO DO ENCONTRO. Boletim Eletrônico, nº 20, 10-16 de setembro, 2009. Disponível em: <<http://www.salaodoencontro.org.br/boletim/20/index.htm>>. Acesso em: 21 maio. 2010.

SANTA LUZIA (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 2.699/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Santa Luzia: Lei n.2.699 de janeiro de 2006.** Santa Luzia: 2006. 81p.

SANTA LUZIA. Inventário de Oferta Turística do Município de Santa Luzia. 200?

SANTOS, E.J. dos. et AL. Projeto Ribeirão da Mata/Programa pro recuperação do Ribeirão da Mata, 2ª. Ed Matozinhos: [s.n.] 1999.26p.

SANTOS, L.R.G ; TORRES B.V ; CRUZ, C.O ; CARVALHO, L.C ; MICHEL, R. F. M. . **Levantamento de passivos ambientais e análise do desempenho ambiental das mineradoras da Serra do Itatiaiuçu.** In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2007, Belo Horizonte. Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2007.

SANTOS, N. **Impacto ambiental: estudo de caso na Microbacia do Ribeirão Casa Branca, município de Brumadinho/MG** (Monografia). Belo Horizonte: Departamento de Geografia/ UFMG, 2002.

SARZEDO(MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 311/2006 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICIPIO DE SARZEDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Sarzedo: Lei n.311 de janeiro de 2006.** Sarzedo: 2006. 145p.

SÃO JOAQUIM DE BICAS (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 215/2004. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS. **Plano diretor do município de São Joaquim de Bicas: Lei n.215 de janeiro de 2004.** São Joaquim de Bicas: 2004. 91p.

SÃO JOSÉ DA LAPA (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 575/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de São José da Lapa: Lei n.575 de outubro de 2006.** São José da Lapa: 2006. 20p.

SILVA, Alessandra Ferraz Godoy da; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. **O embate das forças rurais e urbanas na apropriação de um território multifuncional em Igarapé e Mateus Leme-MG**. 2009. 136 f., enc. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

SILVA, Alexandre Christófar, PEDREIRA, Léa Cristina Vilela Sá Fortes, ALMEIDA ABREU, Pedro Angelo. **Serra do Espinhaço Meridional: paisagem e ambientes**. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

SILVA, Fabiano Reis. **A Paisagem do Quadrilátero Ferrífero, MG: Potencial para o Uso Turístico da sua Geologia e Geomorfologia**. Ferrífero – Dissertação de mestrado defendida pela UFMG, 2007.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. In: SHIKI, S; SILVA, J.G; ORTEGA, A.C (orgs). Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro, Uberlândia, Ed.UFU, 1997, p.75-99.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS. Apresenta informações gerais sobre sítios arqueológicos localizados no Brasil. Disponível em: <http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php>. Acesso em: 03 mar. 2010.

SOUZA, Cláudio Gregório de. **Caracterização de solos nos arredores da Serra Três Irmãos e da Serra da Moeda: Quadrilátero Ferrífero/MG** / Cláudio Gregório de Souza. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Análise Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Claudio Gregório de; OLIVEIRA, Cristiane Valeria de. **Caracterização de solos nos arredores das Serras Três Irmãos e Moeda - Quadrilátero Ferrífero/MG: aspectos de pedogênese e litodependência**. 2006. 110f. ., enc. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

TAQUARAÇU DE MINAS. **Inventário de Oferta Turística do Município de Taquaraçu de Minas**. Elaborado por: Funcesi (Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira), AMPASC (Associação dos Municípios do Circuito PARNA Serra do Cipó) e Setur (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais). 2005

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Apresenta informações principais sobre as unidades de conservação existentes no Brasil. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

VELOSO, H.P.; RANGEL FILHO, A.L.R.; LIMA, J.C.A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 123 p.

VESPASIANO (MG). PREFEITURA. LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2006. LEI COMPLEMENTAR QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE VESPASIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Plano diretor do município de Vespasiano: Lei n.002 de janeiro de 2006**. Vespasiano: 2006. 26p.

7 CAPACIDADE INSTITUCIONAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (CIPLAG)

7.1 Introdução

7.1.1 Marco Teórico e Definição Conceitual

Capacidade institucional traduz um conjunto de significações que dizem respeito ao governo de uma cidade – em suas diversas escalas, das menores aglomerações urbanas às regiões metropolitanas – no âmbito de sua administração e da práxis política que nela se exercita. As instituições de governo certamente dependem de fatores organizativos e procedimentos técnicos, do estabelecimento de prioridades em seu funcionamento e do desenvolvimento dos recursos humanos ali investidos; mas, em sentido amplo, um ambiente institucional se consolida a partir da habilidade de um governo para formular, coordenar e avaliar políticas públicas, definir e exercer um projeto de governo, manejando seus recursos de poder, buscando apoio na sociedade e garantindo a legitimidade para a execução de seus programas.

Ao usarmos a denominação *cidade* para descrever uma configuração da vida metropolitana, temos em mente que o termo cidade, bem como o termo *urbano*, não corresponde mais aos limites das sedes dos municípios, em especial nas médias e grandes cidades, nos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas. A cidade e o urbano, nos dias de hoje, em que assistimos a uma dinâmica complexa de fluxos de comunicações entre áreas urbanas locais, regionais e mundiais, já não podem ser entendidos como “áreas espaciais urbanizadas de forma contígua”. Do mesmo modo, pautar o conceito de região metropolitana implica compreender o par cidade/urbano em sua complexidade de atividades econômicas, concentração e dispersão territorial e a dinâmica populacional. Compreender a metrópole exige entender a cidade enquanto parte de uma nova lógica de acumulação das relações econômicas, sociais, políticas. Trata-se de pensar a cidade/o urbano não como uma realidade acabada, mas como “um horizonte de transformações”, em que se dão as formas espaciais, a concentração de produção, circulação, populações, consumo de bens e serviços; em que se desenrolam inúmeros modos de vida, em que se delimitam os diversos campos da ação e da decisão política.

Essa delimitação conceitual assume uma dupla inervação: por um lado, a compreensão dos mecanismos instituídos pelos governos; por outro, a repercussão desses mecanismos na vida da sociedade a que os governos se destinam. A abordagem aqui desenvolvida não tem por finalidade um diagnóstico dos governos municipais considerados isoladamente; nosso propósito é, exatamente, tomar as configurações e os contextos dos municípios como ponto de partida para compreender as possibilidades de ações conjuntas, de arranjos com vistas a soluções compartilhadas, de conjugação de trabalhos em prol dos modos de vida metropolitanos. Aqui, capacidade institucional é entendida num duplo viés, qual seja:

- a) *Capacidade institucional enquanto capacidade política* para a articulação metropolitana: deve haver um projeto político e estarem criadas as condições de sua viabilidade; um governo deve ter bem definidos os objetivos, o ambiente e o conjunto de atores envolvidos nesse projeto político. Como se dá a construção da legitimidade desse projeto político? Quais são os arranjos institucionais para a metropolização? Os arranjos organizacionais? As parcerias institucionais? Quais são os canais e as experiências de participação de atores não governamentais em ações da administração local? Como são tomadas as decisões e como se garantem as condições políticas e institucionais para sua implementação? Um governo deve elaborar estratégias de ação, estabelecer metas, esforços para garantir a coerência e sustentabilidade das intervenções, identificar causas dos problemas sociais e urbanos, as novas situações e as alternativas para solucioná-los.
- b) *Capacidade institucional enquanto capacidade administrativa e operacional* (implementação e vigência da legislação e dos instrumentos de política urbana): disponibilidade de recursos físicos, orçamentários, financeiros e humanos para o governo gerir e executar programas; capacidade para levantar demandas e gerir bancos de dados; capacidade para manter um cadastro de beneficiários dos programas, de prestadores de serviços e de entidades conveniadas; capacidade de manter estruturas física, informacional e de transporte.

Tendo em vista que a abordagem será referida de modo transversal e transdisciplinar a quatro eixos temáticos integradores (acessibilidade, seguridade, sustentabilidade e urbanidade), o entendimento da capacidade institucional para o planejamento e a gestão dar-se-á por meio de:

- a) Diagnósticos de situações e configurações atuais nos municípios, visando a compreender possibilidades e configurações de arranjos institucionais novos e os existentes, situações de cooperação e compartilhamento de ações entre os municípios;
- b) Uma prospecção considerado o horizonte temporal de 2023.

Os municípios e o Estado condensam-se na metrópole quando quatro premissas típicas ocorrem. Primeira, quando as autoridades compreendem que seus cidadãos têm estatura plurimunicipal, como cidadãos metropolitanos que são. Segunda, quando sentem que a cidade-metropolitana é comum a todos. Terceira, quando constatarem que não mais existe uma constelação de cidades orbitando por atração da “cidade-mãe”, pois o que existe é uma rede denominada cidade metropolitana. Quarta, quando finalmente, há o reconhecimento generalizado de que as responsabilidades transcendem os limites de seus respectivos territórios – leia-se, uma visão solidária e colaborativa. Quando essas premissas se consolidam, a metrópole está madura para uma governança democrática e colaborativa. A questão principal, então, é *quais são as capacidades necessárias dos atores metropolitanos para alcançar o arcabouço institucional ideal da cidade-metrópole*. Deve-se perguntar pela capacidade institucional dos atores que intrinsecamente são metropolitanos perante a idéia da cidade metropolitana.

O mapeamento da capacidade institucional funda-se nos seguintes pontos:

1. Adoção do arcabouço conceitual da governança colaborativa para analisar os desafios gerais da gestão das metrópoles e para investigar potencialidades e parâmetros para a gestão compartilhada em nível metropolitano, consolidando a construção da *solidariedade metropolitana*. Entende-se por governança colaborativa a forma de governança que surge quando diversos interesses são consolidados por meio de exercício da cidadania e na qual planejamento e gestão (inter)institucional são norteados pela capacidade de construção de um pacto metropolitano.
2. O entendimento ampliado da lógica de composição da receita do município (situação fiscal, tributária, fontes de recursos, investimentos, bem como os incentivos fiscais para a cooperação intermunicipal e entre os entes federativos);
3. Construção de um conjunto de informações qualificadas sobre a implementação real dos planos diretores e instrumentos de política urbana e sua repercussão na vida cotidiana dos habitantes urbanos;
4. Consideração da dimensão espacial como fundamento da compreensão do espaço da cidade-metropolitana, com vistas a uma proposta de reestruturação territorial das

formas de organização da vida cotidiana que se desenrola nas diversas escalas em que o território será estudado (local, microrregional, regional);

5. Adoção (em alternância) das escalas local e metropolitana (regional) e da escala intermediária da microrregião para compreender o surgimento e a consolidação de novas centralidades, bem como para abordar a ordenação do território segundo relações de poder;
6. Estabelecimento de parâmetros para entender a capacidade institucional relacionada ao desenvolvimento e à equidade social considerando, por exemplo, assistência, saúde, educação, cultura e esportes e relacioná-los com os indicadores sociais básicos (pobreza, vulnerabilidade, situação da juventude); trata-se de pensar a capacidade institucional em seu potencial para reduzir as desigualdades socioespaciais e a pobreza;
7. Evidenciação da articulação entre os municípios da RMBH enquanto *concertação* institucional, a partir da visão dos atores estratégicos metropolitanos no conjunto dos diferentes atores em operação na escala metropolitana e local (órgãos colegiados de gestão da política urbana, Conselho Metropolitano, conselhos municipais, poder executivo, poder legislativo, movimentos sociais urbanos).

Apesar da importância demográfica, econômica, política e social das metrópoles, constata-se, para o Brasil, de modo geral, um quadro de significativa fragmentação institucional que expressa as dificuldades na gestão pública das áreas metropolitanas. Em quase todas as metrópoles, a capacidade de governo dos municípios é pouco utilizada para gerar uma dinâmica cooperativa, mas, ao contrário, suporta e legitima um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos, sejam eles os da habitação, da saúde, do transportes, da educação etc. Como pensar a instância metropolitana para além das limitações postas pelos âmbitos/esferas município/estado/união?

No estado de Minas Gerais, em que se tem uma situação de importante avanço na abordagem do problema metropolitano por parte do governo estadual, o qual, por disposição constitucional e com grande ênfase se engajou na questão metropolitana, é possível avançar, como hipótese de trabalho, que as questões que mais fustigam a governança metropolitana colaborativa são relativas à postura e capacidade institucional dos municípios. É necessário insistir na idéia da colaboração; isso implica fortalecer a estrutura intergovernamental existente em termos de responsabilidades (e capacidades) compartilhadas, que deve ser buscada perante a questão metropolitana.

Deve-se mapear o posicionamento dos atores metropolitanos institucionais na *cidade* que transcende o território municipal e que é preponderante na vida dos cidadãos. A agenda social ligada à questão metropolitana deve envolver um conjunto de temas e um programa de ação – de curto, médio e longo prazos – envolvendo capacidades institucionais que promovam:

- a) a criação de esferas públicas de participação da sociedade;
- b) o enfrentamento das desigualdades sociais e a reversão da dinâmica segregadora de produção do espaço urbano.

7.1.2 Sistema de Planejamento Metropolitano e a Questão Metropolitana na RMBH

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi institucionalizada com a Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. Esse marco regulatório instituiu a RMBH a partir da reunião de 14 municípios¹. Hoje, a RMBH conta com 34 municípios², totalizando cerca de 5,4 milhões de habitantes e; o Colar Metropolitano da RMBH reúne 14 municípios³. É a terceira maior região metropolitana do país, sendo superada em termos de população apenas por São Paulo, com aproximadamente 20 milhões, e pelo Rio de Janeiro, com quase 12 milhões de habitantes. Em termos de gestão, a RMBH tem apresentado particularidades que a diferem das demais regiões metropolitanas brasileiras, tanto do ponto de vista da sua trajetória histórica quanto das iniciativas que vêm sendo tomadas no sentido de construir um aparato institucional que abarque a complexidade da dimensão metropolitana nas suas múltiplas facetas.

1 Art. 1º § 2º - A região metropolitana de Belo Horizonte constitui-se dos Municípios de: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

2 A Lei Complementar Estadual nº 89/2006, no Art. 2º, determina que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

3 Lei Complementar Estadual nº 89/2006, Art. 3º §1º Integram o Colar Metropolitano da RMBH os Municípios de Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha e Sete Lagoas.

A trajetória da gestão metropolitana na RMBH pode ser subdividida em três fases: o “período PLAMBEL (Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte)”, iniciado nos anos 1970; o “período AMBEL” (Assembléia *Metropolitana* de Belo Horizonte), que ganha corpo a partir da Constituição Estadual de 1989 e; por fim, a atual institucionalização do Sistema Mineiro de Planejamento e Gestão para as Regiões Metropolitanas, capitaneado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDUR) do Estado de Minas Gerais.

O Sistema Mineiro de Planejamento Metropolitano apresenta-se como o modelo fundamentado em um arcabouço legal robusto e fruto de um processo institucional de mais de sete anos. Resgata-se aqui o processo de formação das atuais instâncias de gestão, que tem como marco inicial o Seminário Legislativo realizado em 2003 e como culminância a implantação da Agência Metropolitana da RMBH, em 2009, a partir de posição indutora do Estado, em articulação com os municípios, com a sociedade civil e a iniciativa privada, com vistas ao amadurecimento da processualidade cooperativa e outras arquiteturas de consensualização. O sistema tem três componentes principais (Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Assembléia Metropolitana e a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, seu braço executivo) e conta com dois instrumentos poderosos de planejamento metropolitano: 1) Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; 2) Fundo Metropolitano. A composição desse sistema é mostrada na Figura 7.1:

Figura 7.1 - Sistema de Gestão Metropolitana



Fonte: Agência de Desenvolvimento Metropolitano, 2009.

Em agosto de 2007, dando curso à estratégia metropolitana, o Governo do Estado, em parceria com a Assembléia Legislativa, realizou a primeira conferência metropolitana da RMBH, com vistas à implantação da Assembléia Metropolitana e eleição e posse do Conselho Deliberativo da RMBH, órgãos previstos no arranjo de gestão definido pelas Leis Complementares 88 e 89/2006. Nos termos da legislação de regência, a Assembléia Metropolitana é o órgão de decisão superior e de representação do estado e dos municípios da Região Metropolitana, composto por quatro integrantes do Poder Executivo Estadual, indicados pelo Governador do Estado, um representante da Assembléia Legislativa, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de cada um dos municípios da Região. A ela compete definir as macrodiretrizes do planejamento global da Região Metropolitana e, como órgão superior, vetar, por deliberação de pelo menos dois terços do total de votos válidos, resolução emitida pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM). Uma particularidade no tocante à Assembléia é a ponderação de votos, mecanismo que garante a equivalência do poder decisório do Estado com o dos municípios. A Assembléia Metropolitana da RMBH é composta por 73 membros representantes do estado e dos municípios (CEMG de 1989, Art. 46, 1; LC n. 88/2006).

Tabela 7.1 - Composição da Assembléia Metropolitana da RMBH

Assembléia Metropolitana da RMBH	Nº de representantes.	Peso dos Votos	Total dos votos
Poder Executivo Estadual	4	13,60	54,4
Poder Legislativo Estadual	1	13,60	13,6
Poder Executivo Municipal	34	1,00	34
Poder Legislativo Municipal	34	1,00	34
Total	73		

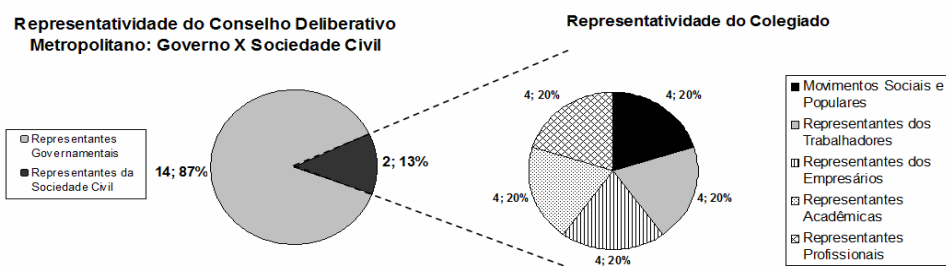
O Conselho Deliberativo (CDDM) é uma instância colegiada com representação do Estado, dos municípios e da sociedade civil organizada, cujas atribuições perpassam planejamento, financiamento, execução e acompanhamento de funções públicas de interesse comum, deliberação sobre questões atinentes aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e em relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e seus respectivos programas e projetos. O Conselho Deliberativo da RMBH é composto por 16 membros, dos quais dois são representantes da sociedade civil.

Tabela 7.2 - Composição do CDDM da RMBH

Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH	Nº de representantes
Poder Executivo Estadual	5
Poder Legislativo Estadual	2
Poder Público Municipal de Belo Horizonte	2
Poder Público Municipal de Betim	1
Poder Público Municipal de Contagem	1
Poder Público Municipal dos demais Municípios da RMBH	3
Sociedade Civil	2
Total	16

As referidas instâncias vêm atuando, desde a instalação, na lógica de agregar atores institucionais e sociais, principalmente o Conselho Deliberativo, que, além de congregar representação do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil, ainda conta com o apoio prestado pelo Colegiado que é constituído por 20 entidades com atuação no espaço metropolitano: movimentos sociais e populares, entidades representantes dos trabalhadores, entidades representantes do empresariado, entidades acadêmicas e de pesquisa e entidades profissionais. O Colegiado, espaço não institucionalizado no bojo do marco legal, tem como objetivo dar suporte técnico em torno de questões cruciais deliberadas pelo Conselho. Da mesma forma, a estratégia metropolitana envolve o relacionamento das instâncias com o mundo acadêmico e outros núcleos de conhecimento e inovação e, ainda, com diversos segmentos da governança urbana (COELI, 2009). O seguinte gráfico ilustra a composição e representatividade do Conselho Deliberativo e do Colegiado:

Figura 7.2: Composição e Representatividade do CDDM e Colegiado



O sistema de gestão metropolitana conta com instrumentos importantes de planejamento do desenvolvimento econômico e social relativo às funções públicas de interesse comum e de financiamento das ações: O Plano Diretor Integrado – em elaboração – (CE 1989, Art. 47; LC 88/2006, Art. 18) e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (CE 1989, Art. 47; LC 88/2006, Art. 18; Dec 44.602/2007, Art. 2):

- a) O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – FDM –, alimentado por recursos do Estado, dos municípios e de outras fontes, é uma atividade que tem como objetivos o financiamento da implantação de programas e projetos estruturantes e a realização de investimentos relacionados a funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas do Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, observadas as normas e as condições gerais aplicáveis.
- b) Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH, que é um instrumento de desenvolvimento a médio e longo prazos, está sendo elaborado, sob coordenação institucional da SEDRU e da Agência RMBH, por instituições universitárias de pesquisa e acompanhado pelo Conselho Deliberativo, devendo refletir as diretrizes estabelecidas pela Assembléia Metropolitana.

A Lei Complementar Estadual Nº 88/2006 estabeleceu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – FDM como instrumentos de planejamento para as regiões metropolitanas. Ao PDDI cabe apresentar as diretrizes do planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social de acordo com as funções públicas de interesse comum da região. O FDM, instituído pela Constituição do Estado no art. 47, tem por objetivos financiar programas e projetos estruturantes e realizar investimentos relacionados às funções públicas de interesse comum, em consonância com as diretrizes do PDDI. Para cada região metropolitana haverá uma subconta do FDM, que é constituído, basicamente, de recursos do Estado (50%) e dos Municípios da região metropolitana (50%), além de recursos destinados a planos e programas orientados pelo PDDI e outros recursos advindos de fontes determinadas na referida Lei. Essa mesma lei instituiu o Grupo Coordenador do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano com a seguinte composição cuja composição é mostrada na seguinte tabela.

Tabela 3: Grupo Coordenador do Fundo De Desenvolvimento Metropolitano GCFFM

Grupo Coordenador do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – GCFDM	Nº de representantes.
Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru (órgão gestor)	1
Representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag	1
Representante da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF	1
Representante do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG (agente financeiro)	1
Representantes da região metropolitana correspondente à subconta objeto de discussão ou deliberação, indicados pelo respectivo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano	2
Total	6

Fonte: Tabela elaborada de acordo com as informações contidas na Lei Complementar Estadual nº 88, de 12 de janeiro de 2006.

Na vertente de conscientização da população e dos empreendedores metropolitanos, públicos e privados, responsáveis por ações que impactam o território metropolitano e a qualidade de vida nessa escala, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e da Agência de Desenvolvimento Metropolitano, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, e com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento de Minas Gerais, desenvolveu de 2008 até o final de 2009, a campanha intitulada Urbanicidade (<http://www.crea-mg.org.br>)

7.2 Questões Prioritárias

O que vemos como a grande direção do futuro em termos de capacidade institucional, planejamento e gestão para a RMBH? Em face do levantamento junto aos órgãos de governo, dos debates públicos realizados e dos estudos completados até então destacamos as seguintes questões assumidas como centrais:

Questões Prioritárias

- 1) Evidenciar a necessidade da realização de pactos sociais para a sobrevivência da totalidade metropolitana com vistas à compreensão sistêmica do espaço urbano-regional;
- 2) Pensar instâncias mediadoras e modos de articulação que contribuam para o debate acerca das possibilidades de reais alternativas de gestão e planejamento metropolitano;
- 3) Pensar a ruptura com o padrão localista. Entender quais possibilidades estariam sendo gestadas nas esferas públicas e nos movimentos sociais, para alterar o padrão localista das políticas públicas e a fragmentação institucional extremada no que concerne ao urbano-regional, de forma a engendrar um arranjo metropolitano favorável à ação articulada;
- 4) Do ponto de vista da capacidade institucional discutir se há uma escala espacial que abarque o processo de metropolização e de configuração de aglomerações urbanas, ou se estas espacialidades são afins a uma dimensão não capturável por mecanismos e instrumentos convencionais de planejamento e gestão. Qual escala espacial deve nortear o mapeamento e a compreensão do planejamento e a gestão vistos sob o prisma da capacidade institucional? Qual escala de compreensão do território caberia a uma ação política metropolitana verdadeiramente eficaz levando em consideração o controle dos interesses privados e a garantia dos direitos sociais?

7.3 Metodologia

7.3.1 *Elaboração do Diagnóstico em Função dos Eixos Temáticos Integradores*

No 1º Seminário Estruturador do Plano Metropolitano foram apresentados os quatro eixos temáticos integradores (ETs) que iriam a partir daquele momento orientar a elaboração do diagnóstico bem como as diretrizes do PDDI. Os quatro ETs são acessibilidade, seguridade, sustentabilidade e urbanidade. A opção metodológica pela adoção dos quatro eixos refletiu a preocupação da coordenação do Plano de assegurar a dimensão integradora a que o Plano se propõe, evitando que a transversalidade dos temas fosse esfacelada desencadeando um processo de fragmentação das áreas temáticas, decorrentes do aprofundamento na especialização necessária ao trato das questões que lhes são afins.

Definidos de modo a abarcar os temas de forma integrada, com o intuito de ampliar o máximo possível as possibilidades, o objetivo dos ETs é propiciar um diálogo mais enriquecedor e menos compartimentado.

A **acessibilidade** define-se como o direito do cidadão de usufruir, demandar, acessar serviços e oportunidades na RMBH, para além dos limites relativos à questão de transportes; trate-se de uma definição mais ampla relacionada às várias dimensões da vida urbana: sistema viário eficiente, barato, multimodal e integrado; conexão rápida, barata e disseminada metropolitanamente à Internet; uma distribuição territorial metropolitana dos serviços, públicos e privados, que criem centralidades alternativas e evitem deslocamentos desnecessários pela metrópole; acessibilidade à saúde e à educação de boa qualidade; acessibilidade à informação e à participação política e cidadã. As questões centrais relacionadas a esse eixo temático integrados são: como poderíamos pensar numa RMBH com maior acessibilidade para todos? O que deveria ser feito para que este acesso fosse facilitado para todos os cidadãos metropolitanos?

A **seguridade** está relacionada à idéia de sentir-se seguro, mas, aqui, ultrapassa a idéia de segurança pública strictu sensu. Seguridade diz respeito à segurança para morar; segurança contra a violência pessoal; segurança alimentar; segurança no emprego e no trabalho, diminuindo a vulnerabilidade – principalmente dos jovens – às situações de risco; segurança para ir e vir. As questões norteadoras relacionadas com esse eixo são: como podemos construir uma RMBH mais segura? O que poderíamos fazer para que isto acontecesse?

O terceiro eixo é **sustentabilidade**, relacionado a iniciativas para garantir uma RMBH melhor, mais inclusiva e solidária, hoje e no futuro. A idéia de sustentabilidade aqui proposta vai além das preocupações com a dimensão da preservação ambiental para pensar como nossa vida, nossa casa, nosso bairro, nossa cidade, nossa região metropolitana se inserem numa realidade mais abrangente que àquela relacionada com nossa individualidade, visando despertar uma visão sistêmica do ambiente. As questões centrais elaboradas com o intuito de orientar o exercício propositivo são: o que podemos fazer para que a RMBH seja sustentável socialmente, economicamente e ambientalmente? Como podemos construir a partir de hoje um futuro melhor?

E, por fim, o 4º Eixo Temático Integrado, a **urbanidade**, diz respeito à solidariedade, e negociação continuada entre os interesses potencializando a criatividade, a pluralidade e o sentido de coletividade, calcados no compartilhamento de vivências e saberes. Urbanidade, está relacionada ao encontro, à festa, ao espaço público e à vida coletiva, valorizando o diálogo e a participação cidadã. As questões norteadoras são: como podemos imaginar uma RMBH mais fortalecida nos seus pontos de encontro, nas suas manifestações culturais? Como construir uma RMBH mais integrada e mais múltipla?

O diagnóstico elaborado sobre Capacidade Institucional de Planejamento e Gestão está fundamentado nos quatro eixos temáticos integradores.

7.3.2 As Três Macro Etapas: levantamento, análise e propostas

Desde o início do mapeamento da capacidade institucional, mostrou-se necessário pensar em modos de colaboração na elaboração do PDDI com as sub-coordenações de mobilização social, de informações e comunicação e concertação institucional. A natureza temática desta área coloca-a antes como área meio que área fim na elaboração do plano, pois na medida em que:

- a) Deverão ser levantados os sistemas de informações já existentes nos órgãos de planejamento em seus diversos níveis e setores da gestão pública; e
- b) Que será necessário usufruir da montagem e organização de um sistema permanente de consultas, debates, informação, mobilização e participação dos múltiplos agentes envolvidos, nos setores público e privado, incluindo ampla participação da sociedade civil;

- c) A articulação para realizar o levantamento de dados se constitui em etapa crucial do trabalho que envolve:
- i. Apresentar o processo de elaboração do plano aos diferentes órgãos gestores e setores técnicos das instituições,
 - ii. Fazer uma explicação dos propósitos no levantamento das informações,
 - iii. Qualificar as demandas junto aos gestores e sociedade civil,
 - iv. Estabelecer canais para circulação ágil e confiável dos dados solicitados.

O trabalho se desenvolve em três macro-etapas, a saber: I. levantamento de dados secundários; II. Levantamento de dados primários e análise; e III Encaminhamento de Propostas. O presente relatório apresenta o diagnóstico da primeira macro-etapa. O levantamento de dados secundários (Macro Etapa I) considera os órgãos colegiados municipais, estaduais e arranjos sub-regionais e/ou metropolitanos.

Na etapa seguinte, faremos um levantamento de fontes primárias (Macro Etapa II) e procederemos à pesquisa qualitativa, para análise da percepção dos atores envolvidos com a problemática urbana, uma vez que esta permitirá avaliar e analisar alguns aspectos subjetivos relacionados à efetividade na implementação e vigência dos planos diretores e demais instrumentos de planejamento e gestão. Os métodos a serem utilizados para a obtenção e tratamento dos dados incluem realização de visitas a campo e entrevistas (questionários semi-estruturados) realizadas nos municípios com aqueles habitantes a que denominamos atores estratégicos metropolitanos. Para esclarecer nossa visão sobre o conceito de atores sociais, nos utilizamos de Arminda et alli (2002): “costuma-se denominar ator toda pessoa, grupo de pessoas ou instituição que tenha alguma influência na situação avaliada ou sofram suas consequências. São tanto sujeitos quanto objetos da realidade considerada que interagem entre si. Assim, como estão de algum modo envolvidos no problema poderão contribuir na tentativa de solucioná-lo. Provavelmente cada um dos atores – indivíduos, grupo ou instituições – terá uma compreensão diferente da mesma situação”⁴. A escolha desses atores será feita a partir dos universos abaixo desenhados:

⁴ Em discussões com a coordenação de mobilização social do Plano, estes atores foram denominados como os *dínamos sociais* – catalisadores da cidadania metropolitana – e, portanto, atores estratégicos do processo participativo do PDDI. Estes atores compõem a Rede de Mobilização do PDDI.

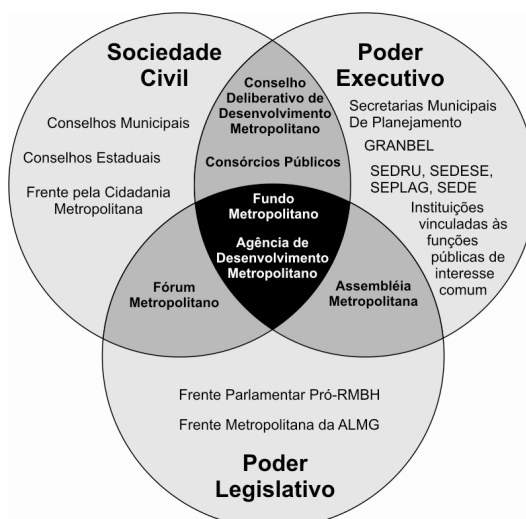


Figura4: Atores Metropolitanos e Dínamos Sociais na RMBH

Esta etapa de Pesquisa Qualitativa visa identificar a percepção desses atores estratégicos metropolitanos sobre o modelo institucional do município. Para tanto deverão ser feitas entrevistas junto ao grupo onde serão avaliados, dentre outros tópicos: a estruturação dos órgãos e entidades municipais efetivamente instalados; as instâncias de Governança formal e efetiva; os planos e orçamentos municipais, planos diretores e instrumentos de política urbana.

Na tentativa de estabelecer respostas para as 4 questões apresentadas acima, assumidas como centrais foi elaborado um primeiro roteiro para o trabalho de campo contendo algumas questões orientadoras:

1) resgatar a compreensão sistêmica do espaço urbano-regional e evidenciar a necessidade da realização de pactos sociais para a sobrevivência da totalidade metropolitana.

A busca de possíveis respostas à questão 1 levou à estruturação de 4 blocos de informação, a saber:

- **BLOCO I**
 - ♦ Busca identificar como um determinado nível de governo vê a sua própria estrutura organizacional e dos demais níveis, como estes níveis se articulam e, sobretudo, as diversas formas de organização social para caracterização de demandas e exercício de controle social.
- **BLOCO II**

- ♦ Como a sociedade civil organizada vê a capacidade do governo de dar respostas às questões metropolitanas?
- ♦ Como o governo exerce esse papel de controle social?
- ♦ Quais dificuldades do governo para cumprir suas funções?
- BLOCO III
 - ♦ Onde estas duas instâncias se encontram?
 - ♦ Quais são estas esferas?
 - ♦ São suficientes?
 - ♦ Têm funcionado?
- BLOCO IV
 - ♦ Quais são as condições necessárias para a efetivação de um pacto metropolitano?

2) pensar instâncias mediadoras e modos de articulação que contribuam para o debate acerca das possibilidades de reais alternativas de gestão e planejamento metropolitano;

- Para que a gestão seja otimizada, como você vê cada uma destas formas de organização colegiada?
- Quais formas têm se colocado como mais eficientes?
- Você conhece ou sugere alguma outra forma de arranjo?
- O que deveria conter uma instância de representação para que fosse efetiva?

3) pensar a ruptura com o padrão localista. Entender quais possibilidades legítimas estariam sendo gestadas nas esferas públicas e nos movimentos sociais, para alterar o padrão localista das políticas públicas e a fragmentação institucional extremada no que concerne ao urbano-regional, de forma a engendrar um arranjo metropolitano favorável à ação articulada.

- Como o tema gestão de recursos financeiros é tratado na pauta das instâncias participativas? (do ponto de vista da sociedade civil)
- Como o governo se organiza para apresentar a gestão de recursos nas instâncias participativas?

4) Há uma escala espacial que abarque o processo de metropolização e de configuração de aglomerações urbanas, ou espacialidades estariam afetas a uma dimensão não capturável por mecanismos e instrumentos convencionais de planejamento e gestão? Qual escala espacial deve nortear o mapeamento e a compreensão do planejamento e a gestão vistos sob o prisma da capacidade institucional? Qual escala de compreensão do território caberia a uma ação política metropolitana verdadeiramente eficaz levando em consideração o controle dos interesses privados e a garantia dos direitos sociais?

- Identificar os arranjos existentes cujos objetivos transcendem os limites municipais.

O seguinte diagrama ilustra como serão alcançados os atores estratégicos metropolitanos e qual será a ferramenta para coleta de dados:

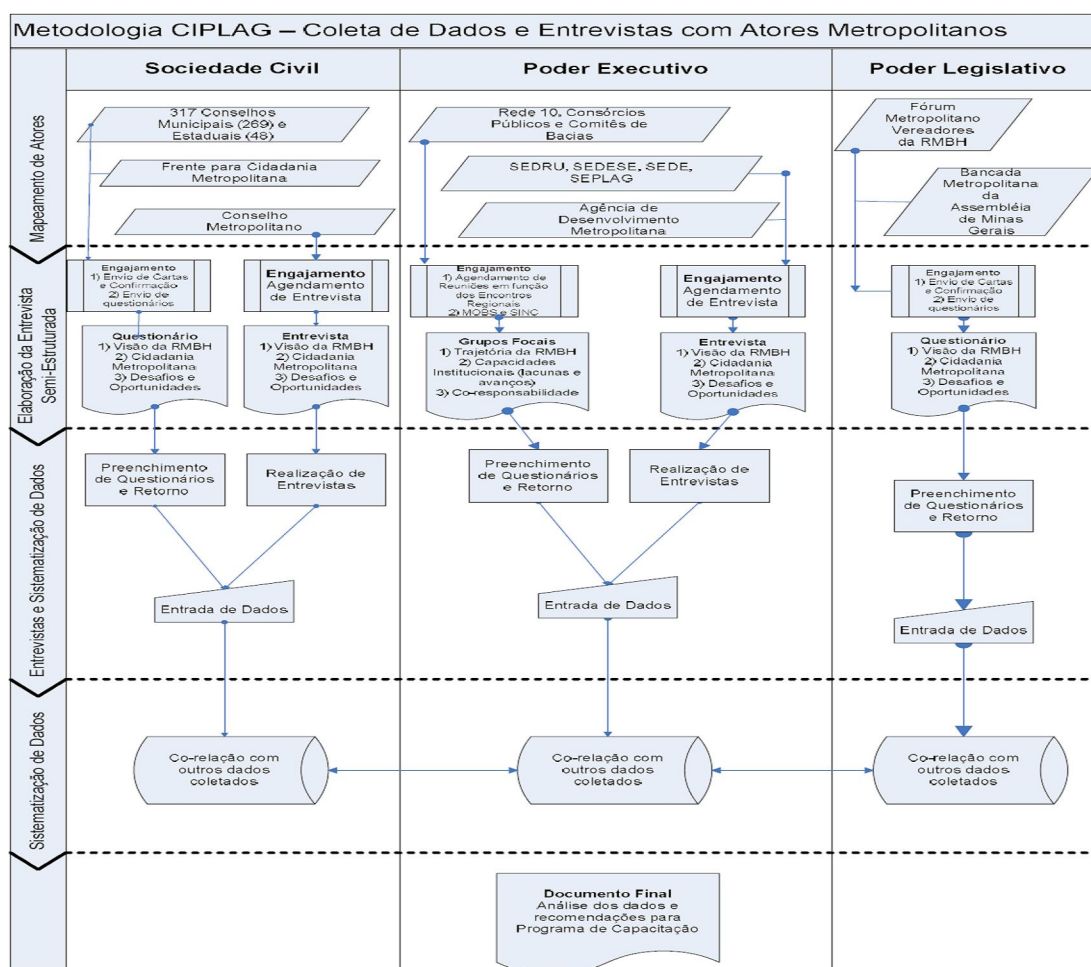


Figura 5: Metodologia de Coleta de Dados e Entrevistas com Atores Metropolitanos

Em função da Macro Etapa II, a **Macro Etapa III** tem como objetivo aprofundar-se no acompanhamento da realidade institucional visando a elaboração de um programa metropolitano de capacitação institucional de gestão e planejamento, tendo como fundamento o pressuposto geral de elaboração do PDDI, que é pensá-lo como processo.

7.3.3 Justificativa da Abordagem Metodológica

Uma parte substancial da população urbana no mundo habita hoje as metrópoles produzindo a cada dia novos arranjos territoriais e novas espacialidades. Uma metrópole se constitui por suas dimensão e diversidade (social, econômica e cultural) segundo uma dinâmica própria na qual indivíduos, comunidades, instituições e organizações configuram tanto uma *densidade* como uma articulação - de contatos e relações, de limites político-administrativos, mas sobretudo de lógicas da *proximidade* e da *distância*. Nos dias de hoje as metrópoles são – a ritmos muito distintos de caso para caso - espacialidades que contem múltiplas centralidades, colocando em causa a eficiência de soluções de regulação e governança exclusivamente baseadas numa visão centralista, estatizante e espacialmente rígida. Por isso, tornou-se fundamental discutir democrática e ampliadamente as formas de regulação e de governança das regiões metropolitanas num novo patamar que ultrapasse definitivamente o debate sobre a eficácia e a eficiência que demarcava o planejamento funcionalista da cidade.

Nessa direção, o mapeamento da capacitação para gestão democrática e planejamento participativo sustenta-se na perspectiva de que cidadania metropolitana brota do cruzamento entre a questão espacial urbana e o espaço de reflexão e participação política. Isso implica em pensar as novas formas de emancipar a cidadania metropolitana – ponto culminante e função chave da governança metropolitana - que podem ser desenvolvidas nestes territórios - as espaço-temporalidades das atuais regiões metropolitanas que cada vez mais extravasam os limites geográficos das áreas administrativas como *práticas espaciais*, isto é, modos de apropriação coletiva do espaço. Trata-se, do ponto de vista da educação política, de pensar a superação da fragmentação das realidades metropolitanas:

- a) Por meio de uma *geometria institucional* inovadora em que *novas práticas institucionais* devem dar sentido a uma também nova escala de identificação coletiva,

atentas a práticas sociais existentes, tornando possível uma *consciência metropolitana* enraizada no cotidiano das pessoas.

- b) Assumindo a meta de uma prática educativa fomentadora de novos comportamentos; uma prática educativa que se volte à difusão de novas práticas e políticas urbanas, que discuta a colaboração, a solidariedade, as redes sociais e os espaços para construção de consenso.

A riqueza e a complexidade das realidades metropolitanas terão, necessariamente, de se ver naquelas práticas institucionais desenvolvidas com o propósito de dar sentido à comunidade metropolitana imaginada, reduzindo disparidades infra-estruturais, níveis de injustiça social, combatendo a desigualdade sócio-espacial que é também tendência de fragmentação das identidades sociais. Tais políticas virão consolidar uma prática que, ao final, é prática da governança metropolitana apoiada numa pedagogia para a cidadania, e, se pensamos em termos de Brasil, não deverão ter outros alvos que não a transformação social, a promoção de equidade social, ou seja, a inversão de prioridades. Portanto, parte essencial para a consolidação da governança democrática colaborativa, a cooperação colegiada, é estratégia para conferir poder, mobilizar e favorecer a otimização do aporte de recursos da sociedade. Cooperação é tanto dinâmica social quanto condição da construção de relações mais paritárias de interação de atores e, como resultado, opera para conformar novas identidades políticas plurais.

Ora, dada essa conjuntura, é bem vinda a nova relação que começa a se estabelecer entre o estado e os processos de produção do espaço, pois que dará conta de compreender comportamentos e novas configurações de valores com vistas à participação ampliada de diversos tipos de atores sociais em processos de tomada de decisão, além de lidar com as centralidades móveis que se criam, com centros geradores de fluxos, e novas formas de comércio e de serviços.

Do ponto de vista da dinâmica urbana, se entendemos a democracia como gramática e organização da sociedade e da relação entre sociedade e estado, construir diálogos e colaborar inter-institucionalmente é algo transformador dos modos de apropriação e de organização física do espaço. Portanto, a inovação também é requerida para a formulação de políticas urbanas metropolitanas e de seus instrumentos.

Neste sentido, os órgãos colegiados enquanto canais democráticos de participação e representatividade concebem a democracia não só como um processo de inclusão política em termo restrito. Participar não significa apenas estar presente, mas estar relacionado à tomada

de decisões e à igualdade de poder na determinação das conseqüências de tais decisões (PATERMAN, 1992). A noção de cidadania apresentada por Dagnino (1994), não reivindica somente o acesso e a inclusão ao sistema político, requerer o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, unindo cultura e política. Neste âmbito também, a participação real é favorecida na medida em que nele são tratadas as questões concernentes às necessidades cotidianas dos indivíduos (GOHN, 2001). Em síntese, a vida quotidiana do cidadão que mora em uma região conurbada, já vivencia de fato, a dinâmica metropolitana, por meio dos seus movimentos pendulares e, portanto, deve ter a oportunidade de exercer voz e cidadania para orientar as ações intervencionistas do Estado.

É neste sentido que a justifica-se a abordagem metodológica para mapear a capacidade de gestão e planejamento, visando alcançar uma governança metropolitana colaborativa. Esta abordagem nos permite:

- 1) Mapear as potencialidades e desafios das práticas institucionais metropolitanas colaborativas;
- 2) Identificar a densidade dos arranjos colegiados e seus múltiplos protagonistas municipais, estaduais e regionais/metropolitanos;
- 3) Cruzar o tempo longo das soluções institucionais estáveis com o tempo mais curto da implementação do PDDI;
- 4) Conciliar intervenções centralizadas com ações ascendentes, de baixo para cima, aprofundando a democracia e reconhecendo os sujeitos coletivos enquanto agentes de transformação.

Comprovadamente, nos dias de hoje, a consideração da questão sócio-política existente por trás da participação tem contribuído para delinear boas propostas de governança: a maior parte das experiências participativas bem sucedidas na América Latina demonstrou a capacidade de atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo, descortinando possibilidades de um protagonismo em políticas públicas de novo tipo e de reformas sociais.

As parcerias para a governança, celebradas entre instituições, ou entre instituições e sociedade, constroem-se do ponto de vista das competências e capacidades a emancipar a *cidadania metropolitana*, tanto individualmente (percepção da responsabilidade individual) como em parceria (consciência das necessidades coletivas e vigor dos movimentos de organização em conjunto); mas também pelas novas fronteiras que a escala metropolitana abre ao exercício da democracia e da cidadania, buscando novas soluções e formas de

governança e de regulação que dificilmente se esgotam numa resposta político-administrativa global e com uma delimitação geográfica rígida do ponto de vista do território de intervenção. Esta abordagem busca na escala regional, melhores possibilidades de democratizar as relações de poder e, conseqüentemente, criar condições para a efetivação da gestão democrática do território. Trata-se, mais uma vez, da construção do comum – de instrumentos comunitários que se consolidam e estendem em redes, ainda que provisoriamente.

7.3.3.1 Relação com as Áreas Temáticas Estruturantes

Torna-se fundamental incorporar a transversalidade dentro dos processos metodológicos de coleta de dados, análise e elaboração do PDDI. Considerando o objetivo central do PDDI de propor uma (re)estruturação territorial metropolitana, o diagnóstico aqui proposto precisará ser cruzado e analisado em função das dinâmicas mapeadas pelas cinco áreas mais estruturantes do Plano⁵. Embora, a capacidade institucional pode ser tratada como um tema específico, as conseqüências da capacidade institucional dos atores sociais e institucionais metropolitanos aplicam-se diretamente na habilidade de incorporar e/ou executar as diretrizes do PDDI elaboradas pelas áreas temáticas estruturantes. Em outras palavras, os resultados da pesquisa primária e secundárias serão os meios para alcançar uma convergência entre as propostas das outras equipes temáticas do PDDI e sua real aplicabilidade pelos atores metropolitanos. A natureza temática deste levantamento coloca-o antes como *área meio* que *área fim* na elaboração do plano.

7.3.4 Desenvolvimento de Indicadores de Gestão e Planejamento

As transformações institucionais derivadas do processo de descentralização política foram acompanhadas por um processo variado de constituição dos Órgãos Colegiados. Eles

5 1) Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas; 2) Mobilidade urbana, comunicações, transportes e sistema viário; 3) Saúde, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento; 4) Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas; e 5) Complexos ambientais culturais.

têm sido criados por iniciativas de várias instâncias governamentais para atenderem às prerrogativas institucionais e se enquadrarem dentro de um modelo de gestão participativa.

Apesar de ter sido concedido certo poder e autonomia aos municípios, eles ainda se deparam com restrições financeiras, fiscais e tributárias que inviabilizam seus projetos (BRAGA, 2001, p. 323). Os direitos foram garantidos, mas a legislação é ainda mais avançada do que a capacidade do Estado para implementá-la. Há limites para os mecanismos de tomada de decisão e para a eficiência operacional dos órgãos estaduais e municipais com um impacto nos espaços de gestão compartilhada; tal estado da coisa transparece na análise dos Órgãos Colegiados.

Instituídos como instâncias de participação, verifica-se na prática que os Órgãos Colegiados enfrentam dificuldades no acompanhamento e controle das ações direcionadas a suas respectivas políticas públicas. As causas variam desde a baixa capacitação técnica, falta de infra-estrutura, pouco envolvimento e disponibilidade dos membros, embates de interesses, insuficiência de apoio dos órgãos governamentais, até o desconhecimento a respeito do seu papel e competência.

Sabendo das fragilidades destes espaços legítimos de participação desenvolveu-se uma série de indicadores para medir:

- a. O potencial de inserção das discussões metropolitanas nas pautas dos órgãos colegiados (conselhos municipais, estaduais e arranjos sub-regionais e/ou metropolitanos);
- b. O potencial de emancipar a cidadania metropolitana por meio destes órgãos colegiados;
- c. O potencial de integração e/ou atuação compartilhada entre os órgãos colegiados, principalmente em função das dinâmicas mapeadas pelas Áreas Temáticas Estruturantes e dos Eixos Temáticos Integradores do PDDI.

A seguinte tabela apresenta as 3 categorias de indicadores de gestão compartilhada dos órgãos colegiados para a governança metropolitana:

Tabela 4: Categorias de Indicadores de Gestão Compartilhada dos Órgãos Colegiados

Temáticas	Categorias de Indicadores	Classes de Indicadores
A questão Metropolitana no Município	<ul style="list-style-type: none"> Atuação metropolitana do órgão colegiado 	<ul style="list-style-type: none"> Permeabilidade do tema Prioridade dado ao tema
As articulações inter-institucionais e/ou intermunicipais do órgão colegiado	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade externa de Cooperação interinstitucional e/ou Intersetorial 	<ul style="list-style-type: none"> Densidade inter-territorial Densidade intra-territorial Trajetória de Colaboração (formal ou informal)
Avaliação dos limites de atuação	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade Interna de Gestão, Planejamento e Execução 	<ul style="list-style-type: none"> Representatividade Efetividade Sustentabilidade Orçamentária Legitimidade

O diagnóstico apresentado nas seções seguintes do documento limita-se à pesquisa e levantamento de dados secundários. Portanto, os resultados do presente diagnóstico identificam espacialmente apenas a densidade inter e intra-territorial dos órgãos colegiados em relação aos eixos temáticos integradores do PDDI. A análise qualitativa da capacidade interna de gestão e planejamento dos mesmos será realizada durante a Macro Etapa II por meio da pesquisa de campo e via consultas com os atores relevantes. É subentendido que a densidade inter e intra-territorial dos órgãos colegiados é só uma dimensão entre tantas outras para mapear o potencial da articulação interinstitucional e/ou regional e, conseqüentemente, agir como estímulo para emancipar a cidadania metropolitana.

Entre as outras dimensões podemos constatar a estruturação do espaço metropolitano que resulta da confluência de forças diferenciadas derivadas da influência também do processo de globalização. Esta dinâmica comporta múltiplos interesses envolvendo demandas referentes às políticas públicas e de carências no âmbito social (KORNIN; MOURA, 2004). A incorporação destas variáveis poderia ajudar em identificar os conflitos de interesses e disputas entre os vários atores/agentes envolvidos (poder público, empresas, sociedade civil), revelando jogos escalares que complexificam as análises. Ainda nesta etapa do trabalho, contudo, não foi possível abordar o diagnóstico desta forma.

7.4 Diagnóstico

O diagnóstico elaborado sobre Capacidade Institucional de Planejamento e Gestão está fundamentado nos quatro eixos temáticos integradores. O diagnóstico introduz uma descrição detalhada dos órgãos colegiados levantados incluindo Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, Consórcios Públicos e Arranjos Sub-Regionais. No final desta seção será apresentado um quadro com a síntese dos órgãos vinculados a cada um dos ETs. As próximas quatro seções do diagnóstico quantificam e qualificam os órgãos colegiados para cada um dos eixos e mapeiam os dados de forma territorial. Por fim, com base nesse mapeamento será realizada uma análise das potencialidades e desafios da gestão democrática para desenvolver ações relacionadas a cada um dos eixos temáticos integradores.

A democracia participativa tem se consolidado, apesar dos entraves, como forma de aproximação entre a sociedade civil e o Estado, constituindo um espaço que possibilita ao cidadão manifestar suas demandas além de criar condições para o controle social e fiscalização das ações governamentais. As recentes reformas administrativas do aparato público institucionalizaram alguns importantes espaços de participação da sociedade nas ações governamentais, como os conselhos de políticas públicas, o orçamento participativo, os modelos de contratualização entre Estado e sociedade civil e até mesmo as ouvidorias (MORAES, 2009). No âmbito da RMBH, esse movimento teve como resultado a institucionalização de um órgão colegiado metropolitano com caráter deliberativo. Os órgãos colegiados de políticas públicas têm se mostrado como importantes instâncias de deliberação, representando uma inovação no cenário político brasileiro, seja em seu potencial como indutor da emancipação da cidadania, seja pelo fato de que possibilita o atendimento das demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e pluralista.

A institucionalidade dos órgãos colegiados de políticas públicas ganha força a partir do momento em que se incorporam como um instrumento essencial no novo desenho de execução das políticas sociais com pilares na gestão descentralizada – reforçando o pacto federativo – e participativa – compartilhamento das decisões do governo com a sociedade.

Tomando por base a importância do papel dos órgãos colegiados enquanto arranjos cruciais na emancipação da cidadania e estreitamento da relação governo/sociedade civil, o levantamento dos agentes e arranjos existentes na RMBH, priorizou os seguintes arranjos:

- a) Sistema Mineiro de Planejamento e Gestão para Regiões Metropolitanas
- b) Conselhos Estaduais

- c) Conselhos Municipais;
- d) Consórcios e arranjos sub-regionais a que pertencem os municípios da RMBH;
- e) Comitês de bacias hidrográficas;
- f) Canais e experiências de participação de atores não governamentais em ações de administração local; Atores estratégicos metropolitanos pertencentes à sociedade civil, a que denominamos dínamos sociais.

A. Sistema Mineiro de Planejamento e Gestão para Regiões Metropolitanas. O arranjo metropolitano foi tratado com detalhes no Marco Teórico-Conceitual desse relatório.

B. Os Conselhos Estaduais têm se apresentado como espaços nos quais representantes da sociedade e do Estado podem deliberar, formular, fiscalizar ou serem consultados a respeito das políticas públicas para áreas específicas. Em Minas Gerais, atualmente, existem 48 Conselhos Estaduais vinculados a dezesseis Secretarias de Estado e à Governadoria, conforme Lei Delegada nº. 112/2007. Portanto, grande parte das políticas públicas implementadas pelo Governo Estadual tramita por essas instâncias, tanto sob a forma de deliberação quanto de consulta. Destes, 43 prevêem, em suas leis de criação, a participação da sociedade civil.

O Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS) em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), desenvolve desde 2008, por meio do Instituto de Governança Social (IGS), um trabalho focado no fortalecimento dos conselhos estaduais de políticas públicas de Minas Gerais. As ações que têm sido desenvolvidas no âmbito desse projeto são as seguintes: a) realização de encontros de capacitação com os representantes governamentais dos conselhos; b) elaboração de planos de comunicação para vinte e quatro conselhos, com objetivo de traçar diretrizes estratégicas de comunicação, visando maior mobilização social; c) criação de sítios eletrônicos para os conselhos, de modo a ampliar a visibilidade através da Internet contribuindo para potencializar o alcance das políticas; d) criação e desenvolvimento do Portal Conselhos MG, que visa facilitar a integração e o acesso a todos os conselhos e ser uma referência de informações para este público e para a sociedade em geral; e) desenvolvimento de uma rede social, a Intranet Conselhos MG, voltada para conselheiros e outros públicos relacionados, que objetiva agilizar a comunicação nos conselhos, além de fomentar integração entre essas

instâncias com interesses afins; e f) realização de Encontros Intersetoriais, que reúnem conselhos, representantes do governo e sociedade civil para se debater a governança social⁶.

A partir das informações disponíveis no Portal dos Conselhos MG e no Portal da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi elaborado um quadro com os 48 conselhos estaduais. O quadro traz uma análise qualitativa das legislações dos conselhos avaliando seu potencial em três aspectos: 1. articulação no nível intergovernamental, entre esferas de governo; e intersetorial, entre os diversos conselhos e políticas; 2. emancipação de uma cultura regional, calcada na descentralização em comissões ou arranjos sub-regionais; e 3. atuação como agente de emancipação da cidadania, fomentando a participação da sociedade civil na deliberação, consulta ou controle social das políticas públicas.

C. Conselhos Municipais. No Brasil, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade, trouxeram avanços significativos por meio da institucionalização de formas mais democráticas de gestão e planejamento urbanos. Os avanços das esferas de participação e organização da sociedade civil junto à gestão pública têm ampliado e proporcionado uma contribuição para um desenvolvimento das cidades mais próximo das necessidades dos seus moradores, inaugurando um marco renovador nas práticas de planejamento e gestão locais, na medida em que recomenda a participação da população e de associações representativas de interesses coletivos.

Desta forma, entende-se que os conselhos municipais funcionam como um instrumento importante para garantir o envolvimento da sociedade nas ações que impactam sobre o espaço metropolitano. Ao mesmo tempo, representam uma experiência no sentido de consolidar uma gestão metropolitana cada vez mais democrática, permitindo que os diversos interesses da comunidade pelos problemas e pelo espaço da metrópole possam ser compartilhados nos níveis de decisão do planejamento metropolitano.

O levantamento dos conselhos municipais foi realizado através dos websites das prefeituras dos municípios da RMBH; das publicações dos diários oficiais dos municípios disponibilizados na rede; de contatos institucionais com Conselhos Estaduais, Secretarias de Estado e Instituições Federais.

O levantamento teve como resultado uma planilha com 296 conselhos municipais distribuídos pelos 34 municípios com suas respectivas informações de contato. Foram levantados Conselhos Municipais de Transporte; Saúde; Educação; Controle Social de Fundos; Ciência e Tecnologia; Participação Popular; Segurança Pública; Segurança

⁶ DAMIANI, K. P. V. et al. O programa de fortalecimento dos conselhos estaduais de políticas públicas. In: III Congresso Consad de Gestão Pública. Disponível em: www.consad.org.br. Acesso em: 26/05/2010.

Alimentar; Alimentação Escolar; Trabalho e Renda; Desenvolvimento Econômico; Conselhos de Direito (Juventude, Mulher, Idoso, Deficiente Físico, Criança e Adolescente); Conselhos Tutelares; Assistência Social; Antidrogas; Meio Ambiente; Turismo; Saneamento e Recursos Hídricos; Patrimônio Histórico; Habitação e Política Urbana; Cultura; Esporte, dentre outros.

O mapeamento desses conselhos municipais por município oferece a oportunidade de dar visibilidade à densidade dos arranjos colegiados e seus protagonistas municipais na RMBH, como mostra o mapa a seguir.

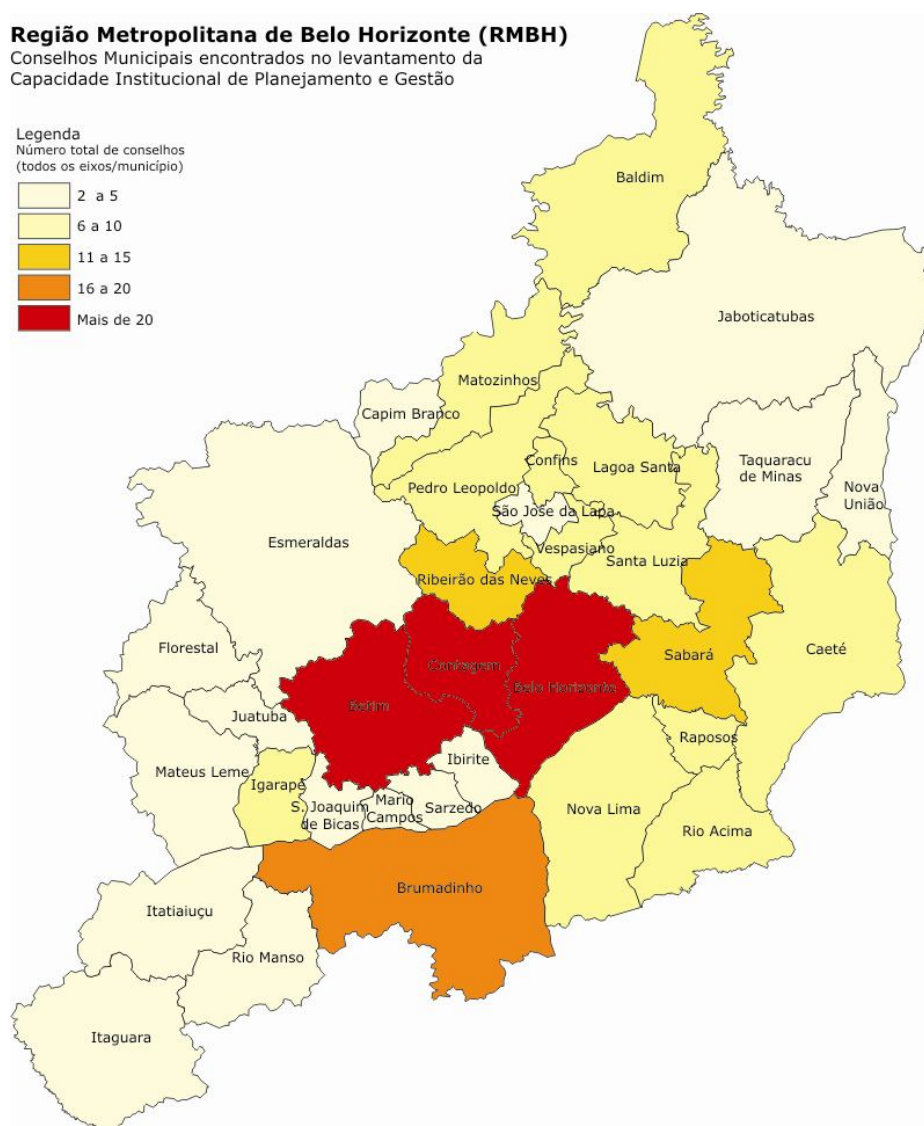


Figura 6: Densidade dos Conselhos Municipais na RMBH

D. Consórcios. Durante os últimos 4 anos (2006-2010), a Região Metropolitana de Belo Horizonte vivenciou um período rico de inovação institucional para avançar na questão metropolitana. De um lado, a criação de novos arranjos institucionais reflete a complexidade

dos desafios postos pela dinâmica social, econômica, urbana e política metropolitana. De outro lado, esta efervescência é uma somatória de vários fatores fomentadores entre os quais podemos listar: 1) a retomada do papel do Estado de Minas Gerais na questão metropolitana (desde 2003 quando se iniciaram as articulações entre a ALMG, o Governo Estadual e a Prefeitura de Belo Horizonte, no bojo das condições políticas favoráveis às mudanças no quadro institucional da RMBH) e a priorização deste tema pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano (SEDRU); 2) o começo da implementação em 2006 de um projeto de cooperação internacional entre o Canadá e Brasil sobre o tema de governança metropolitana e especificamente na implementação de consórcios públicos; e 3) a renovada consciência política alinhada com a relação de forças de soma positiva, acentuada depois das eleições municipais de 2008, entre outros. Um mapeamento preliminar identificou as seguintes iniciativas de consorciamento na RMBH, como mostra o seguinte mapa:

- 1) Consórcio dos Municípios que Integram a Bacia do Ribeirão da Mata – COM10;
- 2) Consórcio Regional de Promoção da Cidadania – Mulheres das Geraís;
- 3) Consórcio no Entorno de Betim;

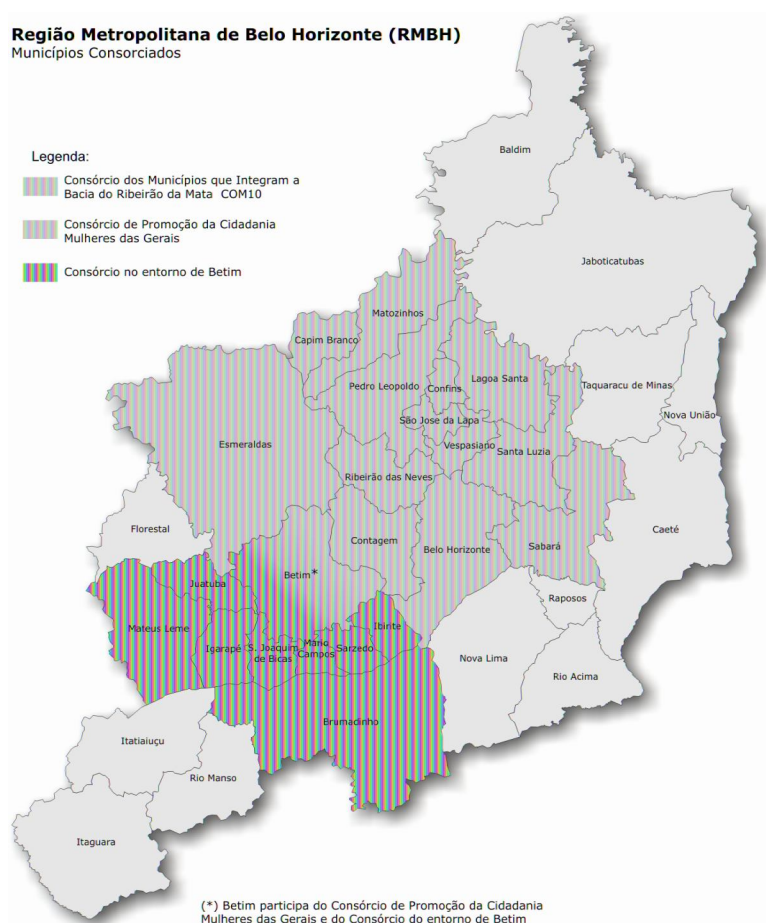


Figura 7: Consórcios Públicos na RMBH (Conforme Lei 11.107/05)

E. Arranjos Sub-Regionais. Os arranjos sub-regionais podem ser definidos como instâncias intermunicipais colegiadas. O trabalho de levantamento apontou a existência, na RMBH, de arranjos sub-regionais tais como redes de câmaras ou conselhos, comissões ou unidades regionais, juntas administrativas colegiadas, união de conselhos municipais e comitês de bacia.

As redes consistem em esforços de descentralização das políticas setoriais em instâncias regionais. As redes de câmaras regionais são formadas a partir da subdivisão da atuação dos conselhos estaduais aos quais elas estão subordinadas. As redes de conselhos municipais são criadas a partir de convênios celebrados entre o Estado e os Municípios, através de Secretaria de Estado. Há ainda as redes que integram instituições governamentais e não-governamentais. Na RMBH, o levantamento encontrou três redes: a Rede de Câmaras Regionais do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (em fase implantação); a Rede Integrada de Conselhos Municipais Antidrogas (RICOMAD); e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

As comissões ou unidades regionais consistem em arranjos descentralizados dos conselhos estaduais e reúnem conselhos municipais de políticas setoriais. Essas instâncias diferem entre si no grau de autonomia que possuem frente aos órgãos colegiados estaduais e Secretarias de Estado. Em geral, possuem regimentos internos próprios. O levantamento apontou a existência desses arranjos integrando órgãos colegiados pertencentes a municípios da RMBH, são: Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS), Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental; e Macro e Microrregiões do Plano Diretor de Regionalização do Sistema Único de Saúde.

Os arranjos denominados “união de conselhos” partem de uma descentralização em nível estadual ou nacional. O levantamento encontrou dois grandes arranjos desse tipo: União Regional de Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS) e a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

As juntas administrativas são órgãos colegiados descentralizados de conselhos estaduais. Um exemplo de conselho estadual subdividido em juntas é o Conselho Estadual de Transito – CETRAN, descentralizado nas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI)

Os Comitês de Bacia foram criados a partir da Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Lei das Águas. As diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, pautadas pela legislação supracitada, reconhecendo a água como um bem de uso comum, de domínio público dotado de valor econômico, assegurando a prioridade para o consumo humano e a

dessedentação de animais, preservando seus múltiplos usos. A estrutura organizativa determinou a criação de novas instituições políticas, dentre elas, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) dotado de competência decisória segundo um modelo de gestão pautada por um viés participativo. A RMBH tem seu recorte territorial subdividido em duas bacias hidrográficas geridas pelo Comitê de Bacia do Rio das Velhas e pelo Comitê de Bacia do Rio Paraopeba, ambos vinculados ao Comitê de Bacia do Rio São Francisco.

F. Outros Atores Metropolitanos Estratégicos. Além dos órgãos do sistema de planejamento metropolitano, conselhos estaduais, conselhos municipais, consórcios e redes regionais, o aparato institucional da RMBH conta também com quatro iniciativas inovadoras constituindo canais e experiências de participação de atores não governamentais junto com o legislativo (nível estadual e municipal) e movimentos sociais, a saber:

Fórum Metropolitano de BH: A proposta do Fórum Metropolitano da RMBH é de servir como espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais metropolitanos existentes. A idéia é promover uma rede de comunicação intermunicipal com a finalidade de criar uma consciência metropolitana, agregar interesses comuns e disponibilizar experiências vividas pelos municípios da RMBH. O objetivo do fórum é, por meio de seminários metropolitanos, elaborar propostas e recomendações a serem encaminhadas aos órgãos institucionais metropolitanos como subsídio para a formatação do Plano de Desenvolvimento Integrado e para outras ações de planejamento e gestão. O público-alvo do fórum inclui: agentes políticos dos municípios que compõem a RMBH; órgãos estaduais envolvidos com a questão metropolitana; órgãos técnicos, de pesquisa e universidades; entidades da sociedade civil; e cidadãos dos municípios da RMBH. As atividades propostas incluem:

- a. Reuniões temáticas para promover debate sobre temas metropolitanos, visando a identificar conflitos e a buscar soluções conjuntas; levantar sugestões e recomendações a serem encaminhadas aos órgãos competentes.
- b. Fórum virtual – promoção de debate virtual, objetivando encaminhamento de questões e sugestões para o evento e obtenção de informações sobre o mesmo.
- c. Rotas metropolitanas – organização de expedições, visando a promover a vivência, a experimentação e a sensibilização para as questões metropolitanas.
- d. Visitas a equipamentos públicos e áreas de relevância metropolitana – programação de visitas, objetivando o reconhecimento da realidade.

Frente Parlamentar Pró-RMBH: A Frente Parlamentar tem como objetivo a mobilização de vereadores da RMBH e do Colar Metropolitano de Belo Horizonte para discutir problemas comuns e a buscar soluções compartilhadas. Além de Belo Horizonte e Contagem, também contam com representantes os municípios de Esmeraldas (Florestal como suplente), Pedro Leopoldo, Confins (Lagoa Santa como suplente) , Caeté (Sabará como suplente) e Itatiaiuçu (Igarapé como suplente).

Frente Metropolitana da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: entre as ações, estão a realização de seminários de Políticas Públicas Setoriais e Governança Metropolitana, visando reforçar a interlocução entre os órgãos públicos da RMBH, a promoção de encontros da Agência Metropolitana com as Comissões Temáticas da Assembléia Legislativa e a construção de uma agenda de trabalho em comum.

Granbel: Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi fundada em 06 fevereiro de 1975, em Betim/MG. Fazem parte da Granbel todos os 34 municípios metropolitanos, na forma de Conselho Deliberativo, constituído pelos Prefeitos Municipais de cada uma das cidades. Sua fundação ocorreu logo após a aprovação da lei estadual que regulamentou a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dando cumprimento à Legislação Federal que agrupou as cidades próximas das capitais brasileiras em função de seus problemas e interesses comuns. Em todas as suas ações a Granbel visa a representação política dos Prefeitos Metropolitanos, servindo para aproximar os governantes municipais, permitir a troca de experiências e a solução de questões fronteiriças com visão voltada para o bem estar de toda a região.

Frente pela Cidadania Metropolitana (FCM): A FCM foi oficialmente lançada durante o 1º Seminário Estruturado do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado no dia 29 de abril de 2010. Conforme a Carta de Lançamento, a Frente “nasce da necessidade de se enfrentar coletivamente os desafios da nova realidade que se apresenta para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (...) a partir das perspectivas deste Nov cenário, os problemas que eram tratados de forma isolada e particular por cada município, devem ser refletidos e compartilhados por todos (...) e com a construção coletiva desta nova concepção política e cidadã, atuaremos para que o PDDI possa efetivamente representar a população de toda a RMBH. A Frente tem como objetivo estudar, compartilhar, e debater as questões metropolitanas, além de propor e acompanhar a implementação das políticas públicas na RMBH, com a participação de diversos segmentos da sociedade civil visando à redução da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais.

O quadro abaixo sintetiza e ao mesmo tempo apresenta a classificação dos arranjos mapeados em função da sua vinculação com os quatro eixos temáticos integradores do PDDI. As seções seguintes do Diagnóstico, vão apresentar o levantamento dos órgãos colegiados municipais, estaduais, sub-regionais, além de mapas ilustrando a sua espacialização no território metropolitano bem como uma análise das potencialidades e desafios perante a aplicabilidade dos programas contemplados pelos eixos temáticos integradores.

Tabela 5: Classificação dos Órgãos Colegiados e Arranjos Sub-Regionais por Eixo Temático Integrador

Eixos	Alinhamento de Políticas Públicas	Conselhos Municipais Diretamente Relacionados	Conselhos Estaduais Diretamente Relacionados	Instituições e Redes Regionais/Metropolitanas
Acessibilidade	Mobilidade & Transporte Saúde Educação Inf. & Tecnologia Participação Popular	Conselhos de Transporte Conselhos de Saúde Conselhos de Educação Conselhos de Controle Social dos Fundos de Educação Básica Conselhos de Ciência e Tecnologia Conselhos de Participação Popular	Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia Conselho de Coordenação Cartográfica Cons. Est. de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB Conselho Estadual de Educação Conselho Estadual de Saúde Cons. de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano	Rede 10 Macro e Microrregiões do Plano Diretor de Regionalização do Sistema Único de Saúde
Segurança	Segurança Pública Segurança Alimentar Assistência Social Populações de Risco Emprego e Desenv. Econômico	Conselhos de Segurança Pública Conselhos de Segurança Alimentar Conselhos de Alimentação Escolar Conselhos de Trabalho e Renda Conselhos de Des. Econômico Conselhos de Direito (Juventude, Mulher, Idoso, Deficiente Físico, Criança e Adolescente) Conselhos Tutelares Conselhos de Assistência Social Conselhos Antidrogas	Conselho de Criminologia e Política Criminal Conselho Estadual de Trânsito Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais Conselho Estadual de Cooperativismo Conselho Integrado de Desenvolvimento Conselho Estadual da Mulher Conselho Estadual de Assistência Social Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos Conselho Estadual de Economia Popular Solidária Conselho Estadual de Particip. e Integr. da Comunidade Negra Conselho Estadual do Idoso Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda Conselho Estadual da Criança e do Adolescente Conselho Estadual de Alimentação Escolar Conselho Estadual Antidrogas Conselho Estadual da Juventude Conselho de Defesa Social Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	Consórcio Mulheres das Gerais (Prevenção a Violência Doméstica), Rede 10 Rede Integrada de Conselhos Municipais Antidrogas – RICOMAD Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSANS Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (Conselho Estadual de Trânsito) União de Conselhos Municipais de Assistência Social - URCMAS
Sustentabilidade	Meio Ambiente Recursos Hídricos Turismo	Conselhos de Meio Ambiente Conselhos de Turismo Conselho de Saneamento e Recursos Hídricos	Conselho Diretor das Ações de Manejo dos Solos Conselho Estadual de Desenv. Rural Sustentável Conselho Estadual de Política Agrícola Conselho Estadual de Energia Conselho Estadual de Geologia e Mineração Conselho Estadual de Política Ambiental Conselho Estadual de Recursos Hídricos Conselho Estadual de Turismo	Comitês de Bacia (CBH-Velhas e CBH-Parsopoba) Consórcio do Entorno de Betim (Resíduos Sólidos) COM 10 Rede 10 Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental
Urbanidade	Preservação do Patrimônio Público Habitação Política Urbana Cultura Esportes	Conselhos de Patrimônio Histórico Conselhos de Habitação e Política Urbana Conselhos de Cultura Conselhos de Esporte	Conselho Estadual de Cultura Conselho Estadual de Patrimônio Cultural Conselho Estadual do Desenv. Regional e Política Urbana Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano Conselho Estadual de Desportos	Rede 10 Rede de Câmaras Regionais do Conselho Estadual de Desenv. Regional e Política Urbana (em fase implantação)

7.4.1 Eixo Temático Integrador: “Acessibilidade”

7.4.1.1 Tabelas Síntese dos Órgãos Colegiados Vinculados ao Eixo Temático

Tabela 6: Levantamento dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Acessibilidade"

Conselhos Municipais Vinculados ao Eixo "Acessibilidade": Município e Tipo de Conselho								
No	Nome dos Municípios	Saúde	Controle Social do Fundo de Ed. Básica	Educação	Mobilidade e/ou Transportes	Ciência e Tecnologia	Participação Política*	Total Por Município
1	Baldim	1	0	1	0	0	0	2
2	Belo Horizonte	1	1	1	1	0	10	14
3	Betim	1	1	1	0	1	2	6
4	Brumadinho	1	1	1	0	0	1	4
5	Caeté	1	1	0	0	0	0	2
6	Capim Branco	1	0	0	0	0	0	1
7	Confins	1	0	0	0	0	0	1
8	Contagem	1	1	1	1	0	1	5
9	Esmeraldas	1	0	0	0	0	0	1
10	Florestal	1	0	0	0	0	0	1
11	Ibirité	1	0	0	0	0	0	1
12	Igarapé	1	1	0	0	0	1	3
13	Itaguara	1	0	0	0	0	0	1
14	Itatiaiuçu	1	0	0	0	0	0	1
15	Jaboticatubas	1	0	0	0	0	0	1
16	Juatuba	1	0	0	0	0	0	1
17	Lagoa Santa	1	1	0	0	0	0	2
18	Mario Campos	1	0	0	0	0	0	1
19	Mateus Leme	1	0	0	0	0	0	1
20	Matozinhos	1	0	0	0	0	0	1
21	Nova Lima	1	0	0	0	0	0	1
22	Nova União	1	0	0	0	0	0	1
23	Pedro Leopoldo	1	0	1	0	0	0	2
24	Raposos	1	0	0	0	0	0	1
25	Ribeirão das Neves	1	0	0	0	0	0	1

26	Rio Acima	1	1	0	0	0	0	2
27	Rio Manso	1	0	0	0	0	0	1
28	Sabará	1	0	0	0	0	0	1
29	Santa Luzia	1	0	0	0	0	0	1
30	São Joaquim de Bicas	1	0	0	0	0	0	1
31	São José da Lapa	1	0	0	0	0	0	1
32	Sarzedo	1	0	0	0	0	0	1
33	Taquaraçu de Minas	1	0	0	0	0	0	1
34	Vespasiano	1	0	0	0	0	0	1
Total Por Tipo de Conselho		34	8	6	2	1	15	66

Tabela 7: Levantamento de Conselhos Estaduais vinculados ao Eixo "Acessibilidade"

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo/ Soc. Civil				2008	2009	
CONECIT	Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (1982)	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)	12	8	Propositivo Consultivo Deliberativo		4	2	O CONECIT tem por finalidade estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a reestruturação da capacidade técnico-científica das instituições de pesquisa no Estado, em conformidade com os Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado e contemplados nos programas dos Planos Plurianuais de Ação Governamental. A norma regente do Conselho apresenta em suas competências uma extensa gama de possibilidades de articulação com empresas, institutos de pesquisa públicos e privados, estabelecendo mecanismos de intercâmbio e cooperação em nível de governo, nacional ou internacional, no campo da ciência e tecnologia. A escala regional é contemplada de forma indireta, relegada às diretrizes e metas dos PMDI's e PPAG's.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo/ Soc. Civil				2008	2009	
CONCAR	Conselho de Coordenação Cartográfica (1992)	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)	29	4	Consultivo		N.E.	3	Partindo do conjunto de competências do CONCAR, a presente análise selecionou as seguintes: “coordenar a implantação de medidas que visem ao desenvolvimento do mapeamento sistemático do território do Estado, em articulação com órgãos federais normativos e executores da cartografia nacional”; “propor a criação de comissões regionais, setoriais e locais, destinadas ao desenvolvimento de idéias e processos inovadores para a gestão do setor cartográfico estadual”; e “manter permanente intercâmbio e colaboração com órgãos congêneres federais e municipais”. Nesse sentido, o CONCAR se constitui como agente dotado de um potencial articulador em múltiplas escalas e níveis de governo – considerando a elevada capacidade técnica que demanda –, podendo desempenhar um papel importante na emancipação de uma cultura regional.
	Conselho Estadual Acompanhamen to e Controle Social do FUNDEB (2007)	Secretaria de Estado de Educação (SEE)	5	7	Fiscalizador	Fundo de Manutenção e Desenvolvi mento da Educação Básica	11	2	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Minas Gerais (CONSFUNDEB-MG), criado pelo Decreto 44.513, de 10 de maio de 2007, é um órgão colegiado, fiscalizador, representativo do Estado, constituído de representantes dos seus diversos segmentos, destinado ao acompanhamento e ao controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. A atuação desse conselho é motivada por uma atuação importante do ponto de vista da emancipação da cidadania e controle social dos gastos públicos.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição	Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo/ Soc. Civil			2008	2009	
CEE	Conselho Estadual De Educação (1986)	Secretaria de Estado de Educação (SEE)	(24)	Normativo Consultivo Delibertaivo	Não especificado	N.E.	N.E.	Regido por um marco regulatório constituído por uma combinação de normas federais e estaduais e, estabelecendo ligação direta com os Conselhos Municipais, o Conselho Estadual de Educação apresenta grande potencial de articulação no plano intergovernamental. Dentre as competências do CEE, podem ser destacadas: aprovar planos e projetos de aplicação de recursos para a educação, apresentados pela Secretaria de Estado da Educação e pelo órgão municipal correspondente; manter intercâmbio com órgãos e entidades em matéria de interesse da educação; e delegar competência a Conselho Municipal de Educação (DECRETO Nº 35.503 de 30/03/1994). Outro ponto importante desse conselho está associado às competências que acenam para as iniciativas de intercâmbio com órgãos e entidades.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo/ Soc. Civil				2008	2009	
CES	Conselho Estadual de Saúde (1990)	Secretaria de Estado de Saúde (SESMG)	26	26	Deliberativo Fiscalizador	Fundo Nacional - SUS	N.E.	7	O Sistema Único de Saúde (SUS), do ponto de vista institucional, tem apresentado avanços significativos do ponto de vista da descentralização em órgãos colegiados regionais e do controle social. As competências contidas no Regimento Interno do CESMG, aprovado em 1995, ratificam a envergadura do Conselho no toante à atuação articuladora, com plenas atribuições para desempenhar um papel fundamental na emancipação de uma cultura colaborativa de âmbito regional. Sua atuação é transescalar visando a “integração, hierarquização, regionalização, municipalização e distribuição dos serviços de saúde, instituindo-se um sistema de referência e contra referência, com eficiência e eficácia, conforme as características produtivas ecológicas e epidemiológica de cada região e município”. A legislação que rege o CES-MG também destaca a importância da colaboração co-responsável e fomenta a participação popular coroando o potencial desse arranjo em todos os aspectos priorizados pela presente análise.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição	Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo/ Soc. Civil			2008	2009	
CT	Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano (1996)	Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP)	N. E	Deliberativo Normativo e Consultivo		N.E.	N.E.	O Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano foi instituído pela lei n.º 12.351 de 18 de novembro de 1996. Os campos de atuação desse conselho – mobilidade e acessibilidade – são estratégicos para a construção de um ambiente interinstitucional colaborativo no tocante às decisões quanto à política de transportes. Além disso, o transporte intermunicipal na RMBH tem apresentado problemas de diversas ordens (fragmentação das linhas, custos repassados ao passageiro, leque restrito de opções de transporte coletivo, dentre outros) que impactam negativamente e de forma direta o cotidiano da população metropolitana. Suas escalas de atuação – intermunicipal e metropolitana – ressaltam a importância desse conselho como agente articulador dotado de grande potencial. Contudo, a composição do conselho poderia admitir uma participação mais ampliada da sociedade civil de modo a assegurar um exercício participativo mais representativo e diversificado.

Tabela 8: Levantamento dos Arranjos Sub-Regionais vinculados ao Eixo "Acessibilidade"

Plano Diretor de Regionalização do Sistema Único de Saúde					
Macro e Microrregiões que incluem municípios da RMBH					
CENTRO (BELO HORIZONTE/SETE LAGOAS)					OESTE (DIVINOPOLIS)
BH/ Nova Lima/ Caeté	Betim	Contagem	Sete Lagoas	Vespasiano	Itaúna
BELO HORIZONTE	BETIM	CONTAGEM	BALDIM	CONFINES	ITAGUARA
CAETÉ	BRUMADINHO	IBIRITÉ	CAPIM BRANCO	LAGOA SANTA	ITATIAIUÇU
JABOTICATUBAS	ESMERALDAS	SARZEDO		MATOZINHOS	
NOVA LIMA	FLORESTAL			PEDRO LEOPOLDO	
NOVA UNIÃO	IGARAPÉ			SÃO JOSÉ DA LAPA	
RAPOSOS	JUATUBA			VESPASIANO	
RIBEIRÃO DAS NEVES	MÁRIO CAMPOS				
RIO ACIMA	MATEUS LEME				
SABARÁ	RIO MANSO				
SANTA LUZIA	SÃO JOAQUIM DE BICAS				
TAQUARAÇU DE MINAS					

7.4.1.2 Espacialização dos Dados

7.4.1.2.1 Mapa dos Conselhos Municipais

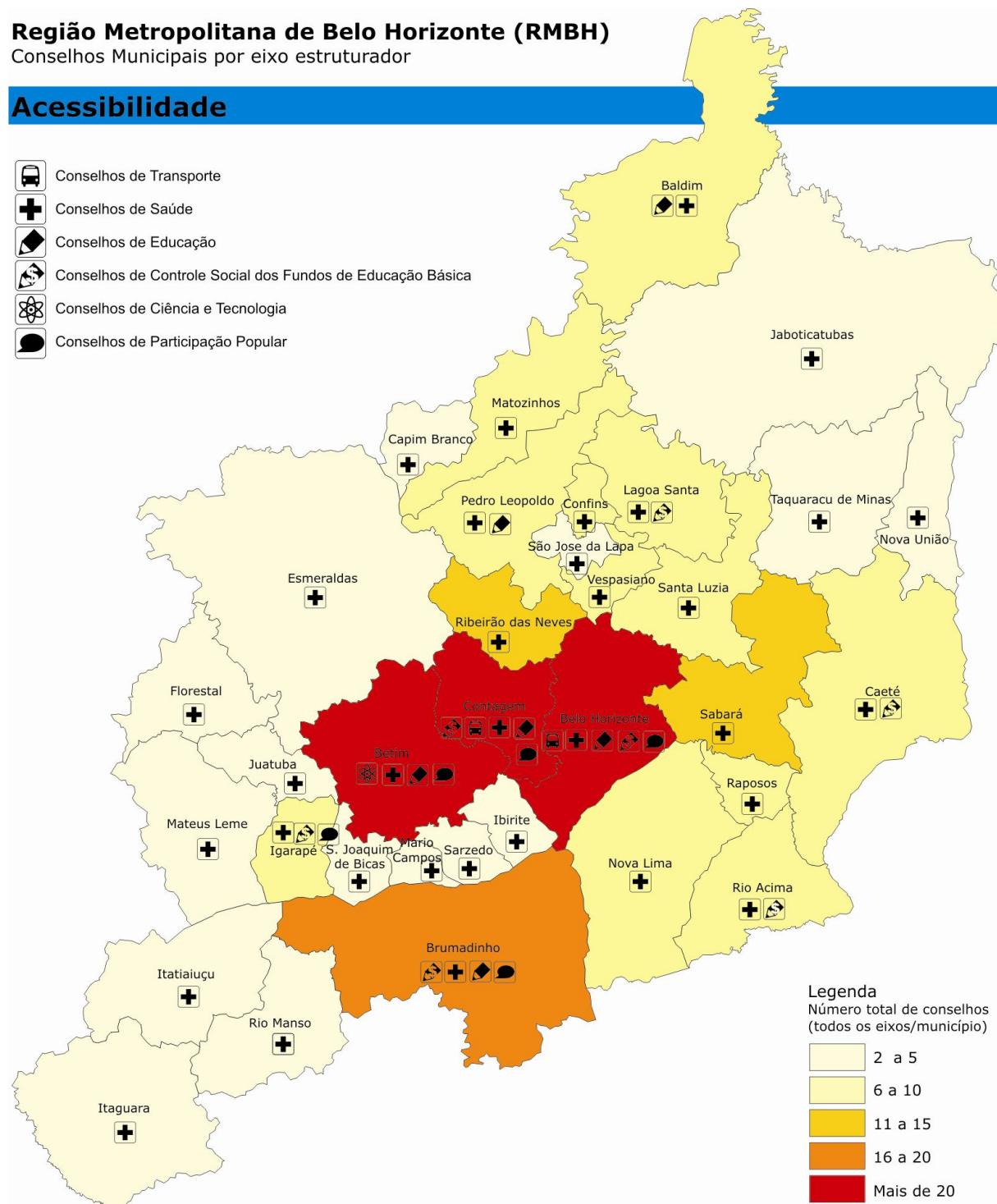


Figura 8: Cobertura Territorial dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Acessibilidade"

7.4.1.2.2 Mapa dos Arranjos Regionais

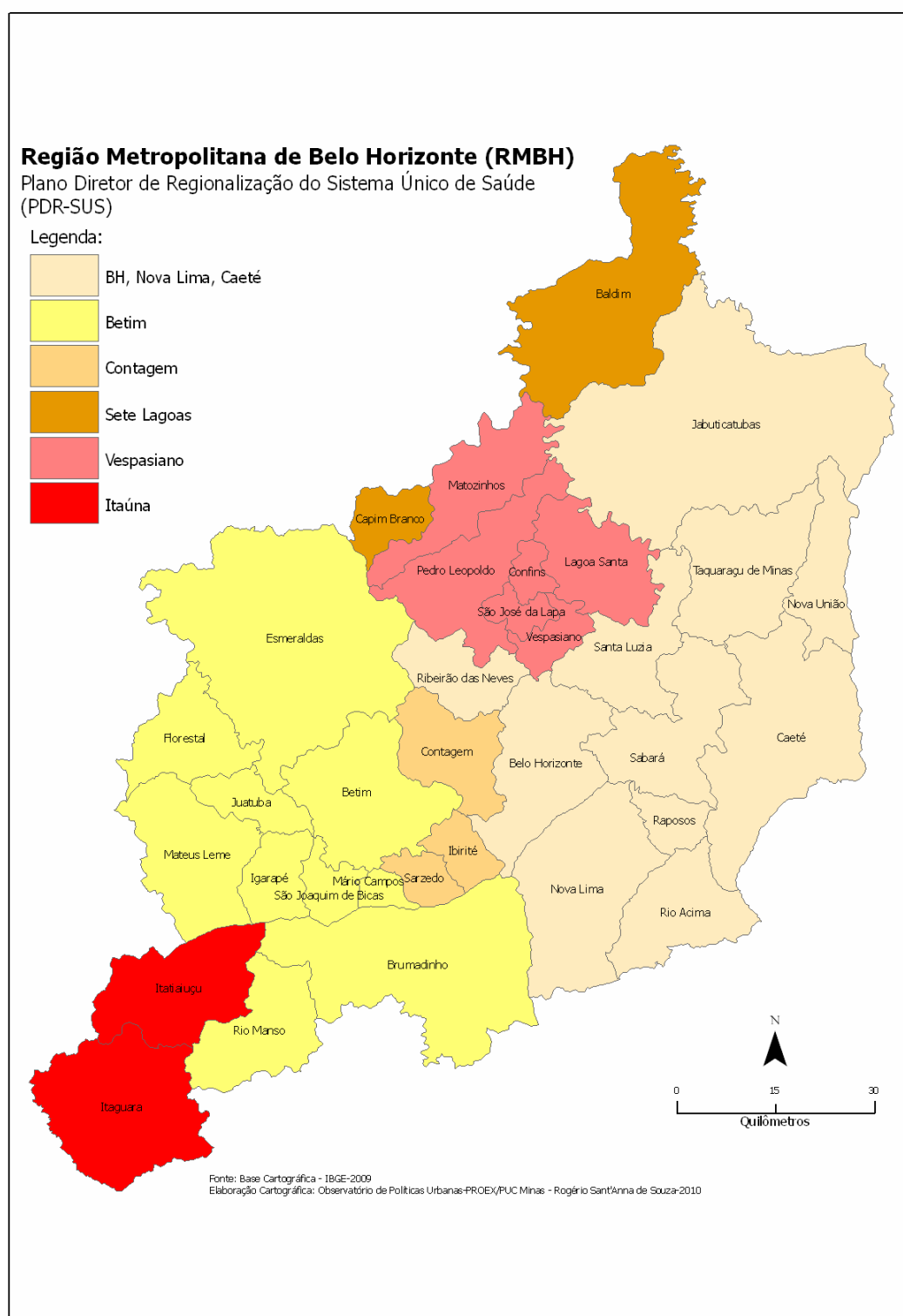


Figura 9: Arranjo Sub-Regional - PDR-SUS

7.4.1.3 Análise: Potencialidades e Desafios

Conforme a definição do Eixo Acessibilidade foram mapeados e alinhados os seguintes órgãos colegiados:

- a) 6 classes de conselhos municipais (saúde, transporte, educação, controle social do fundo de educação básica, informação e tecnologia e participação popular);
- b) 6 conselhos estaduais (Ciência e Tecnologia, Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano, Coordenação Cartográfica, Educação, Saúde, e Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB);
- c) 1 Arranjo Sub-Regional (Plano Diretor da Regionalização do Sistema Único de Saúde).

- **Desafios e Potencialidades da Gestão Compartilhada**

Sem dúvida, uma das questões mais discutida em relação à região metropolitana é o sistema de transporte metropolitano, integração de tarifas, mobilidade, etc. Exemplos de articulações interinstitucionais na RMBH não faltam. O Estado tem buscado uma melhor interlocução com os municípios que deverão receber os 22 terminais metropolitanos, a serem viabilizados pela Secretaria Estadual de Transporte e Obras Públicas (SETOP), com o apoio da Agência Metropolitana para avaliar a localização dos terminais e a possibilidade de transformá-los em equipamentos urbanos, bem como a melhor forma de funcionamento. Ainda, as intervenções no sistema metropolitano de transporte são vistas como um grande indutor de novas centralidades e reestruturação do uso do solo na RMBH como todo.

Na visão da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a questão da mobilidade urbana na RMBH é um dos temas prioritários na pauta da entidade. “A gestão do transporte na região é um grande desafio que a Agência Metropolitana está enfrentando juntamente com instituições públicas estaduais e municipais, empresas privadas e a sociedade civil”. É por isso que a questão do transporte público foi designada pelo PDDI como área temática estruturante, com grande impacto na (re)organização territorial da RMBH.

É neste contexto que se apresenta um dos maiores desafios para a governança metropolitana colaborativa. É importante notar que a sociedade civil “consultada” nas esferas

regionais restringe-se predominantemente a duas categorias de representações profissionais: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) e Sociedade Mineira dos Engenheiros (SME), sem a devida participação dos usuários do transporte público. Sem dúvida a vocação do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano ressalta a importância desse conselho como agente articulador dotado de grande potencial sub-regional. Contudo, a composição do conselho poderia admitir uma participação mais ampliada da sociedade civil de modo a assegurar um exercício participativo mais representativo e diversificado.

Na escala municipal também é evidente a ausência de participação dos usuários na definição e acompanhamento de intervenções públicas de transporte e mobilidade. No levantamento realizado na pesquisa encontramos que entre os 34 municípios da RMBH só o Município de Contagem conta com o Conselho de Transporte Público unindo o governo executivo, as concessionárias e os usuários do transporte público. A Assessoria de Mobilização Social da BHTrans (AMOS) tem como papel promover a participação popular nas decisões relativas aos sistemas de transporte e de trânsito. Os principais fóruns de participação são as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTT) e a Comissão Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT). Contudo a participação nestes espaços está diminuindo como mostra o quadro de participação da BHTrans:

Tabela 9: Posição Comparativa das Reuniões Realizadas – 2005/2008

Âmbito	2005	Número de Participantes	2006	Número de Participantes	2007	Número de Participantes	2008	Número de Participantes
Transporte Coletivo	260	5.200	61	1.505	82	2.739	65	2.439
Trânsito	99	2.970	39	1.515	54	1.078	68	941
CRTT e CMTT	130	3.250	72	2.098	80	2.284	49	1.334
Fóruns	33	1.650	4	299	18	306	02	329
Outras	-	-	15	132	17	586	39	483
Total	522	13.070	191	5.549	251	5.549	223	5.526

Fonte: PBH. BHTRANS. 2008.

Neste contexto é preciso agir com cautela na apresentação de um programa de caráter estruturador, como é o caso das intervenções no sistema metropolitano de transporte público. Sem a devida participação dos usuários, até as melhores propostas de integração do transporte

metropolitano - a revitalização da malha ferroviária para uso do transporte coletivo, a construção do metro, e integração de vários meios de mobilidade - correrão o risco de não contemplar as necessidades dos seus futuros usuários. Durante o 1º Seminário Estruturador do PDDI os participantes do Grupo de Trabalho “Acessibilidade” resumiram alguns dos postulados para implementar projetos metropolitanos de transporte listando como necessários *“o acesso às decisões políticas, conselhos metropolitanos participativos, vontade política para compartilhar do poder de decisão, articulação das instâncias representativas e acesso às informações”*. Um dos participantes de Contagem no Grupo de Trabalho “Acessibilidade” durante o Seminário reforçou esta necessidade ressaltando que a *“escuta à população local deve ser ponto de referência central na análise que fundamenta o planejamento - a participação virou opinião e não parte do processo de decisão”*. Mas para qualificar esta participação precisa-se ainda pensar no acesso de informações. Segundo um participante de Belo Horizonte ainda existe uma

“falta de informação em relação aos serviços disponíveis de forma geral (localização, tarifas etc.)... [existe] necessidade de unificar as informações sobre os serviços diversos, num site com todas as informações de transportes metropolitanos juntos, assim como outros serviços públicos”.

Ao mesmo tempo em que a política pública de transporte público carece de um espaço de gestão compartilhado entre o governo executivo, setor privado e os usuários, pode se observar um quadro oposto na abordagem regional de serviços de saúde. Isto decorre do arcabouço legal-constitucional vigente que estimula a cooperação inter-federativa, previsto pelo Sistema Único de Saúde. Mas podemos também deduzir que a cobertura total da RMBH pelos Conselhos Municipais de Saúde é um reflexo da consciência que trata a saúde como direito universal que perpassa as fronteiras municipais, propiciando a cooperação entre os Conselhos Municipais e o Conselho Estadual da Saúde. A atuação destes conselhos é transescalar, visando a “integração, hierarquização, regionalização, municipalização e distribuição dos serviços”. Finalmente, a legislação que rege o CES-MG também destaca a importância da colaboração co-responsável e fomenta a participação popular coroando o potencial desse arranjo em todos os aspectos priorizados pela presente análise.

A experiência de fortalecimento da colaboração inter-institucional e intermunicipal dos Conselhos de Saúde deve servir como repositório de experiências para as outras áreas de política pública que tendem a se organizar em espaços sub-regionais. Neste sentido o Plano Diretor de Regionalização do Sistema Único de Saúde pode servir como estudo de caso tanto

para a integração como mobilização da sociedade civil na elaboração de políticas públicas regionais.

7.4.2 Eixo Temático Integrador: “Seguridade”

7.4.2.1 Tabelas Síntese dos Órgãos Colegiados vinculados ao Eixo Temático

Tabela 10: Levantamento dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Seguridade"

Conselhos Municipais Vinculados ao Eixo "Seguridade": Município e Tipo de Conselho															
No	Nome dos Municípios	Assistência Social	Tutelares	Direito da Criança e Adolescente	Segurança Pública	Antidrogas	Segurança Alimentar	Alimentação Escolar	Trabalho, Emprego e Des.Eco	Direitos da Mulher	Direitos do Idoso	Direitos do Deficiente Físico	Juventude	Outros Conselhos de Assistência	Total Por Município
1	Baldim	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
2	Belo Horizonte	1	9	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	1	23
3	Betim	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	11
4	Brumadinho	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	2	10
5	Caeté	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	6
6	Capim Branco	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
7	Confins	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	4
8	Contagem	1	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	0	0	13
9	Esmeraldas	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
10	Florestal	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
11	Ibirité	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
12	Igarapé	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	6
13	Itaguara	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
14	Itatiaiuçu	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
15	Jaboticatubas	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
16	Juatuba	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
17	Lagoa Santa	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	4
18	Mario Campos	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
19	Mateus Leme	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3

20	Matozinhos	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
21	Nova Lima	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4
22	Nova União	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
23	Pedro Leopoldo	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	5
24	Raposos	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4
25	Ribeirão das Neves	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	8
26	Rio Acima	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	4
27	Rio Manso	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
28	Sabará	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	10
29	Santa Luzia	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	7
30	São Joaquim de Bicas	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
31	São José da Lapa	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
32	Sarzedo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
33	Taquaraçu de Minas	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
34	Vespasiano	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	5
Total Por Tipo de Conselho		34	40	8	6	12	12	4	19	9	8	5	9	3	169

Tabela 11: Levantamento de Conselhos Estaduais vinculados ao Eixo "Seguridade"

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CCPC	Conselho de Criminologia e Política Criminal (1994)	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	(13)		Fiscalizador	Fundo Penitenciário Estadual	75	84	Ao CCPC cabe oferecer subsídios necessários à formulação e à implantação da política prisional do Estado, observadas as diretrizes da política penitenciária nacional. A competência “estimular e desenvolver projeto que vise à participação da comunidade na execução da política criminal” (Lei de Execução Penal Estadual nº 11.404/94), acena para a questão da participação. A legislação que rege o conselho não prescreve iniciativas de articulação nem menciona sua escala de atuação.
CETRA	Conselho Estadual de Transito (2004)	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	15	5	Normativo Consultivo Deliberativo		9	8	O Conselho Estadual de Trânsito é o órgão máximo do Sistema Estadual de Trânsito de Minas Gerais. Em geral, o CETRA se ocupa de fazer cumprir a legislação de transito, promover programas de educação e julgar recursos e infrações. O CETRA conta com instâncias colegiadas regionais, denominadas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARIs).

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CPEN	Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais (1924)	Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)	6	4	Consultivo Deliberativo	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN	38	10	O Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais tem por finalidade deliberar sobre pedido de concessão de benefício de livramento condicional, indulto, graça e comutação de pena a pessoas definitivamente condenadas e recolhidas a estabelecimentos penitenciários ou a cadeias públicas, além de inspecionar os estabelecimentos e serviços penais (www.conselhos.mg.gov.br). A competência “Articular-se com Tribunais, Juízes, Administração Pública e com terceiros, visando a efetivação das decisões proferidas pelo Conselho” pode representar um potencial articulador no âmbito do judiciário.
	Conselho Estadual de Cooperativismo (2008)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE)	9	9	Consultivo Deliberativo e Normativo		4	N.E*	O CECOOP foi criado com o objetivo de identificar demandas, sugerir e coordenar, de forma conjunta com entidades públicas, representantes dos ramos cooperativistas e instituições afins, políticas a serem adotadas pelo Estado para o fortalecimento, apoio e desenvolvimento das cooperativas mineiras. Entre suas competências consta “celebrar convênio com entidade pública ou privada para a execução de projetos de apoio ao desenvolvimento do sistema cooperativista mineiro” (Regimento Interno do CECOOP, aprovado em 26/06/2008). O CECOOP tem atribuições para desempenhar um papel articulador importante. A perspectiva do Conselho acena para atender as necessidades imediatas do setor cooperativista.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
COIND	Conselho Integrado de Desenvolvimento (2006)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE)	10	-	Consultivo	Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES	N.E.	N.E.	O COIND tem por finalidade participar da formulação e implantação da política estadual para o desenvolvimento e expansão do parque industrial mineiro bem como das atividades produtivas e de serviços nele integradas, observadas as diretrizes fixadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI. O COIND tem como escala de atuação o Estado e suas regiões. A preocupação com a escala regional fica evidente em duas competências contidas no Regimento Interno: “a criação de estímulos e a utilização de instrumentos financeiros e creditícios para a descentralização geográfica do desenvolvimento”; e “exercer outras atribuições previstas na legislação específica sobre incentivos às atividades produtivas e integradas ao desenvolvimento econômico”.
	Conselho Estadual da Mulher (1983)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	10	10	Deliberativo		6	3	O CEM tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício da cidadania através de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas, em todas as esferas da Administração, destinadas a garantir a igualdade de oportunidade e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural. O Regimento Interno do CEM (aprovado pelo Decreto nº 43.903/04) prescreve uma gama de competências arrojadas do ponto de vista da articulação, participação e exercício de cidadania, configurando esse conselho como um agente estratégico na emancipação da cidadania. É importante ressaltar que, na RMBH, está em curso o processo de institucionalização do Consórcio Mulheres das Gerais, que atua na luta pela equidade de gênero.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social (1996)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	10	10	Deliberativo	Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS	11	6	O CEAS apresenta-se como agente articulador com grande potencial em todos os aspectos relevantes para a essa análise. O Conselho se constitui como campo privilegiado de ações intergovernamentais, estimula a participação ativa da população no sentido de fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social, determina a composição paritária entre governo e sociedade civil nos conselhos municipais e atua de forma transescalar, favorecendo ações no âmbito intermunicipal, contribuindo para a emancipação de uma cultura regional.
	Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos (2001)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	8	3	Deliberativo e Fiscalizador	Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – FUNDIF	4	12	O Conselho Estadual de Defesa de Direitos Difusos (CEDIF) é o órgão colegiado responsável por administrar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - FUNDIF e tem por finalidade deliberar em torno de diretrizes, políticas e ações que viabilizem a reparação dos danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos, bem como ao consumidor. Tomando por base as competências previstas na norma regente do CEDIF pode-se constatar o grande potencial articulador desse conselho com destaque para aquelas que apontam para iniciativas de fomento a convênios, consórcios e intercâmbios, extrapolando o limite do próprio Estado. É importante ressaltar também o potencial articulador no âmbito intergovernamental, fomentando ações integradas entre união, estado e municípios. Por fim, o CEDIF apresenta-se como um arranjo institucional estratégico no sentido de construir um espaço institucional mais integrado e colaborativo.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONEP	Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência (2000)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	11	10	Deliberativo		7	3	O CONPED foi criado e organizado para estabelecer um canal de participação e interferência na implementação de políticas públicas referentes às pessoas com deficiência. Dentre suas competências, algumas apontam para uma perspectiva articuladora, tais como: promover intercâmbios com o objetivo de implementar a política e os programas do Conselho; manter canais de comunicação permanentes com outros movimentos que tenham por objetivo a defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; XI - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos e sobre a programação cultural, esportiva e de lazer voltada para as pessoas portadoras de deficiência, no âmbito de cada Secretaria (Lei 13799/00).
	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (1987)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	13	12	Não especificado	Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos Obs: Não foi regulamentado	N.E.	N.E.	O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, órgão da Secretaria de Estado da Justiça, tem por finalidade promover investigações e estudos para a eficácia das normas asseguradoras dos direitos humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O CONEDH é um agente estratégico, pois sua atuação está ligada à luta por garantia de direitos, contemplando a questão da emancipação da cidadania e da participação. Do ponto de vista do potencial articulador, a legislação do Conselho aponta para a necessidade de “estabelecer convênios com entidades e órgãos afins e adotar medidas outras no resguardo e defesa dos direitos humanos”.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEEPS	Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (2004)	Secretaria de Estado de Desenvolvimen to Social (SEDESE)	6	6	Deliberativo Propositivo	Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvim ento da Economia Popular Solidária	1	1	O Conselho Estadual de Economia Popular Solidária tem por finalidade deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária. As competências contidas na referida lei apontam para o fortalecimento da Economia Popular Solidária frente à competição com os modelos produtivos tradicionais. O objeto da atuação desse Conselho – a economia popular solidária – consta no diagnóstico do PDDI, mais especificamente nas questões prioritárias apresentadas pelas áreas temáticas “Cultura, Educação, Segurança Alimentar, Trabalho e Renda” e “Estrutura Produtiva, Conhecimento, Tecnologia e Alternativas Energéticas” em que apontam para a necessidade de fortalecer a economia solidária como política social compensatória visando reduzir as desigualdades de renda no interior da RMBH.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição	Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil			2008	2009	
CCN	Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra (1988)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	(32)	Fiscalizador		<i>Não constam atas do CCN para 2008 e 2009, exceto aquelas da Comissão Organizada da II CEPIR</i>		O CCN atua como agente na luta pela igualdade racial, fiscalizando e tomando providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra e desenvolvendo projetos próprios que promovam a participação da comunidade negra em todos os níveis de atividades. As competências previstas nos Decretos Estaduais nº 28.071/88 e nº 30.578/89 sinalizam que o CNN se constitui como um conselho com grande potencial articulador, inclusive em âmbito regional. O conselho apresenta como finalidade central incentivar a participação visando assegurar os direitos da comunidade negra, evidenciando um papel ativo no exercício de construção da cidadania. O incentivo à realização de intercâmbios reforça o viés articulador.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEI	Conselho Estadual do Idoso (1999)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	Comp. Paritária Não especifica quantitativo		Deliberativo Fiscalizador	Fundo Nacional do Idoso	N.E.	I	Dentre as competências do CEI que remetem a um possível viés articulador podem ser destacadas: II) Estabelecer diretrizes e orientação gerais visando subsidiar a proposta do planejamento dos órgãos setoriais que executam a Política Estadual do Idoso, quando de sua formulação; VIII) Sugerir as alterações que se fizerem necessárias na estrutura orgânica da administração direta responsável pela execução da política estadual de atendimento ao idoso; XII) Incentivar e apoiar as ações dos municípios, das universidades, das entidades civis e dos conselhos municipais para o desenvolvimento de programas de atendimento ao idoso (Regimento Interno do CEI). O Conselho, portanto, constitui seu campo de atuação junto aos órgãos setoriais e administração direta além de apoiar ações fomentando articulações institucionais.
CETER	Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (2000)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)	6	12	Deliberativo	Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT (Nacional)	II	II	O CETER-MG atua de forma tripartite com organizações de trabalhadores, empresários e representantes do governo, buscando a participação da população nas ações públicas, visando a integração das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Outra função do CETER-MG é incentivar a criação das Comissões e Conselhos Municipais de Emprego e apoiá-los, colaborando para a elaboração de políticas públicas. Analisando as competências contidas no Regimento Interno do CETER, pode-se constatar que esse conselho apresenta um elevado grau de articulação, tanto na escala nacional quanto local. Diante disso, podemos afirmar sua relevância como potencial propulsor de ações integradas tanto no âmbito intergovernamental quanto interestaduais.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEDCA	Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (1990)	Secretaria de Estado de Desenvolvimen to Social (SEDESE)	10	10	Deliberativo Fiscalizador	Fundo para a Infância e Adolescência – FIA	15	11	A presente análise entende o CEDCA como um agente privilegiado no tocante à articulação no âmbito intergovernamental. Essa constatação se deve às interligações institucionais estabelecidas entre o Fundo, criado por lei federal, o próprio Conselho Estadual e os Conselhos Municipais. Tal consideração reporta à seguinte competência prescrita pela legislação regente do CEDCA: “incentivar a articulação entre os órgãos governamentais responsáveis pela execução das políticas de atendimento da criança e do adolescente” (Regimento Interno do CEDCA, aprovado em 20/05/2004). Por fim, esse arranjo desempenha também um papel crucial na luta por garantia dos direitos da criança e do adolescente e, conseqüentemente, pelo exercício da cidadania.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo /	Soc. Civil			2008	2009	
CAE	Conselho Estadual de Alimentação Escolar (2000)	Secretaria de Estado de Educação (SEE)	2	5	Deliberativo Fiscalizador	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	13	14	De acordo com o Regimento do CAE, o conselho deve desenvolver suas atividades observando os seguintes princípios: a) reconhecimento da alimentação escolar como direito do educando; b) priorização do atendimento à criança e ao adolescente; c) estímulo à participação da comunidade para orientar suas decisões; d) articulação de suas ações com as políticas sociais vigentes. Partindo dessas competências, pode-se constatar que o CAE apresenta-se como um agente articulador em potencial, pois explicita nas suas normas de funcionamento, uma intenção de articulação com as políticas sociais vigentes possibilitando um diálogo intersetorial. O CAE também pode desempenhar um papel importante na emancipação da cidadania, incentivando a participação ativa da comunidade nos processos decisórios. Isso fica evidente na competência “fortalecer a representação da comunidade tornando-a ativa na participação” (Regimento Interno do CAE/MG, 2001).

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONEAD	Conselho Estadual Antidrogas (1983)	Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ)	(22)		Consultivo Normativo	Fundo Estadual de Políticas Antidrogas – FEAD ou Fundo de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – FUNPREN	7	6	O CONEAD tem por finalidade estabelecer as diretrizes da política estadual sobre drogas, nas áreas de prevenção, tratamento e reinserção social, fiscalização e redução da oferta. A legislação que rege o CONEAD explicita a preocupação em atuar considerando as peculiaridades regionais nos aspectos econômicos, culturais e sociais. O viés articulador desse conselho fica evidenciado em: “propor critérios para a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, que visem otimizar resultados pertinentes às políticas ditadas pelo CONEAD”. A interlocução desse conselho com arranjos institucionais na esfera federal e municipal respalda seu potencial enquanto agente articulador no plano intergovernamental.
CEJ	Conselho Estadual da Juventude (2003)	Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ)	7	6	Consultivo		N.E.	N.E	O Conselho Estadual da Juventude tem por finalidade atuar como fórum legítimo para a discussão sobre a juventude e articular ações governamentais. Com base nas competências previstas na Lei Delegada 94/2003, pode-se concluir que o CEJ se constitui como um agente articulador importante já que propicia o encontro da juventude com os sindicatos, associações, grêmios, setores sociais etc., incentivando o engajamento do jovem na ação política. É importante ressaltar, também, a criação de coordenações em escala regional como estratégia de descentralização das ações do Conselho.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CDS	Conselho de Defesa Social (2003)	Governador do Estado	9	4	Consultivo		N.E.	N.E.	A legislação que regulamenta o Conselho de Defesa Social determina a “implantação de um ambiente comum que propicie integração de ações e sistemas de gestão de informação para subsidiar as atividades propostas”. As iniciativas voltadas para uma atuação integrada no âmbito interno pode criar condições para a construção de um campo de atuação intersetorial. As competências previstas na legislação sinalizam uma abertura do Conselho para um diálogo intergovernamental bem como acenam para uma atuação do Conselho com vistas assegurar direitos e garantias fundamentais, potencializando-o enquanto agente fomentador da emancipação da cidadania. Apesar da sua importância estratégica, a atuação do CDS está restrita ao âmbito consultivo.
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (1989)	Governador do Estado	N.E.		Deliberativo Consultivo		N.E.	N.E.	O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituído pelo art. 231 da Constituição do Estado tem como objetivo propor o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e coordenar a política de desenvolvimento econômico-social do Estado. O Art. 3º da Lei Estadual nº 12.237/96 determina que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social seja assessorado por conselhos estaduais já existentes ou por câmaras técnicas a serem instituídas pelo Presidente do Conselho, confirmando seu potencial enquanto um agente importante na articulação interinstitucional.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais (1999)	Governador do Estado	14	26	Deliberativo	Fundo Nacional	5	4	O CONSEA foi instituído pelo Decreto nº 40.324, de 23 de março de 1999 e tem como objetivo deliberar, propor e monitorar as ações e políticas de que trata este Decreto e deliberar sobre elas. Com base no conteúdo das competências que constam nas normas regentes desse conselho pode-se afirmar que o CONSEA se constitui como um agente com grande potencial de articulação em múltiplas escalas e níveis de governo. Os Conselhos Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável podem se constituir como agentes importantes na formação de uma visão regional, fomentando ações integradas no âmbito intermunicipal.

* N.E.: não encontrado

Sig	Nomenclatura (Ano de Criação)	Localização	Composição		Perfil do Arranjo	Municípios	Atas / Reuniões		Observações
			Gov	Soc. Civil			2008	2009	
“Mulheres das Gerais”	Consórcio de Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais (2008)	Eixo Econômico da RMBH + Sabará	4	0	Autarquia Inter-federativa	Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará	52	26	Pessoa jurídica de direito público interno, com personalidade jurídica própria, que integra a administração direta de todos os municípios consorciados como autarquia. Homologado em 2008 pelas quatro câmaras legislativas. Aprovação do rateio orçamentário de R\$1,200,000.00 para o ano 2009-2010 nas LOAs municipais. O objetivo do consórcio é o enfrentamento da violência contra mulher. Desde a sua formalização o consórcio opera uma Casa de Abrigo Metropolitana para mulheres em situação de violência. Além deste serviço o consórcio gerencia e coordena ações compartilhadas entre os quatro municípios de prevenção da violência, a saber: 1) Capacitação de Lideranças Comunitárias; 2) Construção de Banco de Dados; 3) Campanhas de Prevenção; e 4) Projetos de intervenção com juventudes.

Tabela 12: Levantamento dos Arranjos Sub-Regionais vinculados ao Eixo "Seguridade"

	Municípios
Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) presentes nos Municípios da RMBH	Belo Horizonte, Contagem, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão Das Neves, Santa Luzia, Vespasiano
Municípios da RMBH integrantes da Rede Integrada de Conselhos Municipais Antidrogas (RICOMAD)	Belo Horizonte, Betim, Caeté, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Nova Lima, Ribeirão Das Neves, Santa Luzia

CRSANS ALTO SÃO FRANCISCO Diretoria (DRS): Sete Lagoas	Balhim, Capim Branco, Matozinhos
CRSANS CENTRO OESTE Diretoria (DRS): Divinópolis	Florestal, Itaguara, Itatiaiuçu
Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS METROPOLITANA) Diretoria (DRS): Belo Horizonte	Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Mateus Leme, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão Das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim De Bicas, São Jose Da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu De Minas, Vespasiano
União de Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS) da Regional Metropolitana: Municípios-Sede	Rio Acima, Sabará, Nova Lima

7.4.2.2 Espacialização dos Dados

7.4.2.2.1 Mapa dos Conselhos Municipais

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Conselhos Municipais por eixo estruturador

Seguridade

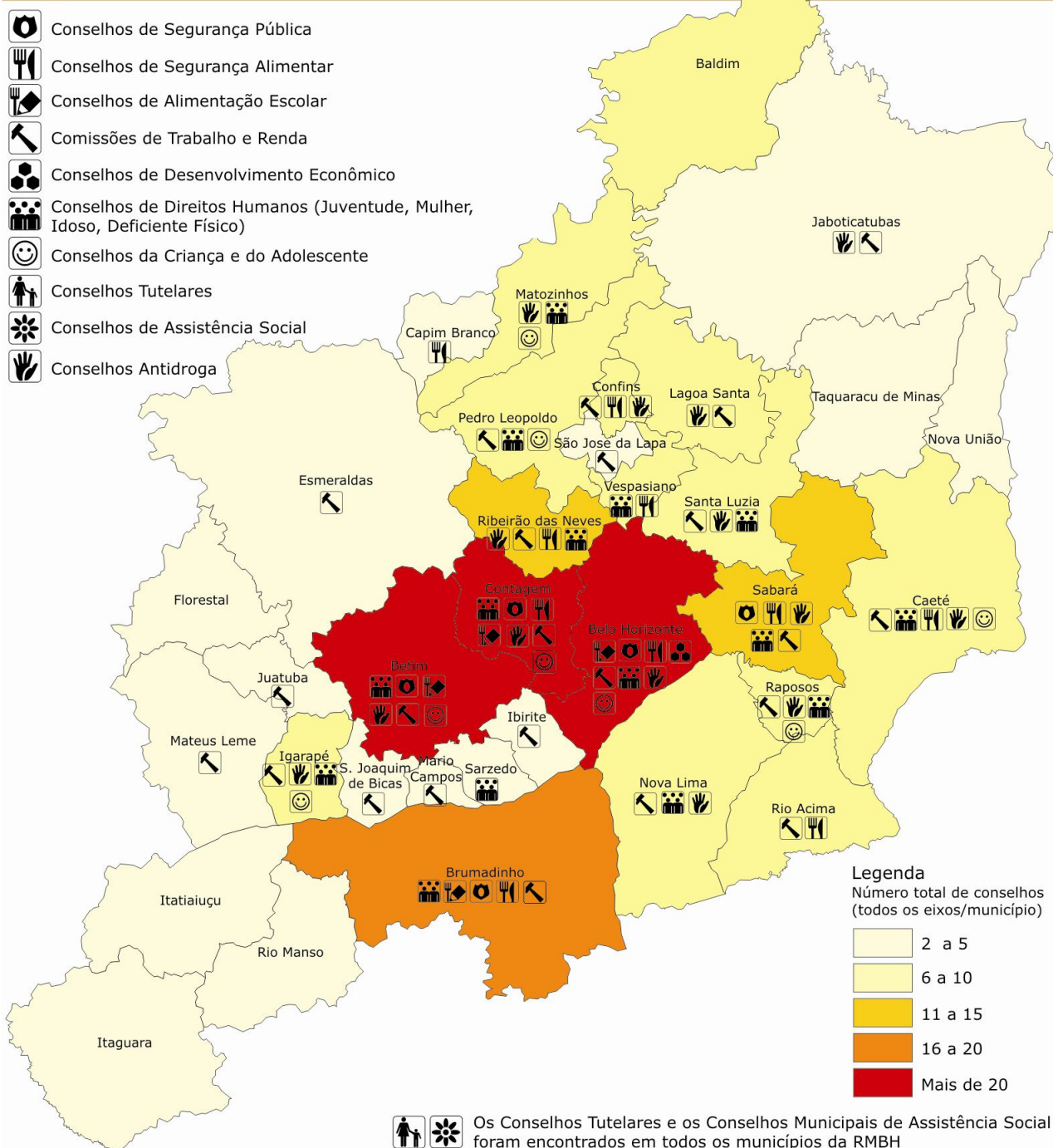


Figura 10: Cobertura Territorial dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Seguridade"

7.4.2.2.2 Mapa dos Arranjos Regionais

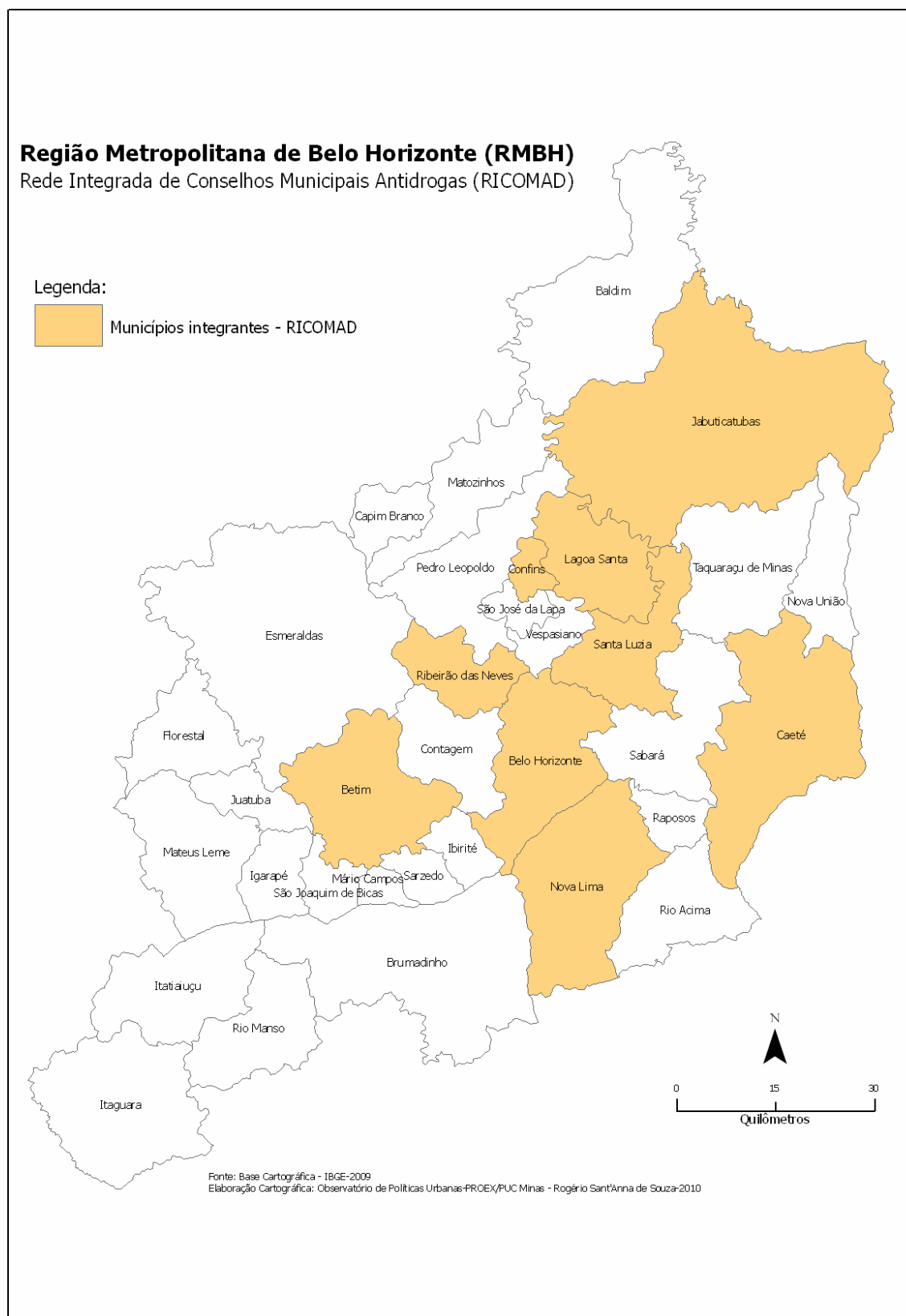


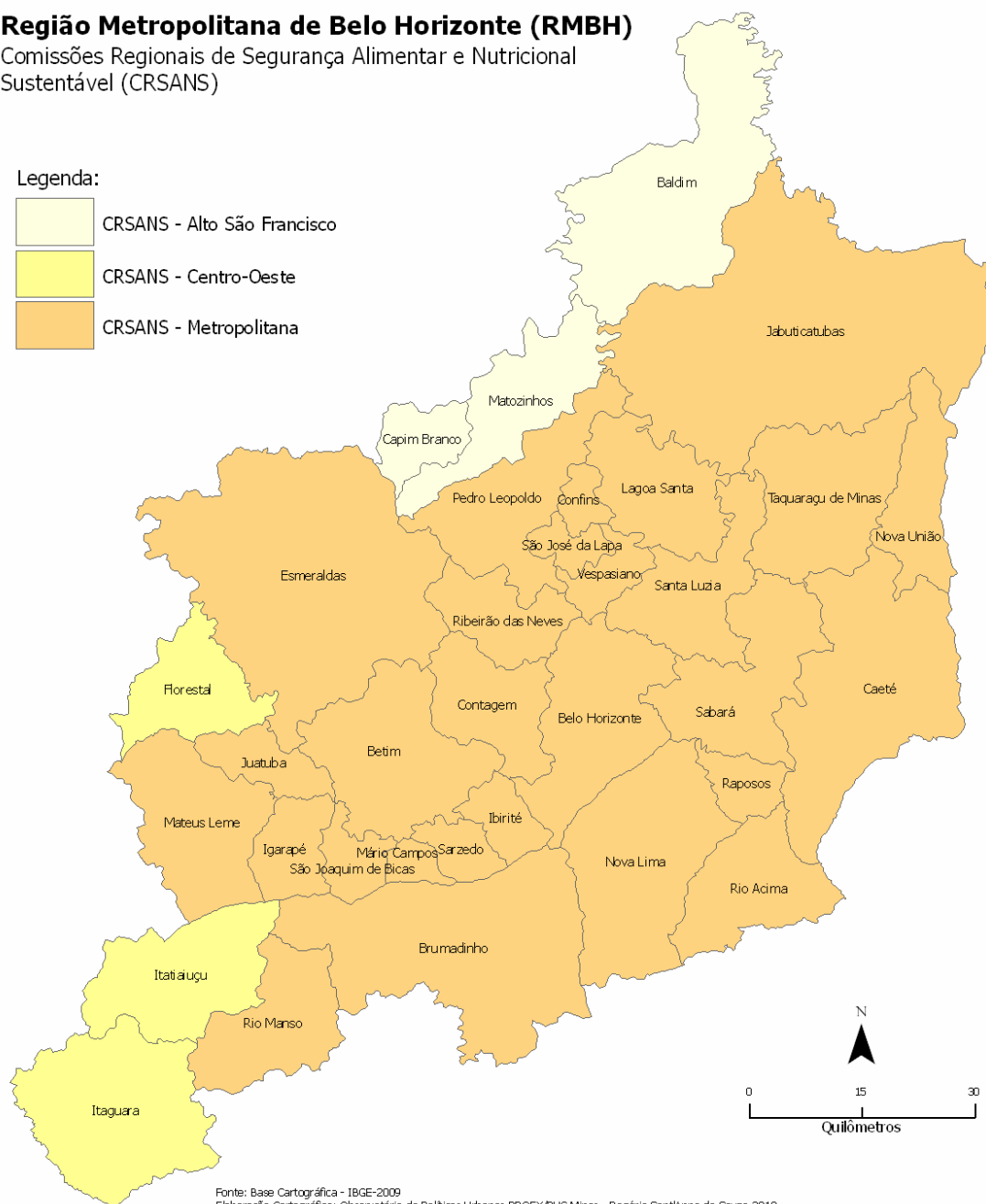
Figura 11: Cobertura da Rede Integrada dos Conselhos Municipais Antidrogas (RICOMAD)

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS)

Legenda:

- CRSANS - Alto São Francisco
- CRSANS - Centro-Oeste
- CRSANS - Metropolitana



Fonte: Base Cartográfica - IBGE-2009
Elaboração Cartográfica: Observatório de Políticas Urbanas-PROEX/PUC Minas - Rogério Sant'Anna de Souza-2010

Figura 12: Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS)

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN)

Legenda:

JARI

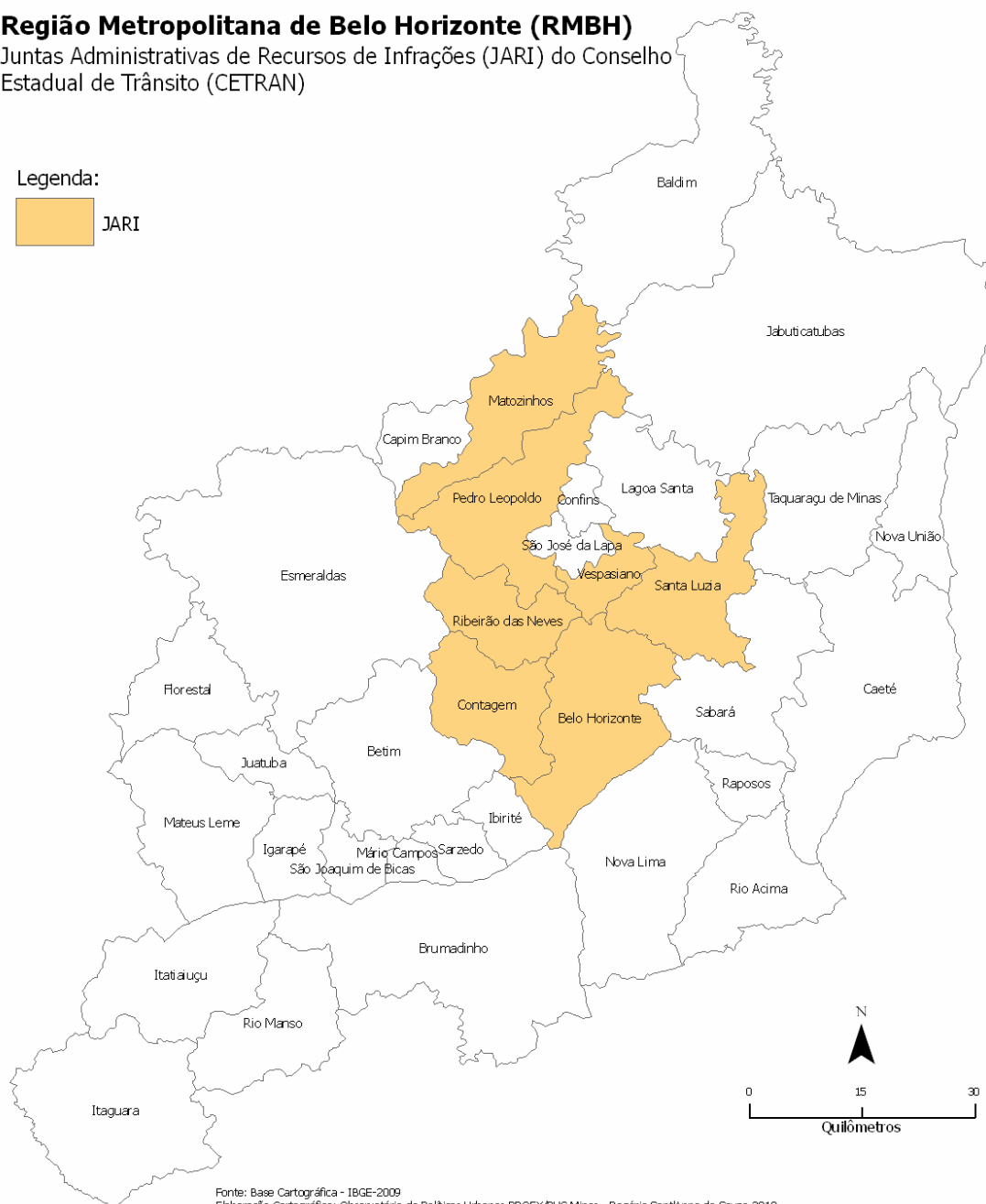


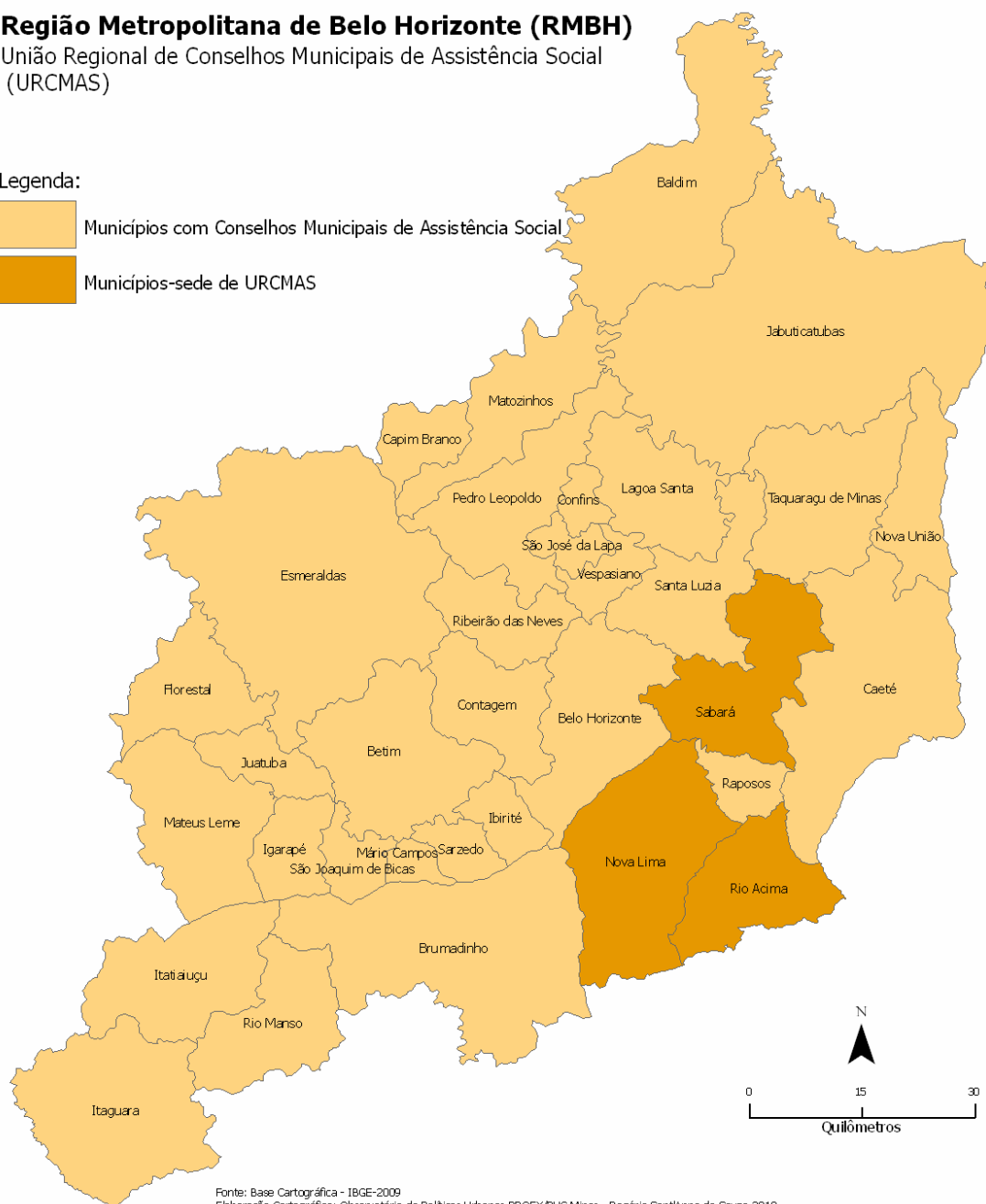
Figura 13: Juntas Administrativas de Recursos de Infração (JARI) / CETTRAN

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

União Regional de Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS)

Legenda:

- Municípios com Conselhos Municipais de Assistência Social
- Municípios-sede de URCMAS



Fonte: Base Cartográfica - IBGE-2009
Elaboração Cartográfica: Observatório de Políticas Urbanas-PROEX/PUC Minas - Rogério Sant'Anna de Souza-2010

Figura 14: União Regional de Conselhos Municipais de Assistência Social (RMBH)

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Consórcio Regional de Promoção
da Cidadania: Mulheres das Geraes

 Municípios Consorciados



Figura 15: Abrangência do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania - "Mulheres das Geraes"

7.4.2.3 Análise: Potencialidades e Desafios

Conforme a definição do Eixo Seguridade foram mapeados e alinhados os seguintes órgãos colegiados:

- d) 9 classes de conselhos municipais (segurança pública, segurança alimentar, segurança de alimento escolar, trabalho e renda, desenvolvimento econômico, direitos humanos, antidrogas, tutelares e de assistência social).
- e) 21 conselhos estaduais (Criminologia e Política Criminal, Penitenciário, Defesa Social, Antidrogas, Transito, Cooperativismo, Trabalho, Emprego e Renda, Economia Popular Solidária, Alimentação Escolar, Alimentar Nutricional Sustentável, Desenvolvimento Integrado, Desenvolvimento Econômico e Social, Direitos Difusos, Defesa dos Direitos Humanos, Mulher, Juventude, Defesa dos Portadores de Deficiência, Participação e Integração da Comunidade Negra, Idoso, Assistência Social e Criança e do Adolescente).
- f) 6 Arranjos Sub-Regionais (Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) presentes nos Municípios da RMBH, Municípios da RMBH integrantes da Rede Integrada de Conselhos Municipais Antidrogas (RICOMAD), Comissões Regionais de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável (CRSANS Alto São Francisco, Centre Oeste, Metropolitana), União de Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS) da Regional Metropolitana: Municípios-Sede.
- g) 1 consórcio regional de promoção da cidadania “Mulheres das Gerais”

- **Desafios e Potencialidades da Gestão Compartilhada**

Existe uma grande fragmentação dos órgãos colegiados e dos seus objetivos em relação às respectivas políticas públicas para o tema “seguridade”. Esta fragmentação pode ser notada tanto nos conselhos estaduais como municipais.

Os Conselhos de Direitos, órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com a incumbência de formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, criados por Lei, com âmbito Federal, Estadual e Municipal são os órgãos através os quais a comunidade (por meio de seus representantes) participa da gestão pública. São conselhos de constituição obrigatória para repasse de verbas federais, com atribuição de formular ou de propor, supervisionar, avaliar, fiscalizar e controlar as Políticas Públicas, no seu âmbito temático: a)

Conselhos de Assistência Social; b) Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente; e c) Conselhos de Saúde.

Entre os Conselhos de Direito só os de Assistência Social e da Saúde tem cobertura total do território Metropolitano. Ainda existe a União Regional de Conselhos Municipais de Assistência Social. Este arranjo regional tem suas sedes presentes em três municípios na RMBH (Sabará, Nova Lima e Rio Acima). Contudo, os conselhos dos direitos da Criança e do Adolescente só figuram nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Igarapé, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Raposos, expondo uma fragilidade significativa em termos de espaços legítimos de gestão compartilhada na definição de um futuro seguro para as crianças e adolescentes da RMBH.

Entre os 34 municípios da RMBH só os municípios de Contagem e Belo Horizonte contam com Conselhos Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e /ou Desenvolvimento Econômico. Outros 17 municípios contam com Comissões de Trabalho, Emprego e Renda, a maioria nos municípios ao entorno do Município de Belo Horizonte. Futuros programas estruturantes de desenvolvimento econômico precisarão considerar este panorama, propondo espaços legítimos e tripartites de debate com representação do governo executivo, empregadores e empregados.

Os 12 Conselhos Municipais de Segurança Alimentar apresentam um grande potencial de fomentar a colaboração inter-institucional, inclusive na lógica de estreitar os laços entre os municípios conurbados e peri-urbanos da RMBH e entre os respectivos órgãos responsáveis por implementar políticas públicas de segurança alimentar. Ainda, a vasta cobertura das Comissões Regionais de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável na RMBH (CRSANS) apresenta um enorme potencial de colaboração inter-institucional e intermunicipal, fomentando a consciência da interdependência metropolitana. Estes Conselhos Regionais podem se constituir como agentes importantes na formação de uma visão regional, fomentando ações integradas no âmbito intermunicipal. Esta observação se casa com alguns pronunciamentos dos participantes no 1º Seminário Estruturador do PDDI onde o Grupo 2 levantou a necessidade de contemplar “*uma visão de integração entre os municípios urbanos e mais rurais*” (Participante de BH). Ainda no mesmo grupo, a questão de fortalecer a segurança alimentar no sistema metropolitano trouxe a tona o caráter transversal desta política onde, por exemplo,

“políticas públicas de segurança alimentar em Ribeirão das Neves visam tratamento direto com produtores rurais, o que ajuda na conservação do patrimônio natural e com as escolas onde resulta no melhoramento da qualidade das merendas, gerando

benefícios econômicos voltados para a sustentabilidade” (Participante de Ribeirão das Neves)

Ribeirão das Neves é um entre os 12 municípios que tem um Conselho de Segurança Alimentar.

Outro grande potencial observado neste levantamento refere-se a uma presença significativa de Conselhos Municipais Antidrogas - fruto de uma parceria entre os Municípios com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), que inclusive apoiou na estruturação da Rede Integrada de Conselhos Municipais Antidrogas (RICOMAD).

Em relação ao Eixo Seguridade, os Conselhos Estaduais com vocação sub-regional e/ou metropolitana incluem: os Conselhos de Transito (CETRA), Desenvolvimento Integrado (COIND), Assistência Social (CEAS), e Juventude (CEJ). O CETRA, descentralizado em Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), presentes, nos municípios do Vetor Norte. Conforme os regimentos internos, os conselhos mencionados acima, tendem a atuar de forma transescalar, favorecendo ações no âmbito intermunicipal, contribuindo para a emancipação de uma cultura regional. É importante ressaltar, também, a criação de coordenações em escala regional como estratégia de descentralização, como é o caso das ações do Conselho Estadual de Juventude

Em termos de conselhos vinculados à promoção de direitos universais (gênero, juventude, idoso, deficiente físico etc.) pode-se evidenciar uma cobertura robusta nos municípios do núcleo da RMBH. Além disso, a natureza do trabalho dos conselhos vinculados a políticas públicas na ampliação dos direitos humanos é por excelência universal, e, portanto, não se prende necessariamente a limites locais. Neste sentido estes conselhos apresentam um grande potencial de articulação institucional visando o avanço de políticas públicas de inclusão social e equidade. Como exemplo deste papel, citamos a atuação dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher dos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará na estruturação programática e na sustentação política durante o processo de consorciamento do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania: Mulheres das Gerais.

A partir deste arcabouço, o processo de colaboração interinstitucional entre as Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, resultou na formação, em março de 2007, de um dos primeiros consórcios públicos no Brasil, em acordo com a Lei 11.107/05: o Consórcio Regional de Promoção da Cidadania: Mulheres das Gerais.

Os objetivos principais deste consórcio foram garantir a equidade de gênero e o combate à violência contra mulheres. Sua estruturação é um marco relevante, uma vez que significou fortalecer iniciativas multi-setoriais de cooperação entre entes federados (em oposição aos consórcios mais usuais, relacionados a temas eminentemente urbanos), em acordo com a legislação de consórcios, a Lei Federal 11.107/2005.

Atualmente o consórcio está dialogando com os Municípios e Conselhos Municipais de Direito da Mulher de Santa Luzia e Vespasiano para operacionalizar a sua futura expansão. Durante a sua formação, o consórcio também estimulou uma aproximação entre as redes municipais de prevenção da violência contra a mulher com uma vasta participação de instituições e equipamentos públicos.

Durante entrevista com a Márcia Gomes, Superintendente do Consórcio, o papel dos conselhos municipais de direito da mulher e dos movimentos sociais em sustentar a ação intermunicipal ficou evidente. Ela relatou que

“desde o início houve uma cobrança muito grande dos conselhos municipais de estar monitorando o processo de consorciamento. Os conselhos queriam monitorar o consórcio e exercer o controle, um direito da sociedade civil (...) é por isso que no protocolo de intenções do Consórcio nós definimos que seu conselho consultivo teria representatividade das conselheiras municipais, desta forma integrando a ação regional com a realidade local”

Finalmente, o consórcio buscou por meio de suas ações regionais de trabalhar transversalmente com outros órgãos vinculados a direitos humanos, principalmente da juventude e de promoção racial. Este esforço foi recentemente reconhecido pelo UN-Habitat com o Prêmio Nacional do Objetivos do Milênio pelo projeto Juventude Fazendo Gênero, implementado nos quatro municípios com jovens de comunidades com maiores taxas de violência doméstica, junto com os Centros de Referência de Assistência Social, Gerências Municipais da Juventude, e Secretarias de Educação.

7.4.3 Eixo Temático Integrador: “Sustentabilidade”

7.4.3.1 Tabela Síntese dos Órgãos Colegiados vinculados ao Eixo Temático

Tabela 13: Levantamento dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Sustentabilidade"

Conselhos Municipais Vinculados ao Eixo "Sustentabilidade": Município e Tipo de Conselho					
No	Nome dos Municípios	CODEMA	Turismo	Saneamento e Recursos Hídricos	Total por Município
1	Baldim	1	0	0	1
2	Belo Horizonte	1	1	1	3
3	Betim	1	1	1	3
4	Brumadinho	1	1	0	2
5	Caeté	1	0	1	2
6	Capim Branco	1	0	0	1
7	Confins	1	0	0	1
8	Contagem	1	0	0	1
9	Esmeraldas	1	0	0	1
10	Florestal	1	0	0	1
11	Ibirité	1	0	0	1
12	Igarapé	1	0	0	1
13	Itaguara	1	0	0	1
14	Itatiaiuçu	1	0	0	1
15	Jaboticatubas	1	0	0	1
16	Juatuba	1	0	0	1
17	Lagoa Santa	1	0	0	1
18	Mario Campos	0	0	0	0
19	Mateus Leme	1	0	0	1
20	Matozinhos	1	0	0	1
21	Nova Lima	1	1	0	2
22	Nova União	1	0	0	1

23	Pedro Leopoldo	1	0	0	1
24	Raposos	1	0	0	1
25	Ribeirão das Neves	1	0	0	1
26	Rio Acima	1	0	0	1
27	Rio Manso	0	0	0	0
28	Sabará	1	1	0	2
29	Santa Luzia	1	0	0	1
30	São Joaquim de Bicas	1	0	0	1
31	São José da Lapa	1	0	0	1
32	Sarzedo	1	0	0	1
33	Taquaraçu de Minas	0	0	0	0
34	Vespasiano	1	0	0	1
Total Por Tipo de Conselho		31	5	3	39

Tabela 3: Levantamento de Conselhos Estaduais vinculados ao Eixo "Sustentabilidade"

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CDSOLO	Conselho Diretor das Ações de Manejo dos Solos (1997)	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)	9	9	Deliberativo		N.E.	N.E.	O CDSOLO tem como finalidade promover a gestão e o gerenciamento das atividades de ocupação, do uso, do manejo e da conservação do solo agrícola. Por ser um conselho cujo campo de atuação é o meio rural, sua escala de ação é predominantemente regional, não se restringindo aos limites municipais. Isso fica evidente nas seguintes competências: “estabelecer diretrizes para a criação de comissões regionais e municipais de conservação de solos” e “definir regiões prioritárias para a conservação de solos e identificar áreas de risco de erosão e desertificação e de preservação de mananciais, com vistas à sua recuperação e proteção”.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (2001)	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)	13	13	Deliberativo Fiscalizador		12	12	A legislação de criação do CEDRS aponta como uma de suas competências “articular e orientar as ações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, promovendo a interação entre o governo estadual, os governos municipais e as entidades parceiras” (MG, 2001). A legislação confere ainda a esse conselho a competência de “articular-se com outros conselhos e órgãos que realizam ações que tenham como objetivo a consolidação da cidadania no meio rural” (MG, 2001). Por fim, a norma que cria o CEDRS o constitui como um potencial agente articulador tanto no âmbito intergovernamental, como no âmbito de convênios com entidades e agentes financeiros e a atuação voltada para a consolidação da cidadania o constitui como agente estratégico na construção de um espaço colegiado integrado em torno da emancipação da cidadania.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEPA	Conselho Estadual de Política Agrícola (2003)	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)	16	11	Deliberativo Fiscalizador	Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR	N.E.	N.E.	O CEPA tem como objetivo “assegurar a participação dos agentes de produção e de comercialização, bem como dos consumidores, na formulação do planejamento e no acompanhamento da execução da política rural”. O Regimento Interno do Conselho prescreve uma série de competências, dentre elas: “articular-se com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o seu correspondente no Estado de Minas Gerais”; e “articular-se com os Conselhos Municipais de Agricultura com vistas à implementação de programas destinados a estimular o desenvolvimento do meio rural”. Com base nessas competências, o CEPA pode ser entendido como um agente com grande potencial para construir articulações.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONER	Conselho Estadual de Energia (2003)	Secretaria de Estado de Desenvolvimen to Econômico (SEDE)	11	19	Consultivo		N.E.	N.E.	O CONER tem por finalidade participar da formulação e implantação da política energética do Estado, bem como acompanhar as atividades decorrentes de sua execução, sugerindo medidas que visem adaptá-la ou implementá-la segundo as diretrizes gerais do Governo. A competência prescrita no inciso VI, “analisar e sugerir diretrizes para os programas energéticos, baseados na utilização de recursos hídricos, a serem implantados no Estado, respeitada a legislação vigente”, sinaliza para a possibilidade de atuação em âmbito regional pois o trato da questão dos recursos hídricos tem como base territorial as bacias hidrográficas, ou seja, instâncias regionais. Por fim, a competência “opinar sobre a celebração de convênio, acordo ou ajuste com órgão ou entidade afim” aponta para a possibilidade do Conselho atuar como agente articulador tanto no âmbito do governo quanto da sociedade civil.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEGEM	Conselho Estadual de Geologia e Mineração (1986)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE)	10	6	Consultivo		N.E.	N.E.	O Regimento Interno do CEGEM aponta dentre suas competências “articular-se com as instituições do governo federal para participar das discussões sobre a formulação e implementação de políticas e programas nacionais, tendo em vista os interesses do Estado nessas áreas”. Também é perceptível no aparato normativo, iniciativas de articulações em nível global com vistas a promover o desenvolvimento econômico. Quanto à composição, a sociedade civil está representada por institutos de pesquisa, entidades profissionais, associações empresariais etc. Por fim, o CEGEM se apresenta como um agente cujo potencial de articulação está calcado em um viés empresarial, marcado pela promoção do desenvolvimento econômico.
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos (1987)	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)	18	18	Deliberativo Normativo	Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO	7 Deliberações Normativas	5 Deliberações Normativas	O CERH destaca-se devido ao seu grande potencial de articulação e encanto agente de emancipação de uma cultura regional. Sua escala de atuação é a bacia hidrográfica e, portanto, transcende os limites municipais. O CERH atua junto aos Comitês de Bacia que são entidades regionais por excelência e as competências previstas na legislação reforçam o viés articulador do Conselho no que tange à constituição de consórcios e dos comitês. A composição paritária do Conselho coroa o entendimento desse agente como de importância crucial para a presente análise. A criação do CERH parte da “necessidade da integração dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada, visando assegurar o controle da água e sua utilização em quantidade e qualidade”.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CET	Conselho Estadual de Turismo (1983)	Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)	15	28	Consultivo Propositivo Deliberativo	Fundo de Assistência ao Turismo – FASTUR (Estadual)	N.E.	3	Em 2000 o CET ganhou o caráter de fórum, visando “fortalecer uma rede de gestão descentralizada, com participação pública e privada, que articule a intersectorialidade da atividade turística com os diversos níveis da administração pública nas diferentes territorialidades do turismo no país”. A partir das competências previstas na legislação pode-se concluir que o CET se constitui como um agente importante enquanto articulador regional, pois pressupõe uma atuação voltada para a formação de convênios e parcerias público-privadas apostando nas instâncias regionais. Quanto à composição, constam como membros “três organizações regionais ou municipais”. A representação dessas organizações reforça a iniciativa de atuação do CET em escala regional.
	Conselho Estadual de Política Ambiental (1977/1987)	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)	18	11	Normativo Consultivo Deliberativo		2 Diretivas aprovadas em reuniões: COPAM nº01, de 07/07/2008; e COPAM nº02, de 26 /05/2009.		O COPAM tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sobre a sua aplicação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelas entidades a ela vinculadas e pelos demais órgãos locais. O COPAM se constitui como um agente estratégico na construção de uma cultura regional uma vez que está descentralizado em Unidades Regionais Colegiadas.

Siglas	Nomenclatura (Ano de Criação)	Localização	Composição		Perfil do Arranjo	Municípios	Atas / Reuniões		Observações
			Gov	Soc. Civil			2008	2009	
COM 10	Consórcio dos Municípios que Integram a Bacia do Ribeirão da Mata – COM10 (Em fase de criação)	Municípios da Bacia do Ribeirão da Mata	10	0	Autarquia Publica	Confins, Capim Branco, Esmeraldas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Ribeirão Das Neves, São José Da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia	<i>Não encontradas</i>		O consórcio tem como finalidade planejar e executar projetos e programas que visem ao desenvolvimento regional sustentável, ao aperfeiçoamento das gestões administrativas de seus consorciados e a formulação de políticas públicas regionais. Em 2008 os municípios apresentaram a proposta do Protocolo de Intenções do Consórcio à SEDRU. A avaliação dos técnico foi que o protocolo era elaborado de forma incorreta. Desde então os técnicos da SEDRU acompanham a implementação do Consórcio. Até a presente data os municípios assinaram o Protocolo de Intenções.
Não Existente	Consórcio no entorno de Betim (Em fase de criação)		9	0	Autarquia Publica	Betim, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Ibirité, Sarzedo, Brumadinho, Juatuba, Mateus Leme, Mário Campos	<i>Não encontradas</i>		O objetivo do consórcio é a Implantação e operação de aterro sanitário para a correta disposição dos resíduos sólidos a ser utilizado pelos municípios a se consorciarem.

Tabela 15: Levantamento dos Arranjos Sub-Regionais vinculados ao Eixo "Sustentabilidade"

	URC Rio Paraopeba	URC Rio das Velhas	URC Alto São Francisco
Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) que incluem os municípios da RMBH	Betim, Brumadinho, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itatiaiuçu, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo	Baldim, Belo Horizonte, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Vespasiano	Itaguara
	CBH Paraopeba	CBH Velhas	CBH Pará
Comitês de Bacias Hidrográficas	Betim, Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Florestal. Ibirité, Igarapé, Itatiaiuçu, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo	Baldim, Belo Horizonte, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Vespasiano	Florestal, Itaguara, Itatiaiuçu






7.4.3.2 Espacialização dos Dados

7.4.3.2.1 Mapa dos Conselhos Municipais

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Conselhos Municipais por eixo estruturador

Sustentabilidade

-  Conselhos de Meio Ambiente
-  Conselhos de Turismo
-  Conselhos de Saneamento
-  Conselhos de Recursos Hídricos
-  Conselhos de Des. Rural Sustentável

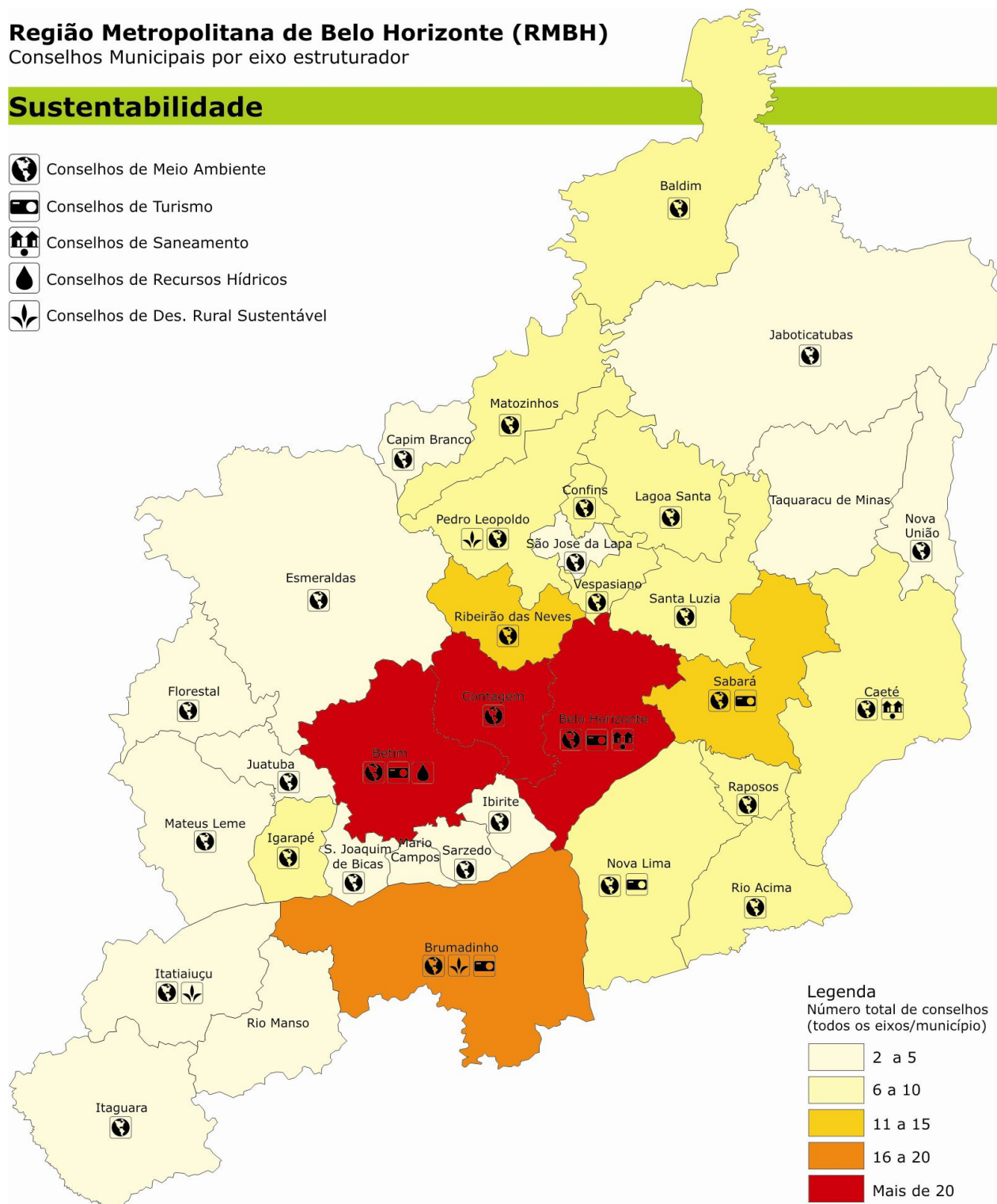


Figura16: Cobertura Territorial dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Sustentabilidade"

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Consórcio dos Municípios que Integram a
Bacia do Ribeirão da Mata COM10

Legenda

 Municípios consorciados



Figura 18: Cobertura Territorial do COM 10

7.4.3.3 *Análise: Potencialidades e Desafios*

Ao Eixo Sustentabilidade, foram alinhados e mapeados os seguintes arranjos institucionais:

- a) 3 classes de conselhos municipais (meio ambiente, turismo, saneamento e recursos hídricos)
- b) 8 conselhos estaduais (Ações de Manejo dos Solos, Desenvolvimento Rural Sustentável, Política Agrícola, Energia, Geologia e Mineração, Política Ambiental, Recursos Hídricos, Turismo)
- c) 3 arranjos sub-regionais (Comitês de Bacia CBH-Velhas e CBH-Paraopeba; Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental)
- d) 2 consórcios sub-regionais (Consórcio do Entorno de Betim e COM 10)

- **Desafios e Potencialidades da Gestão Compartilhada**

O Eixo Sustentabilidade, pela própria amplitude da definição, admitiu uma maior diversidade de abordagens dos temas levantados no processo participativo do PDDI. Nos grupos de discussão realizados nas Oficinas e no Seminário Estruturador, os temas relativos às questões ambientais, relacionadas com o Eixo em questão, foram recorrentemente levantados. As falas partiram de um ponto de vista comum que é o reconhecimento da diversidade ambiental existente na RMBH e a necessidade da sua preservação. As intervenções dos participantes nos grupos de discussão podem ser elencadas em seis linhas gerais: 1. impactos negativos da atividade mineradora e a falta de ações de planejamento por parte dos órgãos de governo. 2. má gestão dos recursos hídricos, saneamento e resíduos sólidos na RMBH; 3. necessidade de incentivos aos municípios agrícolas e àqueles que têm grande parte do seu território destinado a áreas de preservação; 4. necessidade de maior incentivo ao turismo nos municípios da RMBH; 5. instituir ou aprimorar os modelos de gestão de modo a torná-los sustentáveis; e 6. Afirmação da importância da participação como meio de atuação consciente por parte da sociedade civil.

As falas dos participantes apontaram para diversas questões afetas à capacidade institucional de planejamento e gestão. Dentre essas explanações podem ser citadas: “Sustentabilidade é uma questão de gestão. Existem vários modelos de gestão públicos e privados que são sustentáveis. Esse modelo de gestão é fruto de decisões políticas”;

“Sustentabilidade envolve questões ambientais, econômicas, sociais e político-institucionais”; “Falta visão de gestão nos cursos superiores, o que dificulta a abordagem dos temas ligados à sustentabilidade”; Pensar em gestão e educação para a sustentabilidade”; “O que precisa acontecer para termos uma RMBH sustentável é o compromisso do poder público; criar estratégias para levantamento de recursos – não é elevar impostos sem oferecer infraestrutura. Para construir distritos industriais, o governo leva infra-estrutura, asfalto, etc. Então, deve fazer o mesmo com a sociedade – levar saneamento, asfalto, uma vez que o IPTU é pago pelos moradores”; “É importante considerar que as instituições foram formadas a nosso despeito, para que críticas não se tornem pessoais”; “Já existe tecnologia para tratamento de água e esgoto há muitos anos, mas ela não chega ao Brasil porque não há interesses políticos e econômicos. Enquanto leis que proíbem certo tipo de resíduos são discutidas, elas estão sendo desrespeitadas. Ninguém se propõe a sair de casa para ver se elas estão sendo cumpridas (“se não incomoda no meu quintal, não tem problema”); “Sustentabilidade é qualidade de vida, principalmente o compartilhamento de ações entre municípios conurbados. Isso não acontece na mobilidade urbana, na saúde, na educação, na habitação, no saneamento, na geração de emprego e renda, gestão compartilhada não existe. Metade dos municípios da RMBH não envia representantes às reuniões da Granbel. Vetores de doenças, por exemplo, não têm limite geográfico (mosquito da dengue na RMBH – não há ações compartilhadas); “Precisa-se de que os gestores pensem na sustentabilidade quando forem elaborar as políticas para os pobres. ‘Quando nós, pobres, somos chamados a participar, é para ajudar vocês a caminhar com nossas dificuldades, como desemprego, moradia de baixo nível.’” “Proposta: entrosamento entre as cidades da RMBH para desenvolvimento socioeconômico”; “Deve haver solidariedade entre os municípios”; “[Pensa-se que] É sempre o problema do outro. O que afeta um município vai afetar o outro cedo ou tarde”; “Dentro do modelo de gestão, incorporar braço de “inclusividade”: pensar em ações específicas para inclusão na RMBH, como fazer com que informalidade participe de uma RM para todos”; “o Município não tem condição de lidar com a mineradora, deve haver uma integração, para que o diálogo seja efetivo. Precisamos de uma política de forma que benefícios da mineração sejam revertidos em forma de planejamento, em um fundo”; “Entendemos a importância da mineração, mas faltam contra-medidas. Proposta: dentro do PDDI, criação de um conselho deliberativo e participativo, com poder efetivo, para discussão da questão da mineração e da água”; “Estamos falando muito de exemplos de empreendimentos, da mineração, mas sempre sobre a insustentabilidade. (...) Uma proposta é a gestão sistêmica dos recursos naturais (recursos hídricos – Comitês de Bacias são ótimo espaço para essa discussão e são subutilizados).

Fortalecer Comitês de Bacias Hidrográficas; “Construção de ETE’s regionais e locais, investimentos hoje centralizados em BH”; “É necessário qualificar a gestão municipal de turismo e cultura”; “Criação de consórcios de lixo e ampliação do sistema de coleta seletiva”; “Tratamento metropolitano do abastecimento de água e do saneamento, com a integração da infra-estrutura e compensações para os municípios que fornecem água para a RMBH”; “Estabelecer um pacto metropolitano para a proteção ambiental”;

A questão da participação também foi recorrente na fala dos participantes dos grupos de discussão nas oficinas: “Sociedade deve participar dos conselhos municipais de saúde segurança publica”; “A sociedade civil deve ter o poder”; “Pensar em ações que contemplem educação infantil – incluir no currículo a educação ambiental”; “Aspecto político é importante: participação de toda a sociedade, pois é o povo que elege seus representantes”; “Estamos acabando com o meio ambiente e o que nos resta é atuação política”; “A sustentabilidade está na participação; na apropriação, por parte da sociedade, do espaço em que se vive e do qual ela é dona. É isso que temos vivido nas discussões dos planos diretores, nos debates sobre política urbana com a comunidade. Se a população se omite, interesses políticos e econômicos apoderam-se das discussões. A sociedade tem o poder na mão, quando ela aprende a atuar democraticamente”; “Sustentabilidade passa pela participação social. Se soubermos de quem, como e por quê cobrar, teremos a noção do que está acontecendo na RMBH”; “É importante sairmos da posição de apenas apontar os problemas e começarmos a atuar, pensando em soluções para os problemas da comunidade. Cada um deve dar o seu melhor, ver o que pode fazer para contribuir. Devemos nos perguntar como podemos construir a sustentabilidade. Pensar no que há de interessante em cada cidade, do ponto de vista econômico (todos, inclusive os municípios, precisam de dinheiro)”; “A participação popular varia entre os municípios”.

A participação na deliberação acerca das questões referentes aos impactos ambientais, recursos hídricos, resíduos sólidos, desenvolvimento rural sustentável e turismo pode ser viabilizada em arranjos colegiados nas três escalas: municipal; sub-regional e estadual.

O órgão colegiado que delibera sobre questões referentes ao meio ambiente, no município, é o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA).

Os CODEMAs são órgãos colegiados com composição paritária, o que confirma a sua importância como espaço de participação representativo do governo e da sociedade civil. O resultado do levantamento dos conselhos municipais realizado pela área temática Capacidade Institucional de Planejamento e Gestão apontou que a grande maioria dos municípios da RMBH conta com esse órgão colegiado. A atuação dos CODEMAs pode abrir espaços para

uma mobilização mais ampliada possibilitando o debate sobre os impactos ambientais decorrentes dos grandes empreendimentos. Porém, um estudo desenvolvido pela Professora Doralice Barros Pereira (2007) discutiu as práticas ambientais municipais, através da criação e atuação dos CODEMAS na RMBH. Os municípios analisados no estudo foram Belo Horizonte, Brumadinho, Capim Branco, Esmeraldas, Nova União, Rio Acima, São Joaquim de Bicas e Vespasiano.⁷ A conclusão desse estudo apontou que os CODEMAS, nesses municípios, têm sido criados por iniciativas dos governos municipais, para atenderem às prerrogativas institucionais e se enquadrarem dentro de um modelo de descentralização. Contudo, apesar de serem instituídos como instâncias de participação, verificou-se na prática, que os Conselhos estudados enfrentam dificuldades no acompanhamento e controle das ações direcionadas ao meio ambiente. As justificativas apresentadas foram incapacitação técnica, falta de infra-estrutura, de interesse e disponibilidade dos membros, embates de interesses, inexistência de apoio e desconhecimento a respeito do seu papel e competência.

Portanto, o fortalecimento da atuação dos CODEMAS é necessário para o enfrentamento dos problemas ambientais que tem afligido diversos municípios na RMBH.

No âmbito do Estado, três conselhos podem desempenhar de forma articulada um papel crucial na superação do impasse relativo aos problemas ambientais decorrentes da mineração, são eles: o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e o Conselho Estadual de Geologia e Mineração (CEGEM). Os dois primeiros contam com arranjos descentralizados em nível regional. O COPAM conta com suas Unidades Regionais Colegiadas e o CERH, com os Comitês de Bacia.

As Unidades Regionais Colegiadas (URC) são unidades deliberativas e normativas, encarregadas de analisar e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, planos, projetos e atividades de proteção ambiental e propor, sob a orientação do Plenário do COPAM e da CNR, as políticas de conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Compete às URCs deliberar em relação a pedidos de licença ambiental, autorizar a supressão de cobertura vegetal nativa, manifestar-se sobre as decisões das Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAMs) relativas à aplicação de penalidades. No caso de empreendimento cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de uma URC, será competente para o licenciamento aquela URC em que

7 PEREIRA, D. B. et al. Práticas ambientais urbanas: o papel dos conselhos de desenvolvimento ambiental – Codemas, em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 9 - 30, 1º sem. 2007.

estiver instalada a maior parte do empreendimento, competindo ao Presidente do COPAM a solução de eventual conflito. As Unidades devem ainda propor políticas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; propor normas e padrões de proteção e conservação do meio ambiente, no âmbito de sua atuação, observada a legislação vigente. Por fim, a URC deve criar comissão paritária, com representantes do Poder Público, do setor produtivo e da sociedade civil, destinada a deliberar sobre os pedidos de supressão de cobertura vegetal nativa não integrados ao processo de licenciamento.⁸ Os municípios da RMBH estão reunidos em três Unidades Regionais Colegiadas: URC Rio Paraopeba, URC Rio das Velhas e URC Alto São Francisco, conforme mostra a Tabela 15

Os Comitês de Bacia⁹ são arranjos institucionais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos. Eles se apresentam como espaços descentralizados e participativos com composição tripartite que conta com representantes do governo, da sociedade civil e dos usuários. As unidades de planejamento aos quais os Comitês estão vinculados são as bacias hidrográficas.

A RMBH está localizada num recorte territorial contemplado por três Bacias Hidrográficas: CBH-Velhas, CBH-Paraopeba e CBH-Pará.

As competências previstas no Regimento Interno do CBHVELHAS sinalizam para a necessidade de promover o fortalecimento da gestão participativa e descentralizada. O potencial articulador desse comitê fica evidenciado também nas competências que tratam da formação de consórcios e celebração de convênios em múltiplas escalas e instâncias de governo. O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas foi aprovado em 10 de dezembro de 2004. Além de outras parcerias, o CBH Velhas conta com a atuação do Projeto Manuelzão. Criado em 1997 por iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, o Projeto partiu do entendimento de que a prevenção de doenças deveria passar pela melhoria da qualidade ambiental.

O CBH-Paraopeba apresenta uma particularidade relevante para a análise da capacidade institucional. Ele conta com a atuação de um consórcio denominado CIBAPAR (Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba), criado em 1994, com sede em Betim. O Consórcio operacionaliza e executa as decisões do Comitê. Com funções distintas, são responsáveis pela discussão, consolidação e operacionalização descentralizada da Política Pública de Recursos Hídricos desta bacia hidrográfica.”

8 Disponível em: www.conselhos.mg.gov.br. Acesso em: 25.05.2010.

9 No processo de elaboração do PDDI, duas de suas áreas temáticas, “Capacidade Institucional de Planejamento e Gestão” (CPLAG) e “Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento” (SMARHS), realizaram em conjunto uma análise qualitativa dos regimentos internos dos Comitês de Bacia CBH-Velhas e CBH-Paraopeba. (Cf. SMARHS)

(www.aguasdoparaobeba.org.br). O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraopeba foi concluído recentemente.

O CBH-Pará abarca parte de três municípios da situados à sudoeste da RMBH.

Em ocasião do Encontro Aberto do PDDI que discutiu sobre o Núcleo Ambiental, estiveram presentes Rogério Sepúlveda, Presidente do CBH-Velhas, e Mauro da Costa Val, Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba (CIBAPAR). Ambos falaram sobre os graves problemas de contaminação e comprometimento dos recursos hídricos em função dos grandes empreendimentos na RMBH. Rogério ressaltou a necessidade de uma articulação maior com os municípios e Mauro, a urgência em modernizar o aparato de monitoramento dos cursos d'água.

A articulação entre os CODEMAs, os Comitês de Bacia e as Unidades Regionais Colegiadas pode ser desempenhar, em nível regional, um papel importante criando condições para a superação dos problemas decorrentes dos impactos ambientais provocados pelos grandes empreendimentos de mineração, bem como ampliar o debate em torno da gestão dos Recursos Hídricos na RMBH.

No tocante à questão dos resíduos sólidos, está em fase de criação um Consórcio no entorno de Betim. O objetivo do consórcio é a implantação e operação de aterro sanitário para a correta disposição dos resíduos sólidos a ser utilizado pelos municípios a se consorciarem.

Outro arranjo regional relacionado ao Desenvolvimento sustentável é o COM 10. O consórcio tem como finalidade planejar e executar projetos e programas que visem o desenvolvimento regional sustentável, o aperfeiçoamento das gestões administrativas de seus consorciados e a formulação de políticas públicas regionais. Os consórcios se constituem como alternativas arrojadas no tocante á gestão colaborativa, criando condições para a regionalização dos temas sobre os quais eles atuam.

Dentre as discussões levantadas nas nesse primeiro ciclo do processo participativo do PDDI outro quesito que foi recorrente nos grupos de discussão foi a demanda por maior estímulo e incentivos aos municípios da RMBH que tem como base de suas economias, a produção agrícola. Os participantes afirmavam a necessidade de “estimular formas de economia sustentável e solidária como cooperativas de agricultura familiar” e a necessidade de “incentivo à economia agrícola metropolitana” (Oficinas Ciclo A). Contudo, o levantamento dos conselhos municipais mostra (conforme o mapa dos conselhos municipais/sustentabilidade- Figura 16) que, em toda RMBH, somente três municípios contam com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Portanto, a

criação desses órgãos colegiados nos diversos municípios pode constituir um esforço importante no sentido de superar as limitações explicitadas nas falas dos participantes.

Quanto à questão do incentivo ao turismo, é reconhecido o imenso potencial turístico de muitos municípios da RMBH graças aos Conjuntos Naturais Paisagísticos presentes na região tais como a Serra Azul, a Serra da Gandarela, Serra do Cipó, Serra do Curral, Serra da Moeda, Serra da Piedade, Serra Três Irmãos, Serra do Elefante e Serra do Rola Moça, além das cavernas, represas e as inúmeras cachoeiras espalhadas pelos vários municípios. Os municípios Belo Horizonte, Nova Lima e Brumadinho apresentam em seus limites municipais um número significativo de conjuntos naturais paisagísticos que desempenham um importante atrativo turístico para esses municípios. Além disso, os três municípios contam com Conselhos Municipais de Turismo, corroborando o potencial que eles têm no sentido de criar condições para que a execução da política de turismo seja participativa e descentralizada. Os municípios de Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e São Joaquim de Bicas dividem os conjuntos paisagísticos situados nas áreas de fronteira com o município de Brumadinho (Serra do Rola Moça e Serra Três Irmãos), mas não contam com Conselhos Municipais de Turismo, que poderiam incentivar as ações nas áreas de turismo de modo participativo. Já os municípios de Caeté, Jaboticatubas e Matozinhos, tendo em vista a importância dos seus conjuntos naturais paisagísticos (Serra da Gandarela, Serra do Cipó e Grutas Calcárias, respectivamente) têm um enorme potencial turístico e o levantamento realizado não encontrou Conselhos Municipais de Turismo nesses municípios.

7.4.4 Eixo Temático Integrador: “Urbanidade”

7.4.4.1 Tabelas Sínteses dos Órgãos Colegiados vinculados ao Eixo Temático

Tabela 16: Levantamento dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Urbanidade"

Conselhos Municipais Vinculados ao Eixo "Urbanidade": Município e Tipo de Conselho						
No	Nome dos Municípios	Patrimônio Histórico	Habitação e Política Urbana	Cultura	Esportes	Total por Município
1	Baldim	1	0	1	0	2
2	Belo Horizonte	1	3	0	0	4
3	Betim	1	1	0	0	2
4	Brumadinho	1	0	1	1	3
5	Caeté	0	0	0	0	0
6	Capim Branco	0	0	0	0	0
7	Confins	0	0	0	0	0
8	Contagem	1	0	1	0	2
9	Esmeraldas	0	0	0	0	0
10	Florestal	0	0	0	0	0
11	Ibirité	0	0	0	0	0
12	Igarapé	0	0	0	0	0
13	Itaguara	0	0	0	0	0
14	Itatiaiuçu	0	0	0	0	0
15	Jaboticatubas	0	0	0	0	0
16	Juatuba	0	0	0	0	0
17	Lagoa Santa	0	0	1	0	1
18	Mario Campos	0	0	0	0	0
19	Mateus Leme	0	0	0	0	0
20	Matozinhos	1	0	0	0	1
21	Nova Lima	0	0	0	0	0
22	Nova União	0	0	0	0	0
23	Pedro Leopoldo	0	1	1	0	2
24	Raposos	0	0	0	0	0

25	Ribeirão das Neves	0	1	0	1	2
26	Rio Acima	0	0	0	1	1
27	Rio Manso	0	0	0	0	0
28	Sabará	1	0	0	0	1
29	Santa Luzia	0	0	0	0	0
30	São Joaquim de Bicas	0	0	0	0	0
31	São José da Lapa	0	0	0	0	0
32	Sarzedo	0	0	0	0	0
33	Taquaraçu de Minas	1	0	0	0	1
34	Vespasiano	0	0	0	1	1
Total Por Tipo de Conselho		8	6	5	4	23

Tabela 17: Levantamento dos Conselhos Estaduais vinculados ao Eixo "Urbanidade"

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CEC	Conselho Estadual de Cultura (1983)	Secretaria de Estado de Cultura (SEC)	9	2	Deliberativo		N.E.	N.E.	O Conselho Estadual de Cultura tem por finalidade participar da elaboração da política cultural do Estado, bem como coordenar o seu gerenciamento e a sua implantação. As seguintes competências foram selecionadas tomando por base os objetivos dessa análise: V - criar comissões setoriais, de âmbito local e regional, voltadas para a discussão de questões culturais, como forma de promover a geração de idéias e de processos de modernização da gestão cultural em seus diversos níveis; VI - manifestar-se sobre questões ligadas à cultura, em articulação com os órgãos e as entidades competentes; IX - manter o intercâmbio e colaboração permanentes com o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura; XI - receber solicitações e sugestões da comunidade, de órgãos e entidades, analisá-las e encaminhá-las aos órgãos e às entidades competentes (Lei nº 11484/94). As competências citadas acima atestam o potencial desse Conselho, tanto na articulação intersetorial quanto nas escalas local e regional.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONEP	Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (2007)	Secretaria de Estado de Cultura (SEC)	11	10	Deliberativo		7	3	O CONEP é um órgão colegiado ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais como, por exemplo, decidir sobre tombamentos e registros de bens culturais. Dentre as competências do CONEP, podem ser destacadas: III - aprovar planos de proteção, conservação, revitalização e intervenção de bens culturais protegidos, de propriedade pública ou privada; VII - fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural (Decreto Estadual nº 44.785/08). A escala de atuação do CONEP é dada pela área de abrangência do patrimônio, e essa pode variar desde a escala micro local – um edifício ou um conjunto de edifícios ou ainda recortes do espaço urbano – a recortes territoriais maiores como, por exemplo, os sítios arqueológicos. Por atuar nessas múltiplas escalas, o CONEP pode constituir-se como um ator relevante na articulação regional.

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CONEDRU	Conselho Estadual do Desenvolvimento Regional e Política Urbana (1982/2003)	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU)	19	21	Deliberativo Consultivo	Fundo Estadual de Habitação – FEH	<i>O Conselho se divide em distintas câmaras e cada uma possui suas atas de reuniões.</i>		O CONEDRU é órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. A gama de competências do CONEDRU prescritas em seu regimento interno e afetas à presente análise é vasta: II - acompanhar e avaliar a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano, de forma intersetorial(...);V - definir diretrizes para o processo participativo de elaboração e revisão dos Planos Diretores; VI - propor a articulação entre os planos diretores municipais e a aplicação de recursos que tenham impacto sobre o desenvolvimento urbano; VII - propor a criação de mecanismos de articulação intersetorial entre os programas estaduais que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional e urbano; VIII - promover a cooperação entre os Municípios, o Estado e a sociedade civil na formulação e execução da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano; IX - incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento de conselhos municipais afetos à política de desenvolvimento urbano; X - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede entre as câmaras regionais do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e os conselhos municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável. Esse extenso conjunto de competências selecionadas ressalta a importância estratégica desse conselho. O conteúdo dessas competências afirma o imenso potencial desse arranjo para atuar como articulador na construção de um espaço institucional intersetorial. Além disso, fica explícita a capacidade do CONEDRU atuar como fomentador da participação da sociedade civil nos processos decisórios, corroborando seu potencial como agente chave na

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
	Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU)	14	2	Deliberativo	Fundo de Desenvolvime nto Metropolitano			<p>O Conselho Deliberativo é uma instância colegiada com representação do Estado, dos municípios e da sociedade civil organizada, cujas atribuições perpassam o planejamento, o financiamento, a execução e o acompanhamento de funções públicas de interesse comum, deliberação sobre questões atinentes aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e em relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e aos seus respectivos programas e projetos. O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano tem como atribuições: I - deliberar sobre a compatibilização de recursos de distintas fontes de financiamento destinados à implementação de projetos indicados no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; II - fixar diretrizes e prioridades e aprovar o cronograma de desembolso dos recursos da subconta do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano referente à sua região metropolitana; III - acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como aprovar as modificações que se fizerem necessárias à sua correta implementação; V - estabelecer as diretrizes da política tarifária dos serviços de interesse comum metropolitanos; VI- aprovar os balancetes mensais de desembolso e os relatórios semestrais de desempenho do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano; VII - aprovar os relatórios semestrais de avaliação de execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e de seus respectivos programas e projetos; VIII - provocar a elaboração e aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana. Como órgão colegiado do Sistema de Gestão Metropolitana, o Conselho Deliberativo desempenha um papel crucial no sentido de orientar, planejar, coordenar e controlar a execução de funções públicas de interesse comum.</p>

Sigla	Nomenclatura/ Ano de Criação	Órgão Superior	Composição		Perfil do Conselho	Fundo Específico	Atas / Reuniões		Observações
			Governo / Soc. Civil				2008	2009	
CED	Conselho Estadual de Desportos (1995)	Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ)	7	8	Consultivo Normativo		2	11	Da legislação que regula o CED foram destacadas as seguintes competências: VIII - contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando a potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva; e IX - articular-se com Universidades e Escolas de Ensino Superior, na busca de subsídios à caracterização das necessidades sociais relativas à prática de atividades físicas, devendo acompanhar o processo de desenvolvimento e de incorporação científica e tecnológica nessa área; XIV - orientar a criação de Conselhos Municipais de Esporte nos municípios mineiros (Decreto Estadual Nº 44.679/07). A formulação de políticas de integração pode favorecer a construção de um ambiente institucional multissetorial, com grande potencial de articulação. O intercâmbio com instituições de ensino superior sinaliza outra atuação articuladora por parte do conselho. A competência que trata da orientação para criação dos Conselhos Municipais explicita iniciativa de atuação intergovernamental.

Tabela 18: Levantamento dos Arranjos Sub-Regionais vinculados ao Eixo "Urbanidade"

	Mesorregiões
Rede de Câmaras Regionais do Conselho Estadual de	Central Mineira
	Metropolitana Belo Horizonte

Desenvolvimento Regional e Política Urbana (em fase de implantação)	Oeste de Minas
	Campo das Vertentes
	Sul/Sudoeste de Minas
	Zona da Mata
	Vale do Rio Doce
	Vale do Mucuri
	Jequitinhonha
	Norte de Minas
	Noroeste de Minas
	Triângulo/Alto Parnaíba

7.4.4.2 Espacialização dos Dados

7.4.4.2.1 Mapa dos Conselhos Municipais

Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Conselhos Municipais por eixo estruturador

Urbanidade

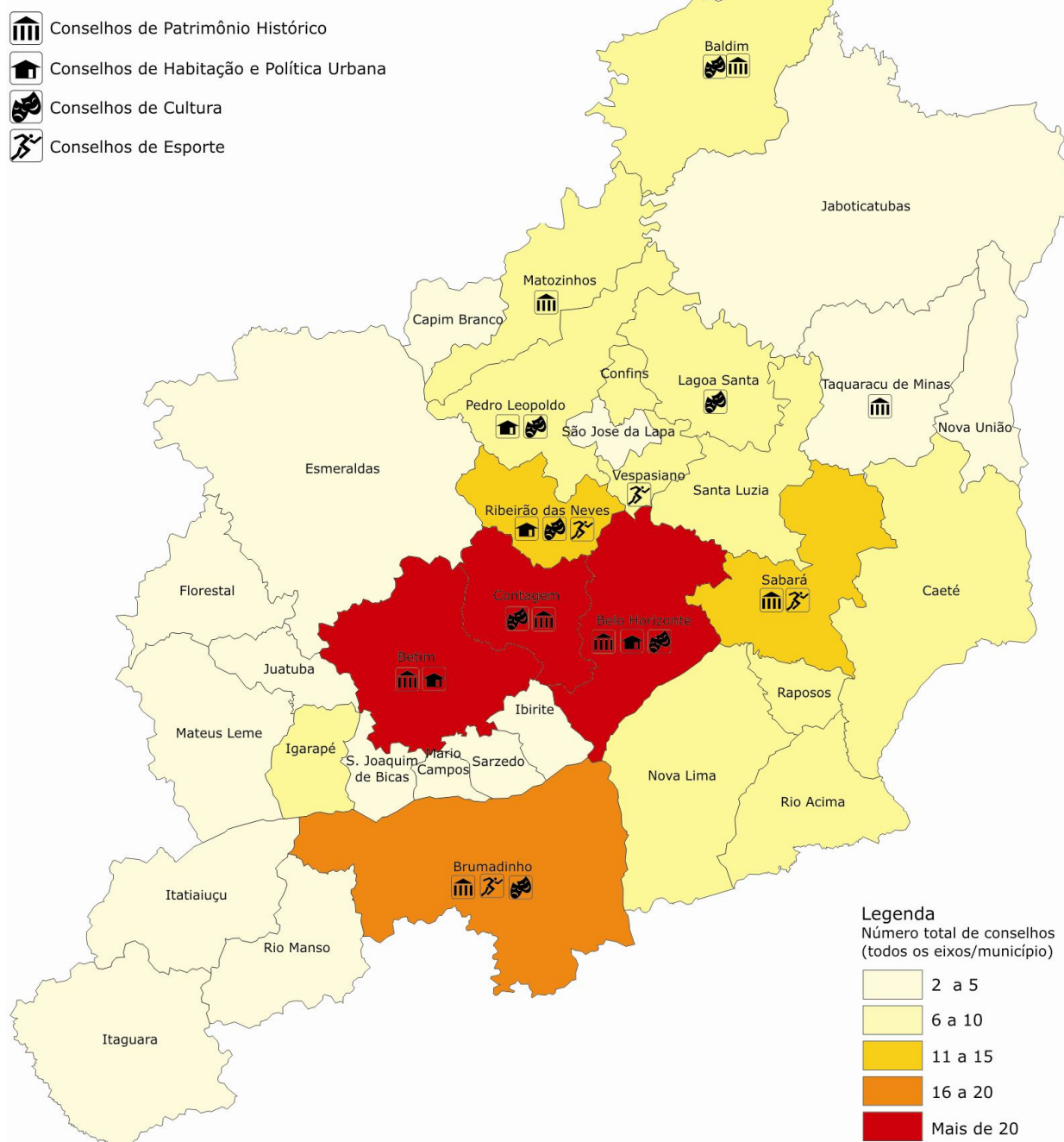


Figura 19: Cobertura Territorial dos Conselhos Municipais vinculados ao Eixo "Urbanidade"

7.4.4.3 Análise: Potencialidades e Desafios

- Ao Eixo Urbanidade, foram alinhados e mapeados os seguintes arranjos institucionais:
- e) 4 classes de conselhos municipais (Patrimônio Histórico, Habitação e política Urbana, Cultura e Esporte)
 - f) 5 conselhos estaduais (Cultura, Patrimônio Cultural, Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Desenvolvimento Metropolitano e Desportos)
 - g) 1 arranjos sub-regionais (Rede de Câmaras Regionais do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana)

- **Desafios e Potencialidades da Gestão Compartilhada**

As contribuições advindas dos grupos de discussão nas oficinas e no seminário estruturador, afetas ao Eixo Urbanidade, podem ser agrupadas em quatro linhas gerais: 1. Problema da centralização dos bens e serviços em Belo Horizonte; 2. Questão habitacional: dinâmica imobiliária especulativa e as cidades dormitórios; 3. Questão identitária: as identidades locais e a identidade metropolitana.

No tocante à capacidade de planejamento e gestão, os participantes dos grupos explicitaram os seguintes pontos: “Gestão de bacias como forma de gestão que vai além dos limites municipais”; “É preciso uma rede de informação que divulgue o que acontece nas localidades, pois o cidadão não sabe o que se passa na sua localidade”; “Incentivar os municípios a divulgarem sua história e suas riquezas culturais. O próprio site da prefeitura seria uma possibilidade”; “Políticas de cada município devem se articular mais com as de outros municípios”. “O cidadão é o agente de ligação entre as várias esferas de governança atuantes na RM (município, estados). O cidadão deve forçar a relação entre municípios, por exemplo. O mais difícil da questão metropolitana é garantir uma governança compartilhada, sem perda de direitos”.

Para o trato da questão da centralização da oferta de bens e serviços na RMBH, faz-se necessário, em primeiro lugar, explicitar de que bens e serviços estão centralizados. Tais bens e serviços têm a ver com equipamentos: a) *educacionais* (universidades, faculdades, escolas técnicas, auditórios); b) *saúde* (hospitais, clínicas especializadas, centros de diagnóstico); c) *transportes* (terminais rodoviários, estações ferroviárias e metroviárias, passarelas para

pedestres, ciclovias); d) *cultura e lazer* (praças, museus, pátios para feiras, centros culturais, parques, zoológicos, teatros); e) esportes (ginásio poliesportivo, estádios de futebol, piscinas cobertas, pistas de skate).

Dentre esses equipamentos, estão relacionados ao Eixo Urbanidade aqueles afetos aos temas cultura, esporte e lazer.

O levantamento dos conselhos municipais, espacializada (Figura 19), encontrou na RMBH apenas sete municípios com Conselho Municipal de Cultura e quatro com Conselho Municipal de Esportes. Esse dado é preocupante, pois os conselhos municipais de cultura podem se constituir em espaços privilegiados para a sociedade civil manifestar suas demandas, anseios e propostas. A descentralização dos equipamentos culturais não deve ser relegada exclusivamente iniciativa do poder público, mas reivindicada pela sociedade civil, por meio da atuação política que tem nos conselhos, seu espaço de exercício.

Os Conselhos Estaduais relacionados ao Eixo Urbanidade também podem desempenhar um papel importante no sentido de abrir espaços de discussão acerca dos problemas relacionados à má distribuição dos equipamentos públicos de cultura, esportes e lazer na RMBH.

O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM) é a instância colegiada mais próxima da discussão acerca da necessidade de estímulo à criação de novas centralidades na RMBH. Com representação do Estado, dos municípios e da sociedade civil organizada, o CDDM detém atribuições que perpassam o planejamento, o financiamento, a execução e o acompanhamento de funções públicas de interesse comum, deliberação sobre questões atinentes aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e em relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e aos seus respectivos programas e projetos. As demandas da Sociedade Civil por uma maior descentralização dos equipamentos e serviços tem, no CDDM, um espaço legítimo para serem apresentadas e debatidas.

O Conselho Estadual de Cultura tem por finalidade participar da elaboração da política cultural do Estado, bem como coordenar o seu gerenciamento e a sua implantação. O CEC tem, dentre suas competências, a atribuição de criar comissões setoriais, de âmbito local e regional, voltadas para a discussão de questões culturais, como forma de promover a geração de idéias e de processos de modernização da gestão cultural em seus diversos níveis; manter o intercâmbio e colaboração permanentes com o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura; e receber solicitações e sugestões da comunidade, de órgãos e entidades, analisá-las e encaminhá-las aos órgãos e às entidades competentes (Lei nº 11484/94). Essas competências citadas acima evidenciam a abertura do Conselho Estadual de

Cultura, tanto na articulação com os órgãos colegiados municipais, quanto no incentivo à participação da sociedade civil na apresentação das suas demandas. As iniciativas de descentralização do CEC em arranjos regionais também são passos importantes e sua implementação pode contribuir para uma participação mais efetiva da sociedade civil em âmbito sub-regional.

O Conselho Estadual de Esportes (CED) tem como atribuições: contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando a potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva; articular-se com Universidades e Escolas de Ensino Superior, na busca de subsídios à caracterização das necessidades sociais relativas à prática de atividades físicas e ao esporte, devendo acompanhar o processo de desenvolvimento e de incorporação científica e tecnológica nessa área; e orientar a criação de Conselhos Municipais de Esporte nos municípios mineiros (Decreto Estadual Nº 44.679/07). A iniciativa do CED em atuar na formulação de políticas de integração pode favorecer a construção de um ambiente institucional multisetorial. A atribuição que aponta para a colaboração para a criação dos Conselhos Municipais explicita iniciativa de ajudar na institucionalização de espaços colegiados municipais, e portanto, mais próximos das demandas locais.

Os problemas decorrentes da *questão habitacional* também foram recorrentemente explicitados por diversos participantes no decorrer do processo participativo do PDDI. Apesar disso, o levantamento dos conselhos municipais encontrou apenas quatro municípios na RMBH com Conselhos Municipais de Habitação.

No âmbito do Estado, o conselho responsável por deliberar sobre a questão habitacional é o Conselho Estadual do Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU). O CONEDRU está vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. O CONEDRU conta com cinco Câmaras Setoriais Permanentes: habitação, saneamento, desenvolvimento regional, planejamento e gestão do solo urbano e transporte e mobilidade urbana. A Câmara Setorial Permanente de Habitação tem por finalidade o debate, a análise e o encaminhamento de proposições sobre; I. Políticas de Habitação integradas a Planos Diretores; II. Regulamentação do Fundo Estadual de Habitação de interesse social; III. Reestruturação e avaliação do Fundo Estadual de Habitação de interesse social; IV. Implementação, avaliação e revisão da Política Estadual de Habitação

de interesse social; V. Normatização e funcionamento do Sistema Estadual de Habitação de interesse social; VI. Elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Habitação de interesse social. Compete à Câmara realizar discussões temáticas para subsídio a formulação de propostas à plenária do Conselho; elaborar e apresentar ao Plenário do Conselho relatório conclusivo, solicitado pelo presidente do Conselho e Presidentes de Câmaras Regionais, sobre matéria de sua competência, dentro do prazo fixado; promover articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas à Habitação de interesse social.

O CONEDRU se constitui como um arranjo dotado de um grande potencial articulador na construção de um espaço institucional intersetorial. Além disso, fica explícita a capacidade de atuar como fomentador da participação da sociedade civil nos processos decisórios, corroborando seu potencial como agente chave na emancipação da cidadania.

A questão identitária foi explicitada pelos participantes como uma questão importante a ser discutida. Segundo eles, ela está relacionada ao sentimento de pertencimento do cidadão em relação ao município onde vive e esse sentimento tem sido esmaecido pelo fenômeno das cidades-dormitório e pela falta de políticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural nos municípios. A preservação do patrimônio histórico foi entendido como essencial no sentido de fortalecer a identidade do cidadão com seu município. Os participantes relataram que faltam políticas que valorizem a cultura local e as manifestações tradicionais. Afirmaram também a necessidade de resgatar a cultura e a história da RMBH; estimular o interesse das pessoas pela sua história e seus valores; incentivar as pessoas a conhecer o seu vizinho. Foi falado que os “habitantes de fronteira de municípios “perdem” a identidade municipal e não ‘ganham’ a identidade metropolitana. Não se sentem pertencentes a nenhuma das cidades. Sentem-se distantes das decisões do poder público, não se sentem ‘metropolitanos’, apesar de o serem necessariamente”. E foi mencionado que a valorização da cultura regional das comunidades é fundamental para a emancipação de uma identidade metropolitana.

Por fim foi discutida a relação entre a identidade local e a identidade metropolitana. Foi ressaltado que a integração metropolitana não pode se dar destruindo diversidades locais/culturais: como preservar as diversidades? A identidade metropolitana é uma só ou são várias identidades metropolitanas presentes na RMBH.

Uma contribuição importante para essa discussão adveio na oficina do 1º Seminário Estruturador em que os participantes do grupo que discutia sobre urbanidade constataram que movimento de construção identitária metropolitana deve ser biunívoco: “reforçando as

identidades locais reforçamos a identidade metropolitana e vice-versa”. “Conhecendo o nosso lugar conhecemos mais o outro e conhecendo o todo valorizamos mais o nosso”.

Partindo do entendimento dos grupos de discussão de que a preservação do patrimônio histórico é fundamental dentre os valores acionados para a construção identitária local e metropolitana, o panorama apresentado pelo levantamento dos conselhos municipais é precisa ser potencializado. Dos 34 municípios da RMBH, só foram encontrados Conselhos Municipais de Patrimônio Histórico em 8 municípios.

No âmbito estadual, o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural delibera sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, decidindo sobre tombamentos e registros de bens culturais. Dentre as competências do CONEP, podem ser destacadas: aprovar planos de proteção, conservação, revitalização e intervenção de bens culturais protegidos, de propriedade pública ou privada; e fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais do Patrimônio Cultural (Decreto Estadual nº 44.785/08). A escala de atuação do CONEP é dada pela área de abrangência do patrimônio, e essa pode variar desde a escala micro local – um edifício ou um conjunto de edifícios ou ainda recortes do espaço urbano – a recortes territoriais maiores como, por exemplo, os sítios arqueológicos. Por atuar nessas múltiplas escalas, o CONEP pode constituir-se como um ator relevante na articulação regional, abrindo espaços de participação descentralizados.

7.5 Propostas para estudos aprofundados e Programas

Os problemas que afetam a capacidade técnica operacional das administrações municipais podem ser elencados num conjunto que vai desde a deficiência na oferta de serviços públicos, a precária informatização dos procedimentos administrativos, o reduzido número e baixa capacitação profissional dos quadros técnicos, os procedimentos orçamentários desvinculados da atividade de planejamento e não submetidos a controle social até a administração escassamente dotada de instrumentos adequados para o planejamento participativo a médio e longo prazo (Santos Jr., 2001).

Ao examinar as transformações das instituições de governo local no Brasil, pode-se assinalar que a municipalização das políticas públicas gerou maior responsabilidade dos

governos municipais com relação às necessidades e demandas dos cidadãos e, em muitas cidades, o aprofundamento da democratização da esfera local de governo. Foram criadas novas formas de interação entre governo local e sociedade, através de mecanismos de participação social, principalmente os conselhos municipais. Entretanto, os municípios brasileiros diferem muito, tanto na forma como são garantidos os direitos sociais como em relação ao grau de desigualdades socioeconômicas que interferem na possibilidade de ampla participação dos cidadãos na dinâmica política municipal. Entre os municípios examinados – pertencentes à região metropolitana do Rio de Janeiro mas que, acreditamos, podem refletir a situação de grande parte das regiões metropolitanas brasileiras – é bastante diferenciada a infraestrutura e a rede de serviços públicos.

Para desempenhar as funções que lhe são exigidas pela descentralização, cada governo deve exercer autoridade social em seu âmbito de atuação. A fragilidade do município no sistema governamental brasileiro não se deve, portanto, somente a limitações financeiras para investimento social. A maior disponibilidade de recursos não garante sozinha a capacidade técnica e de planejamento do governo local, mesmo sendo necessário reconhecer que nos municípios mais pobres, isto é, com menos recursos para investimentos, parecem ser ainda maiores as debilidades organizacionais, assim como a falta de instrumentos gerenciais e de recursos humanos qualificados para o desempenho das múltiplas funções da gestão social.

Para que os governos municipais cumpram seu papel de gestores das políticas públicas em um contexto de descentralização e atendam à sociedade, eles devem contar com robustas capacidades institucionais. A criação de capacidades institucionais não ocorre de um momento para outro e não percorre os mesmos caminhos nas administrações municipais. Além disso, uma vez adquiridas, tais capacidades não podem ser consideradas instaladas para sempre. Ao contrário, elas evoluem, devem ser aperfeiçoadas e podem, inclusive, desaparecer caso não sejam feitos esforços contínuos pelos gestores locais ou caso estes gestores decidam deliberadamente realizar rearranjos no aparato municipal e estes possam, eventualmente, provocar retrocessos na capacidade administrativa.

Estabelecer uma gestão metropolitana exige evidentemente arranjos institucionais e uma estrutura de incentivos, tarefas do âmbito político, da qual a gestão democrática jamais possa estar dissociada. A expectativa que emerge é de que tais arranjos sub-regionais e/ou metropolitanos possam ajudar na construção ou no fortalecimento de capacidades institucionais nos governos municipais, para que estes possam desempenhar com efetividade seu papel metropolitano na entrega de bens e serviços sociais e urbanos à população, de modo a promover a inclusão social no território metropolitano como todo.

7.5.1 Experiência da Rede 10 com Capacitação Institucional

Criada em março de 2009, a Rede 10 conta com a participação dos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Brumadinho, Ibirité, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves (Figura 17). Como já mencionado, à exceção do município de Betim, os demais fazem fronteiras com Belo Horizonte, como se vê no Mapa 2. Com aproximadamente 29% de toda área da RMBH, concentram-se nessas 10 cidades 90% da população metropolitana, ou seja, 4,5 milhões de habitantes, e 91 % do PIB, o que representa 31% do PIB do Estado.

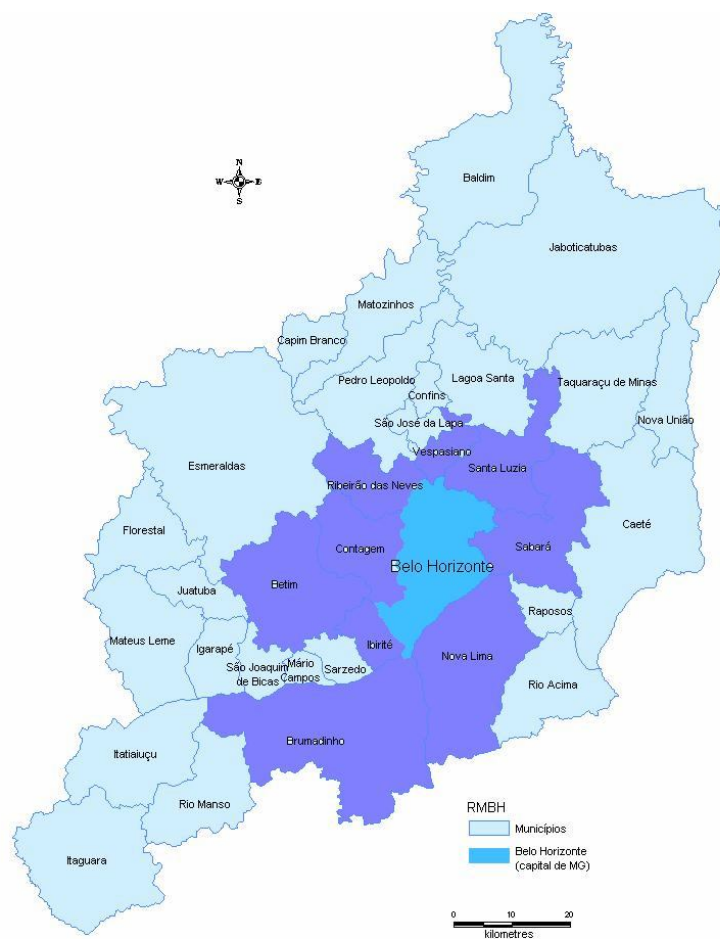


Figura 20: Municípios Integrantes da Rede 10

Em função desta necessidade, no começo de 2009, por iniciativa da Universidade de British Columbia (UBC) e da PUC-Minas, foi formado um grupo de trabalho

interinstitucional para elaborar o curso de governança metropolitana para a Rede 10. O grupo de trabalho foi formado pelas seguintes instituições e órgãos públicos: Universidade de British Columbia (UBC), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e o Observatório de Políticas Urbanas (OPUR/PROEX/PUC-MG), Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDRU), Secretaria Adjunta de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMAPL), Observatório do Milênio da Prefeitura de Belo Horizonte, Escola do Legislativo da Assembléia Estadual de Minas Gerais (ALMG) e a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).

Durante um dos módulos do curso os 60 participantes desenvolveram de forma compartilhada a *Visão da Rede 10* e a *Carta de Princípios da Colaboração*, algo que ainda a Rede como todo, não tinha realizado. A construção da Visão e da Carta de Princípios era um exercício fundamental para poder enxergar a interdependência dos municípios perante os desafios postos pela RMBH, e, portanto, construir o diálogo e as ações compartilhadas visando um futuro melhor e sustentável. Este processo faz frente às tendências de um pragmatismo imediatista que frequentemente é levado pela ansiedade de produzir resultados perante a complexidade metropolitana, mas que inevitavelmente sofre de uma participação reduzida da população, não é capaz de beneficiar todos os municípios e, portanto, eleva os custos de transação e os conflitos inerentes. Sendo ciente dessa armadilha interinstitucional era fundamental elevar a iniciativa compartilhada onde os municípios se sublimam pela consciência da co-responsabilidade perante a visão de uma cidade metropolitana como uma coisa sua – ou também sua.

Visão da Rede 10

Uma instância de governança metropolitana colaborativa, interinstitucional, que promova a tomada de decisões consensuadas para promoção da qualidade de vida dos cidadãos da região metropolitana de BH

Carta de Princípios da Colaboração

- 1) Promoção da governança metropolitana compartilhada
- 2) Compromisso de compartilhamento de informações e experiências entre os municípios da RMBH
- 3) Reconhecimento da interdependência entre os municípios da RMBH
- 4) Respeito à autonomia e às diversidades dos municípios
- 5) Promoção da participação democrática dos municípios da RMBH
- 6) Integração das políticas públicas locais para a potencialização dos resultados regionais
- 7) Promoção da solidariedade e cooperação entre os municípios da RMBH
- 8) Garantia de publicização e transparência das ações compartilhadas
- 9) Garantia da continuidade dos compromissos assumidos pelos municípios da rede
- 10) Planejamento de ações dentro de uma visão metropolitana
- 11) Colaboração entre os municípios com os diversos agentes e atores envolvidos com temas da RMBH

A experiência da Rede 10 demonstra a necessidade e potencial da capacitação institucional como processo contínuo na construção de arranjos metropolitanos colaborativos. Além de gerar uma identidade coletiva, estes espaços de reflexão somam o conhecimento agregado dos participantes, reduz o nível de ansiedade dos gestores na produção de resultados imediatos e propicia um entendimento mais aprofundado do “ecossistema metropolitano onde a diversidade é respeitada e fortalecida em prol de um sistema mais robusto e sustentável”.

7.5.2 Caracterização Da Proposta do Programa de Capacitação Institucional

No âmbito da capacidade institucional, planejamento e gestão estudado pelo PDDI propomos o estabelecimento de um programa contínuo de capacitação institucional como forma de subsidiar a futura implementação das ações e dos trabalhos do plano junto ao poder executivo (estadual e municipal), poder legislativo (estadual e municipal) e sociedade civil.

7.5.2.1 Público Alvo

- Secretários e Diretores municipais; superintendentes, diretores e gerentes de autarquias municipais e estaduais; gestores estaduais responsáveis pela organização, gestão e financiamento regional e/ou metropolitana; representantes de ministérios interessados e envolvidos no tema metropolitano na região; quadros técnicos dos consórcios vigentes na RMBH, representantes do legislativo (municipal e estadual) representantes da sociedade civil organizada interessadas na gestão regional e metropolitana, conselhos metropolitanos, estaduais e municipais, representantes de comissões técnicas.

7.5.2.2 Justificativa para oferta do Programa de Capacitação Institucional

- Presenciamos o surgimento de um novo papel das áreas metropolitanas e aglomerações urbanas (cidades-região) na economia globalizada;

- A cidade metropolitana representa uma escala de poder que crescentemente afirma-se como sendo estratégica para impulsionar a democratização da gestão, além de permitir incentivar políticas públicas alternativas para a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento sustentável e a inovação tecnológica;
- Ao mesmo tempo, a cidade metropolitana enfrenta desafios em função dos crescentes índices de exclusão sócio-espacial, do processo de precarização das relações de trabalho e das fragilidades em termos da provisão de serviços urbanos de interesse comum (saneamento integrado, transporte público capacitação profissional e intermediação de mão-de-obra etc.);
- Já testemunhamos no Brasil, em tempos recentes, a uma proliferação de novas formas de gestão compartilhada, envolvendo governos locais e estaduais, empresários, sindicatos de trabalhadores e organizações não governamentais (governança regional e metropolitana);
- Além disso, vem se configurando um arcabouço macro-institucional mais forte para nortear as questões relacionadas com o financiamento, organização e gestão das áreas metropolitanas e cidades-região (Lei dos consórcios, contratos de gestão);
- No entanto, há uma relativa ausência de quadros humanos para ampliar o escopo e a escala das novas iniciativas em prol de governança regional e metropolitana, para assim inserir estas experiências no novo contexto federativo.

7.5.2.3 Objetivos do Programa de Capacitação Institucional

- Buscar elevar o nível de consciência dos profissionais, com base nos conceitos, princípios e metodologias, acerca do novo papel das cidades-região e áreas metropolitanas no contexto nacional e internacional;
- Capacitar profissionais para a governança regional e metropolitana, buscando melhorar a eficiência e efetividade da organização, gestão e financiamento das regiões metropolitanas e cidades-região.
- Emancipar a consciência regional e metropolitana por meio da problematização das dinâmicas de participação da sociedade civil.

- Construir uma identidade metropolitana por meio dos laços e canais de diálogo entre os vários atores.

A exata delimitação deste programa, em termos de conteúdo e oferta, deverá ser construída em conjunto com as várias áreas temáticas estudadas pelo PDDI a partir do cruzamento dos diagnósticos realizados por estas.

7.6 Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A Coordenação Federativa no Brasil: A experiência do Período FHC e os Desafios do Governo Lula.** Revista Social Política, Curitiba 24 p. 41-67, jun. 2005.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Professor da Fundação Getulio Vargas /SP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo In: **Seminário Internacional: “O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos”**, Seminário Internacional: Ministério das Cidades / Câmara dos Deputados, Brasília, 30 - 31 de Março 2004.

AZEVEDO, Sérgio de. & MELO, Marcus André de. **“A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional”**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 12 Nº 35, Outubro 1997.

AZEVEDO, Sérgio de & MARES GUIA, Virgínia Rennó **“Trajetória e dilemas da gestão metropolitana no Brasil”** in Revista Rio Urbano, Fundação CIDE-Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março de 2002.

AZEVEDO, Sérgio de & MARES GUIA, Virgínia Rennó. **“Os ‘dois lados da moeda’ nas propostas de gestão metropolitana: virtude e fragilidade das políticas.** In: Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009. Artigo a publicar.

COMPANS, R. **“O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local.”** Revista de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo : ANPUR, n.1, maio 1999, p.91-114.

CRUZ, Jório. **“Os municípios se sublimam na metrópole: ensaio sobre reforma metropolitana”**. Recife: CUBZAC, 2008, p. 132.

FILGUEIRAS, C.A. Cristina e ANDRADE de T., Luciana. **“Capacidades institucionais de governos municipais e governança metropolitana”**. In: Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009. Artigo a publicar.

FONTES, A. M.M. **“Descentralização e recentralização: onde fica o espaço metropolitano?”** In: IBAM. Gestão metropolitana: experiências e novas perspectivas. Organizado por Elizabeth Dezouart Cardoso e Victor Zular Zveibeil. Rio de Janeiro: IBAM, 1996, p.115-130.

KORNIN, Thais e MOURA, Rousa. **“Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas”**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, 2004, p. 17 - 30.

MACHADO, Gomes Gustavo. **“Gestão metropolitana e autonomia municipal: Dilema das Transações Federativas”**. Belo Horizonte: Observatório das Metrópoles, 2009.

MACHADO, Gomes Gustavo. **“Custos de transação na governança metropolitana e no Grande ABC Paulista”**. Texto baseado em dissertação de mestrado intitulado “O Ente Metropolitano, Custos de transação na gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Consórcio do Grande ABC – os modelos compulsório e voluntário comparados. Apresentada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em março de 2007.

MARICATO, E. **“Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras”**. São Paulo em Perspectiva. Metrópole e Globalização. São Paulo: SEADE, v.14, n.4, out./dez. 2000, p.21-33.

MELO, Marcus André. In: Seminário Internacional: **“O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos”**, Ministério das Cidades / Câmara dos Deputados, Brasília, 30 - 31 de Março 2004.

NABUCO, P. Luiza Ana; FRAGA B., Eugênia; WOJCIECHOWSKI, Maciej John. **“O papel das secretarias de planejamento no fortalecimento da governança colaborativa metropolitana: um olhar sobre duas experiências da Região Metropolitana de Belo Horizonte”**. In: Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009.

Relatório referente ao tema já produzido pelo OPUR entre 2005-2008, como parte da linha de pesquisa Monitoramento da Realidade Institucional da Rede Observatório das Metrópoles.

Relatórios do produto 7 (Relatório I - Avaliação da Possibilidade de Arranjos Intermunicipais e Relatório II – Capacidade de Gestão e arranjos institucionais relacionados à implementação dos planos diretores municipais), produzidos pela UFMG e o relatório para a capacidade institucional para a gestão social e urbana, produzido pela PUC Minas.

RIBEIRO, A.C.T. e DIAS, L.C. **“Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional”**. IX Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Rio de Janeiro : ANPUR, 2001, v.1, p.1-4.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. A. **“Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito”**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. (Org.) Metrópoles. **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo : Rio de Janeiro : FASE, 2004, p.17-40.

RIBEIRO, L.C. de Q e SANTOS JUNIOR, O.A. **“Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira”**. Revista EURE (Vol. XXIX, Nº 88), Santiago de Chile, dezembro 2003, p.79-95.

RIBEIRO, L.C. de Q e SANTOS JUNIOR, O.A. **“As Grandes Cidades e a Questão Social Brasileira: reflexões sobre o Estado de Exceção nas Metrópoles Brasileiras”**. In: **Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana**. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009. Artigo a publicar.

SIMÕES PIRES, M. “O arranjo institucional de gestão da RMBH e o desafio de construir consensos” In: **Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana**. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009.

VELLOSO, RITA. “Pedagogia Urbana, Espaços de Autonomia”. In: **Limites da Cidade: Inclusão Social, Colaboração e Governança Metropolitana**. Organizado por Erika de Castro e M. John Wojciechowski. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2009.

plano Metropolitano

RMBH



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU

